

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PAULO ANTONIO DE CAMPOS BEER

**A questão da verdade na produção de conhecimento sobre
sofrimento psíquico: considerações a partir de Ian Hacking e
Jacques Lacan**

São Paulo

2020

PAULO ANTONIO DE CAMPOS BEER

**A questão da verdade na produção de conhecimento sobre
sofrimento psíquico: considerações a partir de Ian Hacking e
Jacques Lacan**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientador: Professor Titular Nelson Da Silva
Junior

São Paulo

2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Beer, Paulo Antonio de Campos

A questão da verdade na produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico: considerações a partir de Ian Hacking e Jacques Lacan / Paulo Antonio de Campos Beer; orientador Nelson da Silva Junior. -- São Paulo, 2020.

265 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Verdade. 2. Psicanálise. 3. Filosofia da ciência. 4. Sofrimento psíquico. I. da Silva Junior, Nelson, orient. II. Título.

Nome: BEER, Paulo Antonio de Campos

Título: A questão da verdade na produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico: considerações a partir de Ian Hacking e Jacques Lacan

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutor em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

_____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
_____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
_____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
_____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
_____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Para Francisco (*in memoriam*), sempre presente.

Para Tereza, que chegou bagunçando tudo.

Para Luiza, com amor.

RESUMO

BEER, P. A. C. **A questão da verdade na produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico: considerações a partir de Ian Hacking e Jacques Lacan.** 2020. 265 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O objetivo desta tese é reafirmar a necessidade de debate sobre a questão da *verdade* na produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico. Parte-se da aceção de que a questão da verdade carrega duas formas principais: por um lado, ela é o termo empregado na legitimação de conhecimentos produzidos, instaurando padrões normativos; por outro, apresenta-se enquanto elemento disruptivo, sendo uma forma crítica ao saber estabelecido. Trata-se de uma discussão que engloba tanto a afirmação do caráter necessário quanto a variabilidade do conhecimento, de forma que será argumentado que o termo “verdade” deve ser tomado enquanto a reunião recíproca de elementos *epistemológicos*, *ontológicos*, *éticos* e *políticos*. A compreensão historicizada da ciência, formulada por Ian Hacking, permite pensar que as bases da prática científica são contingentes, mas ainda assim produzir um conhecimento necessário. Desse modo, é possível estabelecer um campo em que compreensões normativas sobre o fazer científico podem ser criticadas sem resultar num tipo de desqualificação do conhecimento produzido. Junto a isso, a proposição do filósofo de uma “ontologia histórica” e seu “nominalismo dinâmico” apresentam uma importante contribuição para o debate acerca da produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico, ao introduzir a consideração dos efeitos ontológicos do conhecimento. Com isso, apresentamos o modo como a questão da verdade é mobilizada dentro da psicanálise lacaniana, a partir de três elementos centrais: a autonomia da verdade em relação ao sujeito (*a verdade fala*), o caráter opositor e temporário de uma verdade positivada em relação ao saber estabelecido (*a verdade enquanto crítica*) e a *dimensão negativa* da verdade que responde à inesgotabilidade desse processo dialético de negações (*a verdade como diferença radical*). Argumentamos que é possível pensar em um estilo de raciocínio (nos termos de Hacking) próprio à psicanálise, baseado numa noção de *negatividade forte*. Além disso, ambas as racionalidades trabalham com uma concepção de conhecimento historicizada e que não responde a nenhum critério externo (ou interno) que garanta sua verdade. Entretanto, a psicanálise leva a questão da negatividade mais longe do que a filosofia da ciência de Hacking, oferecendo possibilidades mais amplas de pensar a causalidade do sofrimento psíquico. Os dois caminhos levam, mesmo que com diferentes intensidades, à necessidade de implicação ética e política na produção e no uso do conhecimento. Uma vez que não há uma instância que garanta epistemologicamente o saber, a pertinência de sua produção é tributária de acordos sociais e posicionamentos éticos. Há, portanto, a necessidade de consideração de relações de poder. Por fim, argumentamos que a negatividade forte que sustentamos a partir da psicanálise localiza o *político* enquanto o campo de negociação por excelência, inescapável pelo próprio fato de que não é possível cristalizar uma forma da verdade que não seja a afirmação da diferença. Sustentamos, desse modo, que a introdução da questão da verdade tem como horizonte a produção de um conhecimento sobre sofrimento psíquico que coloque em xeque, a todo momento, seus pressupostos epistemológicos, ontológicos, éticos e políticos.

Palavras-chave: Verdade; Psicanálise; Filosofia da ciência; Sofrimento psíquico

ABSTRACT

BEER, P. A. C. **The question of truth in the production of knowledge about psychic suffering: considerations inspired by a critical reading of Ian Hacking and Jacques Lacan.** 2020. 265 p. Thesis (PhD) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

This thesis aims to reaffirm the necessity of the debate about the status of *truth* in the context of knowledge production about psychic suffering. It states, first and foremost, that ‘truth’ is employed in two different outlines: on one hand, it is employed to legitimize produced knowledge, thus establishing normative patterns; while on the other hand it is presented as a disruptive element, working as a critical instance to established knowledge. Considering truth in such terms locates knowledge in terms both of its necessary as its variable character, and the term ‘truth’ itself stand dependent on *epistemological, ontological, ethical and political elements*. This standpoint articulates with Ian Hacking’s historicized understanding of science, which enables the consideration of *contingent* bases to scientific practice but still producing knowledge that must be considered as *necessary*. In this sense, it is possible to establish a field in which normative understandings about scientific praxis might be criticized without resulting in any kind of refusal or disqualification of the produced knowledge. In addition, his proposition of a “historical ontology” and of a “dynamic nominalism” presents an important contribution to understand the workings of knowledge production in the context of psychical suffering, by introducing into the debate the consideration of the ontological effects of produced knowledge. Taking these issues into account the thesis moves on to the matter of the way in which the concept of truth is construed within Lacanian psychoanalysis, focusing on three main elements: 1. truth’s autonomy toward the subject (*truth speaks*), 2. the opposing and temporary character of a positivized truth facing established knowledge (*truth as critique*), and 3. the negative dimension of truth, which relates to the inexhaustibility of this dialectical process of negations (*truth as radical difference*). It is argued that it is possible to sustain a particular reasoning style (in Hacking’s terms) for psychoanalysis, based on a radical conception of *negativity*. Also, both rationalities (Lacan’s and Hacking’s) work with a historicized understanding of knowledge that does not have any external (nor internal) criteria to warrant its truth. However, psychoanalysis takes negativity beyond Hacking’s philosophy of science, offering a wider range of possibilities when thinking about causality for psychic suffering. Both ways (albeit with different intensities) lead to a consideration of the necessary ethical and political implication in knowledge production and deployment – once there is no epistemological warranty to knowledge, its production value is tied to social agreements and ethical positionings. There is, therefore, the necessity of considering power relations.

Keywords: Truth; Psychoanalysis; Philosophy of Science; Psychic Suffering

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Nelson da Silva Junior, pelos ótimos anos de trabalho que atravessamos juntos. Agradeço o apoio, o respeito, o rigor e, sobretudo, a parceria. Obrigado.

A Stephen Frosh pela acolhida no estágio de pesquisa em Birkbeck, me mostrando outros jeitos de trabalhar. Agradeço a o interesse e a liberdade, nesse período que me ajudou a escolher diversos caminhos.

A Christian Dunker e a Léa Silveira pelas leituras atentas no exame de qualificação, e pelas contribuições generosas ao longo de todo o trabalho. A Gilson Iannini, pelo empurrão inicial e pelo caminho das pedras. A Marcelo Ferretti, pelas trocas leves e potentes. A Ilana Katz, por essa nova parceria: gentil, cuidadosa e implicada.

A Hugo Lana, Pedro Ambra, Rafael Alves Lima, Diego Penha e Paulo Sérgio de Souza Jr, pelo trabalho em conjunto, as conversas, as madrugadas. Pela presença e pela inquietação constante. Ao Paulo Sérgio, ainda, pela leitura atenta e cuidadosa. A Wilson Franco, por todos os projetos mirabolantes e pelo espaço para a loucura. A Beatriz Santos, pela amizade leve e sorridente.

A todos que passaram e que chegaram no grupo de orientação, pelo trabalho em conjunto. Em especial Mario, Heitor, Guilherme, Lia, Leilane e Matheus, muito obrigado!

Aos colegas de Birkbeck: Marita, Ayelen, Iulia, Ana, Valeh, Josh. Foi ótimo conhecer um pouco o mundo de vocês. A Aline, meia de lá, meia de cá. A Sue Goldblatt e Jon Stanley, por nos ajudarem a sentir em casa. E a Hugo Tannous, amigo de longe e tão querido.

Aos amigos do Latesfip, por fazerem o trabalho ser tão prazeroso: Clarice, Ronaldo, Fábio, Márcia, Alessandra, João, Júlio, Rafa, Helgis, Antonio, Vivi, Beethoven, Aline, Fabrício, Lucas, Augusto e tantos outros.

A Bel Tatit e Rodrigo Alencar, companheiros da maior aventura que se pode imaginar. A Gabi Berna, Gabi Boas, Karina Bueno, Flávio Bragaia e Carol Colombo, pelo carinho, pelas

conversas. A Lenara e André, por todo afeto. A Jonas Boni, pelas contribuições. A Pedro Obliziner, pela presença tranquila.

A Cristiane Nakagawa, pela amizade, pela parceria, pelo convite. A Fabio Carezzato e Yuri Nishijima: é um prazer trabalhar ao lado de vocês. A Danielle Gimenes e José Moura, pela construção de algo melhor. A todos os membros e parceiros do Núcleo de Estudos e Trabalhos Terapêuticos, pela força e cumplicidade.

A meus amigos de colégio, por todas as tardes em que pudemos discutir de tudo um pouco: Tchelo, Zé, Gabi, Guti, Vi, Zaik, Alan, Gai, Alemão, Pedrão, Durval, Tatu, Gordon, Flávia, Lupo e Rafinha. À Nina, amiga querida. Aos amigos da Fúria FFLCH: sempre um privilégio.

A Dri, Chris, Malu e Tom, pelos encontros nos lugares mais lindos, e com tanto carinho.

A minhas irmãs, Andrea e Marina, cujas expectativas me fazem querer ser melhor. A meus cunhados, André e Guilherme, pela amizade.

A meus sogros, Cidinha e Nelson, por todo o apoio, sempre.

A meu pai, Raul, por ter me ensinado que sempre há uma pergunta a mais. A minha mãe, Maria Lucia, por mostrar que nem sempre precisamos responder.

A Tereza, que me mostra caminhos que nunca imaginei.

A Luiza, minha companheira, obrigado. Nem com todas as palavras seria possível dizer como é bom viver ao seu lado.

Agradeço à FAPESP (nº 2016/03096-7 e 2018/09753-5) pelo apoio na realização da pesquisa.

Sumário

Introdução – a verdade, a crítica e a variabilidade	11
Verdade entre conhecimento e política.....	12
O silenciamento da verdade.....	17
Formas de se perguntar sobre a verdade.....	22
Ian Hacking e a defesa crítica do conhecimento.....	24
A verdade na psicanálise enquanto negação do estabelecido	26
Lacan e Hacking	31
As políticas da verdade	32
Caminho.....	33
Capítulo 1 – A ciência entre verdade e veracidade	36
1.1 Ian Hacking e a questão da verdade.....	37
Verdade e veracidade	38
Realismo de entidades e crítica da representação.....	44
Intervenção	46
Positivismo e antirrealismo	48
A questão da linguagem em Hacking.....	52
Intervenção e causalidade.....	53
1.2 Estilos de raciocínio.....	56
Os estilos e as ciências	58
Métodos de raciocínio e objetos	62
Autorreferência.....	63
Estilos e história	66
1.3 Construção social e o relativismo radical	68
O que se constrói	69
Contingência, nominalismo e estabilidade	72
Variabilidade	75
Capítulo 2 – Ontologia histórica e patologias transientes	77
Verdade, evidência e objetos biológicos	80
Alguns apontamentos acerca das discussões sobre as diferenças de objetos	82
O objeto e o sujeito entre a psicanálise e a filosofia da ciência.....	86
Influências	89
2.1 - Inventando pessoas.....	91
Tipos interativos e retroação.....	98
2.2 - As patologias transientes	104
A centralidade do conhecimento e os nichos.....	107
2.3 - Múltipla personalidade	113
Tentativas de validação	116
Memória, verdade e causação.....	120

Memória, verdade e psicanálise.....	123
Conhecimento profundo e conhecimento superficial	127
Capítulo 3 – Uma forma própria de verdade	135
3.1 – A verdade e nada mais	135
A ciência ideal da psicanálise.....	136
A verdade separada do conhecimento	141
3.2 – A verdade, a psicanálise, as ciências	144
Objetos, verdades e falsidades.....	146
A resistência entre verdade e defesa.....	148
Verdade e negação: a negatividade como estilo	151
Linguagem.....	155
Estabilização e sustentação.....	159
Validação.....	163
Capítulo 4 - Um sujeito histórico	167
4.1 Ciência e sujeito.....	167
Lacan e Descartes	173
O conhecimento não garantido	179
4.2 - O nominalismo dinâmico em outro estilo de raciocínio.....	184
O sentido dos sintomas e os processos analíticos.....	188
Sintoma e verdade	192
Mal-estar, sofrimento e sintoma como efeitos da negatividade.....	194
Capítulo 5 – Verdade e causa.....	200
Patologias não transientes e estabilidade.....	204
Objetos, alvos e classificações.....	206
Realidade das doenças	208
5.1 - Problemas	212
Depressão no Japão	213
A questão do placebo.....	218
Crise da psiquiatria	224
5.2 - A verdade como causa.....	229
Verdade como causa formal e material	232
Verdade, causa e ética	234
Verdade, negatividade e estabilidade	237
A verdade no conhecimento	239
Conclusão – Políticas do conhecimento.....	243
O conhecimento e a política	246
A verdade e o político.....	249
Referências bibliográficas	254

Introdução – a verdade, a crítica e a variabilidade

O objetivo desta tese é reafirmar a necessidade de debate sobre a questão da verdade na produção de conhecimento. Mais especificamente, na produção de conhecimento sobre o que usualmente nomeamos enquanto sofrimento psíquico¹. Essa afirmação tem como ponto de partida uma aceção geral de que a questão da verdade carrega dois elementos principais: por um lado, ela diz respeito à decidibilidade da pertinência de saberes e proposições (e eventual discernimento sobre divergências e avaliação de propostas concorrentes); por outro, contém um espectro simultaneamente normativo e disruptivo.

Em outras palavras, uma aceção inicial indica que o termo *verdade* congrega parâmetros de justificação (*x é verdadeiro porque...*), assim como de normatividade, tanto no estabelecimento (isso é *o* verdadeiro) quanto na crítica de normas (apesar de *x* ter sido estabelecido anteriormente, vemos que *y* é verdadeiro inviabilizando *x*). Trata-se, portanto, de um termo que oscila entre o estabelecimento de certezas e a variabilidade disso que pode ser afirmado — vertente corroborada pela possibilidade de crítica a verdades estabelecidas.

Além disso, aquilo mesmo que é possível afirmar enquanto a verdade de *x* depende de como definimos *x*. Porém, a definição do objeto também depende dos modos como estruturamos as possibilidades de conhecimento. Logo, partimos de um entendimento de que a verdade abarca a relação entre o conhecimento e seus objetos, carregando um potencial de justificação e de normatividade (e disrupção).

Essa questão tem relevância na produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico por uma série razões. Apresentaremos essas razões de modo bastante sucinto agora, e iremos desdobrá-las ao longo desta introdução. Primeiramente, porque essa problemática tem assumido um discurso cada vez mais homogeneizado e acrítico em relação a seus pressupostos, tomando enquanto referência de verdade explicações e terapêuticas com base biológica (Rose, 2018; Turriani et al., 2018; Insel, 2013; Dunker & Kyrillos Neto, 2011; Costa Pereira, 1996; 2000). Mais que isso, a circunscrição do biológico enquanto parâmetro de verdade tem sido feita não enquanto uma opção concorrente a outras, mas com um apagamento do debate possível sobre distintas formas do tratamento da questão (Rose, 2018; Rose & Abi-Rached, 2013; 2014; Insel, 2013; Watters, 2010).

¹ Frente à grande variação de empregos desse sintagma, temos como referência mais geral o modo como trabalhado por Dunker (2015).

A clínica e o pensamento psicanalítico, por outro lado, têm se mostrado uma alternativa viável e consistente no decorrer dos anos. Porém, frente a isso, a questão da cientificidade da psicanálise tem sido mobilizada, e isso é frequentemente feito num sentido problemático de adequação do pensamento psicanalítico aos parâmetros de verdade das ciências biológicas (Beer, 2015; 2017; 2018; Winograd, 2004).

O que esta pesquisa propõe enquanto questão, ao defender a importância do debate sobre questão da verdade na produção de conhecimento, pode ser apresentado como: quais seriam os efeitos de uma mudança na definição da verdade para a problemática do sofrimento psíquico? É uma pergunta que parte do entendimento de que a verdade, assim como o conhecimento científico, apresenta um caráter contingente e variável, o que localiza a própria questão da verdade não somente enquanto algo que habita os campos da epistemologia e da ontologia (tradicionalmente ligados a discussões em filosofia da ciência), mas também da ética e da política. Nesse sentido, propomos retomar a questão da verdade na psicanálise de orientação lacaniana e na filosofia da ciência de Ian Hacking, por entendermos que essas duas linhagens apresentam acepções de verdade com diversos pontos de compatibilidade, podendo contribuir para o avanço do debate.

Verdade entre conhecimento e política

É claro que apontar a verdade enquanto um termo frequente na ética e na política não consiste em nenhuma novidade. Muito menos o seu caráter contingente e variável, especialmente quando habitando esses campos. Algo que pode ser visto, por exemplo, na mobilização do termo *verdade* no campo da política, sendo um dos principais objetos de disputa por grupos claramente divergentes.

Lembremos das apropriações da célebre afirmativa do evangelista João (“conheceis a verdade, e a verdade vos libertará”, João 8:32), retomada por Martin Luther King Jr. em 1968 e, cinquenta anos depois, elegida como mantra por Jair Bolsonaro em sua campanha eleitoral. Apenas cinquenta anos de diferença, e a verdade sendo mobilizada como qualitativo de projetos radicalmente distintos. Muito embora o potencial conflitivo contido no caráter variável da verdade não demande qualquer espaçamento temporal, uma vez que projetos antagônicos disputam a verdade a cada momento: basta lembrar, por exemplo, que numa linha

explicitamente crítica ao projeto de Bolsonaro, a Estação Primeira de Mangueira tem o mesmo trecho do evangelista João como inspiração de seu samba-enredo de 2020².

Entretanto, isso passa longe de esgotar o tema quando a questão da verdade é pensada em relação à produção de conhecimento. Isso porque, como bem aponta Isabelle Stengers (1993/2000), por mais que a política seja um elemento inescapável para se pensar a ciência, não significa que o campo científico possa ser reduzido ao político. Mesmo que, como afirma a autora, a política seja um elemento central para a consideração da decidibilidade na ciência — seja na avaliação de proposições aceitas enquanto científicas, mas concorrentes; seja na demarcação do campo científico em relação àquilo que não deveria ser considerado ciência —, isso não deveria resultar na deslegitimação do trabalho epistemológico e ontológico próprios à prática científica.

Assim, a questão da política se presentifica, antes de tudo, pelo fato de a ciência ser uma atividade pública, que diz respeito a todos. Não se trata somente de disputas de poder, mas do entendimento de que as questões mobilizadas se inserem num campo compartilhado, em que o debate deveria girar em torno de como estabelecer parâmetros para a produção do melhor conhecimento possível — a própria definição de “melhor possível” sendo solidária à ideia de algo que diz respeito a todos. Essa seria, segundo Stengers, uma inscrição política do fazer científico; porém, como insistimos e insistiremos no decorrer do texto, os resultados de trabalhos epistemológicos e ontológicos — de metodologia, experimentação, demonstração etc. — não devem ser reduzidos ou desconsiderados por causa disso.

Tal insistência na irredutibilidade da ciência à política mostra-se uma preocupação inegociável na atual conjuntura social. Isso porque temos sido confrontados com ondas de negacionismos científicos sobre as mais diversas questões; ondas que usualmente tomam de modo absolutamente equivocado discussões realizadas sobre o caráter variável ou inevitável da ciência. Certos posicionamentos que negam o aquecimento global, por exemplo, têm criado uma espécie de relativismo radical em que resultados de estudos científicos podem ser simplesmente desacreditados pelo fato de responderem a critérios específicos de produção. A ideia subjacente a esse tipo de posicionamento é de que a produção científica poderia ser totalmente moldada de acordo com os objetivos daqueles que a produzem, de modo que a denúncia dos supostos objetivos serviria enquanto argumento para sua deslegitimação. Além

² Vale ressaltar, ainda, que essa escolha de tema é imediatamente posterior à consagração de um samba-enredo dedicado à memória de Marielle Franco, considerado o melhor do Carnaval do Rio de Janeiro de 2019. Neste anterior, a oposição a Jair Bolsonaro já era explícita, e se acentua ao se colocar em disputa a verdade.

disso, o denunciante ganharia a legitimidade de afirmar o saber verdadeiro, uma vez que não partilharia dos vícios dos denunciados.

Esse funcionamento se mostra refratário inclusive a uma apresentação mais rigorosa, já que não poderia passar mais longe de uma discussão científica. Afirmamos isso não a partir de uma proposta de epistemologia ou metodologia normativas na definição do que é ciência, mas da alusão a certos traços que poderiam ser considerados enquanto essenciais: uma prática pública em relação a seus processos de produção de conhecimento e de transmissibilidade, que possa sempre ser questionada e reinventada a partir de parâmetros compartilhados de racionalidade.

Embora demasiadamente ampla e não imune a questionamentos, apresentamos essa rápida definição somente para explicitar a estranheza de posicionamentos como o do Ministro da Cidadania, Osmar Terra, que se dá o direito de recorrer e embargar a publicação de um estudo rigorosamente produzido pela Fundação Oswaldo Cruz em razão dos supostos interesses da instituição, principalmente, por conta das provas cabais que ele mesmo teria acesso em seu dia-a-dia. É o que ele afirmou em uma entrevista concedida ao jornal *O Globo*:

Na minha opinião, as pesquisas da Fiocruz estão sendo montadas para provar que não tem epidemia [de uso de drogas no Brasil]. Agora, anda na rua no Rio de Janeiro e vê a quantidade crescente de pessoas se drogando nas ruas. Se isso não é uma epidemia, eu não entendo mais nada do que é epidemia. (Terra em Furlaneto, 2019).

Trata-se, devemos lembrar, não somente da declaração de um ministro, mas também de um médico, ou seja, alguém que teria um mínimo de formação em pesquisa e metodologia científicas. Trata-se, não obstante, de uma declaração que concerne ao sofrimento psíquico, o que nos leva de volta à circunscrição que pretendemos ter como horizonte.

Desse modo, se tomamos como uma necessidade imperativa a discussão sobre os parâmetros em que a questão da verdade é colocada na produção de conhecimento sobre o sofrimento psíquico, devemos estar atentos aos efeitos que essa discussão pode desencadear. Especialmente porque um dos campos que inevitavelmente é afetado pela discussão que propomos aqui é aquele conhecido como “saúde mental”, termo usualmente mobilizado em discussões sobre políticas públicas — onde o debate em relação ao modo como se produz conhecimento revela seus efeitos diretos na vida das pessoas.

Nossa pesquisa de mestrado (Beer, 2015) já se inseria nesse campo de preocupações em relação àquilo que é considerado, ou não, legítimo enquanto conhecimento e prática clínica, e

seus efeitos em políticas públicas de saúde mental. Um dos pontos de partida para essa pesquisa havia sido o fechamento de um serviço de psicanálise para crianças e adolescentes da Universidade Federal de São Paulo, o Centro de Referência da Infância e Adolescência (CRIA), sob o argumento de que não haveria embasamento científico para o uso da psicanálise nesse tipo de serviço (Kupfer, 2013). Esse fechamento foi revertido — ao menos momentaneamente —, mas o quadro só se deteriorou nos últimos anos: de um lado, aprofundou-se a aposta em um modelo medicalizado para o tratamento do sofrimento psíquico; e por outro, práticas sem qualquer tipo de embasamento ou discussão pública têm se popularizado, como o emprego de tratamentos religiosos em comunidades terapêuticas³.

Esses tipos de obscurantismo e negacionismo não são fenômenos que se restringem ao cenário brasileiro. Ao contrário, são posicionamentos que vêm ganhando atenção ao redor do mundo com diversas pautas, frequentemente nomeados como “fatos alternativos”. É a nomeação correspondente à ideia de que seria possível produzir fatos correspondentes àquilo que se quer defender, basta desenhar bem os parâmetros de pesquisa. Uma espécie de relativismo total, entendida por muitos como um efeito de discussões impulsionadas por críticas provenientes de disciplinas como sociologia ou antropologia da ciência. Estas indicariam o fracasso de posicionamentos realistas e internalistas em sustentar o funcionamento da prática científica enquanto algo autônomo, independente de atravessamentos exteriores a seu próprio campo.

Embora esse tipo de crítica possa ser reconhecido em obras como *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* (Fleck, 1935/2010), ou mesmo que formas de compreensão menos idealizadas pudessem ser encontradas na linhagem francesa de filosofia da ciência — com Gaston Bachelard e Alexandre Koyré (Hacking, 1983/2012) —, há dois eventos que parecem ter intensificado esse debate de maneira singular, estabelecendo o que então viria a ser conhecido como *Science Wars* (guerras da ciência), que opõe relativistas (ou construcionistas) e realistas radicais. O primeiro é a publicação de *A estrutura das revoluções científicas* por Thomas Kuhn (1962/2013), o qual introduziu de maneira incontornável a centralidade da história para se pensar a filosofia da ciência. Como aponta Hacking (1983/2012), a proximidade de Kuhn com as ciências naturais e sua circulação no mundo anglo-saxão poderiam ser os fatores diferenciais que o fizeram ter o impacto que seus predecessores não tiveram. O segundo seriam os trabalhos de Bruno Latour, antropólogo e filósofo francês

³ Ambas as tendências podem ser encontradas na Nota técnica sobre saúde mental nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS.

que ficou conhecido por sua crítica a um ideal de autonomia das ciências, explicitando os seus atravessamentos “mundanos”.

Diferentemente de crises éticas ou linguísticas que já foram enfrentadas, ou mesmo dos acalorados debates suscitados dentro das *Science Wars*, em que construcionistas e racionalistas — para empregar dois termos conhecidos entre diversos possíveis — travaram embates que em muito contribuíram para mudanças e avanços no campo da filosofia da ciência⁴, estes acontecimentos contemporâneos conhecidos como “fatos alternativos” parecem estabelecer um outro tipo de relação com o conhecimento, levando a deslegitimação relativista ao limite.

Latour tem sido o alvo de críticas e acusações recorrentes, que tratam sua obra como algo que teria contribuído em grande medida para que se chegasse nessa situação, em especial os livros *Vida de laboratório* (Latour e Woolgar, 1979/1997) e *Jamais fomos modernos* (Latour, 1991/2007). Em uma entrevista em que foi questionado sobre isso, o autor é bastante preciso em afirmar que aquilo que possibilitou e precipitou o problema atual seria justamente um posicionamento indevido da ciência em relação à sua própria prática e à verdade (Latour em Kofman, 2018).

Nesse sentido, Latour reconhece que, mesmo que fosse prazeroso contribuir para que a ciência perdesse um pouco de autoridade, isso só fazia sentido porque era também uma denúncia de algo que estava funcionando mal. Por outro lado, o francês tem se engajado ultimamente na defesa do conhecimento científico, em especial sobre o tema de mudanças climáticas — outro tópico frequentemente alvo de fatos alternativos —, como pode ser visto em alguns de seus livros recentes (1999a/2017; 1999b/2018; 2015).

De fato, uma leitura minimamente honesta dos textos do autor deixa claro que não há, ali, qualquer desqualificação do empreendimento científico, muito embora alguns ideais como autonomia, progresso, isenção etc. fossem combatidos. Mas é necessário lembrar que Latour dá grande centralidade a seu conceito de irredutibilidade, segundo o qual, mesmo que o fazer científico pudesse ser atravessado por questões políticas, institucionais, contingenciais etc., a ciência não poderia — tampouco deveria — ser reduzida a essas questões. Latour não deixa de preservar, assim, o valor que imputa às ciências, embora também defenda seus limites.

Apresentamos essas considerações iniciais sobre o nosso entendimento de como certos radicalismos devem ser evitados porque entendemos ser esse um cuidado indispensável no trabalho que propomos. Entendemos, e tentaremos demonstrar isso durante o trabalho, que discutir a questão da verdade é adentrar problemáticas simultaneamente epistemológicas,

⁴ Ver Hacking (1999; 2002/2009)

ontológicas e políticas, algo que deve ser feito a partir da consideração do posicionamento ético demandado por tal tarefa. Desse modo, se propomos a intensificação desse tipo de discussão, nós o fazemos com o intuito de questionar a produção de conhecimento nos parâmetros que apresentamos anteriormente de modo breve: enquanto uma produção pública, tanto em relação a seus resultados como a seus pressupostos; e como algo que diz respeito a todos.

O silenciamento da verdade

Se apresentamos um direcionamento inicial em relação ao que pode ser chamado de psiquiatria biológica (Rose, 2018), é por entendermos que se trata de uma prática clínica e de investigação praticamente dominante em boa parte do mundo (Watters, 2010). Essa dominância, entretanto, não se baseia necessariamente em méritos inerentes ao seu pensamento e a suas terapêuticas, mas a um modo de apresentação extremamente combativo que tem como marca não só a colonização de novos lugares, mas também a deslegitimação de concorrentes (*ibidem*). Eis aí algo que facilmente se aproxima de um diagnóstico que Isabelle Stengers faz da história da ciência moderna de modo geral, que demandaria esse tipo de hegemonia — uma vez que teria na demarcação entre ciência e não ciência uma marca incontornável de sua legitimidade (Stengers, 1993/2000). Segundo a autora, esse tipo de posicionamento é articulado justamente à questão da verdade, uma vez que a fronteira principal — a ser defendida com unhas e dentes — seria aquela entre o saber verdadeiro e as ficções.

Entretanto, esse entendimento de que a deslegitimação e um tipo de demarcação normativa se relacionam a uma disputa pelo verdadeiro já é o resultado de um trabalho de recuperação de um debate sobre algo muitas vezes silenciado. Trata-se de um diagnóstico, partilhado por diversos autores — entre eles Lacan ([1953]1966/1998; 1966/1998) e Hacking (2002b; 2005) —, de que a ciência moderna teria como traço certo desinteresse (ou rejeição) pela questão da verdade. Talvez isso fique mais claro se fizermos uma inversão dos termos (um desinteresse ou rejeição pela *verdade enquanto questão*), ideia que Lacan imputa à sua leitura de Koyré — de que a fecundidade do empreendimento científico moderno seria possibilitada pelo desvio dessa problemática, relegada às páginas dos filósofos.

Essa rejeição não seria, contudo, a desconsideração do conhecimento enquanto verdadeiro, muito pelo contrário: como se não houvesse nada a ser discutido em relação à verdade do conhecimento produzido a partir das normas postuladas pela comunidade científica. Trata-se, desse modo, de uma rejeição da questão da verdade enquanto uma pergunta sobre a

sua variabilidade, sobre o caráter contingencial do conhecimento. Uma rejeição dos questionamentos sobre a verdade, e não da qualidade de verdadeiro.

Como indicamos anteriormente, esse tipo de concepção foi intensamente questionado na segunda metade do século XX. O que não significa que o modo de relação com o conhecimento tenha se modificado completamente, seja por parte da comunidade científica, seja por parte da sociedade. Se é possível reconhecer efeitos de um relativismo radical em argumentações que se baseiam em ideias como *factos alternativos*, elas parecem conviver sem grandes problemas com posicionamentos que tomam a ciência enquanto uma verdade absoluta e indiscutível. E esse parece ser o caso da psiquiatria biológica, a qual curiosamente consegue ficar em bons termos com explicações religiosas radicais sobre sofrimento psíquico⁵.

Como indica Nikolas Rose em seu *Our psychiatric future* (2018), o que é surpreendente em relação à psiquiatria biológica contemporânea é que, mesmo em face de uma crise generalizada em relação a seus métodos de pesquisa e terapêuticas, a resposta tem consistentemente evitado um questionamento sobre o que estaria em jogo em suas referências de conhecimento verdadeiro. Ao contrário, o que se vê é um aprofundamento da aposta biologicista, mesmo que pareça absolutamente irracional em boa parte dos casos. O que se vê, em termos discursivos, é justamente uma rejeição desse tipo de questionamento que se dá pela indiscutibilidade da afirmação do orgânico enquanto caminho.

Isso pôde ser visto com clareza em 2013, quando o Instituto Nacional de Saúde Mental norte-americano [National Institute of Mental Health] declarou seu rompimento com o Manual Diagnóstico Estatístico que estava em sua quinta versão (American Psychiatric Association, 2013), afirmando que não financiaria nenhuma pesquisa que tivesse o manual enquanto diretriz por não ser científico o suficiente. Apontamos isso não no intuito de defender o modo de pesquisa e as terapêuticas veiculadas pelo DSM, algo que já apresentava um intenso pendor biologizante (Turriani et al., 2018; Dunker & Kyrillos Neto, 2011; Costa Pereira, 1996; 2000), mas para ressaltar o fato de que essa crítica se dava pelo fato de o manual não ser biológico o suficiente. Como afirmou Thomas Insel, diretor do instituto na época:

Sua fraqueza é sua falta de validade. Diferente de nossas definições de doença cardíaca isquêmica, linfoma ou AIDS, os diagnósticos do DSM são baseados em um consenso sobre agrupamentos de sintomas clínicos, e não em alguma medida laboratorial objetiva. No resto da medicina, isso seria equivalente a criar sistemas diagnósticos baseados na natureza da dor no peito, ou na qualidade da febre. De fato, diagnósticos baseados em sintomas, que já foram

⁵ Sobre isso, além da supracitada nota técnica de saúde mental, ver o interessante trabalho de Mariana Côrtes (2017).

muito comuns em outras áreas da medicina, têm sido largamente substituídos nos últimos 50 anos, a partir do entendimento de que somente o sintoma raramente indica a melhor escolha de tratamento. Pacientes com transtornos mentais merecem mais que isso. O instituto nacional de saúde mental lançou o projeto Research Domain Criteria (RDoC) para transformar o diagnóstico ao incorporar genética, imagens, ciência cognitiva e outros níveis de informação para estabelecer as fundações para um novo sistema classificatório. (Insel, 2013; tradução nossa)

Como vemos nessa declaração, não há qualquer tipo de questionamento sobre a pertinência do modelo biológico para a explicação e o tratamento de transtornos mentais. Isso indica um modo de estabelecimento do verdadeiro enquanto algo não discutível, e que recorre a argumentos ligados à possibilidade de localização e de reconhecimento de evidências. Encaminhamentos concorrentes são praticamente ridicularizados, numa manobra que se mostra muito mais retórica do que qualquer outra coisa. Algo que curiosamente tenta disputar lugar com outra compreensão, extremamente popularizada, que tem se estabelecido como referência para práticas clínicas, usualmente indicado pelo qualitativo *baseado em evidências*. Trata-se de uma racionalidade clínica baseada em princípios epidemiológicos que tratam enquanto evidência mais forte meta-estudos que reúnam centenas de experimentos randomizados.

Kathryn Montgomery apresenta, em seu *How doctors think* [Como médicos pensam] (2005), uma breve explicação sobre o percurso que a ideia das evidências tomou nas últimas décadas em relação a práticas clínicas. Se num primeiro momento as evidências eram invocadas pontualmente, enquanto um instrumento de decisão entre técnicas específicas que colocavam dúvidas em relação a seus empregos clínicos, a noção de evidência parece ter se autonomizado, ganhando independência em relação ao contexto bastante definido em que elas eram inseridas anteriormente. O que vemos, curiosamente, é que o próprio termo “evidência” — o qual certamente apresenta uma amplitude muito maior do que seu emprego nessa nova vertente epidemiológica — parece, ele mesmo, ter se autonomizado em relação ao grupo que o colocou em evidência, ganhando sentidos diversos, porém sempre carregados de uma suposição de superioridade em relação a outros tipos de inferência.

No caso da psiquiatria, evidências observacionais (especialmente as orgânicas) são elevadas a uma posição de referência, como se fossem capazes de indicar de modo neutro, somente por sua observação, condutas a serem adotadas ou horizontes terapêuticos a serem definidos. É claro que o modo como o termo “evidência” é empregado apresenta certa amplitude; entretanto, é notório o modo como o sintagma *baseado em evidências* parece ter se tornado um sinônimo de legitimidade. Como se houvesse um tipo de correspondência entre evidência e verdadeiro, o qual, entretanto, desviaria de todas as discussões filosóficas que o

termo “verdade” parece carregar. No campo da psiquiatria, esse emprego é tão massivo que tem produzido respostas explícitas, como o projeto — capitaneado por Bill Fulford e John Sadler — nomeado de “psiquiatria baseada em valores” (Fulford, 2008).

Deve-se notar que esse tipo de racionalidade evidencialista parece se expandir de modo acrítico, num tipo de demanda de adequação de não importa qual disciplina a um mesmo tipo de sustentação. Isso esbarra, como indicado, em considerações sobre a cientificidade da psicanálise, usualmente concentradas na acusação de a clínica e a teoria psicanalíticas não serem capazes de produzir validações legítimas. Pudemos trabalhar essa questão numa pesquisa anterior (Beer, 2015; 2017); entretanto, há uma questão subjacente à possibilidade (ou não) da produção de evidências, que é o que se quer dizer por evidência. Como vemos no modo como Edward Erwin (2015) discute a produção de evidências para a o pensamento psicanalítico, a relação da verdade com as evidências pode ser supostamente resolvida de modo não somente arbitrário, mas também potencialmente frágil:

Para determinar a verdade, nós claramente precisamos de evidências. No caso de Freud, o estatuto de evidências a favor e contra suas teorias e reivindicações terapêuticas tem sido disputado há muito tempo. Algumas dessas disputas são principalmente empíricas e não precisam levantar nenhuma questão filosófica importante. Outras discordâncias levantam questões fundamentais. As evidências obtidas pela observação de pacientes na psicanálise podem embasar a teoria freudiana, ou mesmo qualquer tipo de teoria psicanalítica? Freud achava que sim, mas outros o desafiaram em relação a isso (Grünbaum, 1984). Outra questão é ainda mais fundamental: o que conta como evidência para qualquer teoria psicológica, ou mesmo para qualquer tipo de teoria? (Erwin, 2015, p. 38; tradução nossa)

Entretanto, Erwin apela a Tarski para definir o seu parâmetro de verdade. Ao recuperar a formulação de Tarski de que algo é verdadeiro se e somente se for verdadeiro, Erwin aponta que tal estatuto de verdade deve ser alcançado via evidências. Nesse sentido, algo só pode ser considerado uma evidência se e somente se for uma evidência. Uma circularidade que leva à afirmação da observação enquanto algo que não pode ser contestado, já que responderia ao critério de verdade de Tarski:

Os melhores candidatos a evidência em si são, é claro, evidências observacionais. Ninguém se opõe a isso, exceto alguém que negue que qualquer tipo de evidência é evidência em si. Eu não vou discutir essa posição aqui porque acredito que ela leva a um ceticismo completo sobre evidências, uma posição não atrativa para qualquer pessoa tentando fornecer suporte evidencial para a teoria psicanalítica. (Erwin, 2015, p. 40; tradução nossa)

O problema se explicita no tanto que o autor utiliza a teoria da verdade proposta por Tarski, a qual se insere em um debate específico sobre línguas artificiais, e usa isso com o claro intuito de evitar uma discussão problematizadora. Como bem aponta Hacking (2002b), o próprio Tarski indicava certo desconforto em relação à aplicação de sua teoria para ciências empíricas, já que essa formulação do *se e somente se* funcionaria prioritariamente com sentenças lógicas. Tal redução permite, entretanto, a localização de evidências *per se* enquanto a garantia final da validade de uma teoria, num texto em que ele justamente se debruça sobre uma diferenciação entre evidências *per se* e evidências secundárias. Mas com bases frágeis.

Ora, se a separação entre diferentes tipos de evidências num sistema hierarquizado demanda uma discussão específica para que se diferencie e valorize os seus distintos graus de validade, não é difícil imaginar que um olhar mais aprofundado sobre a questão revele que o termo “evidência” não responde às expectativas construídas sobre ele em certos entendimentos hegemônicos do fazer científico. Parece que a definição daquilo que é evidência não é assim tão evidente. Não se trata, entretanto, de avançar num sentido em que as evidências devam ser negadas, mas de que a própria definição do que é evidência — assim como o uso que aquilo que é assim considerado terá dentro da estruturação do processo de produção de conhecimento — deve ser localizado dentro do sistema de pensamento que o sustenta.

Paul Feyerabend já criticava essa tendência décadas atrás (Feyerabend, 1978/2003), afirmando que o modo como o recurso indiscriminado a um ideal de evidências empobrecia tanto o processo de produção de conhecimento quanto o debate sobre o estatuto do próprio conhecimento. Em linhas gerais, como pode ser demonstrado na argumentação de Erwin, o tal recurso parece sustentar um tipo ingênuo de empirismo, ao creditar valor total a dados empíricos (preferencialmente experimentais), sem qualquer tipo de tratamento crítico sobre os atravessamentos presentes em qualquer produção de dados⁶. Embora diversos autores tenham seguido a trilha do famigerado epistemólogo anarquista, parece que certas demandas sobre o

⁶ “A consideração de todas essas circunstâncias, de termos observacionais, núcleo sensorial, ciências auxiliares, especulação de pano de fundo, sugere que uma teoria pode ser inconsistente com a evidência não porque seja incorreta, mas porque a evidência está contaminada. A teoria é ameaçada porque a evidência ou contém sensações não analisadas que correspondem apenas parcialmente a processos externos, ou porque é apresentada em termos de concepções antiquadas, ou porque é avaliada com o auxílio de disciplinas auxiliares atrasadas. A teoria copernicana encontrava-se em dificuldades por todas essas razões. É esse caráter histórico-fisiológico da evidência, o fato de que ela não só descreve algum estado de coisas objetivo, mas também expressa concepções subjetivas, míticas e há muito esquecidas a respeito desse estado de coisas, que nos força a olhar de maneira nova para a metodologia. Mostra que seria extremamente imprudente permitir que a evidência julgue nossas teorias diretamente e sem mais cerimônia. Um julgamento direto e não qualificado das teorias pelos ‘fatos’ com certeza eliminará ideias simplesmente porque não se ajustam ao referencial de uma cosmologia mais antiga. Assumir resultados experimentais e observações como dados e transferir o ônus da prova para a teoria significa admitir a ideologia observacional como dada sem sequer tê-la examinado” (Feyerabend, 1978/2003, p. 87).

papel da ciência conseguem se sobrepor a debates como esse, desconsiderando discussões que problematizam o uso instrumental inadvertido do conhecimento produzido. Como afirma Stengers (1993/2000), a desconsideração dos atravessamentos políticos do fazer científico demonstram, na melhor das hipóteses, um otimismo injustificável em relação à capacidade da epistemologia em prover uma sustentação total na demarcação do campo científico.

Formas de se perguntar sobre a verdade

Isso nos leva, entretanto, ao modo como encaminharemos nossa discussão. Pois, muito embora a verdade ocupe uma posição central na filosofia e na filosofia da ciência, há uma grande discussão sobre o seu papel efetivo nas práticas científicas. De fato, o termo “verdade” se mostra um tanto traiçoeiro, desvelando grande complexidade por trás de um significante de uso comum e corriqueiro. Em seu livro *Teorias da verdade* (1992/2003), Richard Kirkham afirma que a questão da verdade seria um dos pontos centrais da obra de inúmeros grandes filósofos, senão de todos. Algo próximo daquilo afirmado pelo filósofo Alain Badiou (2015), para quem a pergunta sobre a verdade seria justamente o definidor do campo da filosofia.

Entretanto, como bem assevera Kirkham (*ibidem*), o modo como a questão da verdade se coloca para cada autor contém especificidades em relação aos objetivos que uma dada teoria da verdade pode buscar alcançar, pressupostos a partir dos quais ela é construída, problemas que ela pode, ou não, enfrentar etc. O que indica que, embora seja um termo que frequentemente carregue aspirações universalistas, a variedade de modos de pensar sobre ele indica uma dificuldade de definição absoluta aceita por todos.

Além disso, deve-se considerar que não é somente porque um autor se ocupa da questão da verdade que ele estará, necessariamente, propondo uma teoria da verdade. É possível simplesmente adotar uma teoria da verdade de outro autor; ou, como indica Kirkham, o que filósofos como Hartry Field, Donald Davidson e Michael Dummett fariam: eles não propõem novas teorias da verdade, mas sim se debruçam sobre a questão de se alguma teoria da verdade já estabelecida seria adequada de um determinado programa filosófico (Kirkham, 1992/2003, p.62). Desse modo, afirma o autor, é necessário distinguir entre programas filosóficos e projetos de teoria da verdade, não com a pretensão dar uma forma final às infinitas possibilidades de subdivisão e categorização de camadas de um projeto filosófico, mas no intuito de demarcar que uma teoria da verdade pode tanto ser o objeto central de um esforço quanto algo mobilizado dentro de um programa que tem outro objeto como núcleo.

Mais que isso, um programa pode conjugar diferentes teorias da verdade. É o que indicam, por exemplo, Luís Claudio Figueiredo e Inês Loureiro (2018), ao comentarem a proposição de Charles Hanly presente no livro *O problema da verdade na psicanálise aplicada* (1995): mesmo que seja possível encontrar momentos em que o pensamento psicanalítico trabalharia com uma ideia de verdade por adequação ou correspondência (especialmente em Freud), isso não significa que não trabalhe com outras acepções que definem certas teorias da verdade, como, por exemplo, a verdade como coerência.

Contudo, o modo como prosseguiremos não se adequa a nenhuma das opções apresentadas: não faremos um esforço nem de definição de uma teoria da verdade, nem tentativas exaustivas de reconhecimento e apresentação de teorias da verdade em relação aos pontos trabalhados. Elas serão retomadas oportunamente; entretanto, não terão centralidade no argumento que apresentaremos. Isso porque, como indicado, o nosso principal interesse é reintroduzir a verdade enquanto uma questão que produza um tensionamento do conhecimento produzido. E a escolha dos dois autores principais que utilizaremos para realizar isso, o filósofo da ciência Ian Hacking e o psicanalista Jacques Lacan, é atravessada por certa refração a discussões como as que Kirkham propõe.

Hacking, como veremos, afirma não ter grandes interesses em discussões sobre “a natureza da verdade” (2002). Lacan, por sua vez, faz uso de diversas concepções diferentes de verdade ao longo de seu ensino, sem, contudo, apresentar um esforço de sistematização. Apresenta, inclusive, modificações em relação a suas referências sem estabelecer um diálogo direto com elas, de modo que a questão da verdade ganha autonomia em seu ensino. Isso não significa que não iremos recuperar algumas de suas influências no tratamento da questão.

De fato, a escolha por Lacan e Hacking circunscreve dois autores sobre os quais não se pode afirmar nem que proponham uma teoria da verdade, nem que realizem um estudo sistemático sobre diferentes *teorias* da verdade. Ressaltamos, aqui, o emprego do termo “teoria” como mobilizado por Kirkham: modelos sistemáticos, estabelecidos com o intuito de definir elementos e relações que assegurem o verdadeiro. É possível apontar, por exemplo, uma abordagem de outro nível quando Rose (2018) trata a questão a partir da fórmula foucaultiana de *jogos de verdade*. Tem-se aí uma construção menos preocupada com as condições internas e os tipos de problemática que se pretendem resolver, e mais envolvida com o modo como diferentes teorias da verdade podem ser mobilizadas dentro de relações de poder. Nesse sentido, a teoria semântica de Tarski (um dos casos estudados por Kirkham e apresentado enquanto uma “teoria da verdade”) tem uma função diferente da de Foucault, uma vez que a primeira propõe um modo específico de pensar problemáticas ligadas à questão da verdade de modo local, com

foco na lógica, enquanto a segunda propõe um entendimento estrutural de como a verdade, enquanto questão, é mobilizada dentro das relações de poder.

Como apontamos anteriormente, pretendemos abordar a verdade enquanto um conceito-limite que reúne diversas questões: problemas epistemológicos, ontológicos, éticos e políticos. Nesse escopo, pode-se perguntar qual seria o modo mais adequado de tratar a questão da verdade no tratamento do sofrimento mental, nas palavras de Rose. Acreditamos que Ian Hacking e Jacques Lacan oferecem elementos para responder essa questão, embora nem sempre eles sejam compatíveis, tampouco queiram dizer a mesma coisa no emprego de termos similares. Entretanto, o trânsito entre eles disponibiliza parâmetros de grande valor não somente para se pensar a verdade enquanto uma questão que reúne epistemologia, ontologia, ética e política, mas também para pensar as especificidades do(s) campo(s) de conhecimento que se ocupa(m) do sofrimento psíquico. Iremos fazer uma breve apresentação dos autores de modo a justificar essa escolha, e em seguida indicaremos o caminho que percorreremos.

Ian Hacking e a defesa crítica do conhecimento

A escolha por ter a obra de Ian Hacking enquanto uma das referências principais em nossa tese se dá por uma série de fatores, a qual poderia ser resumida na seguinte afirmação: Hacking é um filósofo da ciência explicitamente crítico a concepções normativas do fazer científico, mas seu posicionamento crítico sempre responde, ao mesmo tempo, a uma defesa do valor do conhecimento produzido cientificamente. Ele estabelece, dessa maneira, uma posição intermediária nas supracitadas *Science Wars*, que se mostra de maneiras diferentes.

Primeiramente, sua abordagem das ciências naturais é sofisticada: o autor realiza críticas tanto a linhas representacionistas quanto a linhas nominalistas, as quais têm como fio condutor uma crítica a um racionalismo científico radical realizada a partir de sua defesa da importância da experimentação. É o que vemos, em linhas gerais, na postulação de seu *realismo de entidades*, presente em seu livro *Representar e intervir* (1983/2012). Não obstante, ao mesmo tempo que se dedicava a essas questões, também não deixava de dar voz a sua influência foucaultiana, a qual instauraria o campo da história enquanto algo incontornável em seu pensamento. De fato, a inescapabilidade da história pode ser reconhecida desde seu livro segundo livro, sobre a emergência da probabilidade (1975a), até sua última publicação até o momento, numa discussão sobre filosofia da matemática (2014).

Sua influência foucaultiana o faz sensível à questão da verdade e do conhecimento em suas relações com o poder, e passa a habitar suas preocupações. Entretanto, ele dá a isso um

destino diferente do de Foucault, concentrando-se não somente na contingencialidade do conhecimento implicada por esse modo de compreensão, mas sempre dando ênfase à estabilidade do conhecimento como algo que deve ser pensado também a partir da pertinência de suas bases epistemológicas e ontológicas. É o que ele trata em seu projeto sobre *estilos de raciocínio*, que se enuncia enquanto tal pela primeira vez na publicação de seu artigo “Language, truth and reason” [Linguagem, verdade e razão] (1982), e que é sempre retomado no decorrer de sua obra.

Neste ponto, especificamente, a questão da verdade se faz relevante. Embora Hacking nunca se dedique de modo sistemático a discussões sobre a natureza da verdade, ele está o tempo todo falando sobre *verdade e (ou) falsidade*, algo que seria parte fundante de um estilo de raciocínio. A ideia do autor é que um estilo de raciocínio consiste num modo específico de consideração da questão da *verdade e falsidade*, algo indissociável das possibilidades de definição de objetos. Desse modo, Hacking apresenta uma forma de abordagem do pensamento científico que indica uma indissociabilidade de separação entre epistemologia e ontologia. A isso se soma a sua afirmação de que não haveria critério externo que servisse enquanto garantia na definição de um estilo de raciocínio, ou seja, a aceitação e a estabilidade de um estilo teriam um caráter autorreferente.

Essa ideia pode ser sistematizada em relação à questão da verdade, que ele considera enquanto algo histórico e atemporal, mas também da ordem do impossível. Os estilos de raciocínio seriam, então, modalidades de veracidade, entendida como possibilidades de enunciação do verdadeiro (Hacking, 2006a). Haveria uma proposição da questão da verdade que se desdobra na relação entre verdade e veracidade, no tanto que a veracidade seria uma forma histórica — portanto, circunstancial e incompleta — de enunciação do verdadeiro. Porém, não haveria um critério externo para a garantia da veracidade, de modo que a própria relação entre verdade e veracidade não seria uma relação de adequação.

Trata-se de uma relação complexa e que demanda um trabalho detalhado. Entretanto, já é possível reconhecer dois traços fundamentais que indicamos, desde o início do trabalho, enquanto inegociáveis: que a questão da verdade seja reafirmada enquanto algo incontornável, mas que isso seja feito a partir de um cuidado em relação ao valor do conhecimento produzido cientificamente.

Entretanto, a contribuição de Hacking para nossa discussão não se encerra aí. Isso porque o autor também dedicou esforços a pensar os efeitos ontológicos da produção de conhecimento, mobilizados a partir de categorias como *realismo dialético*, *nominalismo dinâmico* e *invenção de pessoas* (Hacking, 2002/2009). Esse trabalho, que parte da concepção de que os discursos e

as instituições estabelecidas definem as possibilidades de experiência dos indivíduos, traz o trabalho do filósofo diretamente para o campo em que situamos nosso interesse principal sobre a questão da verdade: na produção de conhecimento acerca do sofrimento psíquico. Assim, o autor se debruça num estudo detalhado de duas patologias mentais — a múltipla personalidade e a fuga histórica (Hacking, 1995/2000; 1998) —, apresentando-as enquanto efeitos de questões culturais estabelecidas e, acima de tudo, da inserção do discurso científico na sociedade. Desse modo, abre-se uma discussão essencial sobre a dimensão ética da produção de conhecimento, a qual dialoga diretamente com os nossos objetivos.

Vemos, a partir de uma apresentação bastante inicial, as justificativas da escolha de Hacking para a discussão. Trata-se de um filósofo da ciência que se debruça sobre a questão da variabilidade do conhecimento sem perder de vista o valor da produção científica. Ademais, realizou um trabalho consistente sobre transtornos mentais, contendo possibilidades de interlocução com a psicanálise. Vejamos, agora, os motivos da escolha por Lacan.

A verdade na psicanálise enquanto negação do estabelecido

Tratar da questão da verdade na psicanálise, mesmo se centrada nos estudos de Lacan, é uma tarefa que demanda a realização de escolhas nem sempre evidentes. Isso porque a verdade se coloca enquanto uma questão em praticamente toda a obra de Freud, e isso não se dá de maneira diferente na de Lacan. O que se chama de “verdade” e as questões relacionadas a esse termo variam, de modo que precisamos ser bastante certos nas escolhas para que não nos percamos nesse universo. Em linhas gerais, trabalharemos a questão da verdade a partir de duas diretrizes: primeiramente, para estabelecer qual seria a sua relação com o saber, o que se articula explicitamente ao objetivo desta pesquisa; em segundo lugar, acreditamos que as consequências do modo como a questão da verdade é tratada na psicanálise sejam suficientes para reconhecer, nos termos de Hacking, um estilo de raciocínio específico, o qual apresentaria um modo interessante de inserção nos campos relacionados ao sofrimento psíquico. Nesse sentido, a questão da verdade na psicanálise seria um elemento central no modo como seus objetos são delineados e como os parâmetros de verdade e a falsidade podem se constituir.

Como sabemos, a verdade se coloca enquanto uma questão de maneira bastante inicial para Freud. Já em seus “Estudos sobre a histeria”, escritos em parceria com Josef Breuer (Breuer & Freud, 1895/2016), a questão da mentira histórica é problematizada num funcionamento em que a verdade parece se esconder atrás de construções defensivas. O tratamento, baseado na fala, passa então a contar com uma espécie de processo de produção da

verdade, uma vez que esta começa a ser compreendida como uma causa patogênica. Essa problemática é apresentada por Nelson da Silva Jr. (2017) a partir da ideia de que haveria dois centros patogênicos na teoria freudiana, constituindo uma elipse. O primeiro consistiria na renúncia pulsional necessária à passagem à civilização, a qual, segundo o autor, também poderia ser articulada à insuficiência da linguagem em tratar o real do corpo, numa leitura já com a marca lacaniana de uma aproximação entre processo civilizatório e entrada na linguagem. Trata-se, nesse primeiro ponto, não somente de renúncia, mas de sofrimento causado por uma impossibilidade originária. O segundo ponto seria ligado à verdade, entendida enquanto verdade histórica: haveria, aí também, a marca de uma perda inevitável nas tentativas de reconstrução e comunicação dessa verdade. Como afirma o autor:

Neste nível de teorização, o que está sendo colocado em jogo por Freud é, evidentemente, uma antropologia filosófica, ou seja, uma teoria preocupada em compreender como se deu a separação entre a animalidade e o humano. Para Freud, tanto o corpo quanto a alma do homem culturalizado trarão a marca perene da dor e sofrimento resultantes da sua emancipação da animalidade. Contudo, este mal-estar é inevitável, e, caso sua teoria se restringisse a este diagnóstico, ela não poderia dar origem a uma terapêutica. Ora, este não é o caso, pois há na teoria freudiana uma segunda fonte possível de sofrimentos, esta sim suscetível de uma terapêutica. Retomemos, aqui, a figura da elipse, pois este é apenas um dos dois centros causais da teoria das patologias do social em Freud. No segundo centro, Freud atribui a eficácia patogênica ao problema da verdade. Mais especificamente, à relação deficitária dos discursos com a verdade histórica dos sujeitos e de sua vida em comunidade. Em outras palavras, as grandes narrativas de uma cultura, seus ideais, suas exigências morais, podem fazer adoecer na medida em que estabeleçam relações deficitárias dos seus sujeitos com a verdade de sua história e de seus desejos. Esta é a segunda fonte de sofrimento na teoria freudiana: a relação dos sujeitos com a verdade pode potencializar ou atenuar o sofrimento proveniente da estrutura de impasse entre a natureza e a cultura. (Silva Junior, 2017, p.138-139)

Vale lembrar que Freud não restringirá a questão da verdade à verdade histórica, assim como em Lacan esse termo ganhará uma amplitude ainda maior por sua assimilação da linguística na psicanálise. Lacan não deixa de aproximar a ficção da verdade, seja em momentos iniciais de seu ensino (1953b/2007), seja em momentos mais avançados (1969-70/1992). Entretanto, e isso fica claro na pena dos dois psicanalistas, a verdade se constituirá não somente enquanto um centro causal, mas também enquanto um operador clínico. Pois a própria localização de um déficit de verdade enquanto causa de sofrimento coloca, reciprocamente, a sua recuperação enquanto um sinal de avanço do tratamento. Por outro lado, esse déficit também deve ser compreendido no âmbito individual, de maneira que tanto o recalque quanto

seu levantamento — assim como operações articuladas a esses processos, como interpretação ou construções — orbitariam em torno da questão da verdade. Não é à toa que Lacan, em “Intervenção sobre a transferência”, afirmará que

Não importa que irresponsabilidade, ou mesmo que incoerência as convenções da regra venham instaurar no princípio desse discurso, está claro que esses são apenas artifícios de bombeiro hidráulico (ver a observação de *Dora*, p. 152), com a finalidade de assegurar a transposição de certas barreiras, e que o curso deve ser seguido segundo as leis de uma gravitação que lhe é própria e que se chama verdade. É esse, com efeito, o nome do movimento ideal que o discurso introduz na realidade. Em síntese, *a psicanálise é uma experiência dialética*, e essa noção deve prevalecer quando se formula a questão da natureza da transferência. (Lacan, [1951]1966/1998, p. 215)

Essa citação condensa um movimento central, e que se fará presente nos diversos tratamentos que Lacan dará à questão da verdade: trata-se de um processo, um processo dialético. Algo que indica uma leitura de Freud já habitada pela influência da dialética hegeliana, acessada pelo psicanalista via o ensino de Alexandre Kojève. Como indica Silveira Sales (2007), o modo como Kojève apresenta a verdade a localiza enquanto manifestação de um erro, uma vez que ela tem seu efeito na oposição ao que estava estabelecido. Como coloca a autora, “a verdade é o próprio descompasso entre realidade e discurso. É, portanto, de outro ângulo, a verdade da impossibilidade da verdade porque nada da ‘realidade’ terá lugar na linguagem” (Silveira Sales, 2007, p.212). Vê-se, desse modo, como a verdade responde, concomitantemente, enquanto nomeação de uma impossibilidade assim como efeito de um processo. A verdade é um efeito enquanto presentifica o descompasso entre realidade e discurso, ao mesmo tempo que é a nomeação da impossibilidade desse descompasso.

Essa localização da verdade na dialética, usualmente apresentada enquanto um movimento que inclui o saber enquanto alvo da negação, indica, portanto, que a verdade se constitui enquanto algo que se presentifica em determinado momento e que inaugura um novo desenvolvimento. Ou também, como aquilo que ficaria escrito enquanto ausência para além do enunciado do saber: no corpo, nos arquivos, nas tradições e nos vestígios (Lacan, [1953a]1966/1998). E isso inclui também as chamadas formações do inconsciente: chistes, sonhos, atos-falhos, todos enquanto precipitadores de verdades.

Por outro lado, a verdade também já vinha sendo articulada ao sucesso de uma interpretação do analista. O que significa que uma interpretação produziria um efeito de inversão, de inauguração de uma novidade a partir da negação de uma narrativa cristalizada (saber). É assim que ele se refere, em “Intervenção à transferência”, aos avanços no caso Dora:

inversões dialéticas que produzem novos desenvolvimentos da verdade, não devendo nada à análise hegeliana (*ibidem*, p.217-218) — algo compatível com o que já afirmara alguns anos antes, em “Formulações sobre a causalidade psíquica”, sobre a inescapabilidade e o valor da verdade no pensamento psicanalítico:

Vocês me ouviram, para situar seu lugar na pesquisa, referir-me com dilação a Descartes e Hegel. Está muito em moda em nossos dias “superar” os filósofos clássicos. Eu poderia igualmente ter partido do admirável diálogo com Parmênides. Pois nem Sócrates, nem Descartes, nem Marx, nem Freud podem ser “superados”, na medida em que conduziram suas investigações com essa paixão de desvelar que tem um objeto: a verdade. Como escreveu um desses príncipes do verbo sob cujos dedos parecem deslizar por si os fios da máscara do Ego — refiro-me a Max Jacob, poeta, santo e romancista —, sim, como escreveu ele em seu *Cornet à dés*, se não me engano: o verdadeiro é sempre novo. (Lacan, [1946]1966/1998, p.194)

Se o termo “desvelamento” indica lá sua influência também do pensamento heideggeriano, veremos à frente que esta acontece de forma limitada. Por outro lado, a verdade enquanto algo que introduz uma novidade: este parece ser um traço que se mantém em diversas proposições sobre o tema. É, sem dúvida, uma concepção com grande acento clínico: a verdade enquanto aquilo que se apresenta enquanto disrupção, crítica ao saber previamente constituído — produzindo, assim, efeitos terapêuticos.

Entretanto, esse efeito seria momentâneo, e aquilo que teria se apresentado enquanto novidade em relação ao saber constituído se estabilizaria enquanto outra forma de saber, deslocando então a verdade para outro lugar. É uma construção amplamente compatível com diversas formas de apresentação do desejo; e, de fato, Lacan articula a questão da verdade ao desejo inconsciente [*Wunsch*]. Nesse sentido, vê-se que a especificidade que o termo “verdade” assume em psicanálise diz respeito a sua localização clínica. A verdade carrega uma relação íntima com uma negatividade, explicitada nos dois impossíveis que ela positiva: o da realização do desejo e o da completude e adequação da linguagem. Vê-se que se, de um lado, ela responde a questões estritamente clínicas; por outro, poderia colocar questões mais gerais em relação a outros saberes.

Vale apenas apontar que, posteriormente, Lacan (1966a/1998) recuperará o caráter causal da verdade dando grande ênfase a essa questão, apresentada não somente enquanto causa do sofrimento psíquico, mas enquanto elemento causal relevante para toda produção de saber. Mais especificamente, ele apresentará como a verdade, entendida enquanto essa impossibilidade de

convergência entre discurso e realidade, seria um elemento ao mesmo tempo indispensável por seu caráter causal e rejeitado ou silenciado na produção e na comunicação dos saberes.

Podemos recolher, portanto, alguns pontos dessa primeira visada sobre a questão da verdade na psicanálise. Primeiramente, como indicado por Silva Junior (2017), ela é localizada enquanto um centro causal na psicopatologia freudiana. Além disso, também é compreendida enquanto um operador clínico, articulada às manifestações do inconsciente, ao recalque e seu levantamento. Em Lacan, ela assume, de maneira definitiva, uma amplitude maior em relação à noção de verdade histórica, sendo localizada enquanto descompasso entre discurso e realidade (Silveira Sales, 2017). Esse entendimento insere-se num modo dialético de compreensão, em que a verdade tomará a forma de negação do saber. Trata-se, como indicado, da verdade enquanto o efeito momentâneo de uma negação, assim como a nomeação de um processo dialético que revelaria a impossibilidade de coincidência entre discurso e realidade, ou então entre objeto e desejo. Essa apresentação inicial nos basta, ao menos por ora, para justificar a importância da consideração da verdade no pensamento lacaniano para os objetivos de nossa pesquisa.

Podemos indicar, de saída, alguns desdobramentos dessa questão. O primeiro, presente já no supracitado “Estudos sobre a histeria” (Breuer & Freud, 1895/2016), diz respeito às possibilidades de adequação dos fenômenos clínicos — e que, portanto, apresentam um funcionamento particular em relação à verdade tanto enquanto racionalidade como enquanto objeto — ao que era considerado como a linguagem científica vigente:

[...] e a mim mesmo ainda impressiona singularmente que as histórias clínicas que escrevo possam ser lidas como novelas e, por assim dizer, careçam do cunho austero da cientificidade. Devo me consolar com o fato de que evidentemente a responsabilidade por tal efeito deve ser atribuída à natureza da matéria, e não à minha predileção. (Breuer & Freud, 1895/2016, p. 231)

De modo mais enfático, as tentativas de explicação e comunicação sobre o inconsciente sempre consistiram num grande — e muitas vezes ingrato — esforço, uma vez que haveria sempre uma limitação entre a experiência e a comunicação. Essa limitação talvez fosse contornada pela apresentação de casos, uma vez que esses poderiam oferecer parâmetros de trabalho mais apropriados do que a comunicação científica nos moldes da física e da química do final do século XIX (Forrester, 1996). Trata-se, no limite, de algo relacionado ao que apontamos como elementos que possibilitam a consideração de um estilo de raciocínio particular, o que também apresentaria, portanto, a questão sobre os modos de teorização e comunicação do saber produzido. Se há uma tensão entre saber e verdade, a produção de

conhecimento deve ser questionada sobre qual o lugar da verdade em seus processos, e quais os efeitos das possibilidades de tratamento da verdade.

Lacan e Hacking

Se retomarmos o que apresentamos — ainda que rapidamente — sobre a veracidade, em Hacking, enquanto um modo de enunciação do verdadeiro, vê-se que está contida nessa ideia uma impossibilidade de enunciação completa da verdade. Haveria, inevitavelmente, um resto; resto que seria um elemento central na consideração da variabilidade do conhecimento. Ainda em Hacking, a separação entre verdade e conhecimento pode ser tomada enquanto um traço mais radical, uma vez que não haveria um garantidor externo sobre a verdade das diferentes possibilidades de enunciação do verdadeiro. Algo que, por sua vez, fica ainda mais complexo com a consideração dos efeitos do conhecimento sobre as possibilidades de experiência dos indivíduos.

A psicanálise daria uma segunda volta nessa questão. Isso porque não se trata somente de um tensionamento entre verdade e conhecimento entendido de forma geral, mas desse tensionamento em relação a um tipo de objeto que já carrega, em si, um caráter refratário à possibilidade de ser conhecido. É o que tentamos apresentar enquanto a particularidade da verdade na psicanálise, a partir de sua dupla inscrição enquanto impossibilidade.

O inconsciente não pode ser resumido àquilo que escaparia a consciência, de modo que não se reduz a uma questão ontológica nem epistemológica. As impossibilidades que podem ser a ele articuladas instauram uma dimensão de falta constitutiva — como vimos no início de nossa apresentação, a partir das considerações de Silva Junior (2017). Em linhas gerais, o que pretendemos apresentar enquanto possibilidade de consideração de que a psicanálise habite um estilo de raciocínio particular diz respeito à centralidade dessa falta, à negatividade enquanto um fundamento. Fundamento em relação ao qual a verdade é um termo central. Se Hacking aponta o caráter ético presente na discussão sobre os efeitos retroativos do discurso científico nos indivíduos, a psicanálise parece levar essa discussão às últimas consequências na localização de figuras da falta enquanto fundamento (ou a ausência de fundamento) epistemológico e ontológico, centralizando assim a questão da ética enquanto problema privilegiado.

Desse modo, podemos localizar com maior clareza a pertinência da psicanálise na discussão sobre a produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico. Trata-se de um mergulho vertical numa concepção de verdade que gravita em torno de fundamentos negativos,

como falta, impossível etc. Trata-se, assim, de um diálogo que se dá a partir de um tipo específico de experiência clínica, de modo que a abordagem de Hacking sobre estilos de raciocínio será de grande ajuda na delimitação dos limites dessa conversa, uma vez que ela exige trânsito com outras tradições. Nesse sentido, acreditamos que esse modo de inserção da psicanálise no debate contribuirá não somente para a discussão sobre sofrimento psíquico, mas também ajudará a organizar algumas questões antigas sobre psicanálise e ciência, por delinear as diferenças na constituição da racionalidade e dos objetos, assim como de suas estratégias de sustentação. Nesse sentido, as possibilidades de diálogo com outras disciplinas poderão ser matizadas a partir do reconhecimento desses pressupostos mais gerais.

As políticas da verdade

A finalização dessa discussão será realizada a partir do foco da dimensão política presente no trabalho realizado sobre a questão da verdade. Trata-se, a nosso ver, de um modo produtivo de avançar o debate sobre a produção de conhecimento sobre o sofrimento psíquico, centrando então a questão das políticas de conhecimento.

Ressaltamos que “política” não se refere aqui somente a questões específicas de disputas de interesses, mas a algo que ocupa inevitavelmente o debate público e se insere em algum tipo de hierarquização — o que inclui uma incidência de poder. Esse é o modo como Stengers (1993/2000) caracterizará, de modo amplo, a sua afirmação da ciência como um empreendimento inevitavelmente político, algo não incompatível — embora diferenças importantes devam ser consideradas — com o modo como Badiou definirá o *político* enquanto campo de disputa aberto pela impossibilidade de definição de uma garantia externa, seja ela ontológica, epistemológica ou ética (MacKenzie, 2018). Nesse sentido, a concepção foucaultiana de jogos de verdade utilizada por Rose (2018) circunscreve, em boa medida, a ideia de que a verdade é mobilizada enquanto um instrumento de poder, de modo que não somente a posição de quem diz a verdade, mas especialmente aquela de quem define aquilo que deve, ou não, ser considerado verdade, consiste numa potência incontornável na organização social.

Fica claro, por exemplo, que se pode pensar na presença de um jogo político na definição de certos tipos de evidência como os modos mais adequados a uma teoria da prova. Modos que privilegiam, não por acaso, a realização de estudos mais propícios a produzir resultados interessantes a certos setores da sociedade — como visto no caso da indústria farmacêutica. Por outro lado, como indica Stengers (1993/2000), é necessário evitar que o “sentimento da

verdade” impeça a consideração da disputa de poder em que a própria discriminação da política “dos outros” se insere. Como ela afirma:

A minha ambição é, pois, explorar as possibilidades de usar o registro político para descrever as ciências, sem excluir a mim mesma de tal registro, isto é, sabendo que, em nenhum caso, “o sentimento da verdade” serve de desculpa para não levar em conta as consequências do que se considera verdadeiro. (Stengers, 1993/2000, p.25; tradução modificada)

Ressalva essa que, como bem aponta a autora, implica tratar de modo rigoroso as possíveis consequências políticas das proposições psicanalíticas acerca da verdade. Isso porque a história da psicanálise é habitada por diversos acontecimentos que demandam a reflexão sobre um cálculo político para melhor situar certas decisões apresentadas, *a priori*, como clínicas ou epistemológicas. Isso pode ser visto, por exemplo, na evitação de discussões sobre ocultismo e telepatia por parte de Freud (Roustang, 1978/2017), ou mesmo no modo como a discussão sobre o caráter terapêutico da psicanálise pode ser mobilizado (Zygouris, 2011). Outro exemplo, trabalhado por Stengers junto com Léon Chertok em *O coração e a razão: a hipnose de Lavoisier a Lacan* (1990), aponta como a hipnose teria sido rejeitada por Freud numa intenção mais preocupada com demarcar a diferença da psicanálise em relação a esse campo do que com questões epistemológicas ou clínicas propriamente ditas.

De fato, é a questão da demarcação que será apontada por Stengers como a principal ação da ciência no campo político, justamente por consistir na ocupação do lugar de quem define aquilo que deve, ou não, ser considerado verdade. Essa questão não pode se restringir à crítica da psiquiatria hegemônica, devendo incluir um questionamento ético sobre os efeitos políticos relacionados ao conhecimento. Nossa aposta é que a questão da verdade pode ter o efeito de colocar essa discussão em pauta, servindo como uma forma de resistência à autonomização do conhecimento enquanto forma de apresentação de um indiscutível; assim como de seu oposto, na forma de algo absolutamente manipulável. Apresentaremos tanto bases teóricas para sustentar essa ideia, como mostraremos sua pertinência a partir da mobilização de casos em que isso possa ser discutido.

Caminho

Iniciaremos o trabalho pelas considerações de Hacking sobre ciências naturais. Elas serão mobilizadas a partir de colocação da questão da verdade em relação ao conhecimento científico, a qual desdobraremos, no Capítulo 1, a partir do desenho de uma perspectiva em filosofia da

ciência que seja crítica a uma ideia de representação total e a um realismo teórico, dando ênfase à questão da experimentação enquanto processo de produção de afirmações verdadeiras. Isso nos levará à discussão apresentada pelo autor sobre estilos de raciocínio, que resultará numa abordagem mais franca da questão do relativismo radical presente em formulações de construção social do conhecimento. Esse capítulo consistirá num panorama mais geral de uma filosofia da ciência não normativa, que pense a variabilidade do conhecimento sem abrir mão da defesa de seu valor.

Em seguida, no Capítulo 2, daremos um passo de delimitação, abordando o modo como Hacking trabalha sua *Ontologia histórica*. Isso inclui uma discussão sobre diferenças de objetos nas ciências, dentro da qual essa parte da obra de Hacking se localiza. A partir disso, discutiremos a sua teoria sobre nominalismo dinâmico, invenção de pessoas e tipos interativos, debruçando-nos também sobre o modo como ele apresenta as psicopatologias transientes e as formas do sofrimento psíquico. Nesse momento será possível retomar a discussão com a psicanálise, estabelecendo pontos de aproximação entre os avanços de Hacking e o modo como Lacan trabalha a divisão do sujeito entre saber e verdade. Outras formas da questão da verdade serão mobilizadas a partir daí, numa discussão que terá o texto “A ciência e a verdade” (Lacan, 1966a/1998) como referência principal. Nesse terceiro capítulo apresentaremos com mais detalhes a ideia do reconhecimento de um estilo de raciocínio específico habitado pela psicanálise.

No Capítulo 4, trabalharemos como a historicidade se faz presente no pensamento psicanalítico, indicando os pontos de aproximação e de distanciamento em relação à ontologia histórica e ao nominalismo dinâmico de Hacking. A partir disso, desenvolveremos, no Capítulo 5, um ponto conflitivo na articulação dos dois autores, tendo a questão da causalidade enquanto organizador. Trata-se de um momento oportuno para a retomada da questão dos modos hegemônicos de produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico. Em seguida, afirmaremos que a psicanálise fornece uma maneira mais interessante para o tratamento desse tipo de questão, por se constituir num estilo que orbita em torno da questão da negatividade.

Finalmente, realizaremos na Conclusão uma discussão sobre políticas do conhecimento, com o intuito de finalizar este trabalho a partir da apresentação da verdade enquanto uma questão que demanda não somente um posicionamento ético, mas também uma compreensão de sua inscrição no campo político. Desse modo, defendemos que o sofrimento psíquico deva ser abordado a partir da consideração dessas duas dimensões (ética e política) reciprocamente a questões epistemológicas e ontológicas. A ideia de verdade enquanto resistência será

proposta, então, como uma forma de permanência da necessidade da consideração dessas quatro dimensões ao se pensar a produção de conhecimento.

Capítulo 1 – A ciência entre verdade e veracidade

Considerando o objetivo de reintroduzir a questão da verdade na produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico, pretendemos, neste capítulo, apresentar uma visão geral de como Ian Hacking desenvolve o tensionamento entre conhecimento e verdade. Esse tensionamento pode ser imputado ao diagnóstico de que haveria uma lacuna entre a teorização e o mundo em si, de modo que questões como necessidade e variabilidade são tratadas enquanto possibilidades de enunciação do verdadeiro, mas nunca numa relação direta com a verdade. Trata-se, desse modo, de um pensamento que se ergue em torno de uma posição crítica a uma teoria da verdade que defenda a adequação ou a correspondência entre o conhecimento e o mundo.

Entretanto, isso não produz uma capitulação frente ao valor do conhecimento, ao contrário: Hacking realiza um grande esforço na defesa da ciência para além de uma teoria da adequação. Desse modo, apresentaremos como ele estabelece diálogos com diferentes posições em filosofia da ciência, desde um extremo realista a um extremo construtivista, sustentando uma via híbrida para se pensar o valor do conhecimento. Nesse sentido, partiremos de uma discussão inicial sobre a questão da verdade, para então entrarmos em detalhes sobre três temas centrais ao filósofo: primeiramente seu realismo de entidades, seguido de suas considerações sobre estilos de raciocínio e, finalmente, uma crítica à ideia de construção social do conhecimento. A discussão sobre a verdade colocará em cena a crítica a aplicações de teorias da verdade à prática científica, apresentando a separação que o autor propõe entre verdade e veracidade. A partir disso, teremos algumas balizas para organizar as discussões mais específicas que seguirão.

Nosso primeiro objeto, seu realismo de entidades, articula-se diretamente ao problema inicial apontado em relação à passagem falha de teorias da verdade como adequação para o real, consistindo em uma crítica direta a um ideal de representação. Isso não faz com que o autor abandone uma posição realista, mas que restrinja seu realismo de modo que ele seja compatível também com um nominalismo não radical. Há, dessa maneira, um distanciamento de vertentes que se sustentam a partir da crença na verdade das teorias; por outro lado, o valor do conhecimento passa a ser justificado a partir da potência da experimentação, que permitiria tanto sustentar a existência de entidades como indicar possibilidades de relações causais. Veremos que Hacking se distancia, portanto, não só realismos teóricos, mas também de teorias que desprezam afirmações sobre a existência de entidades e sobre a causalidade (cujo melhor exemplo é o positivismo).

Em seguida, veremos como a verdade das teorias é problematizada por um deslocamento para a consideração de esquemas de *verdade ou falsidade*, definidos historicamente por *estilos de raciocínio científico*. Os estilos, por sua vez, conjugam a contingencialidade de uma razão entendida enquanto produto de possibilidades históricas, mas ao mesmo tempo restringida pela resistência do real⁷ (entre outras). Trata-se de uma crítica a propostas normativas de definição do campo científico, que apostariam em um fundamento epistemológico ou metodológico para sua demarcação. Por outro lado, mesmo que abra mão da normatividade e da unicidade, isso não significa uma contingencialidade total.

Isso será abordado em seguida a partir da recusa, pelo autor, de um relativismo radical, ilustrado por tendências construcionistas: junto ao reconhecimento das contingências presentes em qualquer produção de conhecimento científico, o mundo colocaria restrições que não dependem daquilo que se pensa sobre ele. Esse desenvolvimento reafirma a importância de que nosso trajeto não produza um tipo de negacionismo, indicando possibilidades de afirmação do valor do conhecimento junto a sua variabilidade.

1.1 Ian Hacking e a questão da verdade

Na primeira década dos anos 2000, após a publicação de *Ontologia histórica* (2002a/2009), Hacking se debruça mais diretamente sobre a questão da verdade, algo que o filósofo só realizou de maneira mais franca após mais de 30 anos de produção sobre temas afins. Isso não significa, como veremos, que ele não trate da questão, mas que seu modo de abordagem é bastante diferente do que pode ser visto, por exemplo, em abordagens como de Kirkham (1992) sobre teorias da verdade. Ele afirma abertamente o seu desinteresse por discussões sobre a natureza da verdade em diversos momentos: em *Representar e intervir* (1983/2012), por exemplo, afirma que não estaria interessado em questões sobre a verdade, mas em modalidades de verdade e falsidade. Posicionamentos como esse podem ser encontrados em diversos outros momentos, sempre desviando daquilo que ele nomeia, em *The social construction of what?* [A construção social do quê?] (1999), como “palavras elevadores”: palavras que levariam o debate filosófico para um “outro nível” — o que não lhe interessava particularmente por se distanciar de uma discussão mais concreta das práticas científicas e seus efeitos. Esses desvios, além de

⁷ A palavra “real” é utilizada com alguma frequência por Hacking, mas apresenta sentido diverso daquele empregado por Lacan. Quando nos referirmos ao uso lacaniano, grafaremos a palavra com maiúscula (Real).

demasiado breves, eram marcados por um esforço notavelmente diminuto em apresentar seus motivos.

A partir de alguns textos publicados entre 2002 e 2012, além de seus cursos oferecidos no *Collège de France* entre 2002 e 2006, Hacking parece se preocupar mais em expor suas motivações para a evitação de discussões desse tipo. Não se trata de um resguardo sobre questões metafísicas, uma vez que ele mesmo afirma, em 1983 (2012), que o seu interesse principal na postulação de seu realismo de entidades é *metafísico*. Tampouco seria correto afirmar que se afasta de discussões epistemológicas, engajamento mais que presente em seus livros sobre pensamento estatístico e probabilístico que marcaram boa parte de sua carreira (Hacking, 1965; 1975a/2006; 1990), assim como em praticamente todos seus livros. O que se mostra curioso é, portanto, que há algo que o autor parece sempre abordar, embora diga que não; algo que não explicita a sua presença em grande parte de seus escritos, mas parece estar lá. Talvez o fato de o próprio autor afirmar que não tratará diretamente dessa questão implique que, ao mesmo tempo, não consiga descartá-la. E isso que faz parte desse movimento de presença e ausência liga-se justamente à questão da verdade.

É possível argumentar que, embora não trate diretamente dessa questão, Hacking estaria praticamente o tempo todo falando sobre isso. Afinal, seja no estudo rigoroso da emergência de um novo estilo de raciocínio, seja em reflexões sobre a invenção de pessoas, seja na crítica sóbria à ideia de construção social do conhecimento científico, a questão da verdade estaria sempre rondando. É um apontamento absolutamente pertinente, o que não diminui a novidade de como essa questão é abordada em dois artigos, um chamado “‘Vrai’, les valeurs et les sciences” [“Verdadeiro”, os valores e as ciências] (2002b), e o outro chamado “Truthfulness” [Veracidade] (2005), além das primeiras aulas de seu curso ministrado em 2006 no *Collège de France* (Hacking, 2006a; 2006b; 2006c; 2006d). Esse modo franco como a questão da verdade é abordada nesses momentos merece atenção, especialmente por produzir um efeito clarificador em relação a seus escritos anteriores, ajudando a organizar boa parte do projeto do autor. Desse modo, justifica-se que comecemos nosso trabalho sobre a obra de Hacking desse ponto já adiantado, fazendo retornos quando adequado.

Verdade e veracidade

Em seu artigo “‘Vrai’, les valeurs et les sciences” (2002b), Hacking elenca diversos modos tradicionais de consideração da questão da verdade para indicar um problema que persiste entre eles. Primeiramente, ele retoma a noção de “verdade por adequação” (ou

correspondência), na qual reúne pensadores como Aristóteles, Descartes e Kant. Essa vertente, que se basearia na ideia de que o verdadeiro é aquilo que corresponde ao que realmente é, teria suas variações em relação ao que a palavra “verdadeiro” corresponderia, mas não ao tipo de relação que se propõe. Como ele assevera:

Para Descartes, e para toda a filosofia moderna em seus primórdios, são as *ideias* que são verdadeiras; e elas são verdadeiras quando são representações adequadas de seu objeto. Para Kant, o que é verdadeiro são os julgamentos. No século XX — em que estamos, de partida, fascinados pela linguagem —, são as frases, os enunciados, as proposições que são verdadeiras. Eu acredito que é a abordagem mais fiel ao próprio Aristóteles. Mas se o principal pretendente à verdade for um pensamento, uma ideia, um julgamento ou um enunciado, para muitas filosofias tradicionais, o que é verdadeiro é aquilo que é pensado ou dito — e é verdadeiro na medida em que está em adequação ou correspondência com o objeto em questão. (Hacking, 2002b, p.14-15, tradução nossa)

Essa não seria, entretanto, a única concepção de verdade presente na história do pensamento ocidental. Segundo o autor, haveria outra concepção que, embora menos presente em discussões filosóficas, seria central para se pensar a ciência. Trata-se de uma concepção encontrada na Bíblia, mobilizada pelas palavras *emeth* ou *emunah*, que diriam respeito a ideias de estabilidade: “Essa verdade não diz respeito a enunciados, julgamentos ou proposições. Ela fala de constância, de segurança, de confiabilidade” (*ibidem*, p.15, tradução nossa).

Essa conjunção entre a verdade como adequação e como constância é retomada também em momentos posteriores, em que a questão da verdade é abordada de modo franco. Talvez o principal motivo dessa consideração mais direta sobre a questão da verdade, inclusive apontada pelo autor, seja a publicação de um livro chamado *Truth and Truthfulness: An Essay in Genealogy* [Verdade e veracidade: um ensaio em genealogia], por Bernard Williams (2002). Hacking inicia tanto o supracitado artigo de 2005 quanto suas aulas de 2006 apresentando o modo como a leitura desse livro impactou seu pensamento, como se Williams tivesse oferecido a Hacking algumas palavras que faltavam. Em linhas gerais, é possível reconhecer que o filósofo canadense reafirma a questão da verdade como algo atemporal, a-histórico:

Aristóteles ensinava que “dizer do ser que ele é, e do não ser que ele não é, é o verdadeiro”. Em outra tradução, “dizer que isso que é, é, e que isso que não é, não é, é verdadeiro”. Aristóteles fala de qualquer afirmação, em qualquer língua. Essa definição está fora do tempo, fora da história. Ela atravessa todo discurso informativo. Se o conceito da verdade teve um início, é na emergência da própria linguagem — sem dúvida um acontecimento na história do gênero humano, talvez mesmo o começo de nossa espécie. (Hacking, 2006a, p.3, tradução nossa)

Ele afirma o mesmo sobre o célebre enunciado de Tarski sobre a brancura da neve: a neve é branca se, e somente se, a neve for branca. Segundo Hacking, trata-se de enunciados puramente formais. É importante notar que ele reconhece que essa ideia de uma verdade sem história e sem conteúdo seria uma convenção proposta por tradições filosóficas bem definidas e contrapostas por outros pensadores, como, por exemplo, Hegel ou Foucault. E aí explicita (em 2005 e 2006a) a sua escolha por não entrar em um debate sobre a natureza da verdade: isso tornaria mais complexas certas discussões que poderiam ser mais simples. Ponto em que retoma a sugestão que ouvira de ninguém menos que John Langshaw Austin sobre evitar palavras com ares importantes, uma vez que a grande maioria dos problemas prescindiria delas e dos problemas que carregam (Hacking nomeará, como indicado anteriormente, esses termos como “palavras elevadores”).

Entretanto, o autor apresenta também outra questão relacionada à escolha de não discutir a natureza da verdade, em seu artigo “‘Vrai’, les valeurs et les sciences” (2002b). Não se trata de um desvio com o intuito de fugir de uma discussão demasiadamente densa — o que, inclusive, não condiz com a obra do autor, que sempre se debruçou sobre temas de alta complexidade —, nem de evitar problemas que só seriam relevantes em discussões muito sofisticadas. Como ele afirma nesse momento — e, curiosamente, esse parece ser o único momento em que estabelece isso com clareza —, sua evitação do termo “verdade” enquanto algo atemporal diz respeito a um problema contido na aplicação de teorias da verdade às ciências:

Aplicada às ciências, a concepção aristotélica encontra um outro problema: não é certo que possamos encontrar um sentido verdadeiro para a ideia de correspondência ou de adequação. Os aristotélicos de hoje em dia dizem que isso que nós dizemos é verdadeiro quando está em *acordo* ou *em correspondência* com aquilo que é o caso. Nós frequentemente lhes objetamos que seria impossível determinar “o que é o caso” ou “os fatos” sem recorrer precisamente à proposição que supostamente estaria em adequação ao estado das coisas. Existe, então, uma circularidade em uma teoria da verdade como essa. (Hacking, 2002b, p.17, tradução nossa)

Hacking afirma ainda, mesmo que rapidamente, que a teoria de Austin também não funcionaria para as ciências uma vez que o caráter pragmático não seria suficiente para sustentar os processos de produção de conhecimento científico, enquanto Tarski teria sido sempre perspicaz e prudente ao afirmar as limitações de suas proposições. Segundo ao autor,

Ele [Tarski] sublinhava que sua concepção semântica da verdade não permitia determinar o critério do verdadeiro, que isso seria a função das ciências particulares: cada ciência determina seus critérios de sua maneira. Esse aspecto das ideias de Tarski não é levada suficientemente a sério por seus comentadores, em minha opinião. (*ibidem*, p.18, tradução nossa)

Vemos, dessa maneira, um posicionamento que já coloca problemas em relação à proposição de Erwin (2015): fica clara a fragilidade de simplesmente tomar a concepção tarskiana de verdade e aplicá-la diretamente à afirmação de uma observação enquanto uma evidência. O que se estabelece é, na melhor das hipóteses, uma circularidade que afirma que é evidente aquilo que afirmamos ser evidente de maneira unívoca; porém, a passagem da proposição lógica do “se e somente se” para a evidência empírica continua sem fundamentação.

Isso fica ainda mais claro quando o filósofo canadense afirma que os problemas encontrados na aplicação de teorias da verdade por adequação ou da teoria semântica de Tarski ao conhecimento científico seriam exemplos de um problema maior, que diz respeito à relação entre o conhecimento e suas aplicações sobre os objetos⁸. Teorias podem ser coerentes e estabelecer relações lógicas consistentes sem que isso signifique que sejam aplicáveis aos objetos visados. Um impasse, segundo ele, reconhecido no campo da matemática por Paul Benacerraf (1973)⁹, que indicaria a disjunção entre as teorias que explicam o conhecimento matemático e as que explicam a existência dos objetos matemáticos, também entendida como teoria das verdades matemáticas. A questão seria, então, que embora o pensamento matemático fosse capaz de produzir provas sobre a coerência de seu pensamento, ele não seria capaz de fazer a articulação entre essa demonstração e a verdade de seus objetos. Por outro lado, aqueles capazes de provar a existência de seus objetos, falhariam em demonstrar a coerência do pensamento.

Algo similar, indica Hacking, ao que se passa dentro de um laboratório: a passagem da teoria aos fatos não responde a uma teoria geral e atemporal, mas a critérios locais e históricos. O que leva o autor a propor essa passagem, então, a partir de seu trabalho sobre estilos de raciocínio:

⁸ Vale lembrar rapidamente certa proximidade com a divisão proposta por Gilles-Gaston Granger em *Pensée formelle et sciences de l'homme* [Pensamento formal e ciências humanas] (1960/1967) e *A ciência e as ciências* (1993), que coloca a matemática como um polo de formalização em relação ao qual sempre haveria algum tipo de perda ao se passar às ciências empíricas. Granger, por sua vez, encaminha essa questão ressaltando a importância de outros procedimentos que deveriam fazer parte da prática científica, especialmente a experimentação e a reprodutibilidade de experimentos.

⁹ O artigo de Hacking cita esse texto como tendo sido publicado em 1971, entretanto somente o encontramos como uma publicação de 1973.

Penso que certas maneiras de raciocinar nascem em um momento preciso e que elas duram séculos, que elas se tornam quadros mais gerais dentro dos quais nós raciocinamos. Só posso dar aqui uma visão geral disso que chamo de “estilos de raciocínio científico”. Eles têm a ver com a razão, no sentido de Bourdieu, mas, sobretudo, têm a ver com a verdade, a objetividade e a estabilidade das ciências. (*ibidem*, p.18, tradução nossa)

Trata-se de algo muito próximo da opção que fará, três anos depois, pelo termo *veracidade*. Um termo, segundo ele, menos conhecido dos filósofos — que estariam mais acostumados com a *verdade* —, mas que instrumentaliza a discussão sobre a verdade de maneira a pensar eventos específicos. Ao fazer isso, nesse momento, declara inclusive a especificidade de sua localização na filosofia da ciência:

Porque nossas pesquisas filosóficas são ligadas a uma história das ciências. É uma história de longa duração, e por causa disso muito diferente das histórias das ciências que encontramos hoje em dia, mas é, ainda assim, uma história. E eu retomo, do meu jeito, a convenção admitida por todos os grandes lógicos, de Aristóteles a Alfred Tarski: a verdade não tem história, nem de curta nem de longa duração. (Hacking, 2005, p.3, tradução nossa)

Retomando, assim, a ideia da verdade enquanto algo puramente formal, o autor afirma que há algo de não formal nisso tudo, que reside no fato de que a verdade se liga àquilo que “se diz”. A questão da formalidade da verdade apontada em Aristóteles e Tarski encontraria seu limite, então, no fato de que essa verdade teria de ser enunciada. E é aí que ela perderia sua pureza, seu caráter atemporal e neutro. Pois, se a verdade não tem história, o dizer tem. A verdade, ao ser dita, demanda que alguém a diga, e é nesse ato de enunciação que se passaria à veracidade. Ele afirma, assim, que a veracidade estaria ligada ao ato de dizer o verdadeiro, o que inclui dois aspectos: é necessário que aquele que diz o verdadeiro forneça informações exatas (conformes à realidade), e que seja sincero. Trata-se, portanto, de uma questão ligada ao conteúdo e outra à intenção da enunciação.

Como coloca o autor, “a veracidade é uma virtude que tem duas virtudes associadas: a exatidão e a sinceridade. É evidente que se fizermos uso dessas palavras, nós andaremos em círculos” (*ibidem*, p.4, tradução nossa), o que pode ser entendido a partir de sua crítica à aplicação de teorias da verdade às ciências. Pois se não há nada que garanta, epistemologicamente, a passagem de uma teoria da verdade aos fatos, então algo de outra ordem deve advir. O modo de evitar um pensamento circular infrutífero e deslocar a questão para um campo em que ela possa ter tração é justamente localizar as tentativas de enunciação da verdade na história. Ou seja, a veracidade só é um conceito produtivo se historicizado, ao que se soma

que não haveria um único modo de enunciação. Há, portanto, possibilidades diferentes de se dizer o verdadeiro: “a verdade não tem história, mas isso que nós dizemos, isso que nós podemos dizer, isso tem uma história” (*ibidem*, p.4, tradução nossa). Desse modo, em linhas bem gerais, vemos que a resposta de Hacking à impossibilidade de garantia da relação entre as coisas e as teorias é a partir da historicização, como uma espécie de sutura que seria produzida de modo contextual a partir de procedimentos locais que serviriam como uma espécie de acordo pontual sobre aquilo que deve, ou não, ser considerado enquanto verdadeiro. A grande questão é, nesse sentido, sustentar que esse acordo não tira o valor do conhecimento.

Quando apontamos, anteriormente, o efeito retroativo de clarificação desse momento de Hacking sobre sua obra anterior, isso se liga diretamente à ideia de que há diferentes possibilidades de dizer o verdadeiro. Parece que com essa fórmula é possível articular diferentes vertentes em que seu pensamento se aventurou em mais de cinco décadas. Entre elas: o pensamento estatístico e probabilístico enquanto uma possibilidade de dizer o verdadeiro (1965, 1975a, 1990); os estilos de raciocínio como possibilidades de dizer o verdadeiro (1982, 1999, 2000, 2002a/2009); os efeitos ontológicos retroativos de discursos sobre o verdadeiro (1995/2000, 1998a, 2002a/2009); a inevitabilidade das descobertas científicas articulada a algum tipo de verdade, mesmo frente o reconhecimento de contingências (1999, 2000); e, finalmente, sua primeira argumentação de maior pretensão metafísica, que trata da verdade e da realidade a partir de uma crítica da noção de representação (1983/2012). Apresentaremos, portanto, uma leitura da obra de Hacking que orbita em torno da questão da verdade¹⁰. É uma leitura inspirada, como apresentado até este ponto, em textos posteriores à escrita da maior parte de seus livros, e que permitem essa costura.

Seguiremos, portanto, na identificação de como a questão da verdade pode ser encontrada na obra de Hacking, dando destaque a três proposições em que ela apresentaria efeitos diretos em considerações epistemológicas: em seu realismo de entidades, na ideia de estilos de raciocínio, e na crítica que faz à ideia de construcionismo social da ciência.

¹⁰ É preciso salientar que, mesmo que muitas vezes o autor não empregue o termo *verdade*, ele emprega termos que toma como correspondentes. Isso será visto, por exemplo, em relação ao termo *realidade*, nos momentos em que faz uma discussão sobre doenças mentais transientes e não transientes (1995/2000; 1998a; 1999). Ele mesmo afirma que, nesse contexto (ao se perguntar sobre a realidade de uma doença mental), a palavra *realidade* também tem o valor de *verdadeiro*. Sua escrita não se preocupa tanto com esse tipo de precisão. Talvez seja um efeito da sugestão — sempre aludida — de Austin, ou certa liberdade que o autor se permite por entender que existiria um trânsito entre alguns termos “superiores”, especialmente em relação a palavras como “verdade” e “verdadeiro”. Como ele afirma, “[...] nós não temos, parece, nenhuma reticência em traduzir diferentes palavras de numerosas línguas ocidentais por ‘verdadeiro’” (Hacking, 2002b, p.15).

Realismo de entidades e crítica da representação

Embora tenha sido publicado somente em 1983, *Representar e intervir* (1983/2012) é um compilado de cursos introdutórios que Hacking vinha oferecendo na Universidade de Stanford há alguns anos. Isso implica duas considerações: primeiramente, o caráter generalista de parte de seu conteúdo, em que o autor, ao comentar diversas tradições em filosofia da ciência, localiza seu pensamento; e, em segundo lugar, o caráter embrionário da ideia de estilos de raciocínio, que aparece poucas vezes no livro. Hacking afirma (2002b) ter sido em uma conferência de Alistair Cameron Crombie, em 1978, que ele entrou em contato com a ideia de “estilo” articulada ao pensamento científico pela primeira vez, muito embora seus trabalhos anteriores já carregassem ideias compatíveis. Isso pode ser visto, por exemplo, na influência da obra de Foucault, que já pode ser reconhecida em *The emergence of probability* [A emergência da probabilidade] (1975a/2006).

Se a ideia da historicidade do pensamento já estava presente em seu reconhecimento de que antes do século XIX não haveria nada muito próximo do pensamento probabilístico, a instrumentalização dessa ideia a partir do termo “estilo” ganha corpo no final da década de 1970. Em *Representar e intervir* (1983/2012), o que vemos são somente alguns momentos isolados em que o autor emprega esse termo, muito embora um de seus principais artigos sobre o tema, chamado “Language, truth and reason” [Linguagem, verdade e razão], tenha sido publicado em 1982, ou seja, antes da publicação do livro. É notória, entretanto, a pequena influência que esse artigo, depois republicado em *Ontologia histórica* (2002a/2009), exerce na linha argumentativa. O que se vê são textos absolutamente compatíveis, mas com caminhos bastante diferentes.

O livro (Hacking, 1983/2012) gira em torno da crítica à representação realizada a partir da defesa da importância da experimentação. Ele evita discussões sobre a determinação de parâmetros de verdade-e-falsidade, e tem uma linha de pensamento que trabalha com um recurso a uma descrição mais geral das ciências, mobilizando o pensamento de grandes autores em linhas mais gerais. Mesmo com uma marca de didatismo menos frequente em seus outros escritos, *Representar e intervir* (1983/2012) explicita o posicionamento de Hacking dentro de um debate bastante específico no campo da filosofia da ciência, muito embora com consequências amplas. Trata-se da discussão sobre a existência ou não de entidades invisíveis; e se, conseqüentemente, elas seriam entidades puramente teóricas, ou não.

Num sentido um pouco mais amplo, esse debate se insere dentro da disputa iniciada com a publicação de *A estrutura da revolução científica*, por Thomas Kuhn (1962/2013),

popularizada como *Science Wars* [guerras da ciência]. Essa disputa, como apontamos brevemente na introdução, é polarizada entre realistas e nominalistas, e teria sido iniciada pela publicação de Kuhn pelo fato de ser a primeira publicação — de alguém não distante da prática científica e também com certa visibilidade no mundo anglo-saxão — que afirmou certa contingencialidade na atividade científica. Indicaria, assim, que a ciência seria atravessada por outras questões que não somente problemas epistemológicos. É, portanto, nesse livro que Hacking aponta que considerações como essa já tinham sido feitas por autores como Gaston Bachelard e Ludwik Fleck, embora não tenham ganhado a popularidade que Kuhn obteve. Essa disputa, que curiosamente parece estar longe de ser resolvida, é abordada pelo filósofo canadense, nesse momento, a partir da questão da realidade de entidades invisíveis; posteriormente, ele retorna a essa ampla discussão (com pesar, segundo ele), em *The social construction of what?* (1999), “How inevitable are the results of successful science?” [O quão inevitáveis são os resultados de uma ciência de sucesso?] (2000) e o artigo que apresentamos há pouco, “‘Vrai’, les valeurs et les sciences” (2002b).

Desse modo, o caminho traçado por Hacking nos interessa não somente pela defesa de seu realismo de entidades, mas por parte do caminho que ele percorre em seu posicionamento frente a essa divisão do campo, em que ele sustenta um entendimento que leva em consideração a historicidade do conhecimento científico sem, entretanto, considerar essa historicidade enquanto um elemento que deslegitimaria ou tiraria valor das ciências. Retomando o que apresentamos anteriormente, é possível reconhecer uma discussão sobre a verdade, a qual não dependeria, no posicionamento de Hacking, de uma capacidade de representação total ou de relações de adequação absoluta entre teorias e objetos.

Ao tratar da questão da existência de entidades invisíveis, Hacking defende uma posição aparentemente intermediária: por um lado, recusa qualquer ideia de adequação total entre linguagem e mundo; por outro, também recusa um idealismo extremo, no qual as teorias teriam absoluta independência em relação ao real. Entretanto, essa posição aparentemente conciliadora revela-se radical em relação a alguns pontos. Trata-se, afinal, de uma consideração crítica sobre a noção de representação, apontada como algo sempre problemático. Isso se liga ao problema apresentado anteriormente, pois a representação poderia ser entendida justamente como a “passagem” entre a teoria e as coisas. Além disso, também critica o realismo teórico, que defenderia a adequação entre enunciados teóricos e as coisas em si (já que também demandam uma adequação que necessita da representação). Assim, a questão da verdade mostra-se central, sendo trabalhada, num primeiro momento, a partir da proposição da indissociabilidade entre representação e intervenção.

Intervenção

Segundo Hacking, noções de verdade e realidade não devem ser tão ligadas à questão da representação, como acontece em correlações imediatas entre evidência e fato, mas sim pensadas a partir dos efeitos da intervenção. Mais que isso, qualquer representação teria uma dimensão de intervenção, já que não se trata da simples observação e constatação de como as coisas realmente são, e sim de uma produção. Desse modo, isto que o autor nomeia como realismo de entidades tem como traço característico a proposição de que é possível inferir a existência de entidades teóricas a partir dos efeitos produzidos em intervenções: se é possível fazer uso de uma entidade para produzir algo novo, então pode-se afirmar a existência dessa entidade. O autor propõe, dessa maneira, que “o trabalho experimental fornece a evidência mais forte da realidade de uma entidade teórica que não pode ser observada” (1983/2012). É nessa ideia que se baseia seu realismo de entidades, o qual defende essa subversão em que a intervenção diz mais sobre a verdade de algo do que a própria teoria:

Diz-se que a ciência tem dois objetivos: teoria e experimento. As teorias tentam dizer como o mundo é. Os experimentos e a tecnologia subsequente mudam o mundo. Nós representamos e nós intervimos. Nós representamos de modo a intervir e intervimos de modo a representar. A maior parte do debate a respeito do realismo científico na atualidade se dá em termos de teoria, representação e verdade. As discussões são esclarecedoras, mas não são decisivas. Isso se deve principalmente ao fato de estarem infectadas com metafísica intratável. Suspeito que não possa haver argumento final a favor ou contra o realismo no nível da representação. Mas quando nós voltamos da representação para a intervenção, quando bombardeamos gotas de nióbio com pósitrons, o antirrealismo esmorece. [...] Na filosofia, o árbitro final não é como pensamos, mas o que fazemos. (Hacking, 1983/2012, p. 93)

Em relação a isso, Hacking declara que está mais interessado na questão da existência das entidades do que num questionamento sobre estratégias de estabelecimento de verdade-e-falsidade. Passa boa parte da introdução do livro à edição brasileira (Hacking, 2012a) argumentando sobre essa questão. Mais especificamente, ele aponta que se debruça, com essa discussão, sobre questões metafísicas, deixando essa dimensão epistemológica em segundo plano. Esse é um ponto sensível, pois parte das críticas que recebeu entendem seu trabalho como uma proposta de diferenciação epistemológica. Por um lado, há os que fazem uma leitura nominalista, afirmando que Hacking defenderia, ao final, um caso de inferência à melhor explicação (Resnik, 1994; Reiner & Pierson, 1995). Por outro, afasta-se também de alguns de

seus defensores, como Mauricio Suárez (2006), que compreende as afirmações de Hacking sobre a manipulação de entidades como se somente uma simples manipulação (que não necessariamente cause efeitos) fosse suficiente para afirmar a existência da entidade, além de também imputar à manipulação (simples) algum tipo de valor causal. Hacking relembra que não fala somente de manipulação, num sentido geral, mas especificamente de manipulações constantes e metódicas que criam novos fenômenos. Além disso, afasta-se da inferência causal, principalmente se tomada enquanto um tipo de garantia. Como indica,

Suárez se esforça para distinguir uma versão metafísica de realismo experimental de uma versão epistemológica. Essa última estabelece que “a manipulação é uma condição necessária e suficiente da *garantia causal*: nossa crença de que x existe adquire esse tipo especial de garantia se e somente se nós acreditarmos que manipulamos x ”. Se tivesse de escolher entre as duas, minha intenção seria e é metafísica, e não epistemológica. Meu lamentável discurso sobre evidência talvez sugerisse que eu tenha alguma reivindicação epistemológica em mente. Na verdade, eu estava falando sobre evidência para a reivindicação metafísica. Por favor, lembre-se da minha suspeita de que a questão metafísica conta muito! (Hacking, 2012a, p.44)

Com isso, o filósofo circunscreve, com clareza, uma separação entre duas dimensões distintas relacionadas à verdade, de uma maneira compatível com o problema indicado em seu artigo de 2002. A verdade aqui é entendida como algo ligado à existência das entidades, e não à correção das teorias. Lembrando que o problema apontado seria justamente na articulação desses dois elementos. Nesse sentido, reconhecemos também uma grande diferença no emprego do uso do termo “evidência”, que diminui consideravelmente seu alcance: pode-se defender a existência de algo, mas não afirmá-la categoricamente: “Em primeiro lugar, tenho que repetir que disse ‘evidência mais forte’, e não que a capacidade de manipulação é uma condição suficiente, uma prova da realidade de x ” (*ibidem*, p.44).

É necessário considerar também que seu realismo de entidades apresenta uma segunda questão de grande interesse para a filosofia da ciência: a partir da defesa de que se pode inferir a existência das entidades, mas não necessariamente a adequação do conhecimento produzido sobre elas, Hacking sugere que o principal motor da ciência seria a experimentação, não somente por sua aplicabilidade enquanto validação, mas justamente pela potencialidade dos experimentos de produzir e estabelecer fatos novos.

Nesse sentido, a permanente insuficiência do conhecimento estabelecido que o faz se afastar de um realismo teórico é combinada com a ideia de existência autônoma do real, em que as coisas existem para além daquilo que se diz ou se conhece delas. Isso se reconhecera nos momentos em que esse real entraria em conflito com as teorias estabelecidas. Mais que isso,

numa herança marcadamente kuhniana, os experimentos seriam momentos privilegiados para o reconhecimento de crises, para a produção de fatos novos que não estavam previstos na teoria, apresentando assim uma potência disruptiva capaz de demandar reorganizações epistemológicas.

Há, portanto, contida na crítica à representação, o reconhecimento de um duplo funcionamento do real: ao mesmo tempo que o autor não deixa de reconhecer certa estabilidade presente nas teorias em voga, também aponta para o caráter disruptivo, ou seja, para o mundo enquanto aquilo que se presentifica como diferente do esperado. Ainda que parcialmente, essa ideia de uma disrupção que desestabiliza o saber até então aceito é compatível com um dos traços que podemos aproximar de como Lacan encaminha a questão da verdade, sob influência da dialética hegeliana. Por outro lado, internamente à obra de Hacking, esse tipo de posicionamento permite retomar, novamente, algumas considerações sobre a verdade: por um lado, a oposição entre verdade e veracidade (Hacking, 2006a) indica que os modos possíveis de enunciação do verdadeiro sempre deixam algo de fora, e que isso pode ser um elemento desestabilizador das teorias. Os experimentos teriam, nesse sentido, uma função de tensionamento entre a verdade e a veracidade: colocariam em atuação as enunciações sobre o verdadeiro de modo tanto a confirmar sua pertinência quanto a reconhecer suas falhas ou incompletudes. Isso não significa que a verdade seria totalmente capturada ou estabilizada, ao contrário: ela poderia desestabilizar tanto enunciados pontuais quanto veracidades (enquanto possibilidades gerais constituídas de enunciação do verdadeiro).

Positivismo e antirrealismo

É possível, como apresentado anteriormente, afirmar que Hacking entende que as teorias podem sempre ser questionadas e provadas erradas, ou mesmo que se tenha como pressuposto uma incompatibilidade originária entre a teoria e a verdade em seu caráter atemporal e absoluto. Isso não significa, entretanto, que o autor adote uma posição antirrealista. Se, como apresentado num primeiro momento, a discussão pode ser apresentada como a oposição entre a defesa de que as teorias científicas correspondem às coisas em si, do lado dos realistas, e a afirmação de que não há relação alguma entre os enunciados e as coisas, do lado dos antirrealistas, a análise de Hacking indica que há diversas posições intermediárias que devem ser consideradas. Começemos, portanto, pela definição que Hacking apresenta do realismo:

O *realismo científico* diz que entidades, estados e processos descritos por teorias corretas realmente existem. [...] Teorias a respeito da estrutura das moléculas que carregam códigos genéticos ou são verdadeiras ou são falsas e, no caso de serem genuinamente corretas, podem ser ditas verdadeiras. (Hacking, 1983/2012, p.81)

Vê-se, assim, que o realismo tomado de forma geral advoga por uma relação de correspondência entre teorias e entidades, estados e processos. A verdade aparece, então, como um qualitativo que diz respeito à adequação, colocando-se em oposição à falsidade. Porém, o ponto principal é que essa adequação não diz respeito somente aos enunciados formais que devem ser logicamente coerentes, mas também à passagem literal daquilo que é proposto ao estado das coisas. É justamente nesse ponto que se opõe ao antirrealismo, nisso em que o último afirmaria que tudo aquilo que é descrito e operado nos enunciados enquanto entidades teóricas não existiria:

Alguns antirrealistas mantêm essa posição de relutância porque acreditam que as teorias são ferramentas intelectuais que não podem ser entendidas como relatos literais de como o mundo é. Outros dizem que as teorias devem ser tomadas literalmente, não havendo outra maneira de levá-las em conta, argumentando, entretanto, que, por mais que nos utilizemos das teorias, não teremos jamais razões suficientes para acreditar que elas estão certas. Ambos os tipos de antirrealistas concordarão em não incluir entidades teóricas entre os tipos de coisas que realmente existem no mundo: turbinas sim, mas fótons não. (Hacking, 1983/2012, p.83)

Deve-se atentar para o final dessa citação, pois indica uma especificidade da discussão apresentada. Trata-se, sobretudo, de uma disputa acerca de entidades teóricas, ou seja, entidades não observáveis, porém que desempenham papel efetivo na práxis científica. Na ocasião da escrita do livro, a discussão sobre a existência de elétrons se enquadrava perfeitamente nessa querela, uma vez que era, ainda, somente uma “entidade teórica”, sem possibilidade de observação direta. Nesse ponto, encontra-se talvez uma das questões que, surpreendentemente, continuam a gozar de grande atualidade, já que uma das vertentes mais presentes do antirrealismo defende que só se deve considerar aquilo que pode ser observado diretamente¹¹. Para Hacking, a questão da observação — ou, mais especificamente, do que pode ser observado — é bastante importante, já que se liga diretamente ao modo como relações causais são entendidas por correntes antirrealistas, uma vez que as causas nunca seriam observáveis, indicando uma clara distância de seu realismo de entidades:

¹¹ Apontamos isso na introdução a partir da declaração de Insel (2013). Retornaremos a esse ponto no Capítulo 5.

O realismo também se coloca antiteticamente diante de certas filosofias da causação. Muitas vezes, supõe-se que as entidades teóricas possuem poderes causais. É o caso, por exemplo, de quando dizemos que os elétrons neutralizam as cargas positivas em gotas de nióbio. No entanto, os positivistas originais do século XIX queriam fazer ciência sem jamais falar de “causas”, tendendo, portanto, a rejeitar entidades teóricas também. Esse tipo de antirrealismo é bastante popular atualmente. (Hacking, 1983/2012, p.85)

Se, por um lado, a postulação de que as teorias podem chegar à verdade das coisas como elas realmente são pode parecer um tanto ingênua, por outro, uma postura absolutamente antirrealista que defende a consideração apenas daquilo que pode ser observado parece partilhar de um problema bastante próximo da primeira, nisso em que a observação é apresentada como um modo efetivo de acesso às coisas em si, e que poderia prescindir de hipóteses causais.

Hacking, como afirmado há pouco, se define como um realista de entidades, ou como um defensor do realismo experimental. Tal afirmação pressupõe a divisão do realismo entre realismo de teorias, em que “a questão é se elas são verdadeiras, ou se são verdadeiras-ou-falsas, ou se são candidatas a verdades, ou se almejam à verdade”, e o realismo de entidades, em que “a questão é se elas existem ou não” (Hacking, 1983/2012, p.87). Segundo o autor, é possível ser um realista de teorias sem ser um realista de entidades, ou seja, defender que as teorias são verdadeiras sem, no entanto, afirmar a existência das entidades teóricas. Por outro lado, o realismo de entidades pode funcionar sem a crença na literalidade das teorias, afirmando que pode se postular a existência de algo sem necessariamente poder descrever isso correta ou completamente:

Mas podemos acreditar em determinadas entidades sem necessariamente acreditar na teoria específica que as envolve. É possível até mesmo defender-se que, dada uma entidade, nenhuma teoria geral a seu respeito pode ser verdadeira, pois pode-se alegar que nem sequer existe uma verdade desse tipo. Nancy Cartwright explica essa ideia em seu livro *How the laws of physics lie* (1983). O título expressa literalmente a posição defendida pela autora: as leis são enganadoras. As únicas possivelmente verdadeiras seriam as fenomenológicas. Mesmo assim, continua sendo possível conhecer entidades teóricas causalmente efetivas. (Hacking, 1983/2012, p.90)

Isso é suficiente para circunscrever o modo como Hacking irá postular o seu realismo de entidades, tendo como base não a explicação que se pode, ou não, oferecer sobre um fenômeno ou sobre a entidade, mas pela capacidade de produzir efeitos a partir da intervenção nessa entidade. Desse modo, uma entidade teórica só será satisfatória se for uma entidade existente, o que pode ser visto também como a defesa de que existe aquilo que é satisfatoriamente utilizado em uma teoria e, para tanto, é necessário que se possa produzir efeitos a partir dessa

teoria. Esse caminho parte do entendimento do autor da inseparabilidade entre representação e intervenção, que desembocará em seu interesse por aquilo que pode ser chamado de “realidade”, a qual é sempre mobilizada não como algo estável ou transcendente, mas como um fruto de constante *renegociação*. Essa consideração é importante uma vez que, como afirmou o próprio autor, teorias antirrealistas estariam ganhando importância nas últimas décadas. A mais famosa delas, conhecida como *positivismo*.

Segundo Hacking, o positivismo pode ser entendido a partir da premissa de que “nada pode ser conhecido como real, exceto o que pode ser observado” (Hacking, 1983/2012, p.107). Trata-se, novamente, de uma afirmação extremamente próxima daquela que tem sido mobilizada pela psiquiatria biológica em sua fundamentação. Vale dizer que, ao fazer isso, o autor reúne sob o nome de “positivismo” tradições que não necessariamente se nomearam dessa maneira, como o empirismo de Hume ou o empirismo construtivo de Bas van Fraassen. Sua justificativa é que haveria o compartilhamento, em todas essas disciplinas, de seis pressupostos que definem esse modo de pensamento¹²: ênfase na verificação, privilégio da observação, recusa da causalidade, desprezo por explicações, recusa de entidades teóricas e recusa da metafísica (*ibidem*, p.108).

Nosso interesse se debruça, neste momento, sobre um traço positivista que, além de parecer gozar de grande notoriedade na produção científica atual, se insere no centro da preocupação que temos circunscrito como central ao projeto de Hacking: a sobrevalorização da observação empírica em relação a outros modos de explicação, experimentação e validação. Nesse sentido, Hacking comenta a obra de Bas van Fraassen, que apresentaria uma versão mais atual e ponderada em relação aos pontos recém-apresentados. Entretanto, ainda assim o problema apontado por ele sobre a passagem da teoria aos fatos (ou às coisas) continuaria sendo um problema:

¹² De modo mais detalhado, o autor afirma: “As principais ideias em questão são as seguintes: (1) Ênfase na *verificação* (ou alguma variante dela, como a *falsificação*): proposições significativas são aquelas cuja verdade e falsidade podem ser determinadas de alguma forma; (2) *Pró-observação*: o que podemos ver, sentir, tocar etc., nos fornece o melhor conteúdo ou fundação para todo o resto de nosso conhecimento não matemático; (3) *Anticausação*: não existe na natureza uma causalidade para além da simples constância segundo a qual eventos de determinado tipo são seguidos por eventos de outro tipo; (4) *Desprezo por explicações*: as explicações podem ajudar a organizar os fenômenos, mas não apresentam respostas para questões de *por que*, exceto quando dizem que os fenômenos regularmente ocorrem de tal e tal forma; (5) *Antientidades teóricas*: os positivistas tendem a ser não realistas, e isso não apenas porque restringem a realidade ao observável, mas também porque são contra as causas e duvidam das explicações. Eles se recusam a inferir a existência dos elétrons porque rejeitam a causação, mantendo que o que existe são tão somente regularidades constantes entre fenômenos; e (6) os itens (1) e (5) são coligidos pelos positivistas, e o resultado é que eles são *antimetafísicos*. Proposições não estáveis, entidades inobserváveis, causas, explicações profundas — tudo isso, nos diz o positivista, é coisa de metafísica e deve ser deixado para trás” (Hacking, 1983/2012, p.108).

O entusiasmo positivista pela verificabilidade foi conectado com a significação apenas por pouco tempo, na época do positivismo lógico. Podemos dizer, de forma genérica, que ele representou um desejo por uma ciência positiva, por um conhecimento passível de ser estabelecido como verdadeiro e cujos fatos pudessem ser determinados com precisão. O empirismo construtivo de van Frassen compartilha desse entusiasmo. (Hacking, 1983/2012, p.119)

O autor aponta que persistiria, ainda que de modo mais sofisticado, uma tentativa de resolução epistemológica para a passagem das teorias à verdade, se voltarmos aos termos empregados em 2002. Ao que responde a partir de dois pontos: o primeiro diz respeito à linguagem; o segundo, à intervenção.

A questão da linguagem em Hacking

Em relação à linguagem, Hacking indica sua simpatia por projetos nominalistas; porém, com diversas ressalvas. De maneira curiosa, seus comentários sobre o tema são muito mais detalhados do que seus posicionamentos, como pode ser visto em *Por que a linguagem interessa à filosofia?* (1975b/1999). Nesse livro, o autor faz um inventário de grandes pensadores que tomaram a linguagem como objeto filosófico; é um livro rigoroso, no qual, entretanto, o próprio Hacking pouco se posiciona.

Talvez a discussão mais pertinente para o que trabalha em *Representar e intervir* (1983/2012) seja a da incomensurabilidade: esse termo, popularizado por Kuhn na filosofia da ciência (1962/2013) em relação à impossibilidade de articulação entre elementos de teorias diferentes — já que o sentido deles seria definido dentro da própria teoria —, consiste numa questão filosófica mais ampla sobre a possibilidade de compreensão ou de tradução de uma ideia. Quer dizer, se um termo só assume seu sentido dentro de uma rede estabelecida de significações, então tentativas de compreensão seriam sempre falhas, já que retirariam os termos de seu contexto. Hacking mobiliza rapidamente (em *Representar e intervir*) alguns filósofos que se debruçaram sobre essa questão, como Donald Davidson e Dudley Shapere, mas se ocupa realmente da questão da incomensurabilidade de significação a partir da obra de Hilary Putnam.

Em um ensaio intitulado “The meaning of meaning” [O significado de significado] (1979), Putnam aborda a questão do significado de maneira bastante direta, a partir do questionamento de se elementos com o mesmo nome corresponderiam às mesmas entidades em

teorias diferentes. A resposta de Putnam, em linhas gerais, é que o significado é a reunião de diferentes elementos: desde funções sintáticas e semânticas, suas referências originais ou naturais (se existirem) e suas extensões e estereótipos, que abarcam os sentidos contextuais que são relacionados às palavras. Isso resulta, portanto, num entendimento de linguagem que não se baseia em uma ideia de correspondência entre coisa e significado, mas numa relação definida socialmente — que não deixa, porém, de ter algum tipo de ligação com a referência.

Essa é, ao menos, a explicação que Hacking considera mais útil a seu realismo de entidades. Ele explicita isso ao comentar outros textos de Putnam (1982), escritos em um momento posterior, em que o filósofo teria sofrido uma virada nominalista mais radical, defendendo um *realismo interno*. A referência a essa obra é interessante por explicitar um ponto central de crítica, e nos ateremos a ele para que não seja um desvio. Para Hacking, o grande problema com o desenvolvimento que radicaliza o nominalismo de Putnam é que ele acabaria se constituindo como um sistema de pensamento que não poderia ser interpelado por eventos exteriores: “Putnam se tornou um conservador. Para ele, não há formas de sair de nosso esquema conceitual” (Hacking, 1983/2012, p.189).

Repetimos que o interesse por essa passagem reside na explicitação do modo como Hacking compreende a linguagem. Algo que responde, de um lado, a relações sociais, mas que não deixa de ser interpelado por elementos externos aos sistemas estabelecidos. Algo não muito distante, inclusive, de como se refere à questão da realidade: também inspirado na obra de Putnam, ele se refere à realidade como algo sempre em renegociação. Explicita, desse modo, o que alguns comentadores nomeiam como um “realismo modesto” (Mendonça, 2012): algo que foge ao idealismo e ao antirrealismo, já que sempre insiste em interpelações não redutíveis à linguagem, ao mesmo tempo que recusa propostas de adequação total entre teorias e verdade. Mais que isso, podemos ir recolhendo a ênfase dada à incompletude dos sistemas enquanto um elemento central para o autor.

Intervenção e causalidade

Isso nos leva ao segundo ponto apresentado anteriormente, que marca o distanciamento de Hacking em relação ao positivismo. Trata-se da inclusão da questão da intervenção no modo de compreensão do procedimento científico. Como indicado anteriormente, correntes positivistas defendem a ideia de observação como algo independente das teorias em jogo. Muitas críticas foram feitas a esse argumento, defendendo, em geral, a impossibilidade de uma

observação neutra. Ao contrário, as observações seriam carregadas de teoria, e isso colocaria em xeque o privilégio da observação. Hacking, entretanto, não concorda com essas críticas.

Isso não significa que ele discorde da ideia de que a observação seja influenciada por teorias. Esse é, de partida, o ponto de distanciamento com o positivismo: “Positivistas como Comte, Mach, Carnap ou van Fraassen insistem, lançando mão desses diferentes caminhos, na existência de uma diferença entre teoria e observação. É assim que eles pretendem salvar o mundo da ameaça metafísica” (Hacking, 1983/2012, p.258). Hacking discorda dessa separação na maior parte dos casos. Segundo ele, a ciência funcionaria, na maior parte das vezes, de modo que as observações não são pré- ou a-teóricas. Porém, mesmo nos casos em que há essa articulação, isso não significa que a observação se reduza à teoria. Há, segundo ele, distinções possíveis de serem feitas entre observação e teoria, por mais que as duas se articulem. E isso não modificaria o valor da observação, o que se sustenta no fato de que essa relação não evitaria que observações produzissem pontos de instabilidade em teorias. Algo semelhante à sua crítica ao nominalismo interno de Putnam: Hacking sempre ressalta o valor disruptivo daquilo que pode desestabilizar um sistema de pensamento estabelecido.

Sua questão não é, portanto, com uma das ideias presentes na crítica da observação que defenderia que a contaminação teórica tornaria a observação praticamente estéril. Isso não procede, segundo o filósofo. Entretanto, a observação deve ser entendida não como uma atividade privilegiada, mas como um procedimento, uma habilidade necessária a qualquer tipo de experimentação. E a experimentação — esse, sim, um processo privilegiado na produção científica — não pode ser entendida como uma modalidade de produção de conhecimento a partir de reproduções dos fenômenos reais.

A distinção entre a experimentação e a reprodução da realidade se dá em diversos níveis, que vão desde a produção de instrumentos que permitem um tipo de observação particular até a criação de eventos que nunca teriam existido. Como afirma o autor:

Para trazermos um exemplo mais recente, até os anos 1960 não existiam nem masers nem lasers no universo — talvez existissem um ou dois, já que se tem sugerido que certos fenômenos cosmológicos constituem exemplos de maser. De qualquer forma, hoje já existem dezenas de milhares de lasers, muitos dos quais podem ser encontrados a apenas poucas milhas de mim. (*ibidem*, p.327)

Esse exemplo bastante caricato é, entretanto, explicativo no que diz respeito à criação de fenômenos. Os experimentos, mesmo que tentem reproduzir fenômenos encontrados cotidianamente, fazem-no de uma maneira específica. Mesmo quando experimentos são reproduzidos, isso é feito a partir de alguma modificação metodológica, seja no método de

mensuração, seja no de observação, no de controle etc. Para Hacking, todos esses casos são exemplos de como há uma intervenção ativa na produção de conhecimento científico. Mesmo em ciências não experimentais, a intervenção não poderia ser descartada, já que a própria linguagem modifica (ainda que não completamente) a ideia que temos sobre os objetos. Esse é, portanto, o cerne da crítica de Hacking aos extremos de posições realistas ou antirrealistas, a qual passa por uma crítica da ideia de representação que inclui, necessariamente, a consideração da intervenção. Isso faz com que, retomando seus artigos dos anos 2000, o autor defenda que a veracidade seja articulada à causalidade. Pois é a partir dos efeitos produzidos que seria possível inferir a existência de entidades, assim como produzir algum tipo de conhecimento produtivo: *“Nós nos convencemos completamente da realidade dos elétrons quando regularmente tentamos — e frequentemente conseguimos — construir novos tipos de artefatos que utilizam diversas propriedades causais dos elétrons para interferir em outras partes mais hipotéticas da natureza”* (*ibidem*, p.373, realce do autor).

Trata-se, nesse sentido, de uma aposta na intervenção como modo de produção de explicações causais. A afirmação da existência é, desse modo, um subproduto, já que só é possível causar com aquilo que existe. O interesse principal seria então a potencialidade causal, a possibilidade de produzir transformações. A pertinência de modelos de veracidade, nesse sentido, se daria por sua capacidade transformativa. Ou, ao menos, é nisso que consiste a aposta de Hacking com seu realismo de entidades: a possibilidade de enunciação do verdadeiro a partir do reconhecimento dos efeitos que se pode causar.

Vemos, nesse sentido, que Hacking se posiciona enquanto um crítico à ideia de que o valor de um conhecimento se articule à possibilidade de observação direta de suas entidades ou da representação. Ao contrário, sua ênfase se dirige ao fazer científico enquanto um processo a partir do qual se pode recolher o potencial causal de entidades, as quais devem ter sua existência afirmada justamente por serem localizadas enquanto causa de algo. Trata-se, portanto, de uma compreensão que coloca problemas a um argumento do biológico pelo biológico, o qual apresenta grande hegemonia na produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico. Não é à toa, nesse sentido, que Hacking evita a palavra “evidência” — e se diz arrependido do momento em que havia empregado —: justamente porque o termo “evidência” tenderia a ser compreendido num pensamento estático, em que a observação direta de entidades seria mais valorizada que seus efeitos. O que Hacking afirma, portanto, em sua versão de realismo, é a realidade dos efeitos. Essa é uma leitura possível de uma das últimas colocações do autor sobre o assunto: “Penso que meu ataque ao antirrealismo científico é análogo ao assalto que Marx

empreendeu sobre o idealismo de sua época. Em ambos os movimentos, diz-se que o principal não é que entendemos o mundo, mas sim que o modificamos” (*ibidem*, p.384).

Como sabemos, entretanto, essa afirmação se insere num projeto mais amplo, que não se define somente por uma defesa do experimento, mas por uma proposta de compreensão do valor do conhecimento a partir do reconhecimento de seus traços necessários e de suas contingências. Seguimos, portanto, com seus estilos de raciocínio.

1.2 Estilos de raciocínio

Publicado em 1982 na coletânea de artigos *Rationality and relativism* [Racionalidade e relativismo], editada por Martin Hollis e Steven Lukes, “Linguagem, verdade e razão” — republicada em *Ontologia histórica* (2002a/2009) — insere-se numa linha de filosofia da ciência que enxergava com certa preocupação o crescimento de tendências relativistas. Vale lembrar, por exemplo, que um dos livros de maior impacto nesse debate, *Vida de laboratório: a construção de fatos científicos*, escrito por Bruno Latour e Steve Woolgar, havia sido publicado em 1979 (1997). Embora Hacking não deixe de reconhecer os méritos de Latour e Woolgar, como o faz em *The social construction of what?* (1999), ele também indica que, se a querela nomeada como *Science wars* teria sido iniciada pela publicação de *A estrutura das revoluções científicas*, de Thomas Kuhn (1962/2013), seria *Vida de laboratório* o livro responsável por jogar gasolina em um debate até então comedido. Além disso, a proeminente escola de Edimburgo, capitaneada por Barry Barnes e David Bloor, estabelecia a sociologia da ciência enquanto um campo relevante, ocupado por autores de diferentes graus de radicalidade. Na coletânea em questão, foram reunidos artigos de diversos autores com diferentes posicionamentos em relação ao relativismo científico, e o de Hacking teria sido considerado o segundo mais relativista, ficando atrás somente do capítulo escrito por Barnes e Bloor.

Como o próprio título indica, é um momento em que o autor se debruça sobre a questão da verdade (assim como todo o livro em que se insere), embora, como apontado anteriormente, faça isso rapidamente para deslocar a discussão para o sintagma verdade-e-falsidade. É também, como apresentado antes, o primeiro momento em que Hacking, a partir de uma palestra de Alistair Crombie assistida em 1978, emprega o termo *estilo* para falar sobre modos de raciocínio. Crombie viria a publicar sua obra gigantesca mais de uma década depois, nomeada *Styles of scientific thinking in the European tradition* [Estilos de pensamento científico na tradição europeia] (1994). Além de Crombie, pode-se reconhecer também forte influência de Foucault — já presente em seu livro sobre a emergência do pensamento probabilístico, de 1975

—, além do impactante *Contra o método*, de Paul Feyerabend (1975/2007). Há, entretanto, uma distância marcada em relação a Crombie, já de saída, e que diz respeito ao fato de o termo *estilo* ser, originalmente, articulado a *pensamento*, e não *raciocínio*:

Prefiro falar de estilos de “raciocínio” (científico), e não de estilos de “pensamento”, como faz Crombie. O motivo, em parte, é que pensamento está muito na cabeça para o meu gosto. O raciocínio é feito em público assim como privadamente: pensando, sim, mas também falando, argumentando e mostrando. Essa diferença entre Crombie e eu é apenas uma diferença de ênfase. Ele escreve que “a história da ciência tem sido a história da argumentação” — e não apenas do pensamento. Concordamos que existem muitas ações tanto na inferência quanto na argumentação. [...] Ele intitulou seu prospecto de 1998 para seu livro de “Designed in the Mind” [Projetado na mente] (Crombie, 1998). Não se ouvem os ecos das origens meio koyreanas de Crombie? Até a palavra que uso, “raciocínio”, relaciona-se demais com mente, boca e teclado; ela não invoca suficientemente, lamento, a mão manipuladora e o olho atento. A última palavra no título de seu livro é “artes”; no meu seria “artesão”. (Hacking, 2002a/2009, p.202)

Essa mudança serve mais como uma marca pontual em relação a Crombie, mas de grande importância para o pensamento de Hacking. Mais que isso, funciona como um ponto de distanciamento em relação a Koyré, professor de Crombie, a quem Hacking imputa uma concepção de ciência demasiadamente racionalista, mesmo que não deixe de reconhecer a sua importância e influência em seu próprio pensamento. Isso já dá indícios de seu entendimento da prática científica como algo que excede significativamente a soma das mentes dos cientistas. Segundo ele, o próprio pensamento é constituído a partir de diversas possibilidades socialmente estabelecidas, o que deve ser considerado ao se abordar a questão da veracidade de uma ideia. Não é à toa que em um artigo que revisita essa publicação 30 anos depois, ele afirma que ainda continua implicado com seu projeto dos *estilos*, embora não ache mais pertinente chamar de estilos de raciocínio: “‘estilos de pensamento e fazer científico’ é um título melhor; os estilos podem também ser chamados de gêneros, ou modos de descobrir” (Hacking, 2012b, p.599, tradução nossa).

Segundo o autor, a própria possibilidade de uma proposição ser “disponível como candidata a ser verdadeira-ou-falsa, depende de termos modos de raciocinar a respeito dela” (Hacking, 2002a/2009, p.180). Isso significa que um estilo de raciocínio não é um modo de definir possibilidades de se avaliar a verdade ou a falsidade de uma questão, mas que as próprias possibilidades de enunciação de uma questão, assim como os parâmetros de verdade e falsidade, são produzidas dentro de um estilo específico. Isso não quer dizer que não exista verdade ou falsidade, tampouco um relativismo completo. Apenas que os modos de avaliação de verdade

e falsidade são homólogos às possibilidades de construção de proposições. Como aponta o autor,

Minha preocupação é com verdade-ou-falsidade. Considere a máxima de Hamlet, de que nada é bom ou mau, é o pensamento que assim o torna. Se transferirmos isso para a verdade e a falsidade, há uma ambiguidade entre (a) nada que é verdadeiro é verdadeiro, e nada que é falso é falso, é o pensamento que assim o torna, e (b) nada é verdadeiro-ou-falso, é o pensamento que assim o torna. É (b) que me preocupa. Minha preocupação relativista é, para repetir, que o sentido de uma proposição p , o modo como ela aponta para a verdade ou a falsidade, depende do estilo de raciocínio apropriado a p . Portanto, não podemos criticar esse estilo de raciocínio como um modo de se chegar a p ou a $\text{não-}p$, porque p simplesmente é aquela proposição cujo valor de verdade é determinado dessa forma. (*ibidem*, p.180)

Com isso, Hacking propõe uma diferença entre relativismo e subjetivismo: pensar que podemos tornar algo verdadeiro ou falso a partir de nosso pensamento seria um modo de subjetivismo, enquanto o relativismo seria o reconhecimento de que há candidatos à verdade e à falsidade intrínsecos ao pensamento. O que também pode servir como um reorganizador para questões perenes, como incomensurabilidade ou esquemas conceituais: ao invés de serem vistos como problemas em relação à verdade, deveriam ser tomados enquanto questões relativas à verdade e à falsidade. O ponto principal é que não haveria a possibilidade de consideração da verdade de algo independentemente do estilo de raciocínio em que se apresenta: as proposições só existem dentro de estilos e, portanto, em parâmetros de verdade e falsidade. Duas décadas depois o autor nomeará esse movimento a partir da tensão entre verdade e veracidade, de modo que esta última responderia às possibilidades particulares de enunciação da verdade, sendo, portanto, uma circunscrição de uma verdade atemporal em formas históricas de verdade e falsidade.

Os estilos e as ciências

Deve-se considerar, ademais, que a palavra “estilo” goza de certa polivalência. Como afirma o filósofo, por ser uma palavra importada do campo da estética, ela apresentaria uma amplitude bastante grande, comportando diferentes graus de especificidade. Ele afirma, por exemplo, que Chomsky apresenta o estilo galileano como algo inescapável e característico de toda a ciência moderna, enquanto Crombie enxergaria estilos intermediários nesse quadro geral. Em linhas gerais, Crombie apresenta seis estilos diferentes, aos quais Hacking sempre retorna:

- (a) O método simples de postulação exemplificado pelas ciências matemáticas gregas.
- (b) O emprego de experimentos tanto para controlar a postulação quanto para explorar por observação e mensuração.
- (c) Construção hipotética de modelos analógicos.
- (d) Ordenamento da variedade por comparação e taxonomia.
- (e) Análise estatística das regularidades das populações, e o cálculo das probabilidades.
- (f) A derivação histórica do desenvolvimento genético. (Hacking, 2002a/2009, p.203)

O fato de que ele retorna aos estilos apresentados por Crombie não significa que ele defenda um privilégio desses estilos em relação a outros. Mesmo que apresente uma certa proximidade com a lista de Crombie em diversos momentos, a própria argumentação de Hacking parece exceder essa limitação. Em sua revisita ao tema em 2012, ele afirma que teria errado ao tentar circunscrever os estilos a essa lista e alguns derivados. Ao comentar algumas apropriações de autores que empregaram suas ideias para definir “outros” estilos, incluindo a defesa de Arnold Davidson sobre a psiquiatria enquanto um estilo de raciocínio, ele afirma: “Ele [Arnold Davidson] e muitos outros estavam certos; e eu, errado. Claro que a expressão [estilos de raciocínio] pode ser aplicada a um batalhão de, bem, estilos de raciocínio, e foi estúpido tentar patentear isso e restringir a membros de uma lista” (Hacking, 2012b, p.601, tradução nossa). É curioso que, mesmo que Hacking reconheça uma tendência à restrição, a leitura de seus textos não deixa isso claro. Os estilos de Crombie são mobilizados como exemplos, mas parecem carregar um caráter contingente em relação a suas escolhas, e o modo como o autor os apresenta deixa claramente aberta a possibilidade de inclusão de outros. Talvez sua escrita tenha excedido essa intenção redutora, felizmente.

Segundo Hacking, há algo semelhante entre a noção de estilo de raciocínio e, por exemplo, questões de tradução ou a própria noção de paradigma kuhniano, nisso em que são noções que funcionam muito bem quando aparecem problemas de continuidade e compreensão: “A tradução é difícil quando se chega a âmbitos de possibilidades totalmente novos que não fazem sentido para os estilos preferidos de raciocínio de outra cultura” (Hacking, 2002a/2009, p.181). O “totalmente” dessa passagem é central, pois indica o caráter de uma noção de difícil circunscrição: parece óbvia em casos limites, mas dificilmente se estabelece o ponto de viragem. Lembremos, por exemplo, das diversas críticas recebidas por Kuhn em relação à falta de definição de sua noção de paradigma, e também de certo desinteresse por parte do autor em produzir uma noção mais precisa (Kuhn, 1977/2011). Hacking toma uma posição similar em relação à noção de estilo, abrindo mão de uma exegese do termo e apenas aferindo o emprego por outros autores contemporâneos. Menos preocupado com a precisão na importação da

palavra pela filosofia da ciência, o filósofo canadense se debruça sobre o modo como ele mesmo define o sintagma “estilo de raciocínio”.

Por outro lado, é preciso notar que há diferenças importantes entre a noção de estilos de raciocínio e a de paradigma. A primeira é muito mais abrangente, comportando uma transversalidade entre diversas ciências específicas, enquanto a ideia de paradigma se restringe a uma parte de uma ciência específica, jamais a ela inteira. Além disso, Kuhn insiste na ideia de ruptura entre diferentes paradigmas, ou ao menos no tanto que eles indicam que o conhecimento científico não é cumulativo. Hacking concorda com essa ideia, embora aponte que isso não seria correto em relação aos estilos:

O conhecimento é menos cumulativo do que se pensava. Como afirmou Pierre Duhem, há um século, as explicações dos fenômenos estão sempre sujeitas a revisões radicais. Mas há outras coisas que se acumulam. Segundo Duhem, as classificações científicas são mais estáveis que as explicações. Em nossos dias, a tecnologia e as técnicas experimentais se expandem sem cessar. Na maioria das classificações e das tecnologias, pode-se adicionar um estilo de pensamento a outro, como na lista de Crombie. Há uma acumulação de estilos, mas os paradigmas, segundo Kuhn, substituem-se uns aos outros; eles não se acumulam. (Hacking, 2006b, p.7, tradução nossa)

Vemos, com isso, que um traço dos estilos de raciocínio é seu caráter cumulativo. Eles não precisam ser uma ruptura em relação ao que os precedem para introduzir novidades. Além disso, a questão de sua amplitude deve ser levada em consideração. Como acabamos de apontar, por mais que ele use os seis estilos de Crombie como exemplos, sua proposta não se restringe a eles — nem, necessariamente, a de Crombie. Ao contrário, abre a possibilidade de diversos outros, intermediários, talvez mesmo menos impactantes, fracassados ou ainda por vir.

Por outro lado, teorias ou ciências específicas não são sinônimos de estilos de raciocínio: elas se estabelecem em um estilo, ou em mais de um. Assim como a diferença em relação à noção de paradigma indica, a questão da amplitude se faz necessária para a localização entre estilos e disciplinas específicas. De fato, a relação entre um estilo e uma ciência específica não é somente de amplitude, mas de função: o estilo estrutura as possibilidades de pensamento, e essa estrutura comporta diferentes expressões. Do mesmo modo como uma ciência específica é uma estrutura menor e que comporta diferentes paradigmas. Também deve-se notar que estilos podem ser combinados em projetos de pesquisa, assim como a combinação de estilos pode levar a um novo:

Uma outra coisa começou exatamente perto do fim do período para o qual Crombie descreve (b) e (c). Eu o chamo de estilo de laboratório, caracterizado

pela construção de aparelhos para produzir fenômenos para os quais a modelagem hipotética pode ser verdadeira ou falsa, mas usando outra camada de modelagem, a saber, modelos de como os próprios aparelhos e instrumentos funcionam. (Hacking, 2002a/2009, p.205)

Pode ser que um problema produzido dentro de uma disciplina seja o gatilho para o início de um processo que levaria a um estilo de raciocínio, mas isso não significa que o estilo ficaria restrito à disciplina em questão. As possibilidades contidas numa disciplina dependem, portanto, da existência do estilo de raciocínio dentro do qual a disciplina existe, estabelecendo o caráter histórico dos modos de pensamento. E, como afirmado, um dos traços desse estabelecimento é a definição das possibilidades de proposições e dos parâmetros de verdade e falsidade:

Elas não seriam possibilidades, candidatas a verdade ou falsidade, a menos que esse estilo existisse. A existência do estilo surge dos eventos históricos. Portanto, embora quais proposições são verdadeiras possa depender dos dados, o fato de que são candidatas a serem verdadeiras é uma consequência de um evento histórico. Inversamente, a racionalidade de um estilo de raciocínio como um modo de ter a ver com a verdade de uma classe de proposições não parece estar aberta a uma crítica independente, porque o próprio sentido do que pode ser estabelecido por esse estilo depende do próprio estilo. (*ibidem*, p.188)

Dentro da determinação das possibilidades de verdade e falsidade também se delimita outra questão, cara ao pensamento científico: a objetividade. Segundo o autor, a ideia de objetividade se liga diretamente à de verdade, uma vez que indicaria nada menos do que modos estabelecidos de se chegar à verdade das coisas. Nesse sentido, com a emergência de um novo estilo de raciocínio, campos de possibilidades se abrem. Hacking faz diversas referências ao emprego da palavra *continente* por Althusser para se referir a isso. O melhor exemplo, talvez um dos poucos consensos no campo da filosofia da ciência, é a cristalização de um estilo de raciocínio por Galileu: não se trata de aplicação de ideias anteriores a outros objetos, ou de ideias novas sobre objetos antigos; trata-se do estabelecimento de outro modo de raciocínio, definindo novas possibilidades de objeto e de verdades e falsidades. É o que é nomeado, por Hacking, como experimentação sistemática (Hacking, 2012b, p.602).

Além disso, o termo “cristalização” não deve ser ignorado: ele aponta para o entendimento de que, embora seja Galileu que tenha empregado diversos instrumentos de maneira inovadora, não se trata de uma invenção completamente dele, mas da cristalização de inovações que vinham sendo feitas há tempos. Esse termo foi alvo de debate na publicação de seu *The emergence of probability* (1975a), em que Hacking defende a ideia de que antes do

século XVII não havia pensamento probabilístico na Europa. Isso não quer dizer que suas bases ainda não tivessem sido inventadas, mas que diversos elementos necessários para o pensamento probabilístico ainda não haviam sido combinados do modo como o conhecemos. Uma vez que foram, cristalizou-se esse modo de pensamento.

Segundo o autor, um estilo emerge enquanto algo restrito, a partir de interações locais e pequenas. Entretanto, com o tempo, ganham amplitude e se estabelecem enquanto norma. Passam a ser o modo certo de raciocinar dentro de um campo. Haveria, para Hacking, uma frequente inversão sobre a questão da objetividade: ela não seria um *a priori*, mas sim algo constituído no próprio estilo de raciocínio. Mais que isso, um estilo seria responsável pela introdução de diversos elementos, como: “*objetos; evidências; orações, novos modos de ser um candidato a verdade ou falsidade; leis, ou pelo menos modalidades; possibilidades*” (Hacking, 2002a/2009, p.210, realce do autor)

Métodos de raciocínio e objetos

Desse modo, nos aproximamos do que o autor define como um estilo de raciocínio. Algo que não antecede as novidades que introduz, mas que se constitui conforme as novidades vão aparecendo e se autossustentado. Um estilo de raciocínio se reconhece, portanto, pela introdução de novidades: “cada estilo de raciocínio deve introduzir novidades da maioria ou de todos os tipos listados, e deve fazê-lo de um modo criativo, processual, numa urdidura aberta” (*ibidem*, p.211). Em linhas gerais, como afirma posteriormente, os estilos de raciocínio definem novos objetos e métodos de raciocínio (Hacking, 2002b; 2006b; 2006c). Os outros elementos podem ser vistos como desdobramentos dessas duas categorias mais gerais, uma mais diretamente relacionada a questões ontológicas; outra, a questões epistemológicas. O modo como pensamos restringe as possibilidades de abordagem dos objetos, assim como os modos possíveis de abordagem definem como se pode pensar sobre os objetos. O que, por sua vez, retorna à questão das possibilidades de enunciação da verdade, ou da veracidade: “Os objetos precisam de métodos de raciocínio para que seja possível dizer a verdade sobre eles. Inversamente, um método de raciocínio sem um tipo de objeto novo é estéril e não distinguirá jamais um estilo de pensamento” (Hacking, 2006c, p.14, tradução nossa).

Vemos, portanto, que a questão da verdade e falsidade ganha destaque enquanto um modo contingente de se produzir conhecimento. O autor é categórico ao afirmar que novos objetos, novas orações, novas leis, isso tudo são invenções corriqueiras, que acontecem a todo momento. Entretanto, o que define um estilo seria uma novidade em relação à verdade e à falsidade. Para

isso, ele usa o termo *positivo* num sentido bastante amplo, referindo-se à possibilidade de que certos elementos possam ganhar um valor positivo em relação à verdade. Trata-se, evidentemente, de uma positividade que se insere totalmente num sistema histórico, colocando certas questões a ideias atemporais de verdade:

Os tipos de orações que adquirem positividade por meio de um estilo de raciocínio não são bem descritos por uma teoria da verdade como correspondência. Não tenho qualquer objeção mais premente contra uma teoria da verdade como correspondência para o caso de várias orações triviais, as que poderíamos chamar de orações pré-estilo ou não-raciocinadas, inclusive a difamada categoria das sentenças observacionais. Mas rejeito qualquer semântica uniforme multiuso. A objeção premente a teorias da verdade como correspondência, para orações que têm positividade apenas no contexto de um estilo de raciocínio, é que não há como individuar o fato ao qual elas correspondem, a não ser em termos do modo como é possível investigar sua verdade, isto é, usando o estilo apropriado. (Hacking, 2002a/2009, p.212)

Retomamos, assim, a questão — apontada no início deste capítulo — sobre a tensão entre a verdade e a veracidade exemplificada pelo problema da teoria da verdade como correspondência. Esta mostra suas limitações no tanto que as condições de prova de sua adequação respondem a seu próprio estilo de raciocínio, ou seja, só são possíveis dentro de um modelo circunscrito de veracidade. Como temos repetido, Hacking afirma que a verdade de uma oração só ganha sua positividade dentro de um estilo de raciocínio. Nesse sentido, os estilos passam a ser padrões de objetividade, pois constituem o caminho para que se chegue à verdade. Entretanto, essa verdade à qual se chega, é restrita, justamente porque é aquela restringida pelas possibilidades contidas no estilo de raciocínio. Os estilos são, então, “autoautenticadores” (*ibidem*, p.212), e a objetividade é o nome que se dá aos caminhos definidos dentro de cada sistema autoautenticador para que se chegue à verdade (ou à falsidade) prevista dentro do próprio estilo. Isso produz, segundo Hacking, uma sensação incômoda de circularidade, a qual, entretanto, deve ser cuidadosamente considerada.

Autorreferência

Sua preocupação é com o construcionismo. Ele dedica um livro inteiro a esse tema, e abordaremos alguns pontos em detalhes mais à frente. Por ora, entretanto, cabe indicar a diferenciação proposta: segundo o autor, construcionistas acreditariam que é possível produzir fatos de acordo com aquilo que se quer provar; o estilo de raciocínio, não, pois não se trata de

construir fatos, mas de avaliar candidatos à verdade e à falsidade que já estavam estabelecidos, embora a definição de verdade e falsidade seja histórica. Nem toda oração é candidata à verdade e à falsidade em um dado estilo de raciocínio, mas uma vez que uma é, ela pode ser avaliada. Isso seria diferente, segundo o autor, da ideia de que se pode construir um fato a partir daquilo que se quer demonstrar.

Nesse ponto, retornamos a um tema caro a Hacking, o da estabilidade da ciência. Algo indicado inicialmente a partir de suas considerações sobre uma das possibilidades de compreensão da verdade: a verdade enquanto constância. A estabilidade é uma qualidade central no pensamento científico, já que demonstra a solidez e a pertinência das teorias. Kuhn dedicou boa parte de *A estrutura das revoluções científicas* (1962/2013), não por acaso, à questão das crises, e da caracterização da ciência normal como algo que se desenvolve numa estabilidade quase plena, enquanto a ciência revolucionária seria aquela que responde à instabilidade de suas construções. A instabilidade pode ser de origem teórica ou empírica, sempre inserindo problemas que até então não se consegue resolver. Em relação a isso, Hacking propõe a estabilidade da ciência articulada à autoautenticação de um estilo de raciocínio, algo que se mostraria mais estável que a permanência de um paradigma. A ideia é que se um estilo de raciocínio consegue se estabelecer, dificilmente ele poderia ser refutado. Justamente porque, para que fosse, seria necessária uma operação de crítica aos parâmetros de verdade e falsidade. Entretanto, justamente por não responderem a nenhum ponto superior de ancoragem epistemológica ou ontológica, seriam como que blindados a esse tipo de crítica:

A aparente circularidade nos estilos autoautenticadores deve ser bem-vinda. Ela ajuda a explicar por que, embora os estilos possam evoluir ou serem abandonados, eles são curiosamente imunes a qualquer coisa parecida com uma refutação. Não há qualquer padrão mais elevado a que eles respondam diretamente. O que é notável nos estilos é que são estáveis, duradouros, cumulativos a longo prazo. Além do mais, em um período de tempo mais curto, o conhecimento que adquirimos usando-os é moderadamente estável. São nossos conhecimentos que estão sujeitos à revolução, à mutação e a vários tipos de esquecimento; é o conteúdo do que descobrimos, não como descobrimos, que é refutado. É aqui que está a fonte de um certo tipo de estabilidade. (Hacking, 2002a/2009, p.213)

Vemos, assim, que Hacking localiza sua proposição sobre os estilos de raciocínio enquanto, por um lado, um traço constante na história da ciência (a ciência sempre é feita a partir de estilos de raciocínio), e por outro, como uma estabilização contingente, histórica e autoautenticadora de modos de enunciação da verdade. Contingente e histórica porque respondem a eventos históricos, ou seja, poderiam ser (e são) diferentes dependendo de como

emergem, e não há nenhuma regra geral que defina essa emergência. Autoautenticadora uma vez que define, ela mesma, as condições de averiguação do caráter positivo ou negativo em relação à verdade. Temos, nesse sentido, uma descrição bastante precisa daquilo que ele chama de veracidade.

Em 2012, ele retoma essa questão para se debruçar um pouco sobre os debates suscitados. Segundo o autor, a autoautenticação funcionaria como um antídoto a projetos que buscam as fundações do conhecimento, como a epistemologia costumava (e às vezes continua) a fazer, ou que o lógico procuraria em relação aos fundamentos da razão. Os estilos não têm fundação, eles são justamente o modo de raciocínio nas ciências:

Dizer que esses estilos de pensar e fazer são autoautenticadores é dizer que eles são autônomos: eles não respondem a algum outro, superior, ou mais profundo, padrão de verdade e razão além deles mesmos. Repetindo: sem fundação. O estilo não responde a critérios externos de verdade independentes dele mesmo. (Hacking, 2012b, p. 605, tradução nossa)

Em adição a isso, haveria técnicas de estabilização: modos de acomodação e adaptação de um estilo de raciocínio a partir dos problemas que lhe são colocados. Hacking aborda essa questão em alguns artigos, notadamente um sobre estatística (1992b) e um outro sobre laboratório (1992a)¹³. Segundo ele, a única coisa em comum entre diferentes técnicas de estabilização é que elas permitem que um estilo autoautenticador sobreviva. Isso não significa que problemas externos sejam desconsiderados, ao contrário: a autoestabilização diz respeito, justamente, à capacidade de um estilo de se modificar de modo a responder aos problemas que encontra em seu funcionamento. Por exemplo, Hacking (1992a) apresenta quatorze técnicas diferentes de estabilização em ciências de laboratório, entre elas o reajuste de hipóteses auxiliares proposto por Duhem, ou contribuições de Pickering sobre reajuste de equipamentos e de análise de dados. Assim como recorre a Lakatos e Wittgenstein para sustentar a estabilidade do estilo matemático (Hacking, 2002a/2009, p.215). Também faz recurso à articulação entre problemas de grandes populações, teorizações de desvio padrão e técnicas estatísticas para o estilo probabilístico (1992b). Todas técnicas absolutamente diferentes, mas com a mesma função.

Isso traz a questão sobre o que faz com que um estilo se estabeleça, já que não há um critério externo. A resposta de Hacking é pragmática: eles funcionam, por isso permanecem. O

¹³ Há também um terceiro artigo em que Hacking aborda diretamente essa questão em relação à matemática, mas não conseguimos ter acesso a ele. Trata-se do artigo “Immagini radicalmente costruzionaliste del progresso matematico”, publicado em 1995 no livro *Realismo/Antirealismo* (Pagnini).

porquê de considerarmos que funcionam, isso é um conjunto em que diversos elementos são negociados. Seja porque eles aumentam o conhecimento sobre algo, seja porque eles nos agradam. Mas, em última instância, a única explicação é esta — porque não há, de fato, última instância —: “Não há critério externo, do tipo demandado por teorias da verdade por correspondência. Mas ainda há padrões, padrões pragmáticos” (Hacking, 2012b, p.605, tradução nossa).

Estilos e história

Nesse ponto, podemos reconhecer o motivo pelo qual Hacking é considerado um dos grandes expoentes dos *Science Studies* [estudos de ciência], que teriam suplantado uma tradição de filosofia da ciência com forte tendência epistemológica e fundacionista, incluindo a história como campo incontornável para a compreensão da atividade científica. Ao recorrer a uma explicação pragmática desse tipo para sustentar a permanência de um estilo de raciocínio, Hacking introduz um componente claramente histórico: um estilo permanece porque assim aconteceu. Não há razão epistemológica ou metodológica que explique, pois não há critério externo para sua sustentação.

Em *As políticas da razão* (2000), Isabelle Stengers critica a proposição de Popper sobre a falseabilidade enquanto um elemento de epistemologia (ou metodologia) normativo por um caminho bastante compatível com o pensamento de Hacking. Segundo a autora, em linhas gerais, uma vez que os próprios critérios de falseabilidade (ou de verdade e falsidade) são contextuais, a falseabilidade não seria capaz de definir aquilo que deveria ser considerado, ou não, científico; mas sim reconhecer aquilo que *foi* considerado, ou não, científico. Ela afirma, nesse sentido, que se trata de um operador de história da ciência, e não de filosofia. É evidente que um apontamento desse tipo à obra de Popper é absolutamente diferente do que em relação à obra de Hacking, especialmente por seu reconhecimento do lugar da história nos estudos sobre ciência. Inclusive um dos capítulos de *Ontologia histórica*, chamado “Estilos para historiadores e para filósofos”, publicado originalmente em 1992, trata dessa questão diretamente, indicando seus pontos de comprometimento com o pensamento histórico, e os lugares em que utiliza a obra de historiadores para outra finalidade: fazer filosofia.

Entretanto, como vemos, ao final de sua argumentação filosófica sobre os estilos de raciocínio — publicada 20 anos depois do texto sobre “Estilo para historiadores e para filósofos” e 30 anos depois de seu primeiro artigo sobre estilos de raciocínio (“Linguagem, verdade e razão”) — a história retorna. Retorna com um certo disfarce de filosofia pragmática,

o que é necessário para mobilizar noções de acordo e negociação sempre retomadas pelo autor, mas não esconde seu peso historiográfico. O que, repetimos, não é um problema para o autor, ao contrário. Lembremos, como indicado desde o início deste trabalho, que nossa escolha por Ian Hacking passa pelo fato de ele ser um pensador que defende o valor da ciência não apesar, mas a partir de sua falta de critério externo que garanta sua verdade. O fato de que o que se produz são modos locais de enunciação do verdadeiro não diminui seu valor.

É o que pode ser visto, por exemplo, com sua afirmação de que a “autojustificação, longe de implicar um tipo de subjetivismo, é fundadora da objetividade e da reprodutibilidade científicas” (Hacking, 2002b, p.19, tradução nossa), de modo que nesse jogo de negociação pragmático o objetivo seria *aquilo* que se estabiliza. Isso indica, inclusive, que as técnicas de estabilização variam completamente entre si — o que faz sentido, já que aquilo que elas estabiliza também é notadamente diferente. Essas análises indicam, entretanto, que algumas técnicas são mais efetivas do que outras. Mais que isso, a estabilidade é proposta pelo autor como uma das características centrais de um estilo:

As técnicas de autoestabilidade nos devolvem à questão de como individuar estilos. Começamos com uma definição ostensiva, a lista de Crombie. Depois passamos para um critério, uma condição necessária: um estilo deve introduzir certas novidades, novos tipos de objetos, leis e assim por diante. Mas agora chegamos mais perto do ponto central da questão. Cada estilo persiste à sua maneira peculiar e individual, porque controlou e direcionou suas próprias técnicas de autoestabilização. É isso o que constitui algo como um estilo de raciocínio. (Hacking, 2002a/2009, p.215)

Vemos, portanto, que o terceiro ponto ressaltado por Hacking é indissociável da capacidade que uma ciência tem de produzir técnicas. Não se trata de técnicas de aplicação de seu conhecimento para a resolução de problemas cotidianos, mas de técnicas para a produção e manutenção da produção de conhecimento. É o que o autor chama de “tecnologia filosófica: um estudo dos modos como os estilos de raciocínio proporcionam conhecimento estável e tornam-se não os descobridores de verdade objetiva, mas sim padrões de objetividade” (*ibidem*, p.219). Não por acaso, essa tecnologia filosófica completa a ressalva que o autor faz em relação à palavra pensamento: não se trata de uma invenção abstrata nem da soma de ideias, mas de um processo que se inicia como algo relativamente corriqueiro, e que tem seu sucesso pautado não somente em sua capacidade de produção de conhecimento relevante, mas também em sua potencialidade reprodutiva e autoestabilizadora. Trata-se do estabelecimento de métodos de descoberta que excedem as mentes e funcionam por sua presença nos mais variados âmbitos das vidas das pessoas.

Contudo, o fato de que Hacking não reconhece a existência de um critério externo e defende a estabilidade e a autoautenticação de estilos de raciocínio como traços constituintes da prática científica pode levar a diversas interpretações. Do mesmo modo, o fato de que a objetividade e a veracidade apresentam grande teor de contingência — respondendo, ao final, a um critério pragmatista que inclui a negociação e o acordo como elementos decisórios. A soma desses elementos parece incidir diretamente em tendências construcionistas e subjetivistas, as quais podem tanto colocar questões importantes e necessárias à prática científica e sua recepção na sociedade, como levar a certos tipos de negacionismo que entendem a ausência de critérios transcendentais de garantia do valor do conhecimento como motivo para desvalorização da prática científica, ou para uma relativização ingênua e irresponsável. Tal questão é central para este trabalho, como temos repetido, uma vez que nos parece essencial que a prática científica possa ser examinada sem que se caia em negacionismos ignorantes. Vejamos, então, o modo como Hacking encaminha essa questão.

1.3 Construção social e o relativismo radical

Segundo Hacking, a publicação de *The social construction of what?* (1999) teria sido motivada, especialmente, por certos comentários que consideravam seu livro sobre ciências da memória (Hacking, 1995/2000) como um belo exemplar de pensamento construcionista. Nada poderia estar mais errado, segundo ele. De fato, em diversos momentos do próprio livro, o filósofo apresenta seus distanciamentos em relação à ideia de construção social, mas ainda assim essa tendência de leitura persiste.

De um modo mais geral, essa sensação poderia advir de uma leitura demasiadamente rápida do caminho que o autor vinha percorrendo: lembremos que embora seu primeiro livro sobre a lógica da inferência estatística (Hacking, 1965) possa ser enquadrado como um estudo de verve mais racionalista dentro do campo da filosofia da ciência, suas publicações dos anos 70 sobre pensamento probabilístico (1975a/2006) e sobre linguagem (1975b/1999) já apresentam forte influência do pensamento foucaultiano, aproximando a obra do filósofo de debates atravessados pelo campo da história. Esse movimento em direção à variabilidade do pensamento científico acentua-se nos anos 1980, como vemos tanto no fato de *Representar e intervir* (1983/2012) se ocupar mais em criticar realismos radicais do que nominalismos, e especialmente na publicação de “Language, truth and reason” [Linguagem, verdade e razão] (1982), texto que discutimos em detalhe na seção anterior, em que Hacking se ocupa, explicitamente, em defender que a *razão* tem uma história. O início dos anos 1990, com a

publicação de *The taming of chance* [A domesticação do acaso] (1990) e “‘Style’ for historians and philosophers” [“Estilo” para historiadores e filósofos] (1992c), aprofundou o “projeto dos estilos” (Hacking, 2012b), localizando o autor como um crítico de projetos normativos e fundacionistas, embora também rejeitasse relativismos radicais como subjetivismo ou construcionismo social.

Nessa toada, não é de espantar que a publicação de um livro que discute detalhadamente o modo como transtornos mentais podem ser considerados efeitos retroativos de discursos sobre os indivíduos tenha sido assimilado enquanto uma peça de construcionismo social. Algumas de suas categorias como *nominalismo dinâmico*, *invenção de pessoas*, *alvos em movimento*, entre outras, se aproximam do vocabulário empregado por relativistas mais radicais. Nos ocuparemos da questão relativa aos transtornos mentais mais adiante, por ora faremos alguns apontamentos sobre sua crítica à ideia de construção social.

O que se constrói

A crítica que Hacking faz à ideia de construção social é bastante detalhada, uma vez que o autor faz um inventário pormenorizado das formas que a ideia de construção é apresentada. Ele as organiza a partir de seis possíveis níveis de posicionamento construcionista, de modo que a passagem de um para outro comportaria um ganho de radicalidade: histórico < irônico < reformista < desmascaramento < rebelde < revolucionário (Hacking, 1999, p.19). Se todos eles partem do reconhecimento de que haveria questões externas, variáveis e históricas presentes na produção de conhecimento e de formas de socialização, tanto o alcance que essa variabilidade teria como os efeitos que ela produz sobre o valor dos saberes estabelecidos mudaria de um para outro. Nesse sentido, um construcionismo histórico apontaria para o caráter contextual da produção de conhecimento, enquanto o revolucionário, na outra ponta, tomaria a contingencialidade dos saberes como motivo para descrédito e substituição por outros.

Como vimos anteriormente, Hacking não discorda de que o conhecimento e diversas outras atividades ligadas à sua produção são determinados historicamente. Mais que isso, ele reconhece amplamente o papel dos discursos na determinação das possibilidades de experiência dos indivíduos, como veremos à frente. Entretanto, isso não significa que o termo “construção” seja o mais apropriado, uma vez que ele carregaria um espectro de significação que indica uma capacidade de decisão e retificação daquilo que será produzido. Em linhas gerais, Hacking faz duas ressalvas. A primeira diz respeito à diferença entre diversos casos: há situações e objetos (ou tipos de objetos) mais suscetíveis à influência dos discursos produzidos, isso faz com que

a questão da variância (ou da inevitabilidade) deva ser modulada. Segundo: mesmo em casos que podemos considerar que a influência discursiva tem um papel importante, ainda assim o autor considera que a palavra “construção” não seria a mais adequada. Ademais, nos dois tipos de casos, ele defende que aquilo que pode ser considerado uma construção deve ser bem definido.

Primeiramente, deve-se ter clareza sobre o que está em pauta. Se dizemos que algo é construído socialmente, o que é esse algo? Esse algo pode ser um objeto, uma ideia, uma teoria, um fato etc. Esses elementos apresentam graus semânticos de diferentes níveis, de modo que uns se articulam a ideias mais imediatas, enquanto outros são resultantes de racionalizações complexas. O grau de contingência tenderia a crescer junto com a complexidade, de modo que faria mais sentido falar de construção em relação a teorias do que em relação a objetos. Por exemplo, ele retoma o trabalho de Andrew Pickering sobre os quarks (Pickering, 1984), afirmando que, embora a ideia de quarks possa ser construída, os quarks, eles mesmo, não o são. Pickering teria respondido, em uma carta em 1997, dizendo

Eu nunca diria que *Construindo Quarks* é sobre “a ideia de quarks”. Isso pode ser a sua opinião sobre construcionismo nas ciências naturais, mas não é a minha. Minha ideia é que se alguém nasce num mundo de uma maneira específica — sua matriz heterogênea — essa pessoa pode provocar certos fenômenos que podem ser interpretados como evidência para os quarks. (Pickering *apud* Hacking, 1999, p.30, tradução nossa)

Essa passagem nos interessa por indicar, com clareza, o posicionamento de Hacking em relação à questão. Ele não discorda de Pickering; muito pelo contrário, afirma que, de fato, “se você viesse ao mundo de outra maneira, você poderia provocar outros fenômenos que poderiam ser interpretados como evidência para uma física de sucesso diferente (não formalmente incompatível, mas diferente)” (Hacking, 1999, p.31, tradução nossa). Isso é completamente compatível com o que vimos até agora sobre sua ideia de *estilos de raciocínio*, algo apresentado quase 20 anos antes. Lembremos, afinal, que o autor afirma que a veracidade são possibilidades de enunciação da verdade, de modo que há sempre uma contingencialidade presente na enunciação. Isso não significa, e Pickering também estaria de acordo, que qualquer coisa seja considerada verdadeira: os objetos resistem às classificações e às ideias e, nesse sentido, constroem a “liberdade criativa”. O principal ponto de distanciamento de Hacking, ao menos em relação a Pickering, reside no emprego da palavra construção. Para o filósofo canadense, empregá-la é um jeito ruim de avançar no debate, pois acaba achatando questões que deveriam ser sempre tomadas de modo mais detalhado.

Segundo Hacking, o grande risco em se falar de construcionismo é hipertrofiar a liberdade que se imagina na determinação daquilo que é ou não considerado enquanto um fato, ou então no alcance que o nominalismo teria na liberdade de determinação do modo como entendemos o mundo. A questão seria, para o filósofo, que em grande parte das discussões questões morais seriam demasiadamente infladas e obliterariam as resistências que o campo discursivo encontra. Ele não deixa de afirmar que em casos de tipos interativos, a questão moral é central. Mas que, para além disso, haveria uma onda de normalização sob o nome de “construção social”, que faria com que diversas discussões fossem reduzidas a discussões morais. É nesse sentido que, como já indicado, o autor propõe a necessidade de uma delimitação rigorosa daquilo que seria, ou não, construído. Tal questão é tão central que consiste, inclusive, no nome do livro. Trata-se, antes de qualquer coisa, de delimitar *do que* se está falando, ao se falar de construção social.

O exemplo mais claro que ele mobiliza sobre a moralização da discussão sobre a produção de conhecimento é o que chama de desmascaramento. Esse tipo de abordagem construcionista partiria do pressuposto de que a explicitação dos atravessamentos políticos e morais presentes na produção de conhecimento teria um efeito direto sobre a qualidade do conhecimento estabelecido. Por exemplo, desmascarar interesses egoístas dos cientistas faria com que os resultados de suas pesquisas perdessem o valor. Tal ideia não faz sentido, primeiramente porque não necessariamente os resultados se adequariam aos interesses iniciais, mas também porque os resultados têm seu valor para além dos interesses daqueles que o produzem. Desmascarar não significa refutar a veracidade, pois não mostra que os resultados estão errados, mas simplesmente que são atravessados por questões políticas e morais (Hacking, 1999, p.58). Algo, aliás, presente em qualquer processo de produção de conhecimento.

Esse caso pontual é interessante, pois indica um posicionamento mais geral de Hacking. Ele não nega as idiossincrasias da atividade científica, mas afirma que isso não esgota a questão. Haveria, nesse sentido, dois modos de abordagem: um que se ocupa da atividade científica em si, e outro que se ocupa da montagem de verdades no corpo de conhecimento. Embora ambas, como visto anteriormente, não respondam a nenhuma instância externa superior — nem, tampouco, sejam práticas internalistas que não respondem a questões externas à comunidade científica —, isso não justificaria a ideia de que os rumos da produção de conhecimento poderiam ser planejados de modo tão bem-sucedido que justificasse o emprego da palavra “construção”:

Essa distinção, entre uma atividade e uma montagem de verdades, não coloca nenhuma questão sobre construção social. Mas aponta para o que deveria estar

em questão. Retomemos a distinção entre processo e produto. Para sociólogos, o processo da ciência, a atividade científica, deveria ser o principal objeto de estudo. Mas para cientistas, as questões filosóficas mais controversas são sobre ciência, o produto, a montagem de verdades. (*ibidem*, p.67, tradução nossa)

Segundo Hacking, o modo mais interessante de lidar com a questão da variabilidade do conhecimento produzido (ou que poderia ser produzido) é a partir da consideração de três categorias: contingência, nominalismo e explicações de estabilidade.

Contingência, nominalismo e estabilidade

A primeira delas, *contingência*, é entendida, nesse momento, de maneira bastante específica: diz respeito às possibilidades de desenvolvimento do pensamento científico uma vez que suas bases já estão estabelecidas. Recuperando o que foi apresentado até agora, iria no sentido de pensar as possibilidades de variação do pensamento científico dentro dos estilos de raciocínio em voga, ou mesmo a possibilidade de emergência e estabilização de um novo estilo de raciocínio. Segundo o autor, para boa parte dos cientistas a própria ideia de que a ciência poderia se desenvolver de outro modo seria um absurdo. Hacking, entretanto, defende que é uma possibilidade que deve ser considerada, embora não a ache assim tão provável:

A história do mundo poderia ter sido fundamentalmente diferente. Pascal, Leibniz e, acima de tudo, Charles Babbage tiveram a ideia básica do computador moderno que transformou o final do século XX. Suponhamos (o que é impossível) que Babbage tivesse conseguido no começo do século XIX. Suponhamos que tivéssemos alguma coisa como computadores Cray de altíssima velocidade em 1850. Então a matemática analítica em que as Equações de Maxwell são moldadas teriam sido desnecessárias. Nós poderíamos ter contornado as Equações de Maxwell! Nessa fantasiosa hipótese, não era totalmente inevitável que a física tomasse um caminho maxwelliano. As equações de Maxwell não teriam sequer sido dedutíveis (Hacking, 1999, p.76, tradução nossa)

Segundo ele, haveria dois elementos que o fazem pender mais para o lado da inevitabilidade do desenvolvimento da ciência do que de sua contingência: a força da tradição estabelecida (conhecimentos, técnicas, equipamentos etc.) e a resistência dos objetos. Isso funcionaria como uma restrição das possibilidades de avanço, o que não significa que haveria somente um caminho. Se essa fantasia sobre a invenção do computador e as equações de Maxwell parecem demasiadamente irrealis, há alguns casos que mostram como isso já aconteceu — como, por exemplo, a impossibilidade de decisão entre três leis de gravitação diferentes, no

século XVII (*ibidem*, p.78). A aceitação da lei de Newton, nesse caso, não teria se dado por questões epistemológicas ou experimentais, uma vez que as leis seriam equivalentes nesses sentidos. Mas somente uma delas teria sobrevivido. Isso leva a outra consideração: sobre diversos procedimentos que trabalhariam no sentido de uma equalização das teorias aceitas e do apagamento dos traços incompatíveis de outras teorias que teriam sido assimiladas. Isso daria uma impressão de maior uniformidade, mas que teria sido violentamente produzida.

Vê-se, desse modo, que embora não seja um defensor de um ideal de progresso único e reconheça a variabilidade das possibilidades de desenvolvimento teórico, Hacking não considera que isso tenha um alcance tão grande — ou pelo menos, tão relevante — quanto construcionistas usualmente consideram. Há casos, mas não são assim tão comuns, o que indicaria que a possibilidade de direcionamento seria muito mais limitada do que o construcionismo social defende.

O segundo ponto, *nominalismo*, é desenvolvido com mais simpatia pelo autor. Esse ponto reúne diversos desenvolvimentos que já foram apresentados anteriormente, em especial sua crítica à representação e sua ideia de estilos de raciocínio como um processo histórico que define as possibilidades de criação de objetos e de verdades e falsidades. De maneira geral, pode-se afirmar que o pensamento de Hacking imputa, no presente debate, a tensão entre verdade e veracidade à questão do nominalismo: há modos estabelecidos que definem as possibilidades de pensamento e atuação. Eles são dinâmicos e cumulativos, muito embora isso só seja reconhecido na consideração de longos períodos.

A principal diferença entre o que Hacking chama de contingência e o que trabalha sob o nome de “nominalismo” diz respeito à dinâmica de modificação. Estilos de raciocínio, ou mesmo mudanças minimamente significativas na língua, só são possíveis em processos históricos. A modificação se dá em um período longo, num processo complexo. Entretanto, uma modificação dessas poderia levar o conhecimento a lugares completamente diferentes. Lembremos de como ele afirma que estilos de raciocínio começam como questões corriqueiras e vão se estabilizando aos poucos. O modo como ele apresenta a questão da contingência diz respeito a decisões pontuais, caminhos simultâneos que podem ser seguidos, ou seja, questões subordinadas a essas estruturas mais gerais. O que leva, por sua vez, à estabilidade.

A maneira como a questão da estabilidade tem sua relevância para o debate sobre construção social é, especificamente, sobre as explanações de estabilidade. O ponto crucial, nesse sentido, é se a estabilidade do conhecimento científico é explicada de modo interno ou externo ao campo da ciência. Como visto, Hacking considera a estabilidade um traço essencial de um estilo de raciocínio, e que, em última instância, sua explicação é pragmática: o estilo

serve. Entretanto, essa discussão não é sobre estilos de raciocínio, mas sobre ciências específicas e suas teorias. Ainda assim, pode-se pensar no sucesso de uma ciência do ponto de vista de sua serventia. Isso não significa que ela seja pré-definida, tampouco que advenha de dentro ou de fora da comunidade científica. Hacking usa como exemplo, desde *Representar e intervir* (1983/2012), a ideia de que o sucesso da ciência pode ser medido por seu reconhecimento dentro da própria comunidade, como proporia Imre Lakatos (1970) com sua ideia de programas de pesquisa cumulativos. Esse critério seria, segundo o canadense, um substituto para a verdade enquanto referência de sucesso.

Autores como Bruno Latour e Isabelle Stengers apresentam uma visão externalista: acreditam que boa parte das instabilidades — assim como a própria estabilidade — responde, ao final, a questões externas à comunidade científica. Em contraste, afirma Stengers (2000), autores como Thomas Kuhn, ou mesmo Gaston Bachelard, seriam internalistas de um modo diferente de Lakatos: por mais que defendessem um caráter não cumulativo do conhecimento, entendiam a disrupção como um efeito do funcionamento interno da comunidade. Hacking adota uma postura parecida com a que é assumida em relação à contingência: não nega que haja atravessamentos externos na definição da estabilidade; entretanto, não crê que isso seja tão relevante¹⁴. Vemos, desse modo, que a postura crítica do autor em relação à construção social se dá por uma espécie de respeito à resistência: seja ela resistência do mundo ou das coisas, seja ela resistência das formas estabelecidas de pensar e fazer.

Há sempre a possibilidade de disrupção, o que estabelece uma espécie de ponte entre a ideia de resistência dos objetos (a qual ele empresta de Pickering, devemos lembrar) e sua defesa da experimentação. A experimentação pode ser entendida, nesse sentido, como algo tão importante por ser o melhor jeito de vencer o estabelecido. O estabelecido, por sua vez, seria fruto de certa inércia, mas também de um encaixe bem-sucedido entre teoria e o mundo (um encaixe robusto, para empregar outra expressão de Pickering). Entretanto, Hacking é categórico ao afirmar que, embora esse encaixe possa ser perene, ou até mesmo inexorável (como se espera de leis científicas), isso não significa que seja o único possível. Nesse sentido, a crítica a essas teorias consideradas imutáveis não se daria pelo fato de serem falsas, mas de serem somente uma das opções.

¹⁴ Hacking propõe um sistema de pontuação para avaliar cada um desses elementos. O sistema varia de 1 a 5, de modo que 1 seria a menor importância e 5, a maior. Em relação a seu pensamento, ele apresenta a seguinte pontuação: contingência (2); nominalismo (4); explicações externas de estabilidade (2).

Variabilidade

Essa questão é mais bem desenvolvida por ele em um artigo chamado “How inevitable are the results of successful Science?” (Hacking, 2000). Como bem explicita o título, a questão é se ciências de sucesso, sobre objetos ou temas minimamente similares, chegariam a resultados iguais. Para responder a isso, as três categorias até aqui apresentadas são reduzidas a duas: a questão da estabilidade é remetida à palavra sucesso (recorrendo-se a Lakatos), enquanto o que é trabalhado sob o nome de *nominalismo* é incluído na categoria *contingência*. Hacking coloca a questão de maneira bastante interessante, recuperando a argumentação de Evelyn Fox-Keller — em seu livro *Reflexions on Gender and Science* [Reflexões sobre gênero e ciência] (1985) — sobre a reprodução de uma linguagem militar nas ciências, baseada em uma lógica de senhor e escravo. A partir disso, Hacking se pergunta: chegaríamos a resultados similares, se utilizássemos outras palavras para falar sobre biologia?

Sua argumentação gira em torno de uma noção central, a noção de *pergunta*. Segundo ele, as perguntas só fazem sentido dentro de seus contextos, ideia essa que aproxima o filósofo da ideia de contingência. Uma pergunta que faz sentido, nesse contexto, é uma pergunta *viva*. Algo, como vimos, compatível com seu trabalho sobre estilos de raciocínio. Entretanto, uma vez que uma pergunta viva é feita, e que há modos possíveis de respondê-la, então a contingencialidade diminui drasticamente: “aspectos do mundo determinam o que a resposta é, mesmo que somente pessoas numa sociedade científica encontrem a resposta” (Hacking, 2000, p.69, tradução nossa). O grande valor desse artigo é sua capacidade de concisão: o filósofo consegue definir com clareza aquilo que imputa à contingência e o que é necessário. Pode-se afirmar, de modo sintético: as perguntas são contingentes; as respostas, necessárias.

Mas o caráter necessário das respostas existe dentro de um sistema que articula, primeiramente, a contingência das perguntas que define as possibilidades de resposta; junto a isso, a contingência daquilo que faz com que tipos específicos de resultados sejam considerados resultados de sucesso; e, finalmente, o caráter restritivo do real. Ou seja, as respostas são necessárias dentro de um sistema contingente e autoautenticador, mas são necessárias uma vez colocadas as restrições que advém tanto do pensamento (histórico) quando do real (indiferente). Isso indica, entretanto, que não são únicas: “Os resultados de ciências de sucesso não são inevitáveis; nós poderíamos ter ciências de igual sucesso com resultados diferentes (mas não incompatíveis)” (*ibidem*, 2000, p.71). O que aponta que, ainda que não inevitáveis, não é possível sustentar qualquer resposta, ou mesmo construir fatos a seu bel prazer. Há algo que resiste à possibilidade de relativização completa do conhecimento. Retomando o jogo entre

verdade e veracidade, seria possível afirmar que há algo da veracidade que remete à verdade, e historicizando as enunciações sobre o verdadeiro, mas ao mesmo tempo contendo algum tipo de permanência.

A partir dessa apresentação das ideias principais de Hacking sobre a produção de conhecimento, especificamente no que ou autor denomina “ciências naturais”, será possível abordar a questão da verdade em relação ao sofrimento psíquico dentro de sua obra, localizando as similaridades e as diferenças em relação ao que foi exposto. Nesse sentido, a tensão estabelecida entre a ideia de verdade atemporal e a noção de veracidade enquanto possibilidades de enunciação do verdadeiro mostrou-se um bom organizador, podendo situar os movimentos do filósofo, de um lado, entre o reconhecimento da variabilidade e da contingência do conhecimento; e, do outro, na afirmação do valor do conhecimento e das restrições à sua produção.

Nesse sentido, a noção de estilos de raciocínio indica a necessidade do reconhecimento do caráter histórico do conhecimento, o qual diz respeito às possibilidades de estruturação do pensamento e dos objetos abordados. Isso se encaixa em uma compreensão que não separa intervenção e representação, indicando um modo de apreensão da linguagem que considera a significação como algo que escapa a uma ideia de adequação, demandando uma compreensão de fatores sociais envolvidos na definição dos sentidos partilhados. Por outro lado, a indissociabilidade entre representação e intervenção localiza a experimentação enquanto um fator privilegiado da prática científica, nisso que ela pode produzir efeitos disruptivos e introduzir novidades. A ênfase dada aos efeitos será aprofundada no próximo capítulo, em que os efeitos ontológicos serão pensados de maneira específica na classificação de objetos que responderiam à própria classificação, o que leva o autor a uma abordagem direta de fenômenos ligados ao sofrimento psíquico.

Capítulo 2 – Ontologia histórica e patologias transientes

No capítulo anterior, foi apresentado o modo como Ian Hacking trata o diagnóstico de um problema inerente à aplicação de teorias da verdade como adequação às práticas científicas, assim como da simples sobreposição da teoria semântica da verdade (Tarski) a objetos empíricos (Hacking, 2002b). Apresentamos os modos como o autor desenvolve alternativas tanto a uma filosofia da ciência realista que se sustenta em concepções ingênuas de representação e adequação das teorias, como a vertentes antirrealistas que ou negam o potencial de disrupção do real, ou restringem a pesquisa à questão da observação direta em sua despreocupação com a causalidade. O que Hacking (1983/2012) propõe, com seu *realismo de entidades*, é a afirmação da importância da experimentação enquanto processo que pode fornecer elementos de inferência da existência de entidades teóricas a partir dos efeitos de sua manipulação sistemática. Isso significa, em linhas gerais, que embora o autor indique que não haveria um ganho em relação à garantia de verdade das teorias propostas, os efeitos produzidos pela experimentação dão indícios sólidos da existência das entidades e abrem possibilidades de compreensão causal. Esses indícios, assim como os referidos efeitos, são compreendidos enquanto produções contextuais, que apontam na direção da variabilidade do conhecimento. Mas, ao mesmo tempo que se localizam dentro dessa contingencialidade, eles são tomados enquanto elementos sólidos para se fazerem inferências. Se não há, portanto, uma relação unívoca entre as teorias e as entidades, Hacking imputa à experimentação as possibilidades de produção de um tipo de pontos de estofo, embora eles não possam assumir um caráter totalmente necessário.

Em seguida, apresentamos o modo como o autor justifica, num sentido mais amplo, a defesa de sua compreensão de que o conhecimento científico é histórico — e, portanto, contextual —, mas ainda assim fornece elementos para sustentar sua pertinência. É o que vimos com seus *estilos de raciocínio*, indicando a reciprocidade contextual entre métodos de raciocínio que delimitam as possibilidades de consideração de verdades ou falsidades e a apreensão de objetos que, ao mesmo tempo, se inserem e definem esses métodos de raciocínio (Hacking, 1982; 1992c). Ademais, Hacking indica também o funcionamento da autoestabilização desses estilos, afirmando a inexistência de qualquer garantia externa de suas veracidades. Por fim, dedicamos algumas páginas à defesa da estabilidade do conhecimento científico, a qual não traz grandes novidades teóricas, mas cumpre o papel de uma delimitação mais explícita de que o modo crítico como o pensamento científico é abordado não justifica um relativismo radical, pelo contrário.

Esse percurso pode ser sintetizado pela maneira como Hacking aborda, mais frontalmente, a questão da verdade: se é possível propor uma ideia de verdade atemporal e absoluta, esta encontra o problema de ter que ser enunciada (ao menos para que se possa produzir conhecimento científico). As possibilidades de enunciação do verdadeiro são contextuais — o que o autor chama de “veracidade”. Ele aproxima sua ideia de estilos de raciocínio da categoria de veracidade, indicando como eles podem ser entendidos enquanto possibilidades de enunciação do verdadeiro. Ao mesmo tempo, indica que não haveria nenhum critério externo ao qual os estilos respondam, de modo que a própria relação da veracidade com a verdade não parece ser unívoca. Um problema próximo daquele apontado sobre os fracassos na aplicação de teorias da verdade à prática científica. A resposta do canadense vai na direção da valorização dos procedimentos e técnicas de reprodução do saber, enquanto momentos de reafirmação do valor do conhecimento produzido. Essa resposta inclui, uma vez que não há um valor *a priori*, uma dimensão de negociação social sobre aquilo que é considerado relevante, ao mesmo tempo que essa relevância também responde às possibilidades de interação com o real, cujo maior exemplo, para ele, é a experimentação.

Pois bem, se foi possível indicar uma possível resposta ao problema colocado sobre a rejeição da questão da verdade pelo fazer científico — naquilo que talvez possamos chamar de historicização da verdade enquanto termo médio de negociações sociais e interações com o real —, isso não esgota, entretanto, a questão da presença do sujeito. Essa questão pode ser desdobrada em dois problemas: primeiro, se haveria algum tipo de consideração de subjetividade presente na transição das proposições formais para suas possibilidades de aplicação, momento em que o sujeito passaria a ser o “enunciador do verdadeiro”; segundo, quais seriam os efeitos dessa própria produção de conhecimento sobre a subjetividade.

Pode-se afirmar que Hacking encaminha a primeira questão dentro de sua proposição sobre estilos de raciocínio. Lembremos que sua definição de “objetividade” enquanto técnicas de estabilização e de definição das possibilidades de chegar ao verdadeiro incluem, como temos visto, uma dimensão sempre presente de negociação, assim como uma ideia de efetividade que não responde a um critério epistemológico ou metodológico com qualquer tipo de garantia. Isso quer dizer, em linhas gerais, que as próprias técnicas de objetivação não excluiriam a subjetividade completamente, mas teriam, ao menos, um efeito de estabilização, evitando oscilações muito grandes na produção de conhecimento. Isso se localiza, portanto, em sua consideração sobre a contingencialidade do saber, a qual, reafirmamos, deve sempre ser tomada em sua interação com o real enquanto algo restritivo em relação à plasticidade teórica. De

alguma maneira, podemos afirmar que o modo como Hacking lida com essa questão é justamente a partir da ênfase que dá à história em seu pensamento.

Por outro lado, o segundo problema colocado inaugura, no pensamento do autor, um novo capítulo. Essa consideração se insere, na obra de Hacking, numa discussão bastante antiga sobre a separação entre ciências naturais e ciências sociais.

Uma das possibilidades de encaminhamento dessa discussão é pela consideração da questão da verdade a partir da especificidade do objeto ao qual ela se articula. Tal proposta se justifica por algumas razões: primeiramente, como aponta Foucault em seu *As palavras e as coisas* (1966/2016), é a partir da tomada do sujeito (humano) como objeto da produção de conhecimento que se inaugura um campo de problemáticas na ciência, por haver uma espécie de espelhamento. Essas problemáticas — que de alguma maneira introduzem a discussão sobre a ética e a política do conhecimento — terão papel central nos embates presentes até hoje na epistemologia e na filosofia da ciência. Nesse sentido, vê-se como certas particularidades de um objeto demandariam uma reorganização epistemológica, incidindo diretamente em formulações e modificações na estrutura do modo de pensar que pretenda dar conta desse tipo de objeto. Nisso se incluiria, no limite, modificações na escolha e no emprego de determinadas noções de verdade. Por outro lado, o próprio fato de haver diferenças de objetos que estabelecem a necessidade de consideração de regimes de verdade com funcionamentos distintos implica um efeito retroativo: a necessidade de consideração das especificidades do objeto retroage sobre uma concepção geral da verdade, uma vez que a aplicabilidade de seus parâmetros responde às características do objeto concernido. Algo, como vimos até agora, contido na reciprocidade indicada por Hacking sobre formas de verdade e falsidade e as possibilidades de consideração de objetos.

Essas, pode-se dizer, são algumas questões iniciais desse debate, o qual ganhou notória complexidade na história da epistemologia e da filosofia da ciência. Apresentamos, inicialmente, a questão desse modo tão amplo com o intuito de localizar o debate que iremos desenvolver. A questão do objeto tem se mostrado uma problemática de difícil resolução, especialmente quando as tentativas insistem em algum tipo de categorização definitiva que seja ao mesmo tempo ampla, rigorosa e precisa, como usualmente se apresentam propostas de divisão radical entre ciências naturais e ciências humanas¹⁵. Entretanto, importantes avanços foram realizados, entre os quais daremos destaque ao modo como Hacking encaminhou o debate sobre problemas relacionados à psicopatologia e a categorizações de modos de

¹⁵ Ou ciências conjecturais, sociais etc.

experiência dos indivíduos em diferentes contextos, a partir de seus estudos sobre psicopatologias transientes. Por outro lado, não podemos esquecer as problematizações realizadas pela psicanálise em relação a isso, especialmente sobre o potencial reificador presente na psicologia, o qual Lacan retoma, em “A ciência e a verdade” (1966/1998), em sua referência a Canguilhem¹⁶.

Vê-se, assim, que para além de questões epistemológicas e ontológicas em jogo nessa discussão, há também um atravessamento ético incontornável, uma vez que ela incide diretamente na constituição de práticas clínicas. Desse modo, após a apresentação das ideias de Hacking, retomaremos essa questão mais à frente, a partir da psicanálise.

Verdade, evidência e objetos biológicos

Como apontado na introdução, a discussão que atravessamos aqui ancora seu interesse na afirmação de que diversos posicionamentos que, a princípio, se reconhecem como escolhas puramente epistemológicas inevitavelmente produzem, intencionalmente ou não, consequências ontológicas, éticas e políticas. Mais que isso, vê-se que a defesa de certos tipos de tratamento da verdade parece mais atrapalhar do que contribuir para a abordagem de alguns problemas, algo patente na psiquiatria biológica que insiste numa racionalidade altamente problemática e ineficaz em relação às questões que tenta resolver (Rose, 2018; Silva Junior, 2016). O caso da psiquiatria demonstra uma série de equívocos que têm sido produzidos num movimento contemporâneo que advoga pelo embasamento em “evidências” de práticas clínicas, mas que toma justamente o termo “evidência” de modo ingênuo ou simplista.

É importante lembrar que, se o modo como se mobiliza a ideia de evidência pode ser criticado por sua ingenuidade, isso não se dá pela negação da importância desse termo na filosofia da ciência, muito pelo contrário: o problema se encontra na autonomização dessa ideia, na localização das “evidências” como algum tipo de garantia da verdade de um enunciado, seja qual ele for, mas que — pela mobilização de um termo que carregaria uma bagagem imaginária menor do que “verdade” — reforçaria uma ideia de independência, de autonomia em relação àquele que a enuncia. Não são poucas as discussões sobre o que seria uma evidência, sobre tipos diferentes de evidências, evidências *em si* e evidências secundárias etc. A questão da evidência não deixa de suscitar reflexões metafísicas, sobretudo pelo fato de que evidências

¹⁶ Como afirma Lacan, “a psicologia descobriu meios de se perpetuar nos préstimos que oferece à tecnocracia, e até, como concluiu, com humor realmente swiftiano, um artigo sensacional de Canguilhem, numa deslizada de tobogã do Panteão à delegacia de Polícia” (1966/1998, p.873-4).

são, elas mesmas, produzidas dentro de uma racionalidade, e não encontradas (Hacking, 1999, 2000), o que as faz não tão evidentes assim. Seu emprego contemporâneo, entretanto, parece produzir esta suposição: como se, para além de tudo aquilo que pode ser discutido, houvesse aquilo que pode simplesmente ser constatado. Como vemos explicitamente em Erwin (2015) e podemos deduzir de Insel (2013), ao localizar as evidências empíricas indiscutivelmente como o melhor tipo de evidência, um empirismo ingênuo se faz presente; pois, mesmo que o termo seja seriamente debatido e tratado rigorosamente, seu emprego acabada desconsiderando boa parte desse trabalho e simplesmente reproduzindo uma ideologia positivista, na qual deve-se acreditar somente naquilo que pode ser visto¹⁷.

Nesse sentido, o emprego do termo “evidência” parece oferecer duas modalidades de flexibilização e autonomização em relação a essas questões “desviantes”: (1) as evidências remetem a algo muito mais imediato, indiscutível — algo que pode ser simplesmente visto; esvaziando, assim, parte do peso que carrega o termo “verdade” —; (2) a insistência do emprego do termo “evidência” em práticas clínicas também tem como efeito a obliteração do horizonte ético presente em qualquer terapêutica, normalizando padrões morais a partir de uma suposta base epistêmica. Assim, basear práticas clínicas nesse horizonte, como se evidências fossem algo que simplesmente é encontrado, tem um duplo efeito de apagamento das dimensões ética e política, além da desconsideração do caráter performativo do conhecimento sobre os modos de experiência.

Retomando a fala de Insel, o que se vê não é somente um monismo reducionista que afirma que a causalidade de transtornos mentais deve ser atribuída prioritariamente ao funcionamento orgânico, mas também a localização desse monismo dentro de um modo de pensamento que evita debates que aumentem a complexidade das questões. Inclusive o modo como afirma isso, defendendo exames laboratoriais como padrão ideal, indica a maneira como uma discussão complexa é esmagada no recurso à observação. Tal estabelecimento de padrões de veracidade tem efeito direto no tipo de conhecimento que será produzido e, conseqüentemente, nos diagnósticos e terapêuticas informados por esse conhecimento. Inclusive, o esvaziamento ético e político dessas questões terá efeitos que devem ser entendidos não somente no corpo teórico que será construído, mas nos efeitos que essas ideias terão sobre as formas de experiência dos sujeitos.

¹⁷ Como apontado na introdução, essas vertentes apresentam um deslocamento do emprego original de práticas “baseadas em evidências”, que teriam como objeto, majoritariamente, o recurso a estudos epidemiológicos. Entretanto, o resultado de silenciamento de discussões pertinentes parece ser o mesmo.

Nesse ponto, retornamos à questão do objeto, a qual se insere no centro da discussão até agora realizada. Para além da definição de um raciocínio positivista como modelo padrão de racionalidade, esse movimento aqui exemplificado pela declaração de Insel indica ainda outro ponto que deve ser considerado: a equalização de questões relativas a objetos diferentes. Quando ele afirma que pacientes merecem mais e que a psiquiatria deveria funcionar como outras áreas da medicina — como a cardiologia —, ele não somente está generalizando a racionalidade localizacionista, mas também propondo uma indiferenciação de objetos tradicionalmente tratados de maneiras distintas.

Isso que é nomeado como organicismo, biologicismo, ou que há pouco foi chamado de “monismo reducionista”, indica a desconsideração radical dos efeitos da linguagem sobre os objetos — efeitos que não se dão da mesma maneira em todos os objetos (ou sujeitos). Essa pretensão de depurar aquilo que haveria de orgânico no funcionamento psíquico talvez explicita uma ânsia de agir efetivamente sobre bases mais estáveis, ou de menor complexidade. Pode indicar, por outro lado, um modo de lidar com um antigo desconforto sobre algo que Freud aponta como a ferida narcísica de o Eu¹⁸ não ser mais o senhor de sua própria casa (1917a/2010), de modo que o estabelecimento e a possibilidade de manipulação orgânica do psíquico traria algum conforto; ou simplesmente uma alternativa cujas conclusões respaldem terapêuticas de maior potencial de comercialização e rentabilidade por grandes corporações. Seja qual for a motivação (ou combinação de motivações), fato é que essa discussão se insere numa problemática há muito trabalhada pela filosofia da ciência, que trata das diferenças entre os objetos.

Alguns apontamentos acerca das discussões sobre as diferenças de objetos

Alguns parágrafos atrás afirmamos haver problemas nas tentativas de categorização definitiva das diferenças entre objetos que anseiem ser amplas, rigorosas e precisas. É preciso sublinhar que utilizamos os termos “rigorosa” e “precisa” inspirados no uso que Gilles-Gaston Granger faz em *Pensée formale et sciences de l’homme* [Pensamento formal e ciências do homem] (1960/1967), no qual precisão e rigor seriam mobilizados em situações, a princípio, contraditórias entre si. Ele afirma, por exemplo, que o rigor se articularia à formalização matemática, demonstrando a qualidade de uma estabilidade generalizável; por outro lado, a

¹⁸ Lembremos que, nessa construção, o “Eu” aqui é tomado em seu sentido metapsicológico, indicando que não é uma das instâncias psíquicas que detém o controle sobre o que se passa.

precisão estaria ligada à consideração detalhada das particularidades — presente, por exemplo, num relato histórico. Dessa forma, a proposta apresentada pelo autor nesse livro considera que quanto mais rigorosa é uma sentença, menos precisa ela seria, pois o distanciamento dos detalhes seria decorrente do processo de formalização:

Se definimos a ciência: construção de modelos eficazes de fenômenos, vê-se que a história nos escapa, na medida em que ela se propõe não a elaborar modelos para uma manipulação de realidades, mas a reconstituir essas realidades mesmas, necessariamente vividas como individuais. (Granger, 1960/1967, p.207)

Por outro lado, sentenças altamente precisas apresentariam grandes dificuldades para serem formalizadas, e conseqüentemente, qualquer tipo de generalização feito a partir delas seria pouco rigoroso. É desse modo que Granger propõe, no limite, a matemática como ponto extremo da formalização e do rigor, e a história como exemplo de precisão, afirmando que a história seria uma clínica sem prática:

A história é, certamente, no sentido mais definido possível, um conhecimento clínico. Mas enquanto psicológica, sociológica, econômica..., na medida em que elas utilizam eficazmente certo método, se articulam necessariamente a uma prática, a história ao contrário nos dá o exemplo paradoxal de uma clínica sem prática. (Granger, 1960/1967, p.206)

Esse esclarecimento sobre o uso que Granger faz dos termos tem como objetivo também introduzir um dos modos como a questão do objeto tem sido trabalhada na filosofia da ciência: segundo o epistemólogo francês, os objetos poderiam ser classificados segundo seu potencial de formalização, tendo a matemática e a lógica como ideal de pensamento formal. Ele propõe, assim, a separação entre ciências formais e empíricas, o que diz respeito a suas possibilidades de formalização. A formalização é, de fato, localizada como característica central do pensamento científico: por um lado, por ser o que possibilita a expansão da capacidade de desenvolvimento e atuação de uma teoria, a partir da generalização rigorosa de suas ideias centrais. Por outro, por ser responsável pelo caráter público da ciência, uma vez que a replicabilidade dos processos de produção de conhecimento — possível a partir da redução axiomática e a conseqüente aplicação em outros objetos ou situações — libertaria o conhecimento produzido de suas condições originárias de produção. O conhecimento poderia ser, assim, não somente reproduzido, mas também negado por outros pesquisadores (Granger, 1993).

Vê-se, entretanto, que mesmo que o epistemólogo francês localize a formalização como traço central à prática científica, isso não significa nem que ele apresente um modelo epistemológico ou metodológico normativo para uma definição geral do que é ciência, nem que ele desconsidere as diferenças de objetos (como se pode ver, inclusive, no próprio título de seu livro de 1960). Em relação à diferença entre objetos, Granger afirma a necessidade de considerar a complexificação existente ao se tratar de alguns casos em que a linguagem teria um papel ativo, já que dificilmente seria possível transformar fatos humanos em objetos por carregarem significações que interagem com a pesquisa que estaria sendo realizada.

Assim, essas práticas deveriam trabalhar com uma ideia de representação, e não de redução a esquemas abstratos. Algo compatível, por exemplo, na comunicação do conhecimento via casos clínicos. Em relação a uma metodologia normativa, Granger afirma não acreditar na utilidade de tal empreitada, especificando seu esforço enquanto a definição de uma visão e de uma linguagem para a ciência (1993). A linguagem, como vemos, relaciona-se com a formalização e a linguagem matemática. A visão, não separável da linguagem, consiste em um projeto de produção de conhecimento com o maior desinteresse possível por questões externas. Se ele não propõe que a ciência seja, de fato, autônoma em relação àquilo que excede seu campo, tampouco deixa de defender que essa autonomia seja um horizonte.

Embora nosso comentário sobre o entendimento de Granger sobre essa questão seja secundário, mobilizado a título de contextualização do debate que iremos realizar, é importante notar que a afirmação direta do não estabelecimento de uma metodologia normativa¹⁹ pode ser compreendida como um posicionamento em relação à obra de Karl Popper, epistemólogo que se notabilizou por sua defesa de uma epistemologia normativa que seria capaz de definir parâmetros para definição da prática científica sem fazer diferenciação entre diferentes tipos de ciências, além de, é claro, por sua célebre proposição do princípio da falseabilidade (Popper, 1934/2013). O posicionamento em relação a Popper nos interessa não somente por este ser invocado constantemente por sua crítica realizada em relação à psicanálise, mas especialmente por ter sido um dos atores de uma discussão acalorada sobre a diferenças dos objetos.

Em linhas muito gerais, em relação às críticas dirigidas à psicanálise, vale apenas apontar que, para além de certa fragilidade advinda de uma leitura restrita do campo, suas críticas foram respondidas, em seus próprios termos, por Adolf Grünbaum (1984). Grünbaum demonstrou, de

¹⁹ Especificamente, o autor afirma: “É por isso que não acreditei poder caracterizar a unidade da ciência por um verdadeiro método, e sim, de preferência, indicar mais geralmente sua visão. De sorte que esta unidade do pensamento científico aparece mais como um projeto do que como um dogma. Projeto cujo vigor tentamos mostrar, mas que não poderia ocultar-nos a extraordinária diversidade das formas do conhecimento científico” (Granger, 1993. P.51, tradução nossa).

maneira sólida, como não se sustenta a afirmação de que a psicanálise não poderia ser provada errada²⁰. Se tal crítica goza de inesperada sobrevida, isso parece mais ligado à persistência de dificuldades com a psicanálise — muitas vezes não muito bem definidas — do que com seu valor epistemológico em si²¹.

O alçamento da falseabilidade a condição essencial da prática científica suscitou uma discussão intensa, não por se contestar a importância da possibilidade de contradição de teorias dentro do pensamento científico, mas por sua generalização enquanto traço prescritivo. Se diversos autores posicionaram-se criticamente em relação à unicidade da prática científica proposta por Popper nos momentos finais de sua obra, entre os quais se incluem aqueles até então citados²², há um autor específico com quem Popper travou uma troca ativa de ideias, e que parece ter tido efeito particular sobre o filósofo vienense. Trata-se de Friedrich von Hayek, um dos fundadores do pensamento neoliberal, que além de vasta produção sobre economia, também se dedicou a diversos outros temas como psicologia, direito, e, de nosso interesse agora, filosofia da ciência.

Hayek apresentava suas diferenças insistindo na diferença entre objetos. Tal insistência se mostrava relevante, uma vez que Popper defendia um monismo científico, ou seja, uma série de entendimentos — que o aproximavam, muitas vezes, do positivismo, embora algumas diferenças continuassem intransponíveis²³ — que deveriam ser igualmente válidos tanto para ciências naturais como para ciências sociais, portanto desconsiderando diferenças de objeto. Criticando a ideia de Popper, Hayek apresenta a proposta de separação entre aquilo que ele nomeou como fenômenos de regularidades simples (também chamados de estruturas essencialmente simples) e fenômenos de regularidades complexas, ou estruturas essencialmente complexas (Fernandez, 2000). Essa distinção, apresentada em seu texto “Scientism and the Study of Society” [Cientismo e o estudo da sociedade] (1942), parte da constatação da dificuldade da matematização de fatos sociais, assim como da impossibilidade de observação de todas as variáveis envolvidas. Desse modo, a instabilidade criada pela complexidade e a irreduzibilidade dos fenômenos à matematização impossibilitaria a produção de explicações e previsões suficientemente rigorosas.

²⁰ Vale lembrar que Grünbaum é um crítico tenaz do pensamento psicanalítico, e que embora tenha desautorizado as críticas de Popper, isso foi parte da construção de suas próprias críticas — as quais, por sua vez, foram respondidas por Shevrin (2013). Sobre isso, ver Beer (2015; 2017 e 2018).

²¹ Algo que nada surpreendente, já que esse tipo de posicionamento parece ser recorrente na história da psicanálise, como pode ser visto em Freud (1917a/2010).

²² Pode-se encontrar críticas à unicidade popperiana em Granger (1960/1967; 1993), Grünbaum (1984), Hacking (1983/2012; 1999), entre muitos outros.

²³ Ver Hacking (1983/2012).

Como argumenta Fernandez (2000), é notória a influência do pensamento de Hayek sobre Popper, de modo que em *Conjecturas e refutações* (1963/1994) pode-se reconhecer a aceitação de critérios e expectativas distintas entre ciências humanas e naturais. Isso seria um dos motivos para a sustentação da falseabilidade como critério central no estabelecimento de uma epistemologia normativa para a ciência, o que não deixa de trazer certos problemas. Para além daqueles indicados anteriormente, a falseabilidade como critério normativo torna-se problemática numa compreensão histórica dos parâmetros de veracidade que sustentam um modo de produção de conhecimento, como visto com Hacking (1982).

De qualquer maneira, esses breves parágrafos tinham como objetivo apresentar o modo como o debate sobre as diferenças entre objetos foi e continua a ser relevante na epistemologia e na filosofia da ciência. Juntamente com a problemática relacionada à psiquiatria contemporânea, a qual se aproxima também de questões relevantes para a psicanálise, acreditamos que essa discussão mostre sua pertinência, uma vez que parece haver um tensionamento sobre o fato de que a especificidade do objeto coloque questões incontornáveis ao conhecimento que será produzido. Cabe agora, após indicar alguns motivos e contextualizar a discussão, apresentar as razões para que essa discussão seja realizada a partir das ideias de Ian Hacking, de um lado, e da psicanálise lacaniana, de outro.

O objeto e o sujeito entre a psicanálise e a filosofia da ciência

Embora a questão do objeto tenha ocupado a filosofia da ciência e a epistemologia de modo incontornável em suas histórias recentes (e talvez nem tão recentes assim), isso não significa que a questão esteja resolvida. Mesmo que pensadores que poderiam ser reconhecidos por sua inflexibilidade em relação ao tema tenham mudado suas posições — o caso de Popper, como acabamos de indicar —, fica claro que a simples consideração de que diferentes objetos demandam diferentes construções epistemológicas é uma afirmação que corre o risco de esquecimento devido a sua generalidade. De fato, esse enunciado — que poderia ser considerado uma máxima epistemológica — só ganha relevância quando goza de alguma materialidade. Ou seja, esse recurso se faz pertinente apenas em situações que demandam um tipo de construção epistemológica diferente daquele em voga localmente.

Se tomamos o debate entre Popper e Hayek como exemplo, é possível imaginar que a diferença entre a física e a economia seria tão gritante que não haveria maior complicação na aplicação dessa ideia, uma vez aceita por ambos. Entretanto, se nos embrenharmos um pouco pela obra de Hayek a ponto de encontrar certas bases psicológicas de suas teorias econômicas

(Hayek, 1952), a diferenciação clara e cristalina entre objetos de fenômenos simples e complexos parece ficar um pouco turva, com fronteiras borradas. Vale lembrar que projetos que ambicionam a compreensão do funcionamento cerebral como o primeiro passo de uma longa caminhada — ou, melhor dizendo, como o primeiro tijolo de um muro alto —, não é nenhuma novidade. A esse primeiro tijolo muitos outros seriam adicionados, sustentados por um entendimento de conhecimento absolutamente adequado àquilo que é conhecido como monismo científico de Popper, mas com acentos realistas ainda mais radicais. É o caso, por exemplo, de Roy Bhaskar em seu *A Realist Theory of Science* [Uma teoria realista da ciência] (1975/2008), livro em que propõe o estabelecimento de uma compreensão realista da cognição como base de um realismo científico forte.

Para Bhaskar, a psicologia seria um campo de especial interesse por ser o ponto de intersecção entre aquilo que até então era passível de teorização realista e o que não era. Segundo ele, a partir de uma compreensão suficientemente sólida da cognição, eventos até então refratários a padrões de objetividade realistas poderiam ser a eles adequados. Seria possível, assim, estabelecer as bases cognitivas da representação e produzir um conhecimento realista a partir delas. Consistia, portanto, numa espécie de Cabo da Boa Esperança: algo que, se ultrapassado, abriria um vasto campo de possibilidades. Hayek, ao contrário, encontrou, inicialmente na psicologia, um argumento para a diferenciação metodológica, insistindo na impossibilidade de se conhecer uma estrutura tão ou mais complexa que aquela mesma empregada no ato de conhecer (Hayek, 1952). Seja de um lado ou do outro, fato é que a questão do objeto ganha complexidade não somente pela epistemologia que pode dela ser apreendida, mas por conta de a classificação dos objetos em si não permitir posicionamentos tão decididos. Lembremos, como indicado algumas páginas atrás, que projetos de mapeamento cerebral para um tratamento mais “adequado” a transtornos mentais é a grande aposta atual da psiquiatria (Insel, 2013; Rose, 2018), embora seu discurso renovador indique também que pouco se avançou desde as proposições de Bhaskar — para tomar um exemplo recente, é claro, já que essa ambição pode ser reconhecida com assustadora similitude em séculos anteriores.

Fato é que, independentemente do tipo de discussão que pode ser estabelecido quando os objetos são mais decididamente sociais ou naturais, esta que aqui propomos se constrói justamente em um ponto de debate, de estranhamento e de disputa sobre a natureza do objeto. Lacan, em seu seminário sobre *As psicoses* (1955-56/1985), dedica algumas sessões à natureza da causalidade de transtornos psicóticos, defendendo a consideração da linguagem em oposição a tradições biológicas ou psicogênicas. Algo também encontrado em suas “Formulações sobre a causalidade psíquica” (Lacan, [1946]1966/1998). Nos anos seguintes, sua discussão vai

ganhando complexidade conforme a questão do objeto (ou dos objetos) vai acentuando seu caráter negativo.

Hacking, por outro lado, toma justamente debates relacionados à psicopatologia e a classificação de indivíduos para discutir diferenças na relação entre categorização e objetos, ocupando-se de doenças transientes (neuroses, em sua definição), mas também fazendo comentários sobre doenças não transientes (como a esquizofrenia, segundo ele). Também nele o tensionamento entre sujeito e objeto pode ser apreendido, embora de modo radicalmente diferente de Lacan. Ambos os autores realizam avanços importantes nesse campo, especialmente por não se prenderem às discussões até então estabelecidas e proporem novos termos para o debate.

Se Hacking se notabilizou com obras sobre temas “duros” como probabilidade e estatística (Hacking, 1965; 1975/2006), dedicando-se mais avidamente à discussão sobre psicopatologia e diferenças de objetos a partir dos anos 1990, é sabido que seu interesse sobre esses temas é bastante anterior a isso — por sua leitura de Foucault se fazer presente em momentos “iniciais” de sua obra, mas também por ter publicado textos esparsos como “Inventando pessoas” (1983), que posteriormente seria compilado em *Ontologia histórica* (2002a/2009).

Como veremos a seguir, Hacking propõe um deslocamento do debate tradicional sobre a natureza dos objetos assimilando, como traço central, a linguagem como operador: há tipos interativos e indiferentes, e a diferença entre eles é a interação entre o objeto específico e a categorização em jogo. Esse percurso possibilita, dentro de algumas limitações, um encaminhamento específico para a separação entre biológico e cultural, que é na maior parte das vezes contornada sem tirar vitalidade da discussão. Mais que isso, essa proposição — que, em sua última forma, leva o nome de “nominalismo dinâmico” (Hacking, 2002a/2009) — indica um regime de verdade diferenciado, em que a definição dos modos de conhecer estabelecem relação direta com modos de experiência ontológica, de como os indivíduos experienciam a si mesmos. Trata-se, portanto, de uma afirmação forte em relação à questão da verdade. Tendo isso em vista, reconstituiremos a discussão realizada por Hacking com o intuito de estabelecer suas contribuições, mas também de indicar alguns pontos em que o autor parece chegar a conclusões equivocadas.

Por outro lado, como indicado rapidamente em relação ao tratamento que Lacan dá à questão da psicose, vê-se que a centralidade da linguagem é um ponto em comum entre os autores, embora seja desenvolvida de modos diferentes. A relação do sujeito com a linguagem — seja ela de pertencimento, de habitação, ou indubitavelmente de inseparabilidade — ocupará

todo o ensino de Lacan, sendo um ponto incontornável para um tratamento rigoroso dos encaminhamentos que ele e seus sucessores dão para a questão da verdade. De fato, o psicanalista francês se ocupará muito mais da teorização dos efeitos da linguagem do que o filósofo canadense, este último mais dedicado a estudos históricos e suas discussões filosóficas subjacentes.

Influências

Antes de iniciarmos a apreciação do debate propriamente dito, há uma última questão que nos parece digna de nota, por talvez contribuir para uma localização nos pontos de aproximação e distanciamento entre essas duas formas de pensamento que estamos trabalhando. Trata-se das influências epistemológicas de Lacan e Hacking. Sabe-se que Lacan fazia recurso a inúmeros autores, muitas vezes explicitamente, outras de modo mais discreto. Se é possível notar a influência de grandes nomes da filosofia e da epistemologia em sua obra, como Hegel e Heidegger (Simanke, 2002; Iannini, 2012), é a um filósofo e historiador da ciência francês de origem russa que Lacan credita boa parte de suas ideias sobre os debates mais especificamente epistemológicos: Alexandre Koyré. Tal referência é explícita, entre outros lugares, em “A ciência e a verdade” (1966a/1998), sendo possível afirmar que Koyré teve grande importância no entendimento lacaniano sobre a emergência da ciência moderna e o seu sujeito, algo trabalhado pelo autor em diversos livros (Koyré, 1939/1966; 1957/2006; 1961/2011).

Entretanto, a influência de Koyré evidentemente não se limita ao pensamento de Lacan, de modo que uma das marcas de seu trabalho, referida como um enfrentamento de um positivismo historiográfico, teria aberto a possibilidade de se pensar a história e a filosofia da ciência de maneira distinta daquela até então em voga (Lacerda Abrahão, 2015, p.203). Tal importância é inequívoca na obra de Thomas Kuhn (*ibidem*, p.205) — inclusive o próprio autor reconhece a importância de Koyré em sua formação, apontando-o como fundador de uma nova historiografia da ciência —, e também pode ser reconhecida, embora com algumas restrições, nos escritos de Paul Feyerabend (*ibidem*, p.210).

Seguindo uma linha genealógica bastante generalista, seria possível incluir Ian Hacking nessa linha, uma vez que o autor não nega as influências de Kuhn e Feyerabend em sua obra. Nesse sentido, um campo bastante amplo muitas vezes nomeado como “filosofia histórica da ciência” seria um guarda-chuva que conteria os três autores, e poderia dar algumas pistas dos pontos de proximidade entre Hacking e Lacan. De fato, ambos apresentam diferenças centrais com o pensamento positivista — algo que poderia, sem grandes problemas, ser creditado aos

estudos de Koyré, que se interessa pelas sutilezas e influências “externas” presentes na história da ciência, tanto quanto nas questões com maior peso epistemológico.

Entretanto, mesmo que esse tipo de filosofia da ciência que carrega a historiografia em lugar privilegiado possa ser creditado ao pensamento de Koyré, é preciso considerar que essa tradição²⁴ contempla diversos autores que apresentam maneiras distintas de trabalhar nessa intersecção. Nesse sentido, ganham força as diferenças que Hacking afirma em relação a Kuhn e Feyerabend, em especial por afirmar um interesse em questões mais corriqueiras, de menor impacto ou centralidade do que uma “revolução científica”, propondo um pensamento mais focado nas sutilezas do que nas generalizações (Hacking, 1999). Hacking, nesse aspecto, se preocuparia menos com as teorias científicas e mais com a ciência como algo presente na cultura.

Hacking assume, nessa perspectiva, uma proximidade maior com Alistair Cameron Crombie, autor cujo interesse na ideia de “estilos de raciocínios científicos” (Crombie, 1994) mostra maior cuidado com esse tipo de minúcia. Algo que, entretanto, aproxima novamente Hacking do pensamento de Koyré, já que Crombie estudou com ele. Entretanto, deve-se lembrar que Crombie protagonizou um acalorado embate com Koyré acerca da emergência da ciência moderna, ao defender que não haveria uma ruptura tão radical entre esta e a ciência medieval, enquanto Koyré considerava que o privilégio da teorização sobre a experimentação seria um traço claro de separação (Koyré, 1961/2011).

Não obstante, a influência em Hacking da obra de Michel Foucault também parece ter aprofundado esse tipo de pensamento, talvez indicando mais um elemento que localiza algumas diferenças entre ele e Lacan. Tal influência pode ser constatada já em 1975, tanto em *The emergence of probability* [A emergência da probabilidade] (Hacking, 1975a/2006) quanto em *Por que a linguagem interessa à filosofia?* (1975b/1997), mas toma mais corpo a partir dos anos 1990, quando o autor se debruça sobre um campo mais próximo ao de Foucault. Essa característica de dar realce ao modo como as ciências se constituem e se desenvolvem — não em linhas gerais, mas em seus pormenores — pode ser, portanto, reconhecida nessas duas grandes influências. Nesse sentido, mesmo sendo possível reconhecer sua proximidade de Koyré em relação às diferenças com a historiografia positivista e a uma tradição de fazer

²⁴ Lembremos do que apontamos anteriormente, a partir de Hacking (1983/2012), sobre a antecedência com que esse tipo de pensamento apareceu na cena intelectual continental, cujos traços já podiam ser reconhecidos em autores como Ludwik Fleck e Bachelard. Entretanto, esse debate parece ter ganhado maior potência somente com a publicação de *A estrutura das revoluções científicas* (Kuhn, 1962/2013), sendo introduzido como uma grande novidade no cenário anglo-saxão, e iniciando aquilo que seria posteriormente conhecido como “*science wars*”.

filosofia da ciência de modo indissociável da história, ele apresenta pontos de discordância importantes, embora relevantes somente num enquadramento mais específico.

Como foi dito, essa breve retomada histórica tem como objetivo apenas fornecer algumas coordenadas para a localização dos dois autores principais que mobilizaremos a seguir. É inegável que há diferenças entre Lacan e Hacking; algo, entre outras coisas, esperado, uma vez que os dois se propõem a realizar tipos de teorização radicalmente diferentes. Não são raras as vezes em que Lacan afirma a diferença entre a psicanálise e a filosofia, inclusive opondo os dois campos em diversos momentos, em especial em seu seminário sobre *O avesso da psicanálise* (Lacan, 1969-70/1992). Não é evidente que aquilo que Lacan nomeia enquanto filosofia seria exatamente a mesma coisa da qual se ocupa Hacking, e tampouco nos cabe seguir essa discussão neste momento, pois consistiria num claro desvio. Mas deve-se frisar que o objetivo dos dois autores, ao construírem seus pensamentos, é diferente.

Vele lembrar, nessa toada, que embora tenha se ocupado de temas do campo da psicopatologia, Hacking não tem qualquer prática clínica. Por outro lado, e aqui retomamos a importância dessa retomada histórica, vale também frisar que as diferenças entre os autores não advêm somente de seus objetivos ou engajamentos práticos. Há uma grade conceitual por eles partilhada, dentro da qual cada um demonstra maior proximidade com tradições diferentes e conflitantes. Isso deve ser levado em conta, juntamente com os direcionamentos relacionados àquilo que se visa em suas atividades intelectuais. Não se trata, certamente, de séries independentes; entretanto, é necessário sempre reforçar esses aspectos a fim de evitar uma compreensão que hipertrofie as intenções em detrimento da história, nisso que esta indica tanto as influências quanto as possibilidades para a constituição de um pensamento.

Talvez por estar ocupado com questões diretamente ligadas à clínica enquanto atividade atual, e não somente enquanto objeto de estudo, Lacan tenha se embrenhado por caminhos que privilegiaram generalizações e formalizações. Talvez por fazer parte de um campo que tradicionalmente dá mais valor a generalizações e formalizações, os detalhes históricos e o modo de operação e pertencimento das ciências na — e como uma — cultura tenham interessado mais a Hacking. Saber isso ao certo não nos é crucial; o que interessa, entretanto, é a potência que o cruzamento entre esses pensamentos apresenta, especialmente por apresentar proximidades e distanciamentos.

2.1 - Inventando pessoas

Mesmo que tenha demonstrado seu interesse em momentos bastante anteriores, é no final da década de 1990 e início dos anos 2000 que Hacking realiza seu trabalho mais detido sobre os ditos “tipos interativos”. É uma produção que apresenta algum tipo de progressão, de modo que questões que são apresentadas em livros anteriores são retomadas naqueles que vêm depois, ganhando maior consistência e profundidade conceitual. Desse modo, se os dois primeiros livros dedicados a esse tipo de consideração — *Múltipla personalidade e as ciências da memória* (1995/2000) e *Mad travelers* [Viajantes loucos] (1998) — funcionam como dois grandes “estudos de caso”, seus temas são revisitados numa postura mais analítica em *The social construction of what?* [A construção social do quê?] (1999) e *Ontologia histórica* (2002a/2009).

Para melhor organizar essa discussão, partiremos dos conceitos propostos, para depois recorrer aos momentos mais descritivos que embasam as proposições. Isso significa caminho inverso à ordem cronológica de publicação e justifica-se pela vastidão do material apresentado em seus estudos históricos, de maneira que pretendemos apresentar somente as partes mais relevantes para a discussão conceitual que nos interessa. Em particular, nos interessam os pontos em que o autor trabalha diretamente sobre tópicos relevantes aos campos da psicanálise, psiquiatria e psicopatologia, os quais são mais bem explorados em seus estudos iniciais. Desse modo, iniciaremos pela análise de seu trabalho conceitual mais geral, para depois nos focar em tópicos que têm maior proximidade com nossos objetos centrais de discussão. Ademais, deve-se considerar que esses desenvolvimentos também apresentam passagens de maior tensionamento, tanto interno — em que Hacking coloca questões mais complexas dentro de sua própria obra —, como em relação à psicanálise, os quais serão retomadas após esses dois momentos. Desse modo, será possível fazer uma apresentação mais coesa e focada nos pontos que nos são cruciais, recorte que, entretanto, preserva o argumento central e os principais desenvolvimentos propostos pelo autor.

Apresentaremos inicialmente alguns conceitos e noções centrais no pensamento de Hacking que se articulam entre si e produzem, conjuntamente, um modo de compreensão sobre a especificidade do conhecimento sobre tipos interativos, dando especial atenção aos efeitos causados pela própria produção de conhecimento. Trata-se, assim, das ideias de *ontologia histórica*, *invenção de pessoas*, *nominalismo dinâmico*, *efeito retroativo*, *looping*, *feedback* (e *biofeedback*)

Hacking inicia o livro que encerra essa série de publicações, *Ontologia histórica* (2002a/2009), retomando sua afirmação de uma distinção entre ciências sociais e ciências

naturais. Isso é sustentado pela defesa de que as ciências sociais caracterizam-se pelo fato de que há um efeito retroativo do saber produzido sobre o objeto, enquanto os objetos das ciências naturais seriam mais estáveis. Entretanto, mais que somente uma diferenciação entre tipos de fenômenos, o autor propõe a noção de *ontologia histórica* como o organizador central dos diferentes conceitos que são mobilizados nessa discussão, de modo que funcionaria como uma espécie de definição geral de sua tese sobre a relação entre conhecimento e experiência.

Essa relação entre a diferenciação entre tipos de fenômenos (sociais e naturais) e o estatuto referido às ideias decorrentes dessa própria diferenciação é importante, já que circunscreve a tensão inicial à qual a discussão posterior nunca deixa de responder. Entretanto, fica claro que a discussão ultrapassa essa tensão inicial, uma vez que diversos pontos centrais a essa diferenciação ganham autonomia ao demonstrarem um interesse de desdobramento que vai além da mera distinção entre tipos. Algo que teria começado como uma reflexão inserida dentro da tradição de discussões sobre unicidade metodológica e epistemológica ganha, assim, a envergadura de um estudo específico e rigoroso sobre a inseparabilidade entre epistemologia e ontologia: “Minha ontologia histórica diz respeito a objetos, ou a seus efeitos, que não existem em qualquer forma reconhecível até que sejam objetos de estudos científicos” (Hacking, 2002a/2009, p.23). Esse modo de abordagem não deixa de retornar à questão da unicidade, que será trabalhada em termos distintos a partir de então. O que indica tanto o comprometimento de Hacking com sua própria defesa do papel da historicidade do conhecimento quanto com os debates perenes do campo da filosofia da ciência. Nesse sentido, não surpreende que, em seu livro mais propositivo conceitualmente sobre o tema, o autor retome seu ponto de partida:

O contraste que estabeleço com as ciências sociais é o seguinte. Na ciência natural, nossa invenção de categorias não muda “realmente” o modo como o mundo funciona. Muito embora criemos novos fenômenos que não existiam antes de nossos empreendimentos científicos, nós o fazemos apenas com a permissão do mundo (ou pelo menos é o que achamos). Mas no caso dos fenômenos sociais, podemos gerar tipos de pessoas e tipos de ações na medida em que imaginamos novas classificações e categorias. Minha afirmação é que “inventamos pessoas” em um sentido mais forte do que “inventamos” o mundo. (Hacking, 2002a/2009, p.55)

Assim, mesmo afirmando que o trabalho organizado a partir do nome *ontologia histórica* não se reduz à simples diferenciação entre diferentes tipos de fenômenos, é preciso reconhecer o cuidado com que Hacking circunscreve a questão. Como pode ser visto na citação acima, há um esforço em limitar suas proposições de modo a não ser tomado como um defensor

de um entendimento construcionista sobre a ciência — algo que inclusive inspirou a escrita de um livro dedicado ao tema, o qual trabalhamos no primeiro capítulo (Hacking, 1999).

Isso não significa, como apresentado anteriormente, que os modos como se entendem os objetos naturais não apresentem uma grade epistêmica — para recuperar um termo foucaultiano bastante presente na obra de Hacking. Ele reconhece, por exemplo, a pertinência das proposições de Kuhn, defendendo inclusive sua classificação como um “nominalismo revolucionário”. O que está em jogo aí é uma oposição a uma ideia de nominalismo estrito, que se ligaria à pretensão de que a nomeação dos objetos teria efeitos de criação de objetos muito mais amplos do que aqueles relacionados ao modo de “acesso”, em que a nomeação interfere na possibilidade como o fenômeno é abordado. Em relação a objetos de ciências naturais, portanto, o nominalismo estaria presente no fato de que há, sempre, um ponto de partida histórico e contingente para a produção do conhecimento; em outras palavras, não existe “ponto zero” epistemológico, como apresentado em *The social construction of What?* (Hacking, 1999). Desse modo, uma revolução científica poderia inclusive transformar as categorias de classificação e nomeação do mundo — trazendo efeitos extremamente abrangentes e profundos —, mas isso não significaria uma mudança do mundo em si, ainda que, para Hacking, o mundo em si não seja nunca acessível. É a isso que ele chama *nominalismo revolucionário*, e que traz consigo a ideia de que, subjacente à historicização dessas dimensões, “as possibilidades para a verdade, e portanto, do que pode ser descoberto, e dos métodos de verificação, são elas mesmas moldadas no tempo” (Hacking, 2002a/2009, p.16).

Essa discussão, que tem como base as ciências naturais e que passa tanto pelos programas de *epistemologia histórica*, como o dirigido por Lorraine Daston no Instituto Max Plank, quanto pela ideia de criação de fenômenos, desenvolvida por Hacking em *Representar e intervir* (1983/2012), tem a função, em *Ontologia histórica*, de circunscrever a especificidade da discussão sobre objetos das ciências sociais. Trata-se, portanto, de uma preparação que primeiramente estabelece a historicidade e a contingência das bases de produção de qualquer tipo de conhecimento, para então se debruçar sobre uma segunda dobra de abertura, que diz respeito a objetos que interagem com a linguagem. Para tanto, ele parte da tríade foucaultiana de conhecimento, poder e ética, para defender a historicização dos modos como nos constituímos enquanto objetos de conhecimento, sujeitos de poder e agentes morais.

Deve-se notar que não se trata de uma questão nova para o autor, ao menos não nessa ocasião. Para além de *Ontologia histórica* (2002a/2009) ser um compilado de textos escritos entre 1973 e 1999, essa discussão específica sobre a “invenção de pessoas” é apresentada aqui como uma espécie de produto de discussões realizadas em outros livros e artigos, publicados

entre 1975 e 1998. Se o sintagma “ontologia histórica” é apresentado como um organizador dessas discussões, é a partir de sua possibilidade de emprego:

Não é para ser posta em prática em termos de grandes abstrações, mas em termos das formações explícitas nas quais podemos construir a nós mesmos, formações cujas trajetórias podem ser tramadas tão claramente quanto aquelas do trauma ou do desenvolvimento infantil, ou, num segundo grau, que podem ser seguidas mais obscuramente por conceitos organizadores maiores tais como a objetividade ou mesmo os próprios fatos. A ontologia histórica não diz respeito tanto à formação do caráter quanto ao espaço de possibilidades para a formação do caráter que cerca uma pessoa, e cria os potenciais para a “experiência individual”. (Hacking, 2002a/2009, p.36).

Vemos, portanto, o caráter abrangente da proposta, que não diz respeito a fatos singulares, mas a um “espaço de possibilidades” e criação de “potenciais”²⁵. Trata-se de um cuidado dirigido a demandas de precisão ou inevitabilidade, como se esse tipo de proposta pudesse produzir previsões certas ou categorias com alto grau de especificidade. O que o autor indica é que não se trata disso, mas da formação de uma estrutura ampla que pode se realizar de maneiras diferentes, cuja multiplicidade não é antecipada e não traz prejuízo à ideia proposta.

O primeiro caso mobilizado pelo autor é o da noção de trauma. Se inicialmente o que se nomeava sob esse significante eram questões físicas e fisiológicas, em determinado momento ele se fixou na linguagem comum como um definidor de “feridas psíquicas”. Como aponta em *Múltipla personalidade e as ciências da memória* (1995/2000), a noção de trauma ganha essa posição, diferentemente do que frequentemente se acredita — antes de Freud —, e sua evolução no decorrer do tempo aponta para o modo como a importância que vai ganhando produz efeitos sobre a subjetividade.

Especificamente, Hacking retoma em *Ontologia histórica* a diretriz presente no Manual Diagnóstico Estatístico (DSM), desde os anos 1980, de abolição do termo “neurose”, que estaria então sendo assimilado por outros quadros diagnósticos, em especial o de transtorno pós-traumático. Referindo-se ao livro *The Harmony of Illusions* [A harmonia das ilusões], de Allan Young (1995), Hacking aponta como esse deslocamento da neurose para o transtorno pós-traumático tem por efeito o entendimento de que os sintomas são desencadeados por eventos externos, e não por uma questão estrutural. Tal processo demonstraria o que Hacking defende, uma vez que sua própria proposição acerca do *efeito retroativo* explicaria como essa nomeação

²⁵ Vale notar, inclusive, a proximidade com conceito foucaultiano “Modos de subjetivação”. Segundo Foucault, o objeto de sua obra foi o de tentar “produzir uma história dos modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura [isto é,] dos modos de objetivação que transformam seres humanos em sujeitos” (Foucault, 1982/2017, p. 1042)

exerce influência sobre os indivíduos, modificando e produzindo novos modos de experiência. Como ele afirma,

a provocativa tese de Young é que esse transtorno está rapidamente absorvendo todas as características básicas dos sintomas das velhas neuroses, com um extra não opcional. O neurótico de outrora deve agora, por uma questão da lógica e da definição de transtorno de estresse pós-traumático, ter tido uma experiência traumática. Mas esse requisito definidor é satisfeito facilmente, porque em nenhuma vida humana adulta há ausência de acontecimentos que podem agora ser contados como “traumáticos” — relatados, contados, vivenciados, como traumáticos. (Hacking, 2002a/2009, p.31)

Hacking aponta, assim, que se podem reconhecer os efeitos produzidos pela nomeação do trauma enquanto um traço distintivo dos indivíduos nas três categorias apontadas: no reconhecimento das pessoas enquanto traumatizadas; nas instâncias de poder que passam a ter o trauma enquanto uma questão a ser tratada (desde cursos de capacitação até tribunais etc.)²⁶; e na assimilação moral em que o trauma aparece enquanto um evento não só explicativo para ações inadequadas, mas também que fornece um tipo de absolvição: “O trauma não fornece apenas um novo senso de quem são os outros, e porque algumas pessoas podem ser assim, como também produz um novo senso de *self*, de quem se é e porque se é como se é” (Hacking, 2002a/2009, p.32).

Em seguida, o autor se debruça sobre um outro evento, que apresenta mais claramente o caráter constitutivo dessa nomeação. Trata-se da noção de *desenvolvimento infantil*, o qual, segundo o filósofo, passou a ser — ao menos nos últimos 150 anos — uma das categorias de entendimento da infância. Assim que um bebê nasce, ou mesmo antes de isso acontecer, já se faz presente uma discursividade em que certas características serão, a todo tempo, comparadas com um padrão de normalidade, e a relação do indivíduo com esse padrão será um traço distintivo de sua constituição. Como assevera o autor, “nossa ideia do que uma criança é tem sido moldada por uma teoria científica do desenvolvimento. Ela molda todo o nosso corpo de práticas de criação de crianças hoje, e, por sua vez, molda nosso conceito de criança” (Hacking, 2002a/2009, p.33). O autor é cuidadoso ao apontar que essa discursividade não molda somente as crianças, mas também os pais, e todo seu entorno, que passa então a ser determinado a partir de conhecimentos sobre o mundo infantil. Além disso, aponta Hacking, não se deve limitar esse

²⁶ “O conceito de trauma psicológico tem sido sempre apresentado como libertador. Não precisamos discordar para vermos os efeitos de poder que ele produz. Aquelas crianças e famílias de uma região devastada pelas enchentes na Nicarágua irão, pela primeira vez, viver em um mundo em que elas vivenciam a si mesmas não apenas como destroçadas pelas enchentes, mas como tendo sofrido um trauma” (Hacking, 2002/2005, p. 32).

entorno somente às “ideias”; coisas triviais — como brinquedos, jogos etc. — também são produzidas dentro dessa discursividade, basta notar que qualquer produto direcionado a uma criança traz junto algum tipo de consideração sobre o momento do desenvolvimento em que ele é apropriado. Hacking afirma que seu interesse sobre esse tópico pode ser desdobrado em 3 pontos: “gostaria de saber se seria possível haver uma teoria geral de inventar pessoas, ou se cada exemplo é tão peculiar que exige sua própria história não generalizável; e quero saber como essa ideia de ‘inventar pessoas’ afeta nossa ideia do que é ser um indivíduo” (Hacking, 2002a/2009, p.116).

O modo de responder a essas questões, ainda que incompleto segundo o próprio autor, passa pela retomada da distinção entre nominalismo e realismo, porém em seus extremos: retomando outros trabalhos, como sobre o processo de estabelecimento de categorias como “homossexual” e “heterossexual”, ou então um que diz respeito a seu livro *The taming of chance* [A domesticação do acaso] (1990), sobre a influência do pensamento estatístico na governamentabilidade. Seu objetivo é delinear o que define enquanto *nominalismo dinâmico*, de modo que — ao mesmo tempo em que não considera que se ganha muito em aplicar o realismo de entidades a objetos sociais — recusa o nominalismo estático, o qual defende que as categorias criadas para classificação não interagem com seus objetos. Para Hacking,

Um tipo diferente de nominalismo — que eu chamo de nominalismo dinâmico — exerce atração sobre meu *self* realista, instigado por teorias sobre a feitura do homossexual e do heterossexual como tipos de pessoas ou por minhas observações sobre estatísticas oficiais. A alegação do nominalismo dinâmico não é que existia um tipo de pessoa que veio cada vez mais a ser reconhecido pelos burocratas ou pelos estudiosos da natureza humana, mas sim que um tipo de pessoa passou a existir no mesmo instante em que o próprio tipo estava sendo inventado. Quer dizer, em alguns casos, nossas classificações e nossas classes conspiram para emergir de mãos dadas, uma incitando a outra. (Hacking, 2002a/2009, p.123)

A ideia de nominalismo dinâmico mostra-se solidária à consideração de que as ações humanas não podem ser dissociadas de seu caráter descritivo. Porém, não se limita a isso: se, por um lado, tem-se que a intencionalidade depende da descrição (ou, em outras palavras, não há ação intencional fora da linguagem); por outro, deve-se considerar que o conjunto de possibilidades de ação — limitado, portanto, pelas possibilidades de descrição — também diz respeito às possibilidades de identificação, de modo que há um ponto de encontro entre “modos de agir” e “modos de ser”. Desse modo, Hacking responde à terceira questão que coloca, sobre como o nominalismo dinâmico afeta a ideia do que é ser um indivíduo: *ser um indivíduo é ser*

algo possível em um determinado momento histórico. O que, por sua vez, sustenta sua consideração dessa discussão como uma discussão ontológica. Como afirma,

De fato, acaba que “ontologia” é perfeito, pois estamos interessados em dois tipos de entidades: por um lado, universais um tanto aristotélicos — trauma ou desenvolvimento infantil — e, por outro, as particularidades que se encaixam neles — essa dor psíquica ou aquela criança em desenvolvimento. O universal não é intemporal, mas histórico, e ele e seus casos particulares, as crianças ou as vítimas de traumas, são formados e alterados na medida em que o universal emerge. Tenho chamado esse processo de nominalismo dinâmico, porque ele conecta fortemente o que passa a existir com a dinâmica histórica de nomear e o uso posterior do nome. (*ibidem*, p.39)

Quanto às duas primeiras questões, se haveria uma teoria geral ou se os exemplos são tão particulares que demandam uma história particular, sua resposta desarma, ao menos em parte, a oposição entre as duas questões. Por um lado, existe algo de particular em cada um dos casos, de modo que o autor afirma que não há uma *história geral*. Isso não impede, contudo, a possibilidade de uma *teoria geral*, que se basearia justamente no próprio nominalismo dinâmico. Nesse sentido, ele adiciona um funcionamento parcial, que aparece nos casos, mas não sempre do mesmo modo. Trata-se de dois vetores, em que um produz a rotulação e outro a tensiona. Desse modo, Hacking estabelece sua teoria sobre a “invenção de pessoas”, apresentado um funcionamento linguístico retroativo e dialético, que faz com que a nomeação crie e modifique tipos de seres e atos humanos, os quais, por sua vez, modificam as possibilidades de nomeação.

Tipos interativos e retroação

Se apresentamos o modo como o autor articula sua proposição de que a ontologia — enquanto possibilidades de experiência — é histórica à noção de *nominalismo dinâmico* enquanto funcionamento retroativo da linguagem sobre seu objeto, é necessário, agora, indicar o modo como essa discussão foi preparada, de modo mais cuidadoso, em momentos anteriores. Na própria consideração de que há um efeito retroativo da linguagem, há o estabelecimento de que existem fenômenos que se mostram mais suscetíveis a esse tipo de efeito, o que coloca a questão sobre quais tipos de fenômenos seriam. Além disso, o modo como esse efeito acontece também pode ser desdobrado em maiores detalhes, indicando que, para além da especificidade dos fenômenos, há também tipos diferentes de retroação.

Embora Hacking empregue o termo “fenômeno” para se dirigir de maneira mais geral à questão, ele o faz advertido dos problemas que tal termo pode trazer, e sustenta essa escolha como um modo de dar maior desenvoltura ao debate. Entretanto, em suas publicações anteriores — especialmente em *The social construction of what?* (1999) — o autor se deteve com maior rigor sobre essa questão, propondo o emprego de outro termo mais preciso. Ele faz a diferenciação, assim, entre tipos interativos e tipos não interativos.

Segundo Hacking, é necessário fazer uma definição precisa daquilo ao que se refere ao falar sobre o nominalismo dinâmico. Não se trata simplesmente de pessoas que mudam seus comportamentos a partir da interação com outras pessoas ou de eventos significativos, tampouco de escolhas intencionais que podem ser tomadas. Hacking não está propondo uma categoria psicológica com o intuito de explicar o comportamento humano, mas sim uma discussão em filosofia da ciência que visa refletir sobre os efeitos da produção de conhecimento sobre certos objetos. Mais especificamente, ele não está se referindo somente a certos objetos, mas à relação estabelecida entre certos tipos de objetos e certos tipos de conhecimento, ou de categorizações.

Desse modo, quando se refere a tipos interativos, Hacking não está se referindo a tudo o que se pode dizer sobre indivíduos ou seres humanos. A palavra “tipo” é emprestada de Goodman (1954) e seu paradoxo sobre a cor de esmeraldas: em que o filósofo sugere que a construção de um objeto é indissociável de sua classificação, de modo que é realizada a partir de acordos pré-estabelecidos. Tal ideia, retomada em *The social construction*, já fora apresentada em “On Kripke’s and Goodman’s Uses of ‘Grue’” [Sobre os usos kripkeano e goodmaniano de “verdul”] (Hacking, 1993), e é reafirmada em *Ontologia histórica*:

Goodman estava dizendo que a única razão para conceber a hipótese de que todas as esmeraldas são verdes [green] e não *grue* — usando nessa última hipótese uma palavra inventada que implica que as esmeraldas que forem no futuro examinadas pela primeira vez se revelarão *grue*, e não verdes — é que a palavra “verde” está firmemente estabelecida. Ou seja, é uma palavra e uma classificação que temos usado. Onde o cético indutivo Hume admitia que existe uma real característica, o verdor, que concebemos por hábito, para Goodman há apenas o nosso hábito de usar a palavra “verde”. (Hacking, 2002a/2009, p.122)

Essa afirmação deve ser entendida na circunscrição da questão sobre o ato de categorização, que reúne categoria e objeto de modo indissociável. Um tipo é, para Hacking, um tipo de *categoria*, entendido enquanto uma ação que reúne linguagem e objeto. Há tipos cuja categorização não coloca questões relacionadas à performatividade da linguagem; isso não

significa que exista uma relação direta entre enunciado e mundo, algo que já foi indicado em diversos momentos sobre a própria ideia de nominalismo “geral” presente no pensamento de Hacking. Entretanto, tipos indiferentes demonstram uma passividade em relação àquilo que está sendo categorizado, ou seja, a categoria em si não muda as possibilidades de existência do objeto e, portanto, não modifica o próprio processo de categorização. Ressaltamos que isso não indica uma ideia estanque ou um realismo teórico em relação às categorias, mas um entendimento sobre os efeitos que a ação de definir categorias causa no próprio processo de categorização. As categorias criadas para se falar de uma rocha, por exemplo, não modificam as possibilidades de existência daquilo que é categorizado. Que se afirme que a rocha é composta de carbono não modifica sua estrutura molecular. Isso não significa que não há outras categorias possíveis, ou mesmo outros modos de categorização. Trata-se, simplesmente, do fato de que afirmar uma determinada categoria não modifica a própria categorização.

Por outro lado, há os tipos interativos, esses casos em que a categorização modifica os elementos mobilizados em seu próprio processo. É preciso ter cuidado ao compreender que não se está falando de mudanças gerais que um discurso pode produzir sobre um objeto, mas de mudanças específicas ligadas àquilo mobilizado na categoria em particular. Trata-se, desse modo, de algo mais específico do que uma diferenciação entre objetos, uma vez que certos objetos reagem à linguagem e outros não. Essa diferenciação é importante porque mesmo objetos que reagem à linguagem não reagem da mesma maneira em todos os casos. Um discurso sobre a depressão, por exemplo, pode ter um efeito retroativo sobre a própria categorização de depressão — modificando as possibilidades de sintomas depressivos serem formas legítimas de sofrimento, ou a própria experiência que indivíduos têm com seu sofrer —, enquanto um discurso sobre um braço quebrado não apresenta tal efeito. Isso não quer dizer que o que se diz sobre um braço quebrado não modifique os indivíduos que o escutam, mas que não modificam o fato de o braço estar quebrado ou não. De modo simplista: a categorização de um braço como quebrado pode trazer efeitos (pode, inclusive, causar sintomas depressivos no sujeito cujo braço está quebrado), mas não se trata de um tipo interativo, uma vez que não modifica o objeto da categorização em si (o braço quebrado).

Tal definição é importante, especialmente por ser um modo pelo qual Hacking propõe seu argumento sem entrar numa discussão sobre os objetos em si. Ele não está discutindo se estamos falando sobre o mesmo objeto quando falamos sobre depressão ou sobre ortopedia, tampouco sobre as definições gerais e necessárias dos objetos (ou sujeitos) que são atravessados pela linguagem. Ele está falando sobre casos específicos em que o processo de categorização reúne um discurso que modifica seu próprio objeto, de maneira que é a própria categoria, nisso que

reúne discurso e objeto, que deve ser compreendida enquanto um tipo interativo. Ao tratar de distúrbios de atenção, o autor demonstra essa precisão:

Quero focar não nas crianças, mas na classificação: esses *tipos* de crianças — agitados, hiperativos, com déficit de atenção. Eles são *tipos interativos*. Não quero dizer que crianças hiperativas, os indivíduos, são “interativas”. Obviamente as crianças hiperativas, como quaisquer outras crianças, interagem com inúmeras pessoas e coisas de modos inumeráveis. “Interativo” é um conceito novo que se aplica não às pessoas, mas a classificações, a tipos, aos tipos que podem influenciar o que é classificado. E porque tipos podem interagir com o que é classificado, a própria classificação pode ser modificada ou substituída. (Hacking, 1999, p. 103, tradução nossa)

Vê-se, portanto, que Hacking está propondo uma definição que diz respeito à interação com os sentidos produzidos, e não simplesmente com ações. Ele afirma, por exemplo, que os quarks são indiferentes, pois não respondem à classificação; isso não quer dizer que sejam passivos. Da mesma maneira que o plutônio interage com outros elementos, mas não com a classificação. São elementos indiferentes ao sentido, e não à ação (*ibidem*, p.105). Os tipos interativos são aqueles que se modificam a partir dos sentidos produzidos na categorização, especificamente em relação àquilo que está sendo categorizado. E essa interação produz modalidades de retroação, que podem funcionar na confirmação e estabelecimento de formas de experiência que gozarão de forte presença e reconhecimento social, mas também podem produzir a inadequação de certas categorias que se tornam obsoletas como efeito da própria categorização.

Dessa maneira, os tipos interativos complexificam o próprio processo de categorização, criando o que o autor descreve como um efeito de looping, em que a classificação modifica seu objeto. Como apontado, isso pode ocorrer a ponto de tornar a categoria inadequada ao estado atual: “o que era sabido sobre pessoas de um tipo pode se tornar falso porque pessoas desse tipo mudaram em virtude de como foram classificadas, o que elas acreditam sobre elas mesmas, ou por causa de como elas foram tratadas assim como classificadas” (*ibidem*, p.104, tradução nossa).

Entretanto, os efeitos de invenção e estabelecimento de formas de experiência são do maior interesse de Hacking, tendo um papel central na explicação da existência daquilo que ele nomeia como psicopatologias transientes, existentes somente em um lugar e momento específico. Essa ideia, ampliada a um funcionamento geral em *Ontologia histórica* (2002a/2009), é mobilizada em *Múltipla personalidade* (1995/2000) sob o nome de “efeito

feedback”, numa tentativa de explicação de como eventos ligados à categorização científica produzem novas formas de ser. Como afirma o autor:

Tenho falado, de tempos em tempos, do efeito de entrelaçamento dos tipos humanos, isto é, a interação entre as pessoas, por um lado, e as formas de classificar as pessoas e seu comportamento, por outro. Ser considerado um certo tipo de pessoa, ou uma pessoa que faz determinadas coisas pode afetar o ser humano. Um modo novo e modificado de classificação pode afetar, sistematicamente, as pessoas que são assim classificadas; ou as próprias pessoas podem rebelar-se contra os classificadores, a ciência que os classifica. Essas interações podem levar a mudanças nas pessoas classificadas e, portanto, no que se conhece sobre elas. É a isso que chamo de efeito de *feedback*. Agora acrescentarei mais um parâmetro. Inventar ou moldar um novo tipo, uma nova classificação de pessoas ou de comportamentos pode criar novas formas de ser, novas escolhas a fazer, para o bem e para o mal. Há novas descrições e, portanto, novas ações sob uma descrição. Não é que as pessoas mudem substantivamente, mas que como um ponto de lógica novas oportunidades de ação lhes são abertas. (Hacking, 1995/2000, p. 259-60)

Vê-se, dessa maneira, como os livros de Hacking vão dialogando e produzindo uma forma de abordagem dessas questões. O que é apresentado em 1995 e 1998 como *efeito feedback*, é nomeado em 1999 como *looping*, e ganha um peso conceitual maior em 2002, com o *nominalismo dinâmico*. Junto a essas categorias, Hacking também discorre brevemente sobre a interação entre tipos interativos e efeitos biológicos, nomeados como *biofeedback*, para dar destino a modificações discursivas que produzem efeitos no corpo. Segundo ele, é preciso ser cauteloso em relação a isso:

Mudanças em nossas ideias podem mudar nossos estados fisiológicos. Yoga é uma técnica que amplia mente e corpo de modo mais conclusivo e serve como modelo para noções de biofeedback. Esse fenômeno — que é bem estabelecido, mas não entendido — é distinto do efeito de looping dos tipos interativos. Por falta de um nome melhor, chamarei o efeito mente/corpo de *biolooping*, em analogia a biofeedback. O outro é um looping classificatório. Preciso da distinção porque, com certeza, em casos particulares, ambos os tipos de looping podem estar ocorrendo e, de fato, reforçando-se mutuamente. (Hacking, 1999, p. 109-10, tradução nossa)

Nesse ponto, retomamos a centralidade da circunscrição da proposição de Hacking. Ao falar sobre tipos interativos, ele não está falando sobre efeitos de linguagem nos indivíduos de maneira geral, mas especificamente sobre os efeitos de classificações sobre as possibilidades de existência e de determinação de subjetividades. Mais especificamente, sobre classificações científicas. E sobre a complexidade que essa retroação introduz na produção de conhecimento

sobre esses tipos, afirmando que seria a única explicação de como certos nomes e coisas nomeadas poderiam se encaixar tão bem.

Esse modo de abordagem da questão desloca o debate tradicional sobre a diferenciação entre ciências naturais e sociais a partir da distinção entre objetos, colocando-o nos termos da consideração dos tipos envolvidos. Ciências sociais (de objetos sociais) não necessariamente lidam com tipos interativos, ou não somente com tipos interativos (*ibidem*, p. 108); assim como determinados problemas podem ser entendidos como sendo compostos simultaneamente por tipos interativos e indiferentes — como a psicopatologia, segundo o autor. Ele afirma, por exemplo, que a depressão é um caso de uma doença biológica — o que considera então como um tipo indiferente —, mas que se expressa a partir de elementos culturais, sendo também um tipo interativo²⁷. Ademais, apresenta efeitos de biolooping, uma vez que tratamentos comportamentais podem modificar níveis de serotonina:

Para um exemplo convincente, olhemos o biolooping. Uma pessoa segue um certo regime de modificação comportamental, com o intuito de diminuir os sintomas e sentimentos de depressão. Inúmeros tipos de comportamento são reforçados, todos se opondo à classificação *deprimido*. O paciente começa a viver nesse novo modo. Se a modificação comportamental funciona, então até o nosso entendimento psiquiátrico da depressão muda. Mas, ao mesmo tempo, ao viver desse jeito, adotando certos tipos de comportamento, uma certa condição química do cérebro, considerada como algo ligado à depressão, é aliviada. Nós temos uma dinâmica funcionando no nível da classificação e no nível do biolooping. (*ibidem*, p. 123, tradução nossa)

Algo similar ao que ele afirma em relação ao autismo, comentando a tensão existente na oposição entre entendimentos biológicos e a consideração de outros fatores que deveriam ser levados em conta:

Aqui queremos dizer ambos, que autismo infantil *é* (é idêntico a) uma certa patologia biológica *P*, e então é um tipo “natural” ou um tipo indiferente. Ao mesmo tempo, queremos dizer que autismo infantil é um tipo interativo, interagindo com crianças autistas, evoluindo e mudando conforme as crianças mudam. (*ibidem*, p. 119, tradução nossa)

Essa discussão nos é central, uma vez que condensa, a nosso ver, uma grande potencialidade das proposições de Hacking, mas também apresenta um equívoco de análise. Isso fica particularmente claro em relação à depressão, em que o autor parece não reconhecer o efeito retroativo que o próprio entendimento da depressão enquanto um objeto biológico — e,

²⁷ Retomaremos essa questão, de maneira crítica, mais à frente.

portanto, indiferente — pode causar. Não se trata, contudo, de uma posição ingênua, uma vez que traz elementos como a pressão de certo entendimento biológico da patologia por parte de empresas que querem vender medicamentos. Mostra-se, assim, uma discussão absolutamente atual e que toca diretamente a proposta desta tese, uma vez que o estabelecimento de um entendimento específico de verdade (entendido aqui como a definição da causalidade biológica como a causa por excelência) tem efeitos não somente epistemológicos, mas também ontológicos, éticos e políticos.

Por outro lado, Hacking afirma sua discordância, nesse momento, tanto do construcionismo social quanto de designações rígidas para psicopatologias (*ibidem*, p. 122), indicando que essas questões seriam mais bem encaminhadas a partir de um modo de entendimento dinâmico, e não semântico. Isso significa que, mesmo que sustente um privilégio em relação à causalidade biológica, ele não deixa de reconhecer a importância daquilo que também se mostra enquanto interativo. Afirma, em linhas gerais, a necessidade de tomar os problemas indicados enquanto processos, em que categorização e experiência modificam-se mutuamente, e não em tentativas estanques de definição causal. Trata-se de um posicionamento que pode ser entendido enquanto uma relação dialética entre verdade e saber, especialmente se tomarmos os efeitos ontológicos dos discursos do conhecimento enquanto efeitos de verdade sobre os indivíduos. A dinâmica da classificação deve ser tomada, assim, como elemento central. Como indicado, parece-nos uma ideia interessante, mas discordamos de alguns elementos de sua análise.

Ademais, deve-se lembrar que esse posicionamento responde diretamente à proposta do livro em que se insere, sobre construcionismo social. Para uma apreciação mais adequada da questão, é necessário recuperar outros elementos, além de parecer também interessante trazer a psicanálise para o debate. Desse modo, primeiramente nos ocuparemos daquilo que Hacking desenvolve sobre as psicopatologias transientes; em seguida, faremos algumas considerações sobre o modo como essas questões podem ser encaminhadas a partir da psicanálise, para então retomarmos essa discussão de modo mais franco.

2.2 - As patologias transientes

A centralidade que damos para a questão das patologias transientes na obra de Hacking justifica-se pelo valor organizador que esse debate apresenta no pensamento do autor. Já foi indicado que a incursão do filósofo pelos ditos fenômenos sociais — algo que sempre esteve nas bordas de seus principais trabalhos das décadas de 1960, 1970 e 1980 — só foi, de fato,

realizada na década de 1990, trazendo contribuições incontornáveis para a filosofia da ciência. Como apresentado, o modo como essa diferenciação entre objetos naturais e sociais é construída tem sua apresentação final em *Ontologia histórica* (2002a/2009), muito embora as ideias ali organizadas já tivessem sido apresentadas em outros lugares, notadamente em *Múltipla personalidade e as ciências da memória* (1995/2000), *Mad travelers* (1998) e *The social construction of what?* (1999/2000). É notória a encadeação entre os livros, em que os primeiros constituem um esforço amplamente explanatório e com objetivos teóricos bastante definidos (responder questões sobre doenças mentais transientes), seguidos de *Social construction* (livro marcado por um incômodo, relatado pelo autor, de que seus livros tenham sido lidos como um posicionamento construcionista) e, finalmente, *Ontologia histórica* (com uma retomada daquilo que foi produzido — tanto nos livros supracitados quanto em textos anteriores — e alguns ensaios teóricos de maior ousadia, embora com menor acabamento).

Nesse percurso, cabe ressaltar, a exploração das patologias transientes não é um desvio ou simplesmente um caso entre outros, mas constitui uma forma privilegiada de abordar aquilo que já havia sido indicado antes enquanto ponto de interesse. Esse ponto de interesse será posteriormente estabelecido como centro de gravidade de suas considerações acerca da produção de conhecimento sobre objetos sociais, demandando uma retomada de suas inspirações nominalistas.

Em linhas gerais, como indicado anteriormente, a afirmação de Hacking de um posicionamento nominalista responde a algo que já estava em seu campo de interesse há alguns anos, que diz respeito ao modo como se pode *inventar pessoas* (Hacking, 1983/2009). É importante notar que o termo *invenção* não é estranho ao autor, nem a seus escritos sobre ciências naturais — campo em que a sua utilização talvez tenha causado maior estranhamento, inclusive. Hacking argumenta, em *Representar e intervir* (1983/2012), que a prática científica inventa fenômenos, e não simplesmente reproduz aqueles que seriam encontrados no mundo natural. Inventaria, inclusive, fenômenos que nunca existiram, como lasers e masers (Hacking, 1983/2012). Em relação à invenção de pessoas, o autor se refere ao fato de que a existência de seres humanos não pode ser separada dos modos como se pensa e se entende essa própria existência; portanto, ao se modificar a maneira como a questão da existência é trabalhada, modificam-se também os modos possíveis de experienciar a existência.

Como vemos, essa proposição com clara influência foucaultiana indica um entrelaçamento entre epistemologia e ontologia, uma vez que o estabelecimento das condições de possibilidade do pensamento sobre a existência produz modos específicos de subjetivação. Lembrando que aquilo que propomos nesta tese é que a definição da noção de verdade consiste

em um dos pilares das condições de possibilidade do pensamento, condição que deve ser entendida como produto contextual e contingencial. O modo de definir a verdade, ou os parâmetros de veracidade e falsidade, constitui uma primeira delimitação do campo de possibilidades que estabelece aquilo que será possível e aceito ser pensado, e aquilo que não terá legitimidade. Nesse sentido, acompanhando Hacking, ela não constitui somente a definição de um campo epistemológico, mas produz também efeitos ontológicos, ou exerce papel fundamental no estabelecimento de *formas de vida* — para recuperar o conceito de Canguilhem empregado por Dunker (2015) para se pensar o caráter contextual do sofrimento. Trata-se, portanto, de um primeiro ponto que indica a necessidade de que as noções de verdade sejam tomadas como mais que uma afirmação estritamente epistemológica. O sofrimento se estabelece, nesse sentido, enquanto um ponto de encontro entre teorias e experiências, indicando, inclusive, aquilo que escapa à teorização, mas se manifesta enquanto expressão de algo que não funciona.

A partir da ideia de invenção de pessoas, Hacking propõe uma trama conceitual que visa embasar seu pensamento. É nessa trama que entra seu *nominalismo dinâmico* (ou realismo dialético), conceito empregado para indicar o efeito retroativo do discurso sobre o indivíduo. Para tanto, ele precisa também estabelecer outros termos, como *tipos interativos*, *efeitos de looping e feedback*, numa constelação conceitual que dá corpo a sua ontologia histórica. Como indicado, esses conceitos ganham corpo no decorrer de seus livros, num movimento de escrita que apresenta um claro cuidado não somente conceitual, mas também estético. Em relação a esse aspecto, é curioso notar como tanto em *Múltipla personalidade* quanto em *Mad travelers*, o autor assume uma escrita muito mais narrativa — incluindo, no último, alguns experimentos formais.

Essa faceta de maior liberdade formal parece responder a um debate que ele estabelece desde 1975 em *Por que a linguagem interessa à filosofia*, em relação à incomensurabilidade: nesse livro, ele se limita a apresentar o modo como diversos autores encaminham a questão, chegando ao limite de indicar que a relação entre incomensurabilidade e tradução (entendida não somente como tradução de uma língua para outra, mas também como adaptação de ideias para outro contexto) ganharia, em muitos casos, a forma de uma impossibilidade de compreensão de qualquer fenômeno fora de seu “mundo de origem”. Quase 30 anos depois, em *Ontologia histórica* (2002a/2009), Hacking é claro ao afirmar que a incomensurabilidade deve ser limitada a impossibilidade de comparação direta entre fenômenos de diferentes grades conceituais, mas que isso não significa uma impossibilidade de compreensão. A compreensão, por sua vez, poderia ser produzida a partir da reconstituição do pensamento, algo que,

entretanto, não seria tão fácil de ser colocado em prática. Nesse sentido, parece-nos que o cuidado histórico e narrativo, assim como as diferenças de estilo que podem ser encontradas nesses dois livros, inserem-se numa tentativa de reconstrução do pensamento de um momento determinado, algo necessário pela delimitação do próprio objeto:

Por uma “doença mental transiente” quero dizer uma doença que aparece em um momento, em um lugar, e depois desvanece. Ela pode se espalhar de lugar para lugar e reaparecer de tempos em tempos. Ela pode ser seletiva em relação a classe social ou gênero, preferindo mulheres pobres ou homens ricos. Não quero dizer que ela vem e vai nesse ou naquele paciente, mas que esse tipo de loucura existe somente em determinados momentos e lugares. A candidata mais famosa para uma doença mental transiente é a histeria, ou de qualquer maneira suas abundantes manifestações francesas no final do século dezanove. (Hacking, 1998, p.1, tradução nossa)

Se a proposição conceitual do autor diz respeito à afirmação de modos de existência que são possibilitados por saberes estabelecidos e disponíveis num momento determinado, então a reconstrução tanto desses saberes quanto, em particular, do sentido que eles apresentavam nesses momentos determinados não é apenas uma ilustração, mas ponto indispensável da demonstração argumentativa. Isso justifica essa peculiaridade desses dois livros, e também a necessidade de que parte deles seja recuperada em nosso trabalho.

A centralidade do conhecimento e os nichos

Publicado em 1995, *Múltipla personalidade e as ciências da memória* (1995/2000) é o primeiro livro de Ian Hacking dedicado a um exame profundo e detalhado sobre como o contexto social exerce influência — ou até mesmo constitui — o modo como os indivíduos se pensam e se experienciam. Nesse caso específico, o autor está preocupado em demonstrar como um transtorno mental de circunscrição bastante específica constitui-se enquanto um efeito de eventos anteriores, de modo que não somente o modo em voga de pensar sobre o que é um ser humano — sua normalidade e suas patologias — circunscreve os limites em que essas questões podem ser compreendidas, mas também modifica o modo de experienciar daqueles que habitam sob essa discursividade.

Assim, o livro tem como objetivo maior não somente a descrição e contextualização do Transtorno de Múltipla Personalidade ou do Transtorno Dissociativo de Identidade — segundo a nomenclatura atual —, mas o modo como as ciências da memória operam no estabelecimento de um novo modo de se pensar e experienciar a alma, nas palavras do autor. Essa ênfase está dada

no título original do livro, *Rewriting the soul: multiple personality and the sciences of memory* [Reescrevendo a alma: múltipla personalidade e as ciências da memória], mas se perdeu na tradução para o português, com a supressão do início que indica a ideia de “reescrita da alma”. Como argumenta o autor, a múltipla personalidade ilustra um fenômeno geral sobre memória, descrição, passado e alma. É preciso ver como ela se tornou “óbvia”. Isso só pôde acontecer uma vez que “a memória tornou-se a maneira de conhecer a alma” (Hacking, 1995/2000, p.109).

Nesse aspecto, a múltipla personalidade é apresentada como um caso, um efeito dentre outros possíveis do estabelecimento de uma maneira específica de se pensar a alma. Assim, esse transtorno pode ser definido pela dissociação da psique em diferentes personalidades, sendo que há uma ruptura mnêmica entre as experiências vividas por cada uma delas, e que surge há poucas décadas e parece se restringir, geograficamente, aos Estados Unidos. Alguns anos mais tarde, Hacking tratará de outro transtorno, anterior à múltipla personalidade, mas de igual interesse por sua especificidade e possibilidade de circunscrição em seu contexto de emergência e desaparecimento: trata-se dos casos de *fuga*, relatados ao final do século XIX e início do século XX (Hacking, 1998a).

Em *Múltipla personalidade*, sua tese central é sobre a localização da definição e conceituação sobre a *memória* como encaminhamento possível de questões que até certo momento (metade do século XIX) não puderam ser assimiladas pelo pensamento científico vigente, e tampouco pela discursividade mais ampla por ele produzida. Hacking inicia o livro apresentando a memória como um campo em que confluem que inúmeras categorias, cognitivas, afetivas, místicas etc. Ao mesmo tempo, relaciona seu interesse com o caráter quase definitivo e inevitável como as afirmações sobre a memória se apresentam. O que ele propõe é debruçar-se sobre um caso determinado daquilo que nomeia como memória-pensamento (que é a múltipla personalidade) para discutir essa suposta inevitabilidade. Segundo ele, essa doença era ignorada há alguns anos, e na época em que o livro foi escrito gozaria de grande importância na América do Norte.

Mais que isso, Hacking faz uma aposta bastante específica em relação ao caráter performativo do discurso sobre a memória e o estabelecimento da múltipla personalidade enquanto um transtorno. Segundo ele, o traço fundamental dessa relação deve ser buscado nas explicações etiológicas sobre o transtorno, que teriam em seus fundamentos as definições daquilo que é entendido como um indivíduo. Como ele mesmo aponta,

Busco um problema muito mais profundo, ou seja, a forma pela qual a própria ideia da causa foi forjada. Depois que temos essa ideia, obtemos um

instrumento muito poderoso para criar as pessoas, ou melhor, para nos criar. A alma que construímos constantemente é construída de acordo com um modelo explanatório de como viemos a ser o que somos. (Hacking, 1995/2000, p.108)

Há, assim, uma confluência entre as teorias sobre causação, aquilo que é apresentado como inevitável e modos de subjetivação. Como continua o autor, “uma teoria aparentemente inocente sobre causação (que poderia, em termos de fato empírico, ser verdadeira ou falsa) torna-se formativa e regulatória” (*ibidem*, p.108). Para investigar isso, o autor toma como referência a arqueologia foucaultiana, afirmando que “às vezes há mutações bastante nítidas nos sistemas de pensamento e que essas redistribuições de ideias estabelecem o que mais tarde parece inevitável, inquestionável, necessário” (*ibidem*, p.12). A múltipla personalidade, na segunda metade do século XX, demonstra como essa inevitabilidade é construída, tanto por sua especificidade contextual quanto pela possibilidade de rastreamento de suas “origens”, que podem ser reconhecidas em outro momento e local específicos: na França, entre 1874 e 1886. Embora Hacking também dê grande importância para diversos elementos culturais, é preciso notar a centralidade de seu interesse sobre os efeitos que o pensamento científico produz nesse sentido. Algo retomado algum tempo depois, quando se debruçando sobre os casos de fuga:

estou especialmente impressionado pelo modo como o conhecimento científico sobre nós mesmos — o mero sistema de crenças — muda como pensamos sobre nós mesmos, as possibilidades que nos são abertas, os tipos de pessoas que consideramos que nós e nossos pares são. O conhecimento interage conosco e com um corpo maior de práticas e da vida ordinária. Isso gera combinações socialmente permissíveis de sintomas e entidades de doenças. (Hacking, 1998, p.11, tradução nossa)

Como vemos, há um destaque especial para como o conhecimento interfere diretamente na produção de sintomas e doenças. Sintomas cuja veracidade o autor não questiona, o que dá à sua construção um estatuto epistemológico forte: os saberes em circulação apresentam, desse modo, efeitos ontológicos verdadeiros. Vejamos como ele sustenta essa ideia.

Em linhas gerais, Hacking recorta esse período do século XIX por dois motivos. Primeiramente, porque houve uma onda de casos de multiplicidade na França entre 1874 e 1886. Antes disso, casos de dupla consciência ou outros tipos de dissociação eram relatados; entretanto, não tinham a importância que tiveram a partir de 1875. O segundo motivo, segundo o autor, seria o modo como esses casos passaram a ser pensados: a partir do diagnóstico de histeria, mas não só (algo relevante também para os casos de fuga, que serão tratados depois).

Hacking busca um traço que possa dar mais consistência à elevação no número de casos, inclusive maior consistência aos próprios estudos sobre histeria. Segundo ele, os casos de dupla consciência encontrados na Inglaterra não eram relacionados à memória, isso parece ser uma novidade que aparece na França.

Embora relacionada à histeria, especialmente por Charcot, a multiplicidade causava algumas divergências diagnósticas. Janet a considerava como um caso especial de distúrbio bipolar, e houve também algumas associações com esquizofrenia. Entretanto, Hacking afirma que a versão mais aceita foi a articulação com a histeria, o que também explicaria seu desaparecimento em diversos lugares — algo relacionado ao declínio da importância da histeria nos debates psiquiátricos franceses (Hacking, 1995/2000, p.146). O mesmo é afirmado em relação à fuga, a qual, por sua vez, se encontrava no meio de um debate entre epilepsia e histeria, sendo que a última teria sido a vencedora. Segundo o autor, as querelas diagnósticas desempenham um papel importante no estabelecimento de uma doença transiente, uma vez que possibilitam uma circulação social dos traços relacionados ao quadro:

O debate “epilepsia-histeria” forneceu publicidade para o novo diagnóstico. Ele também garantiu que, não importa quem ganhasse, a fuga poderia ser aceita na taxonomia estabelecida de doenças mentais sem nenhuma necessidade de revolução. Isso não foi bom para a fuga a longo prazo. Quando a histeria deixou a cena como um transtorno superordenado, ela levou todos os seus subordinados consigo. A destruição de um gênero (histeria) pode eliminar as espécies (fuga histórica). (Hacking, 1998, p.38, tradução nossa)

Assim como a dupla personalidade, houve, no início do século XX, uma epidemia dessa doença caracterizada, segundo alguns psiquiatras, por três fatores: uma compulsão irresistível de viajar, realizada de modo inteligível e aparentemente normal, e seguido por amnésia (Hacking, 1998, p. 47). E, do mesmo modo que a dupla personalidade, ela desapareceu rapidamente. Se para alguns pesquisadores esses desaparecimentos são questões a serem respondidas, Hacking se interessa mais pelo fato de a dupla personalidade ter sobrevivido (transformada em múltipla personalidade), e poder ser encontrada atualmente nos Estados Unidos.

Segundo o autor, a presença do Transtorno de Múltipla Personalidade surpreende não somente por sua especificidade e forte presença na cultura, mas igualmente por sua fragilidade conceitual. Seu crescimento seria justamente correlato da retomada de sua presença na cultura, impulsionada pela publicação de romances e realização de filmagens sobre histórias de múltiplos (Hacking, 1995/2000, p.52). Vale dizer que, diferentemente dos quadros descritos no

final do século XIX, não se trata mais de dupla personalidade, mas sim de um número muito superior, mais ou menos estável em torno de 16 diferentes personalidades. Segundo o autor, a publicação de romances e as filmagens tiveram importante papel na intensificação da prevalência do transtorno não por acaso, mas por uma confluência entre a relevância das causas apresentadas como responsáveis pelo desenvolvimento do quadro, e sua aceitação e mobilização em movimentos sociais que reúnem as pessoas afetadas e os responsáveis pelas terapêuticas.

Vê-se, nesse ponto, que junto com a centralidade da ideia de causa na determinação de uma patologia há também a consideração de elementos culturais que estariam disponíveis para mobilização. Hacking faz uma descrição minuciosa disso em relação à múltipla personalidade, mas é somente em *Mad travelers* que ele nomeará essa ideia de modo mais assertivo, recorrendo à ideia de *nicho*:

Eu argumento que uma ideia frutífera para entender doenças mentais transientes é o nicho ecológico, não somente social, não somente médico, não somente vindo do paciente, não somente dos médicos, mas da concatenação de um número extraordinariamente grande de tipos de elementos diversos que, por um momento, fornecem uma casa estável para certos tipos de manifestação de doenças. (Hacking, 1998, p.13, tradução nossa)

Como se vê, a ideia de nicho traz consigo a multiplicidade de fatores necessários para a consideração da emergência de uma patologia. Isso é de especial importância, pois também localiza a centralidade que o autor imputa ao conhecimento científico, ao afirmar o papel destacado deste na determinação de possibilidades de experiência. Contudo, ele é bastante cuidadoso ao ressaltar que isso não significa uma relação direta e inevitável de causa e efeito, mas sim o estabelecimento de um campo de possibilidades. De fato, a própria escolha pela palavra “nicho”, remetendo a nicho ecológico, traz consigo essa ideia, já que responde ao entendimento de que um nicho é aquilo que determina possibilidades de evolução sem, entretanto, inferir previsibilidade²⁸.

²⁸ “A metáfora biológica de um nicho ecológico vem por si mesma. Nós temos inumeráveis espécies de seres vivos na face do planeta, passado e presente, muitos dos quais, quando refletimos, parecem ser tipos óbvios de maneiras de se estar vivo. Ainda assim, é necessária uma combinação bastante excepcional de circunstâncias para qualquer espécie em particular emergir em um habitat. Há também a doutrina da evolução convergente. Espécies funcionalmente similares vão evoluir em nichos similares — o rato marsupial, por exemplo. O rato marsupial que carrega seus filhotes em uma bolsa, e de uma espécie não relacionada ao rato norueguês. Ainda assim ele tem o mesmo estilo de vida, até o mesmo hábito de se adaptar imediatamente à vida urbana de humanos. Mas nossa comparação deveria inverter a relação. O rato marsupial e o rato norueguês são espécies distintas habitando nichos ecológicos similares, enquanto viajantes loucos gregos e *fugueurs* franceses são espécies similares de loucura habitando nichos ecológicos distintos” (Hacking, 1998, p.55, tradução nossa).

Mais especificamente, Hacking afirma que há quatro vetores que têm especial papel no estabelecimento de uma doença transiente:

(1) uma grade diagnóstica, taxonômica; (2) estabelecer-se entre dois elementos da cultura contemporânea de modo polarizado: entre algo romântico e virtuoso, por um lado, e algo desvalorizado e quase criminoso, por outro; (3) visibilidade para que o transtorno seja reconhecível como um transtorno, o sofrimento seja entendido como algo do que se deve escapar; (4) apesar do sofrimento produzido, a doença deve também trazer algum tipo de alívio em relação à cultura na qual se insere. (Hacking, 1998, p.2, tradução nossa)

Vê-se, portanto, que há um grande esforço em qualificar o nicho não somente como uma grade de potencialidades que sustenta diferentes expressões finais, mas também como algo que tem sua consistência para além de ser somente um discurso, num sentido foucaultiano²⁹. Hacking se interessa, desse modo, pelas instituições, movimentos sociais, agrupamentos etc. que fazem parte dessa constiuição; e a partir disso tira, em *Mad travelers*, algumas linhas gerais.

Como indicado anteriormente, a grade diagnóstica é algo importante para que a doença não somente habite a comunidade científica, mas também para que tenha seu alcance ampliado para além dos muros da produção de conhecimento. Para tanto, como já foi dito, querelas diagnósticas eram de grande auxílio, caso tanto da dupla personalidade como da fuga. A questão da polarização entre dois elementos culturais de valência oposta é uma ideia ausente em seu livro sobre múltipla personalidade, embora o autor teça alguns comentários sobre isso posteriormente. No caso da fuga, essa polarização é apontada por Hacking por sua inserção entre um imaginário de popularização e valorização do turismo, contrabalanceado pela criminalização da vadiagem. Os *fugueurs* se localizariam entre esses dois extremos:

Houve uma epidemia de fuga iniciada pelo caso de Albert e sua publicação pelo médico Tissié. O *fugueur* não era um homem médio, era alguém das classes mais pobres, mas não miserável. Um trabalhador com remuneração baixa ou mesmo um comerciante, sempre urbano. Era também uma época em que o turismo se estava popularizando na Europa, com companhias como Thomas Cook and Son. (Hacking, 1998, p.26-27, tradução nossa)

Essa citação mostra como esses vetores se entrelaçam no pensamento de Hacking. Se os dois primeiros parecem estabelecer linhas mais gerais de determinação, os outros dizem

²⁹ “Nicho não se reduz à ideia de discurso de Foucault, porque é algo para além da linguagem. “Claro que a linguagem tem muito a ver com a formação de um nicho ecológico, mas isso também conta para o que as pessoas fazem, como vivem, o mundo mais amplo de existência material que eles habitam. Esse mundo deve ser descrito em todos seus detalhes peculiares e idiossincráticos” (Hacking, 1998, p. 86, tradução nossa).

respeito a questões mais particulares: o discurso científico depende também de um reconhecimento social do sofrimento, ao mesmo tempo que o próprio sofrimento e o caráter de “alívio” que a patologia traz respondem, diretamente, à especificidade do grupo em que ela se manifesta. Se o turismo ocupava um lugar privilegiado e sua popularização apresentava-se como uma alternativa aos limites da vida de um trabalhador — mas não exatamente de um trabalhador mal remunerado —, há um outro lado que se presentifica também como limite dessa alternativa, que é justamente a vadiagem. Para Hacking, sofrimento, reconhecimento, conhecimento e elementos culturais são parte, aí, de um mesmo novelo, em que não é possível separar totalmente um fio do outro.

Contudo, como afirmado já algumas vezes, o autor também não deixa de imputar um lugar privilegiado ao conhecimento científico. Algo que seria, a princípio, contraditório com essa própria ideia de inseparabilidade dos diferentes elementos, a não ser que haja algum tipo de desdobramento do modo como Hacking pensa a produção de conhecimento nesse aspecto. De fato, o filósofo propõe uma diferenciação entre os conhecimentos específicos que a ciência produz e entendimentos mais gerais que são produzidos a partir do estabelecimento de alguns programas científicos. Esse desenvolvimento é mais detalhado em *Múltipla personalidade* (1995/2000), especialmente pelo fato de a múltipla personalidade ter uma relação direta com uma patologia que existiu, foi uma epidemia, e depois desapareceu. O retorno dessa patologia reformada dá elementos tanto para se pensar a ideia de nicho de modo mais detalhado — o que é facilitado pelo fato de a múltipla personalidade ser um fenômeno contemporâneo — quanto para localizar esse desdobramento do pensamento científico como algo que produz duas classes de efeitos diferentes.

2.3 - Múltipla personalidade

O contexto cultural que acolheu e impulsionou de maneira tão ímpar esse transtorno pode ser pensado a partir de três pontos centrais que foram mobilizados: (1) a eleição do *abuso infantil* como um problema urgente e geral, cuja presença ampla e devastadora na sociedade deveria ser combatida por todos; (2) a tendência à medicalização dos processos terapêuticos e a posição ativa, por parte dos médicos, no estabelecimento de uma etiologia que preserve suas funções; e, por último, (3) o reconhecimento da memória, mas especificamente das memórias perdidas, como elemento etiológico central do transtorno em questão.

A centralidade do abuso infantil talvez seja o ponto de maior diferença em relação ao quadro do século anterior, uma vez que, para além de ocupar um lugar muito menos importante

na etiologia (se é que ocupava qualquer lugar, muitas vezes), o abuso infantil seria, segundo Hacking, uma categoria inexistente, ao menos nos termos atuais, entre 1874 e 1886. É claro que algo semelhante ao que entendemos hoje como abuso acontecia, entretanto o valor repulsivo disso não era o mesmo³⁰.

Segundo o autor, o que se pode afirmar é que havia o reconhecimento da crueldade com crianças, o qual, entretanto, sofrerá modificações importantes em seu espectro. O primeiro ponto de modificação, e talvez um dos mais interessantes para pensar o atravessamento de questões políticas nesse tipo de processo, é que a crueldade com crianças em 1874 era compreendida como algo ligado à classe social, tendo maior prevalência nas classes mais baixas. Era, portanto, um efeito da pobreza, algo que é expressamente apagado no discurso contemporâneo norte-americano. Assim, marcando uma distinção em relação à crueldade contra crianças, a ideia de abuso infantil se consolidou nos EUA, em Denver, em 1961 (Hacking, 1999, p.125). Parte da potência da categoria de abuso infantil advém de sua universalidade, algo que não acomete privilegiadamente os mais pobres; e, logo, não deve ser compreendido enquanto uma questão social. Tal posicionamento era, segundo Hacking, de grande interesse do governo americano, pois consistia no estabelecimento de um problema de interesse geral que não traria consequências para o funcionamento econômico, nem críticas à distribuição de renda e desigualdade (Hacking, 1995/2000, p.76). Junto a isso, soma-se a inclusão da questão sexual na categoria de abuso, a qual não estava presente na ideia de crueldade. Isso teria acontecido, segundo Hacking, por volta de 1971, contando com grande influência de movimentos feministas (Hacking, 1999, p.139).

A somatória dessas coisas teria criado um tipo de enorme impacto social, mobilizando diversos setores da sociedade norte-americana: vale lembrar que Nixon chegou a fazer um pronunciamento televisivo e a assinar uma ordem presidencial para o combate do abuso infantil, em 1974. Trata-se, nesse sentido, não somente do estabelecimento de um tipo, mas da delimitação de uma forma de sofrimento que será apresentada enquanto adequada. Isso não retira, ressaltamos, o caráter de verdade do sofrimento; mostra, entretanto, como as formas de sofrer respondem a seu meio, sendo mobilizadas na delimitação de debates e apresentando valência política. O descolamento da articulação com a pobreza mostra como há um direcionamento para um campo mais interessante às ideias dominantes da época.

³⁰ Para além da discussão empreendida em *Múltipla personalidade* (1995/2000), Hacking percebe na categoria do abuso infantil uma discussão oportuna para explicar o que seria a construção de um *tipo*, nos moldes como explicamos acima. Assim, esse tema é retomado em *The social construction of what?* (1999).

Se não era ligado à pobreza e à diferença de classes, como então se pensava o abuso? Dois encaminhamentos se consolidaram. O primeiro consiste na aproximação entre o abuso infantil e o mal, de modo que crianças seriam abusadas por causa da maldade de certas pessoas. Junto com isso, em segundo lugar, a associação com a sexualidade, de modo que perversões e transtornos sexuais teriam grande parte nisso também.

Por último, uma grande diferença é o destino que é dado ao problema. Se a crueldade com crianças, mesmo que reconhecida, não parecia ser motivo de grandes intervenções no século XIX, o abuso infantil é entendido como algo inaceitável, o que implica o combate aos abusadores e o tratamento das vítimas. Esse tratamento é totalmente capturado pelo discurso médico — o qual evidentemente se reproduz em dispositivos que não precisam ser necessariamente ocupados por médicos, como grupos de suporte e outros tipos de organizações. Contudo, é o discurso médico, marcadamente de pediatras e psiquiatras, que dará sustentação à gravidade do abuso infantil, não somente apresentando os graves danos que são infligidos às vítimas, mas também apoiando a necessidade de tratamento como uma intervenção preventiva, ao sustentarem o que Hacking afirma ser um “ato de fé” em relação à experiência de ser abusado na infância como causa de um comportamento abusador na vida adulta (Hacking, 1995/2000, p.77). Desse modo, a autoridade médica compõe e subscreve a centralidade do abuso infantil como o grande mal a ser combatido, dando respaldo à circunscrição de um problema de todos, mas que não teria causas sociais. O que pode ser visto, inclusive, como um movimento de captura da enunciação do verdadeiro: o discurso médico se apresenta como aquele capaz de dizer o que realmente está acontecendo, e a legitimidade a ele concedida produz efeitos. O que coincide com o segundo fator preponderante, como apontado acima, da recepção e do impulsionamento da múltipla personalidade na sociedade norte-americana.

A potência desse tipo pode ser vista no número de relatos de abuso nos EUA. Há um aumento de 7 mil (1967) para 1,1 milhão (1982). Isso teria acontecido, segundo o autor, pela presença cultural e por um alargamento na definição do abuso infantil, que passa a ser entendido como a causa de qualquer “desvio” que resulte em um desenvolvimento que não seja “ótimo”. (Hacking, 1999, p.144). Além disso, indica o autor, houve uma exportação do tipo “abuso infantil” para outros países em que não havia prevalência relevante também. O caráter interativo do tipo pode ser visto tanto pela recepção e pelo aumento de casos de abuso a partir da popularização de publicações e pela realização de congressos científicos internacionais, inclusive no Brasil. O discurso científico desempenhava um papel central nisso, especialmente a partir de falso conhecimento sobre a repetição de abuso (abusado quando criança, abusador quando adulto), o qual se fez presente desde o início. Essa ideia era compatível com um

entendimento do século XX de que a infância molda o adulto, e era claro que um pai abusador se defenderia dizendo que foi abusado quando criança. E todo esse processo, segundo Hacking, deve ser entendido a partir de sua ideia de interatividade do tipo, levando em consideração, inclusive, a possibilidade de ressignificação de experiências passadas a partir dos elementos atuais que são disponibilizados:

A consciência não é aumentada, mas mudada. Alguém agora vê a si mesmo como abusado quando criança, porque tem um novo conceito nesses termos para se entender. Esse é talvez a mais forte e mais desafiadora aplicação do dito de Goodman, de que mundos são constituídos por tipos. Abuso infantil é um novo tipo que mudou o passado de muitas pessoas, e assim mudou o próprio sentido de quem elas são e como elas se tornaram assim. (Hacking, 1999, p.162, tradução nossa)

Ademais, como apontado anteriormente, o abuso infantil ganha grande notoriedade nos EUA a partir da possibilidade de inserção em um debate taxonômico, por sua utilização como elemento central na etiologia da múltipla personalidade. Desse modo, há um efeito de duplo reforçamento, tanto do tipo “abuso” como do tipo “múltiplo”, potencializado pelo discurso médico.

Em relação ao Distúrbio de Múltipla Personalidade (DMP), o papel da medicalização (entendida como discurso, não somente enquanto prática) é bastante claro, pois tem papel ativo nas tentativas de substanciação científica do quadro. Conforme o distúrbio vai ganhando popularidade, a ânsia pela verificação de seu embasamento científico é tão grande que diferentes tentativas são realizadas, embora nenhuma delas pareça conseguir resultados sólidos.

Tentativas de validação

Segundo Hacking, uma doença pode ser conhecida por dois caminhos distintos: pela conjugação entre etiologia, semiologia e terapêutica, ou por medidas de sua presença e manifestação na população. Nenhum desses caminhos parece ser satisfatório nesse caso, o que não significa, como apontado, que o debate em si não seja importante para a consolidação do transtorno.

A conjugação entre etiologia, semiologia e terapêutica, no caso da multiplicidade, fez uso de teorias causais como ponto central de argumentação, relacionando tanto as classificações dos sintomas como a terapêutica com aquilo que era apresentado como grande evento etiológico: um trauma decorrente de um abuso infantil. Era a teoria defendida por médicos

como Richard Kluft (1984), Richard Lowenstein (1990), Denis Donovam & Deborah McIntyre (1990), incluindo apresentações por outros membros da comunidade médica como um tipo específico de transtorno pós-traumático. Segundo Hacking, embora os pesquisadores afirmem que suas teorias seriam embasadas por evidências, isso não revelava grande valor para além do efeito retórico, uma vez que as evidências eram fracas.

O filósofo aponta uma certa ingenuidade no modo como eram tratados os relatos dos pacientes, muitas vezes tomados ao pé da letra como descrições objetivas. Apesar de, como aponta o autor, isso ser um tema de discussão e grande complexificação desde Freud, era ativamente ignorado pelos teóricos da multiplicidade. Como asservera, “o terapeuta mal pode resistir a tal evidência, porém é preocupante pensar que o processo de terapia e cura faça com que uma história se torne um fato” (Hacking, 1995/2000, p. 103), de modo que a ausência de um trabalho metodológico e conceitual rigoroso para lidar com aquilo que fazia parte da terapêutica trazia grande fragilidade às hipóteses etiológicas depreendidas. Esses relatos, para Hacking, teriam valor enquanto uma explicação dos próprios pacientes sobre o que aconteceu com eles, mas pouco valor de generalização ou de explicação causal. O que faz com que o autor seja categórico ao afirmar que “a psiquiatria não descobriu que os repetidos abusos infantis causam a múltipla personalidade. A psiquiatria forjou essa interligação, da mesma forma que um ferreiro transforma um metal derretido em aço temperado” (*ibidem*, p. 108).

Em relação às propostas de medidas, elas se focaram na hipótese apresentada por Frank Putnam (1989) de que a dissociação funcionaria numa espécie de *continuum*, o qual poderia ser aferido a partir da criação de um sistema de medida. A ideia seria que haveria diferentes graus de dissociação, os quais poderiam ser eventualmente relacionados com hipóteses etiológicas, inclusive aquela do trauma decorrente do abuso infantil. Para a criação de um instrumento de medida, além do estabelecimento daquilo que será testado e do modo de teste (no caso, questionários), é necessário também realizar uma calibragem dos instrumento, uma validação dos dados a partir de referências externas e independentes que afirmam a legitimidade do próprio instrumento. Segundo Hacking, o que se viu foi algo bastante diferente disso.

De fato foram produzidos muitos questionários, respondidos por uma gama enorme de pacientes. Porém, esses questionários eram calibrados não a partir de um padrão independente, mas de “uma rede de dispositivos de teste mutuamente consistentes e autoconfirmadores” (Hacking, 1995/2000, p. 114). Quer dizer, ao invés de os questionários responderem a algum tipo de controle externo, eles eram validados por outros questionários que eram autoadministrados, e por julgamentos de clínicos especializados. Respondiam então, em última instância, a opiniões presentes dentro de um movimento existente na própria psiquiatria, o qual

incluía também seus pacientes. Junto a isso, indica o autor, havia a produção de tabelas e gráficos, elementos que serviam para que as medidas inconsistentes apresentassem uma estrutura consistente e objetiva. Desse modo, havia não somente contaminação de resultados, mas também um efeito retroativo sobre os pacientes:

Há um efeito de feedback do questionário para pacientes potenciais de múltipla personalidade. Richard Kluft observou que “muitos pacientes ‘experientes’ com distúrbio dissociativo tornam-se abertamente familiarizados com a DES, e muitos entram no consultório do clínico com uma cópia da sua última DES, como uma das várias provas dos seus enormes arquivos”. (*ibidem*, p. 117)

Assim, foram produzidos resultados sobre a hipótese do *continuum*, embora Hacking defenda que, diferentemente do que afirmam os autores, ela não tenha sido testada. Segundo Hacking, esse caso demonstra problemas encontrados na comunidade científica, tanto em relação à autorreferência das escalas dissociativas quanto em relação ao próprio modo de funcionamento atual dos debates e publicações de artigos, uma vez que “o editor da revista e os que avaliam o artigo não procuram ver se a hipótese foi testada. Querem saber se foram usados os vários procedimentos estatísticos recomendados. Ninguém pergunta qual é o significado desses procedimentos” (*ibidem*, p.120).

Vale lembrar que esse tipo de crítica direcionada ao embasamento científico proposto a partir de relatos clínicos não é novo, tampouco exclusivo do caso apresentado por Hacking. Em larga medida, as fragilidades apontadas por Hacking em relação à autorreferência aproximam-se daquilo que é defendido por Grünbaum em relação à psicanálise (Grünbaum, 1984), ao apontar a necessidade de estabelecimento de alguma forma de validação extraclínica. Tal tema foi discutido em outras ocasiões (Beer, 2015; 2017; 2018); entretanto, há dois pontos que devem ser retomados para evitar complicações: primeiramente, se há certa confluência de intenção nos dois tipos de crítica — ao apontar a importância de que os critérios de validação respondam, de alguma maneira, a ideias partilhadas e sustentadas em outros lugares e contextos —, é notória a diferença entre os casos, especialmente pelo fato de que nos estudos indicados por Hacking há uma clara tentativa de distorção de certos padrões aceitos por um tipo específico de racionalidade científica. Na psicanálise não há, ao menos naquilo indicado por Grünbaum, qualquer tipo de tentativa nesse sentido. Grünbaum critica o que considera a ausência de movimentos de validação extraclínica em si, e não a má qualidade das tentativas — o que pode, evidentemente, ser questionado, já que diversos psicanalistas empenharam-se em articulações

com outros campos de modo a demonstrar a pertinência daquilo que seria produzido na clínica em outros contextos.

Em segundo lugar, é preciso realizar um esforço para não generalizar as críticas realizadas por Hacking como a defesa de um certo padrão normativo de cientificidade que deveria ser seguido. O autor é categórico ao se definir como um filósofo da ciência não normativo, sempre trabalhando com a ideia de que diferentes modos de produção de conhecimento podem ser considerados científicos, mesmo que não partilhem das mesmas bases epistemológicas ou metodológicas. No caso em questão, o canadense apresenta questionamentos fortes por considerar que há uma incoerência entre os estudos realizados e aquilo que eles dizem ser: eles são estruturados a partir de uma racionalidade, mas sua realização não respeita os pressupostos estabelecidos, por isso apresentam grande fragilidade. Isso não significa que Hacking defenda que a realização correta desses experimentos deva ser entendida como a única maneira de validação das teorias em jogo, mas somente que elas não validam aquilo que dizem validar.³¹

Segundo o filósofo, a hipótese não precisava ser testada, pois o *continuum* já havia se tornado um fato. Isso implica que as medidas da múltipla personalidade, que a legitimam enquanto distúrbio, seriam um resultado de um mau uso da estatística na psicologia — que teria como meta que “pareça ser um fato objetivo a ideia de que há um *continuum* de um e o mesmo tipo de experiência, a experiência dissociativa. Quando se desmantela essa construção, não fica claro que haja aí um tipo de experiência a ser estudada” (Hacking, 1995/2000, p.127). É necessário salientar, entretanto, que Hacking não apresenta qualquer intenção de deslegitimar a multiplicidade enquanto experiência, muito pelo contrário. Se seu esforço é claramente direcionado ao questionamento dos moldes de explicação dos fenômenos estudados por médicos e psiquiatras, isso tem como objetivo a defesa de que, embora existente, o transtorno deva ser compreendido de maneira radicalmente diferente: como fruto de uma construção histórica, contextual.

Como sabemos, essa discussão se insere diretamente na separação que Hacking propõe sobre tipos interativos e indiferentes, e será central na mobilização de seu nominalismo dinâmico. Numa leitura retroativa, pode-se afirmar que Hacking está afirmando que, apesar das tentativas, não houve elementos suficientes para considerar a múltipla personalidade como um

³¹ Tal ressalva é importante, uma vez que a aceitação da crítica direcionada à importância da validação extraclínica é facilmente assimilada como uma demanda de adequação a certos padrões específicos de cientificidade, como se pode depreender da argumentação de Erwin (2015), ao indicar a soberania das evidências experimentais em relação aos outros tipos de evidência.

tipo indiferente, que não responda, em alguma medida, ao discurso produzido sobre ela³². Ao contrário, ela deveria ser entendida como um tipo que se constitui inteiramente nesse funcionamento. Mais que isso, o autor dá enorme importância a um discurso aparentemente científico, embora discutível, para sua constituição. O que aponta, inclusive, para o fato de que o discurso não precise ser correto para que produza efeitos ontológicos.

Algo compatível com a ideia presente em sua afirmação da autorreferência enquanto modo de estabilização de estilos de raciocínio, entendida como um modo possível de compreensão a partir da afirmação de que não há um critério exterior que garanta a verdade do pensamento. Esse trecho crítico em relação às tentativas de sustentação científica do transtorno não indicam somente uma fragilidade conceitual, mas um ponto central na teorização do filósofo: não há garantia da verdade do conhecimento, de modo que sua veracidade é sempre determinada a partir de critérios contextuais. Isso não impede que o conhecimento produza efeitos ontológicos: esses efeitos não são ligados à correção das ideias, mas, sobretudo, à sua circulação e legitimidade. Esses efeitos de verdade ontológicos, se assim podemos chamar (já que Hacking não questiona a realidade ou veracidade desses efeitos), são causados por discursos e implementações do conhecimento, mas não apresentam um caráter verdadeiro em relação à epistemologia. Portanto a causa não se articula à correção das ideias. A grande questão que se coloca, portanto, é como explicar que se tenha chegado a esse tipo de experiência.

Memória, verdade e causação

Como indicado anteriormente, Hacking reconhece o transtorno de múltipla personalidade como um caso particular produzido por algo que teria acontecido um século antes, que seria o estabelecimento das ciências da memória como um campo de interesse científico e com grande potência de disseminação popular. A passagem entre esses dois momentos — entre os casos de dupla consciência (ou *dédoublement*) e os casos contemporâneos de multiplicidade — depende de uma série de fatores, especialmente para que a multiplicidade, em sua forma atual, tivesse o impacto que tem. Alguns deles foram examinados anteriormente, a partir da indicação (1) do papel da localização do abuso infantil como problema urgente, e (2) do modo como o discurso científico reforça a experiência e contribui para sua disseminação e legitimação. Há, entretanto, um terceiro elemento, que é justamente o que parece fazer a ponte entre os dois momentos

³² Vale esclarecer que isso não se relaciona com a fragilidade das teorias propostas sobre a múltipla personalidade. Para Hacking, um tipo interativo pode ser bem explicado por disciplinas científicas, e não há nenhum impeditivo para tanto.

históricos e que permite que os dois anteriores tenham sido mobilizados da maneira que foram, que diz respeito à (3) centralidade da memória e do trauma infantil na etiologia do transtorno.

Essa característica de um termo que faz a ponte entre dois momentos, de elemento de ligação, fica bastante clara quando Hacking aponta para o fato de que os teóricos e clínicos da multiplicidade têm os primeiros anos da obra de Freud num lugar importante de suas construções, ao mesmo tempo que conservam certo ressentimento em relação ao psicanalista. Isso é causado pelo fato de as teorias da sedução e do trauma serem tomadas rigorosamente como elementos centrais na etiologia do transtorno, sendo mobilizadas como chaves incontornáveis para compreensão de sua causalidade. Coerentemente com isso, o ressentimento advém justamente do avanço da teoria psicanalítica em que Freud abandona essa ideia. Passo imperdoável dado pelo psicanalista vienense, do ponto de vista daqueles que trabalham com a multiplicidade. De fato, e isso pode ser encontrado na crítica da argumentação etiológica, diagnóstica e terapêutica para a sustentação científica do transtorno, os dados clínicos são mobilizados com certa ingenuidade, desconsiderando a complexidade presente na fala de um paciente e suas implicações. Algo profundamente enfrentado por Freud e ignorado nesse caso.

Entretanto, como aponta Hacking, o interesse por essa questão não se limita à sua capacidade explicativa, uma vez que — para além da pertinência dessas hipóteses para explicar o transtorno — sua mobilização revela algo anterior: uma matriz de pensamento sobre o sujeito que seria necessária para a produção de experiências desse tipo. Algo que seria, inclusive, anterior a Freud, embora tenha ganhado inigualável alcance a partir de sua obra.

Hacking aponta que é na segunda metade do século XIX que teorias sobre a memória, difundidas particularmente por Théodule-Armand Ribot, passam a ser mais presentes na cultura. Isso produz, inclusive, a possibilidade de que o termo *trauma* pudesse ser aplicado a um campo até então estranho, o campo psíquico. A ideia de um evento disruptivo, que causa algum tipo de cisão, passa a ser aplicável a partir do momento que a memória se torna um objeto científico. Segundo Hacking, há três práticas de ciência da memória do século XIX: a neurologia localizacionista, os estudos de rememoração e a psicodinâmica da memória. Essas práticas consistiam numa novidade de objeto, pois não se debruçavam sobre os conteúdos a serem lembrados, mas sobre *como* eles poderiam ser lembrados. Todas elas teriam como ponto de origem a definição de uma estrutura anterior, uma grade conceitual que permitiu que esse tipo de objeto fosse constituído, algo que teria sido personificado nas figuras de Ribot e seus pares — os primeiros autores a abordar diretamente essas questões.

A importância de Ribot e seus pares não foi a de terem uma meta, mas de divulgarem conhecimento. Era conhecimento novo, conhecimento científico sobre a memória, até mesmo a que ainda hoje é chamada de “lei de Ribot”. Essa lei é um exemplo perfeito de conhecimento superficial, uma afirmação sobre como as faculdades da memória decaem, pressupondo que essas faculdades são algum tipo de objeto. (Hacking, 1995/2000, p.227)

A evolução dos estudos da memória definiu os limites de como o indivíduo pode ser pensado. Ribot fala, por exemplo, de duas formas diferentes de se considerar o eu (*moi*) a partir de modos de funcionamento da memória (Ribot, 1881). Nessa consideração, os casos de dupla personalidade teriam centralidade a partir da ideia de que as pessoas seriam constituídas por mais de um eu, conectados pela memória. A dissociação seria, então, uma patologia da memória, que produziria a fragmentação dessa unificação. Ribot, ao se debruçar sobre essas questões, teria sido o expoente desse novo campo, propondo uma teoria que abarcava não somente um entendimento específico da memória, mas também que permitia o pensamento sobre suas patologias e a inclusão do termo *trauma* nesse campo:

Uma verdade objetiva. Decorrente de fatos. Os fatos em questão são da psiquiatria patológica. É uma lei sobre a perda da memória, sobre o esquecimento. Por fim, a lei cobre, de maneira uniforme, tanto o esquecimento causado por lesões físicas quanto o causado por choques psíquicos. Logo, é sobre trauma no sentido antigo da palavra, e trauma no novo sentido (era o ano de 1881) da palavra. Olhando para trás, ignorando o conteúdo da lei de Ribot e notando apenas sua forma, vemos que ela prenuncia o feitio de quase toda a psiquiatria dinâmica subsequente. (Hacking, 1995/2000, p.228)

Isso não significa, afirma Hacking, que Ribot seja o teórico mais importante, ou que seja o precursor dos outros autores que vieram depois. Ele seria, entretanto, o primeiro teórico a ter enunciado, no campo científico, algo já presente no campo da cultura, algo já estabelecido em outro degrau de discursividade. Ideia, inclusive, compatível com aquilo defendido por Jacques Rancière (2001/2009), ao apresentar como a noção de inconsciente já podia ser encontrada em manifestações artísticas mesmo antes da obra de Freud. A ideia de Hacking é ainda mais contundente que aquilo que argumenta Rancière, ao afirmar que haveria uma matriz conceitual que permitiria a delimitação da memória enquanto um objeto científico, e que isso traria consequências incontornáveis para todos os campos que daí se originam. Continua o autor:

Não estou dizendo que Ribot seja um precursor de Freud, do movimento múltiplo moderno ou de qualquer outra coisa. O que digo é que ele é a primeira instância de um homem cujo conhecimento superficial é trabalhado sob as leis daquele conhecimento profundo “subterrâneo”, que permanece sendo o mesmo conhecimento profundo dos dias de hoje. Um aspecto da sensibilidade

moderna é fascinante, de tão implausível: a ideia de que o que esquecemos é o que forma nosso caráter, nossa personalidade, nossa alma. (Hacking, 1995/200, p.228)

Vê-se, então, que Hacking apresenta uma montagem em que a constituição de um objeto científico teria definido novos modos de experiência a partir da expansão de um modo de racionalidade para um campo até então inexplorado (por esse modo). Um campo que definirá a memória enquanto um possível caminho para a descoberta de questões ligadas à verdade. Posteriormente a isso, Freud teria reforçado essa centralidade da memória tanto ao localizá-la como elemento etiológico central (a ausência ou repressão de lembranças como causa de sintomas) quanto por ter reconhecido seu caráter terapêutico (a recuperação de conteúdos reprimidos como parte ativa de um processo de cura). Nesse ponto, o filósofo atribui não somente a Freud, mas também a Pierre Janet, um papel essencial no reconhecimento do caráter terapêutico do trabalho com memórias de traumas psicológicos para o tratamento da histeria.

Memória, verdade e psicanálise

Havia, entretanto, uma diferença radical entre os dois médicos, que é apresentada por Hacking a partir de uma articulação entre memória e verdade. Segundo ele, Janet, embora tivesse reconhecido o caráter terapêutico do trabalho com memórias, não imputava a estas um caráter de verdade. Ao contrário, relatava que muitas vezes enganava seus pacientes — afirmando a ocorrência de eventos que ele sabia não terem acontecido —, o que não impossibilitava os efeitos terapêuticos dessas afirmações. Freud, por outro lado, sofreria com um “terrível desejo de Verdade” (*ibidem*, p.213), insistindo na articulação entre rememoração e verdade, especialmente por seus efeitos terapêuticos. Impunha, então, a seus pacientes a crença em fatos articulados a construtos teóricos que apresentavam claros problemas em relação a sua veracidade. Hacking não esconde certo desdém por esse posicionamento de Freud, o qual, segundo ele, teria passado para a história por ter sido o vencedor, relegando Janet a certo esquecimento:

Freud era o exato oposto de Janet. Seus pacientes tinham de enfrentar a verdade — como ele a via. Em retrospecto, não há dúvida de que Freud iludia a si próprio com muita frequência, graças à sua resoluta dedicação à teoria. Meio século de conhecimentos sobre Freud mostrou que ele fazia com que seus pacientes acreditassem em coisas sobre eles próprios que eram falsas, coisas em geral tão bizarras que somente o mais devoto teórico poderia lhes propor, em primeiro lugar. Mas não há evidência de que Freud sistematicamente, como um método de terapia, fizesse com que seus pacientes

acreditassem no que ele mesmo sabia serem mentiras. Janet enganava seus pacientes; Freud enganava a si próprio. (*ibidem*, p. 215)

Há aí, entretanto, uma consideração restrita da obra de Freud por parte de Hacking³³. São conhecidas, sem dúvida, diversas críticas em relação a certa imposição conceitual nas interpretações freudianas, especialmente em suas reproduções por pós-freudianos. Exemplos não faltam, e vale lembrar a centralidade dessa questão na obra de Heinz Kohut (1979), ou mesmo na intervenção de Jean Hyppolite na primeira sessão do seminário de Lacan sobre *Os escritos técnicos de Freud* (Lacan, 1953-43/1986), onde é colocada em questão a ideia de trabalho através das resistências como uma possível forma de dominação. A resposta lacaniana é, num primeiro momento, sustentada na tese de que se trataria aí de algo mais concernente aos pós-freudianos do que ao próprio Freud, numa cristalização equivocada de certos conceitos naquilo que seria nomeado como “análise das resistências” (Lacan, 1953-53/1986). Como aprofundaremos adiante, essa resposta de Lacan é elaborada melhor em seguida, de modo que a questão da resistência é recolocada a partir de uma reorganização conceitual que tem como base a separação, que atravessa todo seu ensino, entre verdade e saber. Se não nos cabe retomar o debate lacaniano aqui, é interessante pontuar somente o que concerne a Freud, uma vez que é mobilizado diretamente por Hacking.

Se afirmamos que o autor apresenta uma leitura restrita da obra de Freud nesse ponto, isso diz respeito especificamente ao fato de Freud ter problematizado, por inúmeras vezes, a questão da verdade. É notório que se tratava de uma questão central para o psicanalista, aparecendo em diversos textos desde o final do século XIX até o final dos anos 1930, mas imputar uma posição ingênua a ele é problemático. Tomemos, como exemplo incontornável desse tipo de problematização, o texto “Construções em análise” (Freud, 1937/2018), em que Freud inicia justamente aludindo a críticas que teria recebido por sua conceitualização da resistência, a qual supostamente funcionaria de um modo infalível: cara, eu ganho; coroa, você perde. A questão proposta por Freud toca diretamente na discussão apontada por Hacking, pois consiste na discussão da relação entre verdade e eficácia terapêutica.

Segundo Freud, há três possibilidades para que o analisante discorde da construção proposta pelo analista: pode acontecer de (1) o analista estar de fato equivocado, o que não

³³ Reproduzimos, aqui, o trecho que antecede a citação anterior de Hacking, pois traz alguns elementos interessantes ao debate que será empreendido. “Freud interessava-se incidentalmente pelo abuso infantil. Seu interesse era pela Verdade e sua companheira, a Causação, e não pelas verdades e as crianças. Vejo Freud tomado por um terrível Desejo de Verdade, ilustrado por um segundo contraste com Janet. Ellenberger escreve que os valores de Freud eram valores de uma era romântica, e que Janet era um racionalista do Iluminismo. Essa compreensão é parcial, na melhor das hipóteses. Janet era flexível e pragmático, e era Freud o teórico dedicado e bastante rígido no espírito do Iluminismo” (Hacking, 1995/2000, p. 214).

implicará nenhum problema mais grave, caso não seja recorrente; (2) tratar-se de um conteúdo demasiadamente sensível, de maneira que a resposta negativa revelaria uma resposta do inconsciente de afastamento do conteúdo recalcado, num entendimento mais tradicional sobre a resistência; e (3) pela incompletude da construção, de modo que há o reconhecimento da acuidade do enunciado, embora haja alguma coisa que falte. Em seguida, e ligado a esse terceiro ponto, Freud aponta para uma questão central, e que condensa toda a problemática até então encontrada na clínica psicanalítica em relação à questão da verdade: há construções que são reconhecidamente falsas — que não se encaixam na história do paciente ou não produzem qualquer efeito de confirmação mnêmica —, mas mesmo assim produzem efeitos terapêuticos. Ademais, Freud é bastante claro nesse texto em afirmar que o sucesso de uma construção é reconhecível pelo fato de o inconsciente do analisante responder. Entraremos em detalhes sobre isso no próximo capítulo; por ora, apenas indicamos que, longe de ser uma abordagem ingênua da questão da verdade, Freud dá a ela um estatuto privilegiado, tratando-a de maneira inegavelmente complexa.

Esse ponto indica que há muito mais nuances e indeterminações do que Hacking parece reconhecer nessa articulação entre memória e verdade, a qual será inclusive matizada por Freud de diversas maneiras — por exemplo, a partir de formas distintas de verdade como a verdade histórica e a verdade material (Ambra & Paulon, 2018). Mais que isso, temos aí um belo exemplo de como a verdade será tomada em um método de raciocínio específico, não podendo ser avaliada somente em proposições estanques, mas num processo em que a negação pode ter valores diferentes dependendo de seu contexto. Ou seja, um processo em que o valor de verdadeiro só pode ser inferido a partir de seus efeitos, não demandando qualquer tipo de estabilidade ou conservação.

É preciso considerar, ademais, que há um interesse político em jogo em disputas internas ao campo psicanalítico nesse tipo de argumentação sobre a rigidez das interpretações freudianas e o uso do conceito de resistência como um instrumento de desautorização do analisante, como pode ser visto em Kohut (1979). Tal discussão, certamente pertinente, deve ser tomada com especial atenção à complexidade institucional que ela pode assumir, dependendo do modo como é mobilizada. No caso de Kohut, por exemplo, ela é bastante útil na justificativa do estabelecimento de uma nova linhagem psicanalítica, a Psicologia do Self, que emerge em oposição a práticas e teorizações de pós-freudianas “tradicionais”, pertencentes à tradição inglesa.

Dedicamos atenção especial a esse ponto não somente por se tratar de um equívoco da parte de Hacking. O motivo principal para que tenhamos empregado um tanto de tinta nesse

ponto aparentemente lateral articula-se ao interesse específico desta tese, pois desvela um ponto de diferença importante entre a obra de Hacking e os autores psicanalistas que utilizamos na discussão. Isso porque, como já foi possível ver em momentos anteriores, Hacking não dá muita importância para o que ele nomeia como “palavras-elevador” [*elevator words*], palavras que teriam como função, segundo ele, a elevação do debate a um patamar metafísico ou epistemológico superior (Hacking, 1999). Trata-se de palavras como “realidade”, “conceito” ou “verdade” — termos que Hacking não deixa de empregar, embora não se detenha em nenhuma discussão mais profunda sobre os seus significados.

Tal posicionamento é coerente com sua compreensão de que os modos de pensar (e de existir, como vemos) respondem a contextos particulares e bastante precisos. Tanto em relação ao estabelecimento de um estilo de raciocínio quanto em relação aos efeitos de uma discursividade. Desse modo, o autor se preocupa muito mais com a discussão dos processos que constituem e definem esses modos do que com discussões que pretendam estabelecer traços universalizáveis e necessários aos significados que tais palavras evocariam.

É claro que essa característica não resulta na ausência de debates sobre a questão da verdade, que com maior frequência são desenvolvidos em relação às definições de veracidade e falsidade, especialmente em relação às ciências naturais (Hacking, 1983/2012). Nesse ponto, Hacking parece se interessar justamente pelos limites dessas discussões quando apresentadas de modo isolado, algo argumentado em *Ontologia histórica* (2002a/2009), o que explicita que se trata justamente de outro modo de encaminhamento das questões, e não de sua desconsideração. Em linhas gerais, esse posicionamento do autor se mostra compatível com nossa ideia sobre a inseparabilidade das dimensões ontológica e epistemológica da questão da verdade.

Por outro lado, parece-nos que esse equívoco é a expressão de uma possibilidade não aproveitada pelo filósofo. Como temos acompanhado, ele apresenta um pensamento que tensiona o conhecimento produzido e seus efeitos ontológicos, os quais não respondem à correção das ideias em circulação. É algo similar ao que ele reconhece em Janet, opondo-o a Freud. Como indicamos rapidamente, essa oposição é problemática, uma vez que Freud questionará a verdade sobretudo a partir de seus efeitos, de como o inconsciente responde. Se Hacking parece se deixar levar por uma versão problemática inserida dentro de conflitos internos ao campo psicanalítico — como indicamos a partir de Kohut —, sua limitação na abordagem do pensamento de Freud indica algo mais.

De fato, ele não dá à questão da verdade a potência problematizadora que Freud lhe concede. Simplesmente reconhece que a veracidade do conteúdo não interfere nos efeitos

ontológicos produzidos, mas isso não se torna uma questão. De maneira geral, o filósofo assume uma posição mais descritiva, indicando os elementos presentes nessa dinâmica, mas não apresentando qualquer hipótese causal sobre ela. Essa será, ao nosso ver, uma ausência que limita sua compreensão sobre patologias psíquicas, limitação que se faz presente numa afirmação apressada sobre a articulação entre substrato biológico e a afirmação de uma mudança na compreensão da realidade das patologias transientes. Veremos isso, em detalhes, no Capítulo 5. Em linhas gerais, entretanto, não devemos deixar que isso se sobreponha à parte majoritária do trabalho do filósofo, que consiste numa abordagem crítica sobre a relação entre conhecimento e experiência. Algo que pode, como veremos, também contribuir com a compreensão psicanalítica.

Conhecimento profundo e conhecimento superficial

Se Hacking afirma que a articulação entre memória, verdade e trauma é uma herança de Freud e Janet — por terem sido os autores que teriam cimentado o alcance social dessa ideia —, isso não significa que estes sejam os mais importantes para pensar a multiplicidade, ou mesmo as influências mais centrais. Há, segundo o autor, uma relação direta entre as hipóteses etiológicas do distúrbio de múltipla personalidade e a obra desses autores (em especial, Freud); entretanto, ele afirma que mesmo a discussão de Freud e Janet é efeito do estabelecimento de outro tipo de discursividade. Uma discursividade que daria sustentação não somente a hipóteses específicas, mas a algo mais amplo, que embasaria as ciências da memória como um todo. Como visto anteriormente, Hacking indica Ribot e seus pares como os principais nomes da emergência desse novo alcance do pensamento científico, nisso que eles teriam tido um papel fundamental na produção de enunciados que dariam materialidade a essa empreitada.

Esse novo tipo de pensar traria novidades, “novos tipos de verdades-ou-falsidades, novos tipos de fato, novos objetos de conhecimento” (Hacking, 1995/2000, p. 217). Trata-se, nesse sentido, de possíveis novos estilos de raciocínio, a partir da definição do autor (Hacking, 1982, 2012b). É o momento, aludido anteriormente, em que se realizaria a expansão do pensamento científico para um território até então não colonizado, aquele do domínio espiritual, que poderia então ser efetivado pelo conhecimento sobre a memória. Isso, segundo Hacking, consiste na modificação daquilo que, a partir de Foucault, ele define como conhecimento profundo, algo que teria uma profundidade maior do que teorias ou fatos específicos sobre a memória: a própria possibilidade de que existissem fatos sobre a memória, fatos que poderiam então ser conhecidos e talvez até resultassem em futuras técnicas de intervenção, isso seria justamente o fundamento

do conhecimento profundo. Trata-se, portanto, de uma mudança de estatuto de determinadas questões, de modo que “o que antes seriam debates no plano moral e espiritual passaram a ocorrer em nível de conhecimento factual. Todos esses debates políticos pressupõem e tornam-se possíveis a partir desse conhecimento profundo” (Hacking, 1995;2000, p. 217).

Vê-se, portanto, que isso que Hacking define como pertencente ao conhecimento profundo — a partir do qual seriam possíveis os casos específicos de conhecimentos superficiais — denota uma matriz de alcance bastante amplo, à qual responderiam diversas possibilidades de construções teóricas. Ele propõe essa diferenciação a partir do que Foucault define como *connaissance* e *savoir*³⁴, de modo que os conhecimentos (*connaissances*) seriam casos particulares de realização do saber (*savoir*), mas não o esgotariam. Junto a isso, os qualificadores *profundo* e *superficial* têm inspiração na proposição de Noam Chomsky, que conjuga esses termos à gramática. Dessa forma, para além dos conhecimentos superficiais produzidos, o conhecimento profundo também abarcaria todas as possibilidades daquilo que poderia ser enunciado naquele campo — incluindo não só as teorias “verdadeiras”, mas também as falsas, os objetos e as práticas, etc. Desse modo, o conhecimento profundo é entendido como uma espécie de gramática; algo que não pode ser diretamente conhecido, mas que determinada o que pode ser considerado enquanto verdadeiro ou falso³⁵.

A partir dessa gramática, os conhecimentos superficiais se estabelecem, dando forma a algumas das possibilidades previstas. Acontece, aí, uma relação de mútua influência, em que os conhecimentos superficiais também realizam modificações no conhecimento profundo, embora isso seja um movimento mais demorado. Mas é importante lembrar, como foi assinalado anteriormente, que Hacking caracteriza sua posição na filosofia da ciência como alguém interessado nos processos “pequenos”, não somente em revoluções ou cortes. Nesse sentido, seu trabalho sobre a multiplicidade implica o movimento entre essas duas dimensões: há o estabelecimento de um conhecimento profundo e há o modo como ele se realiza, se enuncia em conhecimentos superficiais. Os conhecimentos superficiais são passíveis de ser considerados verdadeiros ou falsos, enquanto o conhecimento profundo seria justamente o que

³⁴ Em relação ao modo como Hacking apresenta essa divisão, vale notar que diferentes termos parecem ocupar papéis similares na obra de Foucault. Tomando, por exemplo, o vocabulário de Castro (2004/2009) como referência, o que é aqui nomeado como *savoir* muitas vezes é apresentado como verdade [*vérité*]. De qualquer maneira, parece que o filósofo canadense é bastante claro em relação ao sentido do emprego que faz.

³⁵ Um estilo de raciocínio seria, nesse sentido, algo que pode emergir a partir das possibilidades do conhecimento profundo, e que, ao mesmo tempo, tem o poder de modificá-lo. Hacking não mobiliza esse conceito nessa discussão, mas é possível reconhecer sua presença como algo que interage com o conhecimento profundo e com os superficiais.

delimita o que pode ser avaliado nesses termos, assim como os próprios critérios de veracidade e falsidade.

Já indicamos o percurso que o autor percorre no movimento dos conhecimentos práticos que vão se estabelecendo desde a segunda metade do século XIX na França até o final do século XX nos Estados Unidos, e agora é preciso abordar a questão de como esse conhecimento profundo se estabeleceu. Retomamos o ponto central que Hacking ressaltava sobre esse estabelecimento; independentemente das diferenças entre caminhos de desenvolvimento tomados pelas diferentes teorias sobre a memória, há algo que os liga.

Segundo ele, a memória tornou-se uma questão política e pode ser encaminhada tanto no âmbito da memória pessoal como da memória coletiva. Entretanto, ele estabelece uma diferenciação temporal, afirmando que é somente após o estabelecimento do conhecimento profundo que a memória pode ser tomada enquanto questão política. A memória pessoal, caso sobre o qual se debruce, teria sua origem na traumatologia e nas ciências da memória, algo com forte presença no cenário francês:

As ciências tomam rumos diferentes em diferentes estruturas institucionais, e em diferentes ambientes culturais ou nacionais. O desenvolvimento da psicologia na França foi muito distinto do que ocorreu na Alemanha ou na América. A rota francesa era médica e patológica. Consequentemente, os estudos parisienses sobre a memória eram estudos sobre esquecimento. (*ibidem*, p. 224)

Se a ciência pode tomar caminhos diversos a partir de diferentes caminhos epistemológicos possíveis para seu encaminhamento, isso também pode ser afirmado sobre as diferentes motivações políticas que reforçam a relevância de um objeto. No caso da memória, Hacking aponta que ao menos três fatos sociais de grande relevância (histeria, fadigas de guerra e violência doméstica) estariam diretamente ligados às ciências da memória da época, reforçando a importância do campo. Apesar das diferentes formas de realização, não se deve esquecer que há um fundamento comum entre eles: “suas diferenças não devem ocultar o que seus adeptos assumem como verdade. Todos supõem que existe conhecimento de memória a ser resgatado” (*ibidem*, p. 233). Há um fundamento que se manifesta nos casos particulares. Vê-se, portanto, que para além de manifestações específicas que podem ser consideradas como verdadeiras ou falsas, Hacking indica outra incidência da verdade, a qual responde não a um regime de veracidade, mas à definição dos objetos possíveis e legítimos. E essa definição possibilita o estabelecimento de demandas políticas.

Nesse ponto, Hacking propõe um termo específico para nomear esse processo: memoropolítica. Um termo diretamente inspirado na obra de Foucault, a partir da proposição da anatomopolítica e da biopolítica, como duas práticas de poder interligadas. Essas duas conjunções de poder e política tinham superfícies de conhecimento próprias (biologia e anatomia); logo, tecnologias estatísticas específicas. Assim, cada um desses dois polos apresentava modos específicos de organização de três aspectos: poder, política e ciência. A proposição do filósofo canadense é, portanto, a inclusão de um terceiro termo que insira na consideração do entrelaçamento desses três pólos as questões ligadas à alma e à mente.

A memoropolítica teria, então, como característica central a expansão da discursividade científica sobre territórios ainda não ocupados, mas de grande relevância social. Trata-se, desse modo, da instalação de um modo de pensamento que desloca o debate de um campo moral para o campo científico, movimento que tem sua consolidação nos famigerados anos entre 1874 e 1886:

Certamente a geração que viveu nesse período teve predecessores práticos e intelectuais diretos. Mas foi nesse instante que o conhecimento profundo surgiu, o conhecimento de que existem fatos referentes à memória. Por que surgiu nesse momento? Porque as ciências da memória podiam servir de foro público para alguma coisa sobre a qual a ciência não podia falar abertamente. Não podia haver uma ciência da alma. Então surgiu a ciência da memória. (*ibidem*, p. 239)

Chegamos, portanto, ao grande momento ao qual responde toda a construção histórica do livro: é a partir daí, do estabelecimento de um conhecimento profundo que permite que questões até então ligadas à alma e ao espírito tenham um encaminhamento científico, que diversos discursos, práticas e teorias poderão se estabelecer. Num percurso que, em uma de suas vertentes, passa pelo estabelecimento da psicologia enquanto disciplina, das formulações freudianas sobre trauma e memória, da aparição e desaparecimento de categorias diagnósticas, e de uma assimilação particular nos Estados Unidos a partir de atravessamentos políticos locais, desembocando naquilo que é denominado como Transtorno de Múltipla Personalidade. O transtorno não é, portanto, a única resultante possível. Como já indicado, os casos de fuga descritos em *Mad Travelers* (Hacking, 1998a) também são apresentados por Hacking como algo que só foi possível a partir do estabelecimento das ciências da memória. Ou seja, uma gama de possibilidades que só existe porque, na segunda metade do século XIX, foi estabelecido um conhecimento profundo que permitiu o deslocamento de questões até então ligadas à alma para o campo científico, produzindo inúmeros efeitos. Os transtornos são, assim,

alguns efeitos possíveis; ou, colocado de uma maneira melhor, possibilidades daquilo que é produzido a partir do estabelecimento de uma estrutura de conhecimento.

A grande questão que se coloca é em relação ao que de fato se produz, no que consiste esse efeito. Como indicado anteriormente, Hacking afirma que esse efeito pode ser entendido no sentido de “inventar pessoas”, ou seja, da criação de formas específicas de subjetividade e experiências ontológicas. De fato, todo esse percurso cuidadoso tem como horizonte, nesta tese, a discussão sobre o modo como deve ser compreendido o que produz a definição de uma noção de verdade, quais e de qual ordem são seus efeitos. Nesta parte, em específico, o foco é sobre como esses efeitos devem ser considerados em relação ao objeto ao qual se articula a noção de verdade, indicando que se trata de um alcance não somente epistemológico, mas também ontológico e político, e com efeitos éticos. Como pode ser depurado do que foi apresentado, Hacking afirma que a instalação de uma verdade (há fatos de memória a serem conhecidos) não somente produz e delimita um campo epistemológico com parâmetros específicos de veracidade e falsidade — com objetos particulares que podem ser então estudados, com práticas de validação e caminhos possíveis de desenvolvimento de pesquisa —, mas também responde a questões políticas em voga na época; e, mais importante, determina maneiras particulares de experiência subjetiva.

A partir do que foi até aqui apresentado, é possível elencar alguns pontos que não devem escapar em nossa discussão. Hacking apresenta um entendimento de ciência não normativo e historicizado, em que estilos de raciocínio são apresentados enquanto o estabelecimento de possibilidades de enunciação do verdadeiro. Esses estilos definem possibilidades de verdades e falsidades e de apreensão de objetos. Além disso, são autorreferentes, de modo que sua estabilidade é compreendida não a partir de um elemento epistemológico ou ontológico externo, mas a partir de sua efetividade no contexto em que se insere. Essa efetividade responde, por um lado, à sua relação com a materialidade dos objetos que ela trata (em relação ao que a experimentação é um elemento privilegiado), e por outro, à contingencialidade dos processos de produção de conhecimento. Trata-se, portanto, de uma posição intermediária entre nominalismo e realismo.

Entretanto, esse panorama se aplica, majoritariamente, às ciências naturais, uma vez que Hacking indica que haveria dois tipos distintos em relação à classificação: tipos interativos e tipos indiferentes. Os interativos, como vimos, sofrem um efeito retroativo da linguagem (nominalismo dinâmico), de modo que a classificação produzida modifica o objeto classificado. Esse funcionamento, relacionado a questões sobre as possibilidades de experiência dos

indivíduos, fazem com que o autor considere os efeitos ontológicos do conhecimento enquanto um traço central (Ontologia histórica). Além disso, sua discussão atravessa a análise do que chama de patologias transientes: patologias mentais que podem ser consideradas enquanto tipos interativos, tendo sua existência restrita a contextos específicos.

As patologias transientes seriam manifestações locais de uma grade epistêmica maior; ou seja, efeitos ontológicos particulares de uma grade mais ampla de possibilidades ontológicas definidas pela grande epistêmica. Para tratar isso, Hacking utiliza as categorias de *conhecimento profundo* e *conhecimento superficial*, indicando que uma modificação no conhecimento profundo acontecida no século XVIII teria moldado possibilidades de subjetivação. Trata-se da ampliação do conhecimento científico ao campo até então ocupado por questões relacionadas à alma, e que passarão a ser consideradas possíveis objetos científicos a partir da estabilização de uma verdade: há fatos a serem conhecidos cientificamente sobre a memória. Vemos, nesse ponto, que Hacking utiliza o termo “verdade” como o produto de um consenso estabelecido e, ao menos temporariamente, inescapável no desenho das possibilidades de pensamento científico. Segundo o autor, o estabelecimento desse conhecimento profundo expresso na forma dessa verdade teria produzido uma gama de possibilidades de experiência, as quais se expressariam a partir de uma modelagem mais fina que abarcaria tanto os conhecimentos superficiais como outros elementos de circulação social (nicho).

Junto a isso, é possível reconhecer também a possibilidade de novos estilos de raciocínio, se afirmarmos que o saber sobre a memória implicaria novos objetos e novos métodos de raciocínio. Porém, o autor não desenvolve essa possibilidade sob esse nome, apenas aponta-a timidamente. Acreditamos, contudo, poder afirmar que aquilo que ele apresenta enquanto um conhecimento profundo — especialmente em relação à memória —, articula-se a um (ou mais de um) estilo de raciocínio: o conhecimento profundo estabelece uma “verdade”, a partir da qual novos problemas ganharão pertinência. O modo como esses novos problemas serão tratados pode implicar, ou não, em novidades em relação aos tipos de objeto e aos métodos de raciocínio. O conhecimento profundo teria, nesse sentido, um papel na legitimação de estilos, sejam eles já existentes ou novos. Algo que pertenceria ao terceiro elemento descrito pelo autor, referente a técnicas de estabilização.

Por outro lado, um estilo não precisa se restringir a esse tipo de verdade estabelecida por um conhecimento profundo. Tampouco ela seria um critério exterior para a sustentação de um estilo, mas sim um elemento presente no próprio estilo que entraria em sua autossustentação. Nesse ponto, há uma indissociação entre estilo e conhecimento profundo, o que reforça a reciprocidade entre os termos que temos trabalhado. Isso indica que, dentro de um estilo de

raciocínio, uma afirmação pode se apresentar enquanto uma verdade, reforçando certos traços desse mesmo estilo. Considerando as diferenças de tipos, deve-se considerar também que uma verdade, nesses termos, pode produzir efeitos ontológicos de maior amplitude do que saberes específicos (conhecimentos superficiais).

Retomando a questão da produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico, vemos que, a partir de Hacking, sua problematização contém um atravessamento ético claro. Afinal, trata-se, em larga medida, de tipos interativos. Seu trabalho permite afirmar, nesse sentido, que o modo como construímos o conhecimento modifica as possibilidades de experiência dos sujeitos. Os efeitos disso devem ser, portanto, sempre questionados. Tomando o caso da psiquiatria biológica como exemplo, o possível estabelecimento de uma verdade como “o sofrimento psíquico” deve ser tratado enquanto resultado de processos orgânicos que teria um efeito nas formas de subjetivação. Mais que isso, se essa verdade também contiver um ideal de normalidade, os efeitos poderiam ser ainda mais intensos.

Por outro lado, vemos que Hacking apresenta, efetivamente, um caminho para pensar a questão da implicação do sujeito na produção de conhecimento. A subjetividade é modificada pelo conhecimento, especialmente por aquele conhecimento que tenta estabilizá-la como objeto. Entretanto, isso não responde completamente à questão, uma vez que a proposta de Hacking apresenta somente uma correlação entre conhecimentos estabelecidos e sintomas reconhecidos, sem propor uma relação causal. Algo que faz retomar a pergunta que ele mesmo fez, sobre “se seria possível haver uma teoria geral de inventar pessoas, ou se cada exemplo é tão peculiar que exige sua própria história não generalizável; e quero saber como essa ideia de ‘inventar pessoas’ afeta nossa ideia do que é ser um indivíduo” (Hacking, 2002a/2009, p.116). Há, de fato, duas perguntas nessa passagem. A segunda, dedica-se ao efeito retroativo de seu próprio trabalho, uma questão pertinente, mas da qual não iremos nos ocupar. A primeira, por outro lado, aponta para a possibilidade de extração de um elemento causal. Afinal, o que faz com que isso aconteça? Talvez a psicanálise possa fornecer elementos para avançar nessa questão.

Tendo isso em vista, abordaremos os pontos de compatibilidade e distanciamento da psicanálise em relação ao pensamento de Hacking, com o intuito de conjugá-los em relação à produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico. Primeiramente, iremos introduzir como a questão da verdade pode ser tomada enquanto uma potencialidade crítica mais ampla do que como utilizada por Hacking. Isso porque, se o filósofo apresenta uma certa negatividade na relação entre verdade e conhecimento (a verdade não é alcançável e o conhecimento produz efeitos de verdade), seu pensamento não se questiona sobre o que essa separação entre os termos

pode causar no sujeito do conhecimento. Apresentaremos isso inicialmente, para então argumentarmos que a psicanálise, ao se ocupar dessa questão, constitui um estilo de raciocínio específico, baseado em um entendimento mais radical da negatividade. Nós nos ocuparemos disso no próximo capítulo. Em seguida, afirmaremos como esse estilo pode ser aproximado do pensamento de Hacking, em especial por seu reconhecimento da historicidade da subjetividade, mas com diferenças em relação à estabilidade de suas categorias, a partir da consideração dessa negatividade forte. Isso será trabalhado no Capítulo 4. Então, no Capítulo 5 retomaremos o recurso biológico de Hacking na definição de patologias “mais reais”, para discutir sua fragilidade e indicar como a questão da causalidade, presente desde o início da constituição do estilo de raciocínio da psicanálise, pode ser mais interessante.

Capítulo 3 – Uma forma própria de verdade

O objetivo deste capítulo é apresentar o modo como a psicanálise se insere no debate sobre a produção de conhecimento, localizando a verdade enquanto uma questão central. Trata-se, entretanto, de uma concepção específica de verdade, a qual demanda uma exposição sobre como essa mesma noção articula um método específico de raciocínio e um novo tipo de objeto, ambos marcados por uma negatividade. Desse modo, sustentaremos que a psicanálise se insere no debate sobre a produção de conhecimento apresentando um estilo de raciocínio particular.

Para tanto, dividiremos a apresentação em duas partes. Primeiramente, comentaremos um texto de Françoise Balibar que nos ajudará a marcar as diferenças, em linhas gerais, sobre o modo como a questão da verdade é trabalhada por Hacking e o caminho que a ela é dado no pensamento de Lacan. A partir dessa apresentação mais geral, iremos retomar a discussão indicada no capítulo anterior sobre negação e resistência, com o intuito de demonstrar que maneira como a psicanálise se constitui demanda um tipo de objeto e um método de raciocínio particulares. Finalmente, discutiremos brevemente algumas técnicas de estabilização desse estilo de raciocínio, contemplando assim os três pontos principais apresentados por Hacking. A partir dessa apresentação, poderemos trabalhar os pontos de conjugação e distanciamento da psicanálise e da filosofia da ciência de Ian Hacking numa abordagem crítica sobre o papel da verdade na produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico.

3.1 – A verdade e nada mais

Como apontado rapidamente, apresentaremos uma discussão realizada pela física e filósofa da ciência Françoise Balibar como um modo de introduzir as diferenças entre Hacking e Lacan na abordagem da questão da verdade. Como vimos até agora, Hacking faz um diagnóstico sobre um problema inerente à redução do conhecimento científico à verdade, indicando que não é possível produzir um conhecimento absoluto e atemporal. Mais que isso, indica problemas decorrentes da aplicação de diferentes teorias da verdade (Kirkham, 1992) à práxis científica, concentrando-se, em linhas gerais, na passagem problemática da formalização à efetividade do conhecimento. Sua solução se sustenta numa historicização do conhecimento, em que a veracidade é apresentada enquanto possibilidades de enunciação do verdadeiro.

Essa solução carrega em si a recusa de um programa normativo de definição do que é ciência, apontando que a impossibilidade de definição do fazer científico a partir somente de argumentos epistemológicos ou metodológicos aponta para a necessidade de consideração de

que os diferentes estilos de raciocínio científico estabelecem recortes parciais e específicos, e não respondem a nenhum critério exterior para garantir sua validade. Sua pertinência é determinada, assim, a partir de sua funcionalidade social, a qual pode ser definida a partir da articulação de diversos fatores (utilidade do conhecimento, poder explicativo, capacidade em lidar com crises etc.). Junto a isso, o autor realiza um trabalho detalhado sobre os efeitos ontológicos do conhecimento, afirmando assim a historicidade dos modos de experiência dos indivíduos. A relação entre conhecimento e efeitos ontológicos também não inclui uma verdade epistemológica em seu funcionamento, de modo que os efeitos são decorrentes tanto de saberes consistentes como de saberes frágeis.

Lacan, por sua vez, também parte de um diagnóstico sobre a relação problemática entre verdade e saber; entretanto, apresenta algumas diferenças em relação a Hacking. Trata-se da compreensão de que haveria uma recusa, no projeto científico moderno, em lidar com categorias como verdade e sujeito. O modo como esse diagnóstico é realizado inclui uma consideração central da questão da verdade para a psicanálise, o que faz com que alguns desenvolvimentos provenientes da clínica sejam mobilizados. Primeiramente, apresentaremos como essa questão da recusa pode ser reconhecida em discussões sobre filosofia da ciência, para então analisarmos a maneira como a psicanálise trata essa questão, a qual consistiria na cristalização de um novo tipo de objeto e novas modalidades de verdade ou falsidade.

A ciência ideal da psicanálise

A recusa de categorias como verdade e sujeito pela ciência moderna é uma ideia que Lacan depreendeu da obra de Koyré, especialmente de sua consideração de que a matematização, enquanto traço fundamental da ciência moderna, seria um modo de autonomização do conhecimento para além da subjetividade. Essa ideia, que aparece em alguns momentos na obra de Lacan, é afirmada em “A ciência e a verdade” (1966a/1998), junto a uma alusão sobre aquilo que se poderia tomar enquanto um ideal cientificista de Freud. Um ideal multifacetado, que leva Paul Laurent Assoun a chamá-lo de um “barroco epistemológico” (Assoun, 1983), mas ainda assim um ideal. É algo, na leitura de Lacan, inseparável da emergência da psicanálise:

Dizemos, ao contrário do que se inventa sobre um pretenso rompimento de Freud com o cientificismo de sua época, que foi esse mesmo cientificismo — se quisermos apontá-lo em sua fidelidade aos ideais de um Brücke, por sua vez transmitidos pelo pacto através do qual um Helmholtz e um Du Bois-

Reymond se haviam comprometido a introduzir a fisiologia e as funções de pensamento, consideradas como incluídas neles, nos termos matematicamente determinados da termodinâmica, quase chegada a seu acabamento em sua época — que conduziu Freud, como nos demonstram seus escritos, a abrir a via que para sempre levará seu nome. Dizemos que essa via nunca se desvinculou dos ideais desse cientificismo, já que ele é assim chamado, e que a marca que traz deste não é contingente, mas lhe é essencial. (Lacan, 1966/1998, p. 871)

Em seu texto “La vérité, toute la vérité, rien que la vérité” [A verdade, toda a verdade, nada a não ser a verdade] (2007/2012), Françoise Balibar se debruça sobre essa afirmação lacaniana, de que a ciência nada quereria saber da verdade como causa. Faz isso tomando como caso de estudo justamente a obra de Hermann von Helmholtz. Tal escolha não se dá por acaso: por um lado, ele é uma das referências de Freud, como pudemos ver na citação de Lacan; por outro, ela justifica a escolha particular de Helmholtz — e não de outros autores que também se enquadram nessa posição — por sua proximidade com temas que ela domina, já que Helmholtz tinha a física como campo de estudo, entre outros.

De saída, a autora faz uma pequena precisão em relação à palavra utilizada por Lacan para situar o lugar que o físico e fisiologista alemão ocupava para Freud: segundo ela, o termo cientificismo indicava, ainda no momento de publicação de “A ciência e a verdade” (1966a/1998), a ideia de que a ciência possibilitaria um tipo de relação especial com a verdade; tal precisão é importante já que, passados alguns anos após as críticas mais diretas a posições racionalistas em filosofia da ciência, essa posição privilegiada passou a ser criticada. O termo “cientificismo” começou a ser empregado de forma pejorativa, já que justamente essa presunção de superioridade em relação à verdade passou a ser o principal alvo de debates. Ressaltamos, como indicado, que essa precisão da autora se propõe simplesmente a evitar um anacronismo, pois mesmo que a ciência tenha perdido essa posição privilegiada, não é essa ideia presente na referência de Lacan a Helmholtz, e muito menos o horizonte do próprio cientista alemão. Por outro lado, a consideração dessa precisão nos parece importante justamente para não imputarmos, nós mesmos, um sentido ausente nas palavras do psicanalista: por mais que sustentasse um posicionamento crítico sobre a relação entre verdade e ciência — especialmente no texto em questão —, ele não o fazia, ao menos esse caso, empregando termos pejorativos.

Balibar afirma que Helmholtz trabalhava com uma ideia de unidade de todos os campos do conhecimento, o que levaria, por sua vez, à ideia de que um único método de formalização seria adequado para todas as disciplinas. Mais do que isso, tal ideia de unidade implicava que os conceitos de uma disciplina deveriam ser relacionáveis às outras: “O essencial é que

Helmholtz ‘descobriu’ uma grandeza invariante. Se ele a descobriu, é porque ele a procurava; e se ele a procurava, é porque estava intimamente convencido da unidade da natureza e, então, da unidade última de todos os campos do conhecimento” (Balibar, 2007/2012, p.90, tradução nossa). Nesse escopo, seu grande sucesso teria sido, em um estudo sobre a variação de calor de corpos de animais, não somente fazer contribuições importantes à física, mas demonstrar que um conceito fisiológico poderia ter o mesmo estatuto de um conceito físico. Isso não significa a elevação da física a uma disciplina superior; mas que, assim como a física, a fisiologia seria matematizável. O que tem uma posição privilegiada é, portanto, a matemática:

A filosofia científica encontra assim seu fundamento: o princípio de conservação da energia. Como a física, ela repousa sobre princípios matematizáveis. Vê-se no que o proceder de Helmholtz não é reducionista. Não se trata de fazer funcionar os conceitos da física no campo da fisiologia e então de reduzir, efetivamente, a fisiologia a esses conceitos, e por aí também à física. A ambição de Helmholtz é completamente outra: tendo estabelecido que a fisiologia pode gozar do mesmo estatuto que a física, trata-se para a fisiologia de desenvolver novos conceitos, sob a égide do princípio de conservação de energia; nada impõe que os conceitos sejam os mesmos que aqueles da física; é suficiente que eles sejam ligados, de maneira necessariamente matemática, ao conceito comum de energia (definido como isso que se conserva). Daí a tese epistemológica (desenvolvida mais tarde por Helmholtz, no correr dos anos 1870) segundo a qual encontrar uma relação que permanece inalterada entre grandezas que variam (o que nós chamamos uma “lei”) constitui a forma suprema do conhecimento. (Balibar, 2012, p.92, tradução nossa).

Essa mesma afirmação apresenta algumas sutilezas que já constituem um ponto importante para nossa consideração. De fato, quando Helmholtz fala de “relação” inalterada, há aí uma diferenciação entre “relação” e “substância”. Segundo Balibar, o fisiologista alemão considerava que “isso” que sempre permanece inalterado diz respeito a uma substância; entretanto, não é possível conhecer substâncias, mas somente as relações que se estabelecem entre elas, sendo justamente a “lei” aquilo que poderia ser recolhido da invariância de uma relação entre grandezas que variam. Dessa maneira, todas as relações estariam acessíveis ao pensamento, e assim, seriam todas compreensíveis.

Entretanto, é necessário notar que Helmholtz trabalha a ideia de compreensão como algo ligado à representação, ao pensamento ou à intuição, algo solidário à afirmação de que aquilo que se conhece são as relações, e não as substâncias. Colocado de outra forma, o fisiologista parece trabalhar com um horizonte de adequação da coisa ao intelecto, de modo que a verdade deixa de ser uma questão, uma vez que ela ficaria velada atrás dos modos de captação da verdade (pensamento, intuição, percepção). Dessa forma, ao comentar uma conferência dada

sob o título “Die Tatsachen in der Wahrnehmung”, traduzida para o inglês como “The facts in perception” [Os fatos na percepção], Balibar afirma que “pode-se dizer, sem exagerar, me parece, que Wahrnehmung [percepção] é o verniz sob o qual Helmholtz esconde a verdade” (Balibar, 2007/2012, p. 96, tradução nossa). Mais que isso, Helmholtz escreve que a ciência da natureza separa aquilo que é da ordem da definição daquilo que é da ordem da realidade, do estado puro. Desse modo, isso que aparece do “outro lado” dos enunciados científicos, isto é, isso ao que os enunciados se referem, é a realidade, e não a verdade.

Temos, portanto, o seguinte esquema: o “império” do real é compreensível, mas não por ser possível saber a verdade de suas substâncias; o que é possível de ser compreendido são leis decorrentes daquilo que permanece inalterado na relação entre grandezas, algo somente acessível a partir da consideração de uma realidade. Real e realidade não são a mesma coisa; entretanto, as leis da realidade são adequadas ao real. Para tanto, é necessário um passo a mais, uma vez que a relação entre as leis da realidade e o real só faz sentido se essas leis forem estáveis, ou, ainda mais: absolutas. Desse modo, aponta Balibar, Helmholtz apresenta uma noção de causalidade necessária a essa “colagem” entre as leis da realidade e o real: se o fisiologista delimita seu saber deixando a verdade escondida por trás da noção de realidade, a noção de realidade em si traz consigo algo de causal:

Somos aqui confrontados com Helmholtz a um “erudito” [*savant*] que, respeitoso dos interditos que fundam sua casta, recusa-se a falar de verdade, para melhor falar, diz ele, da realidade. Mas a realidade se apresenta como *Wirklichkeit* (realidade efetiva, atualizada) e figura no título de sua conferência sob a bandeira das *Tatsachen*, onde a palavra *Sache* não pode não ressoar; ora, *Sache*, em alemão, é, como em latim, ao mesmo tempo coisa e causa — de modo que o título dessa conferência aparece finalmente ainda mais codificado do que parecia: ele exhibe, lado a lado, a causa e a verdade, mas não em suas formas puras, sob a forma de aliança com outros termos, e mantendo-os cuidadosamente distantes um do outro. (Balibar, 2012, p. 98, tradução nossa)

O mais surpreendente, escreve Balibar, não é somente a complexa operação necessária para fazer com que não só a verdade se esconda, mas também como se distancie da causa; pois Helmholtz continua a apresentar uma fragilidade em sua epistemologia, no que diz respeito à passagem da realidade às coisas, mesmo que seja pela via causal: o que faria com que houvesse, de fato, essa correlação entre as leis da realidade que são matematizáveis e as coisas em si, cuja substância e verdade são retiradas contornadas no processo de construção de saber? A resposta do cientista é furtiva, não resolvendo a questão, apenas afirmando algo como “confie e faça”.

Ou seja, nesse ponto de ligação, o que se propõe é uma espécie de ato de fé, com o qual não somente essa questão pode ser deixada em aberto (“confie”), mas, principalmente, que demanda que a ação não seja atrapalhada por esse tipo de questionamento (“faça”). Tal proposição, aparentemente tão frágil, só é possível, diz Balibar, pelo velamento da questão da verdade, que permite que, ao se tratar “somente” de realidade, a impotência presente nesse ato de fé que dá consistência à lei causal possa passar despercebida, ou, ainda melhor, possa ser ativamente esquecida:

Em suma, e para dizer as coisas em termos simplistas, o erudito [*savant*] (identificado nessa ocasião àquele que faz ciência) não pode dizer “eu” no exercício de sua atividade de sábio, pois não é esse eu quem então fala de verdade, mas um Outro do qual ele é o intermediário graças à matemática — ele mesmo tendo voluntariamente “esquecido” a existência, nele, de uma divisão, e então deixado de lado toda uma parte de seu eu: isso que Lacan designa como o sujeito sofredor que, se compreendo bem, é essa parte do sujeito da ciência que não fala na ciência (mas fala na análise). Desse basculamento do domínio da verdade naquele da realidade, acabamos de analisar longamente um exemplo que pode se classificar como paradigmático. Todos os esforços de Helmholtz em *Die Tatsachen in der Wahrnehmung* visam construir um objeto que lhe seja exterior, esquecendo deliberadamente essa parte do “eu” da qual ele não quer saber nada, a não ser para poder subtraí-la de nossas representações, como um escavador de ouro que, passando na peneira as areias auríferas que recolheu, descarta a areia para guardar somente o ouro. (Balibar, 2007/2012, p.100, tradução nossa)

Assim, a autora afirma que essa evasão da questão que faz a ligação entre pensamento e existência é justamente o que permite esse esquecimento do “eu” demandado pelo procedimento científico, uma vez que o saber aí produzido só se sustenta a partir da retirada desse tipo de questão que traria grande instabilidade às operações que permitem o estabelecimento da correlação entre leis simbólicas e substâncias reais impossíveis de serem conhecidas.

Nesse sentido, a matemática surgiria como possibilidade de estabelecimento de tais operações por possibilitar o estabelecimento desse saber, respeitando a invariância demandada pela ciência. Se o real (ou a substância) é o invariável, a matemática ocuparia um lugar de verdade, pois possibilitaria a construção de sistemas eficazes (que tocam o real) a partir de uma linguagem que permita a depuração das individualidades dos pesquisadores.

Contudo, pergunta a autora, será que é possível fazer ciência somente nesses termos? Sua resposta é decididamente negativa: se a matematização é uma operação que pode estar presente na ciência, ela não abrange todo o procedimento científico. Afinal, falar em termos puramente formais, segundo Balibar, é o mesmo que não falar nada. Segundo ela, uma ciência só tem sentido e eficácia quando existe também uma parte sua que é realizada em linguagem

vernacular, e não somente formal, o que indica que essa concepção lógica e consensual de verdade não é suficiente para dar conta da prática científica. E, posto isso, faz-se necessário que a verdade seja também abordada de outro lugar:

Essas passagens em língua comum, com efeito, não servem para traduzir isso que está escrito em termos simbólicos (isso que é totalmente inútil porque, de todo modo, o simbolismo é compreendido universalmente). Elas têm uma função de colocar em cena, no sentido em que um colocar em cena é alcançado ou fracassado conforme o texto que os atores-personagens prenunciam se enderece (ou não) ao espectador, fale com eles, como se diz (ou não fale com eles). Sem esse “eu” (que também faz parte do sujeito da ciência) que se exprime em língua ordinária, o sujeito da ciência, reduzido ao “eu” diluído do princípio de relatividade, não fala com ninguém. (Balibar, 2007/2012, p. 104, tradução nossa).

É possível, a partir dessa apresentação, colocar duas questões sobre a consideração da verdade na produção de conhecimento: primeiramente, a questão da verdade enquanto garantidora do conhecimento, que se desdobra em como sustentar a validade do conhecimento a partir dessa crítica; segundo, a pergunta sobre o papel e os efeitos que esse processo produz no sujeito.

A verdade separada do conhecimento

Em relação à primeira questão, é possível, a partir de Balibar, localizar alguns pontos de proximidade com o diagnóstico de Hacking sobre o problema inerente à aplicação de teorias da verdade (no sentido de Kirkham) às ciências, uma vez que a prática científica não parece ser bem explicada por uma teoria da verdade como adequação, ou por uma teoria pragmática, tampouco por uma teoria semântica. Lembremos que o filósofo afirma (Hacking, 2003) que o problema estaria na passagem da teoria para o mundo, nisso em que parece não ser possível justificar, epistemologicamente, o porquê de aquilo que é formalizado de fato funcionar com os objetos empíricos. Algo bastante compatível, portanto, com a afirmação de Balibar sobre a necessidade de encarnação dos enunciados lógicos para que uma ciência aconteça. Entretanto, o que é feito com esse diagnóstico marca uma diferença relativa à segunda questão.

Como indicado no Capítulo 1, Hacking irá encaminhar essa questão pela afirmação de que não há um encaixe garantido, mas que existe uma série de práticas que dariam algum tipo de contorno a essa lacuna. É o que ele indica enquanto modos de estabilização, os quais seriam responsáveis pela acomodação do conhecimento aos problemas empíricos encontrados e àquilo

que se espera da produção de saber. E, junto a isso, o entendimento de que a própria estabilidade do conhecimento é autorreferente: fruto da reunião de diversos fatores que inclui desde restrições colocadas pelos objetos a negociações impostas pelo social. Trata-se, portanto, de uma solução que, ao deslocar a questão da verdade para a veracidade, substitui um saber absoluto por um saber historicizado, não garantido por nenhum elemento externo e aberto a algum tipo de negociação. Essa seria a resposta para a primeira questão.

Em relação à segunda questão, vimos, no capítulo 2, o extenso trabalho de Hacking sobre o efeito retroativo das práticas e dos discursos científicos sobre os indivíduos. É um modo “positivado” de se tratar a questão, pensando na influência direta que discursos e práticas estabelecidas têm na definição da expressão sintomática e nos modos de sofrimento. Há, portanto, a afirmação de efeitos ontológicos a partir do estabelecimento de práticas e discursos, mas isso é trabalhado a partir da relação entre conteúdo dos discursos e possibilidades de experiências.

Trata-se, desse modo, de um ponto de inseparabilidade entre os efeitos ontológicos da produção de saber, reunindo epistemologia e ontologia. O modo geral como o sujeito é localizado dentro do empreendimento científico produz efeitos ontológicos: como veremos a seguir, isso diz respeito, para Lacan, à rejeição da verdade enquanto uma questão. Segundo o psicanalista, essa rejeição estaria ligada à fecundidade da ciência moderna, nisso em que ela permitiria a passagem para uma linguagem formal e deixaria de lado questões que poderiam colocar a pertinência dessa linguagem enquanto modelo geral de apreensão do mundo.

Deve-se apontar, entretanto, que Hacking não reconhece a matematização enquanto traço indispensável à constituição do pensamento científico moderno. Isso foi indicado no capítulo anterior, quando tratamos de suas diferenças em relação ao pensamento de Koyré. Embora Hacking demonstre grande interesse pelo pensamento matemático, ele não o considera um traço indispensável à produção de conhecimento científico (Hacking, 1982; 2012). Isso se articula à sua simpatia com a obra de Crombie, no ponto em que há uma discordância em relação ao reconhecimento de uma ruptura que assinalaria a emergência da ciência moderna. Como sabemos, o filósofo rejeita o “racionalismo” de Koyré, buscando explicações e descrições do pensamento científico mais pormenorizadas (Hacking, 2012).

Entretanto, um problema poderia ser apontado, no tanto que não corroborar essa tese da emergência da ciência moderna enquanto algo que teria sido causado por outro modo de organização do pensamento científico colocaria em xeque a ideia da produção de um novo tipo de subjetividade. Contudo, como vimos no capítulo anterior, o pensamento de Hacking permite esse tipo de dissociação, uma vez que os efeitos ontológicos não dependem da correção dos

saberes em voga. Mesmo que o autor não concorde com uma categorização racionalista (nas palavras dele) sobre a ciência moderna — o que significa que ele não aceita totalmente a tese de que o privilégio da razão sobre o experimento teria inaugurado e seria uma característica indispensável da ciência moderna —, isso não quer dizer que essa ideia não possa ter sido aplicada, que ela tenha sido a base de diversas práticas científicas. Não concordar com suas premissas não significa que essas premissas não tenham sido empregadas (em práticas e discursos) e, principalmente, produzido efeitos ontológicos.

É possível discordar do papel do *cogito* em relação à sua função no pensamento científico e, ainda assim, reconhecer efeitos ontológicos dos enunciados que foram produzidos nesse processo sobre o qual se diverge. Lembremos que Hacking (1995/2000) discorda das explicações dadas sobre a múltipla personalidade, mas ainda assim reconhece os efeitos ontológicos dessas explicações que considera erradas. Que ele rejeite uma explicação racionalista para a ciência não significa que não reconheça a existência de um discurso racionalista, inclusive seus efeitos ontológicos. Não há, portanto, uma incompatibilidade na crítica de uma abordagem racionalista para explicar a ciência moderna e o reconhecimento de que esse discurso racionalista tenha produzido efeitos ontológicos — o que reafirma a relação entre epistemologia e ontologia, nisso que a primeira causa efeitos na segunda. Hacking não apresenta, entretanto, um esforço de explicação sobre o que faria com que essa relação se estabelecesse, ou se ela mesma responderia a algo mais amplo. É possível reconhecer uma relação entre discursos e práticas e a produção de verdades ontológicas ligadas à experiência, sendo, inclusive, que os efeitos não dependem da correção dos conteúdos mobilizados nos discursos. Não há, entretanto, uma tentativa de explicação causal sobre isso que o autor reconhece.

Esse é o principal ponto de distanciamento entre Lacan e Hacking. Para Lacan, a questão da verdade deve ser articulada à causa, e isso traz diversos efeitos para o debate. Afirmamos ser essa a principal diferença, pois há diversos pontos de compatibilidade. Em relação à primeira questão, as críticas lacanianas ao positivismo lógico (Lacan, 1966a/1998) parecem ser bastante compatíveis com o posicionamento de Hacking: não se trata de uma desvalorização do conhecimento, mas da recusa de uma instância garantidora de sua verdade. Entretanto, é justamente no modo de consideração da questão da verdade enquanto deslocado em relação ao conhecimento que a psicanálise fará uma proposição inovadora, ao afirmar que o fato de que o saber encubra a verdade produz efeitos, uma vez que isso que é encoberto não deixa de irromper.

Trata-se, entretanto, de um modo específico de se trabalhar a questão da verdade. Um modo que responde, ao nosso ver, a especificidades do objeto e da racionalidade a ele recíproca. Algo que nos faz retornar à querela apresentada por Hacking sobre Freud e Janet, em que Freud parece levar ao limite sua inquietação com a questão da verdade. Como temos afirmado, essa distância não exclui aproximações e compatibilidades possíveis entre Hacking e a psicanálise, mas estas devem ser tomadas dentro de suas próprias limitações.

Desenvolveremos isso em dois momentos: primeiramente, apresentaremos o modo como a questão da verdade é trabalhada na psicanálise lacaniana. Nesse processo, utilizaremos o trabalho de Hacking sobre *estilos de raciocínio* não somente para organizar a especificidade do pensamento e da prática psicanalítica, mas também para demonstrar que essa proposição comporta a constituição de um estilo a partir do reconhecimento de uma negatividade forte. Essa negatividade pode sustentar modos específicos de delimitação de objetos, em reciprocidade com a constituição de métodos de pensamento que estabelecem padrões de verdade ou falsidade específicos, e também técnicas de estabilização. Nesse sentido, defenderemos que a psicanálise estabelece um estilo de raciocínio, contemplando as três categorias indicadas pelo filósofo canadense. Faremos isso retomando e aprofundando a discussão apresentada no capítulo anterior, que gira em torno da questão da resistência e do modo como a questão da verdade é definida na psicanálise lacaniana. A partir disso, será possível sustentar a originalidade do modo de apreensão dos objetos e dos parâmetros de verdade e falsidade do pensamento psicanalítico. Em seguida, discutiremos algumas questões ligadas a técnicas de estabilização, contemplando os três pontos estabelecidos por Hacking para a constituição de um estilo. A partir dessa apresentação, será possível abordar, nos próximos capítulos, as convergências e os distanciamentos entre os autores.

3.2 – A verdade, a psicanálise, as ciências

Como afirmado anteriormente, a questão da verdade consiste em um tema recorrente na obra de Lacan, o que pode ser visto em sua indicação de que a verdade seria uma espécie de centro de gravitação da clínica (Lacan, [1951] 1966/1998). Uma vez que temos como objetivo trabalhar a verdade em sua relação com a produção de conhecimento, isso demanda uma tática para abordar algo que se mostra muito variado. Teremos, para isso, o texto “A ciência e a verdade” (Lacan, 1966a/1998) como ponto de organização. A escolha desse texto se justifica por se tratar de um ponto sensível no modo como Lacan se debruça sobre não somente a verdade e o saber, mas sobre um questionamento preciso sobre o lugar da psicanálise em relação a esses

dois termos. Segundo Sidi Askofaré (2013), trata-se de um momento de virada no pensamento lacaniano, por reorganizar suas pretensões em relação à questão da cientificidade. Segundo o autor, Lacan teria dado continuidade ao projeto freudiano de localização da psicanálise dentro de uma visão de mundo científica (Freud, 1933/2010), porém com algumas adequações: esse esforço contaria com a influência de diversos autores, entre eles Georges Politzer e a filosofia hegeliana apresentada por Alexandre Kojève (Simanke, 2002), além de uma mudança no horizonte de cientificidade marcada pela influência da antropologia e da linguística estruturais (Askofaré, 2013).

Ainda segundo Askofaré (2013), Lacan retomaria seu diálogo mais direto com a ciência a partir de 1964, após sua saída da Sociedade Internacional de Psicanálise e mudança de local de seus seminários. Segundo o autor, a perda de estabilidade institucional, assim como a ampliação do público de seu seminário causada pela mudança para a École Normale Supérieure — passando a incluir uma grande quantidade de frequentadores provenientes de outras áreas que não a psicanálise — seriam um dos motivos dessa retomada³⁶. Essa retomada se daria, entretanto, em termos específicos. Não se tratava de procurar abrigo sob o guarda-chuva das ciências, ou mesmo de buscar a cientificidade da psicanálise a qualquer custo. Era um momento em que o próprio ideal de cientificidade já era tratado de maneira crítica, o que pode ser visto em seu comentário sobre seu seminário de 1964, ao afirmar que “permanente, portanto, manteve-se a pergunta que torna nosso projeto racial: aquela que vai de ‘*é a psicanálise uma ciência*’ at’ *é o que é uma ciência que inclui a psicanálise?*” (Lacan, 1965/2003, p.195).

Em “A ciência e a verdade”, o questionamento sobre a existência de uma ciência que inclua a psicanálise se dramatiza: se é correto afirmar que Lacan dialoga praticamente o tempo todo com o estruturalismo, ele o faz no intuito de marcar uma diferença. Essa diferença diz respeito à questão da verdade e sua relação com a causa, de modo que o psicanalista mobiliza alguns desenvolvimentos anteriores sobre a verdade para sustentar essa diferenciação. Algo coerente com a questão que acabamos de apresentar, que advém do fato de que o modo como Lacan coloca a questão da verdade enquanto uma questão problemática em relação à produção de saber produz um tipo de questionamento que vai além daquilo que pudemos apreender nos trabalhos de Hacking. Nesse sentido, tomar “A ciência e a verdade” como ponto de referência se justifica por ser um modo de manter esse diálogo operante.

Esse próprio texto — que consiste, originalmente, na primeira sessão de seu seminário sobre *O objeto da psicanálise* (Lacan, 1965-66) —, condensa desenvolvimentos bastante

³⁶ Mais detalhes sobre isso foram apresentados em Beer (2015; 2017).

complexos realizados anteriormente. Trata-se, efetivamente, da consideração de seis pontos relacionados à separação entre verdade e saber: a coincidência entre o sujeito da psicanálise e o sujeito da ciência; a rejeição da verdade pela ciência moderna; o caráter enunciativo da verdade (a verdade fala); a inexistência de metalinguagem; a verdade como causa material na psicanálise e formal na ciência; e a sutura do sujeito na comunicação científica. O que nos coloca, novamente, a necessidade de fazer uma escolha em relação ao modo como apresentaremos essas questões. Tendo em vista o escopo de nosso trabalho e, especialmente, o longo trajeto que percorremos na obra de Hacking até aqui, privilegiaremos apenas os pontos necessários para desenvolver o debate que propomos³⁷.

Desse modo, teremos um primeiro ponto no horizonte balizando nosso trabalho: trata-se da maneira como a história se faz presente nesse texto, indicada pela correlação entre sujeito da ciência moderna e sujeito da psicanálise. Esse ponto, entretanto, só fará sentido após algumas explicações mais gerais de como a verdade é mobilizada no pensamento e na clínica psicanalítica. A questão da historicidade será deslocada, então, para o próximo capítulo, embora não vá ser perdida de vista. Assim, antes de chegar a esse norteador, passaremos por outros elementos, em especial a *separação entre verdade e saber* e a afirmação de que *a verdade fala*. Essas duas formas de apresentação da questão da verdade funcionam também como uma apresentação mais geral do estatuto da verdade na psicanálise, em sua relação com a racionalidade psicanalítica e com a negatividade própria a seus objetos — a qual, como afirmamos anteriormente, pode ser apresentada como constituindo um estilo de raciocínio próprio.

Objetos, verdades e falsidades

Indicamos na Introdução, ainda que de maneira rápida, a linha geral de compreensão de que a verdade se apresenta enquanto uma negação do saber. Essa construção mais geral, que se faz presente em diferentes modos mais específicos como a verdade é apresentada, é articulada

³⁷ Há, inclusive, diferentes modos de abordar as maneiras como Lacan desenvolve a questão da verdade, não somente em relação ao texto em questão, mas também em relação à própria obra de Lacan. Erik Porge, por exemplo, apresenta cinco: (1) a verdade tem estrutura de ficção; (2) a verdade fala; (3) não há verdade da verdade; (4) verdade e saber são incompatíveis; (5) a verdade se sustenta em um semi-dizer. Iannini (2012), afirma que há duas sentenças gerais: 1) há verdade e 2) não há verdade da verdade. Apresenta, também, diferentes possibilidades de organização de como a verdade aparece na obra do psicanalista: uma delas, cronológica (entre os anos 1950 e 1970, ligada ao equívoco e à contingência, a partir dos anos 1970 ligada ao impossível); outra, a partir dos debates em que se insere (dialética, linguagem, estilo, lógica, etc.). Entretanto, como afirmado em relação aos modos específicos que aparece em “A ciência e a verdade”, mobilizaremos os pontos de maior interesse para a discussão estabelecida, com o intuito de não exceder a proposta.

a diferentes questões. Apontamos como a relação deficitária com a verdade pode ser compreendida enquanto um núcleo patogênico na obra de Freud (Silva Junior, 2017), assim como ela pode ser também compreendida enquanto o que se revela nas manifestações do inconsciente. Segundo Lacan, uma característica inalienável da verdade é, nesse sentido, que ela fala.

É o que ele afirma em “A coisa freudiana”, com sua prosopopeia de “Eu, a verdade, falo” (Lacan, [1955] 1966/1998, p.410). Essa formula não deve ser tomada enquanto uma primazia da fala sobre a escrita, como bem aponta Porge (2007/2010), mas sim em sua especificidade enunciativa: a verdade falante ou literante. Isso não impede que se fale sobre a verdade, mas que ela ganharia também enunciação própria. O que tampouco significa que ela fale o verdadeiro, ao contrário:

Vagabundeio pelo que considerais como o menos verdadeiro em essência: pelo sonho, pelo desafio ao sentido da piadinha mais gongórica e pelo nonsense do mais grotesco trocadilho, pelo acaso, e não por sua lei, mas por sua contingência, e nunca procedo com maior certeza para mudar a face do mundo do que ao lhe dar o perfil do nariz de Cleópatra. (Lacan, [1955] 1966/1998, p.411)

Num contexto que passa, de um lado, por um forte humanismo em voga no pós-guerra e, por outro, num início de separação de certos encaminhamentos que se mostravam estabelecidos na Sociedade Internacional de Psicanálise (Safouan, 2014;2017), a afirmação lacaniana de uma “verdade que fala” se localiza no front de seu retorno à Freud, projeto que se posicionava criticamente frente a essas duas tendências. Rejeitava, assim, certas inércias que — seja na defesa de um universal humano, seja numa consideração demasiadamente segura de desenvolvimentos teóricos dentro da própria psicanálise — acabavam por se encaminhar a um horizonte normativo. A reafirmação da verdade como algo que tem voz própria consistia, portanto, num posicionamento de recusa dessa tendência: ao afirmar que isso que pode ser construído enquanto um horizonte da cura psicanalítica deve ter a indeterminação presente no fato de que a verdade, ela mesmo, fala — não se trata de um saber que a apreende³⁸.

Vê-se, portanto, que Lacan dá grande ênfase à verdade em sua articulação a manifestações do inconsciente, em suas mais diversas formas. Não se trata da verdade enquanto signo de adequação de uma ideia ou representação, mas justamente enquanto o que escapa a isso que Lacan nomeia enquanto saber. A verdade é reconhecida, então, não como indicativo ou

³⁸ A ideia da clínica como um espaço de indeterminação certamente não se restringe à tradição lacaniana (Franco, 2018), o que não impediu, entretanto, que fosse um tema de embate entre Lacan e a IPA.

afirmação de uma positividade, mas como efeito de um limite daquilo que pode ser capturado e estabilizado em um saber. Liga-se, dessa maneira, a uma negatividade.

O que nos leva, por sua vez, às possibilidades de reconhecimento da verdade. Apresentamos, também na introdução, a influência da dialética hegeliana no modo de compreensão da verdade enquanto um dos termos de um processo dialético, no qual se presentifica justamente enquanto negação do saber. É uma noção que condensa, por um lado, os traços do inconsciente em seu caráter refratário à objetificação; e, por outro, estratégias de reconhecimento centradas na negação. Mas é preciso situar que se trata de uma questão incontornavelmente clínica.

A resistência entre verdade e defesa

Lacan se debruça sobre essa reciprocidade com bastante afinco em seu seminário sobre *Os escritos técnicos de Freud* (Lacan, 1953-54/1986). Isso foi aludido no capítulo anterior, mas iremos retomar alguns pontos. Trata-se de uma discussão sobre o conceito freudiano de resistência. Na quarta sessão do seminário, Jean Hyppolite faz uma pergunta a Lacan, sobre um possível entendimento do conceito de resistência enquanto um instrumento de poder dentro da clínica. Essa pergunta tem como efeito disparar uma discussão que engloba justamente a questão da verdade em sua articulação com a interpretação, a negação e a resistência. É um momento em que Lacan retoma, além dos textos sobre a técnica, o texto “Construções em análise” (1937a/2018) e *A negação* (1925/2014), sobre o qual ele inclusive pede a Hyppolite que faça uma apresentação. A problemática gira em torno, portanto, da dificuldade de estabelecimento de um critério para a consideração da verdade da fala, o que envolve suas possibilidades de negação.

Lembremos que Freud (1914/2010) afirma que a resistência ao tratamento não deve ser compreendida somente como um obstáculo do qual se deve desviar, mas como algo necessário, que deve ser perlaborado. Vale lembrar, inclusive, a dificuldade de tradução dessa ideia (*durcharbeiten*, que ganha também a forma de “elaboração”, no português), nisso em que ela abarca uma intenção de atravessamento, bem expressada, por exemplo, na tradução inglesa por *work through*.

O conceito de resistência é interessante por indicar como a verdade pode ser localizada em partes distintas e aparentemente contraditórias do processo analítico, indicando também a dificuldade de um pensamento linear e inequívoco para a explicação de um tratamento. Pode-se pensar, num primeiro momento, numa oposição: há uma verdade indisponível — aquela que

se liga à causa dos sintomas — cujo acesso é dificultado pela resistência, por esta ser apontada, inicialmente, como um obstáculo ao tratamento e à suspensão do recalque (Breuer & Freud, 1895/2016). Há, entretanto, algo que também diz respeito à verdade na resistência, motivo pelo qual a perlaboração das resistências consiste em parte indispensável do tratamento. Lembremos que Freud usa esse ponto como argumento para a diferenciação da psicanálise em relação à sugestão, a qual objetificaria³⁹ o analisante e não realizaria um trabalho através da resistência (mas desviando dela), motivo de sua fragilidade clínica. Se tomarmos, por exemplo, a explicação sobre o caráter traumático de um evento como efeito de uma experiência com a qual o aparelho psíquico não teria capacidade de lidar (Freud, 1905/2016), pode-se pensar que dificultar o acesso a essa experiência carrega a verdade dessa incapacidade originária, a qual seria reativada na resistência. Além de que, a partir da necessidade de que a própria resistência seja perlaborada, indica-se que não há uma separação total entre a resistência e aquilo do que ela “defende” o eu, o que é compatível com a figura radial que Freud usa para explicar esse mecanismo: algo que emana a partir de um núcleo e que se intensifica conforme se aproxima do centro.

Não obstante, Freud indica, em relação à resistência, a insuficiência de uma interpretação em que o analista indique que (e ao que) o analisante resiste, argumentando que se trata de um processo em que a simples afirmação intelectual não resolve a questão. Ao contrário, é necessária uma intensificação desse mecanismo para que alguma transformação possa acontecer. Como ele mesmo afirma:

É preciso dar tempo ao paciente para que ele se enfronte na resistência agora conhecida, para que a elabore, para que a supere, prosseguindo o trabalho apesar dela, conforme a regra fundamental da análise. Somente no auge da resistência podemos, em trabalho comum com o analisando, descobrir os impulsos instituais que a estão nutrindo, de cuja existência e poder o doente é convencido mediante essa vivência. (Freud, 1914/2010, p.209)

Pode-se reconhecer aí já uma forma particular de relação entre saber e verdade: a simples enunciação do saber, mesmo que esteja correta, não produz efeitos terapêuticos. Produz, isso sim, efeitos inconscientes, que podem inclusive ter a forma de negação daquilo que seria correto. E, nesse momento, a negação seria “desqualificada”; seria tomada enquanto um sinal de confirmação de que algo importante foi mobilizado, tão importante que continuaria

³⁹ É justamente em relação a esse ponto que Hyppolite coloca sua questão, perguntando se o enfrentamento da resistência na psicanálise (portanto, resistência de um sujeito) não seria um ato de poder ainda mais agressivo do que na hipnose, em que a resistência seria de um sujeito objetificado e não seria enfrentada.

carregando algum tipo de censura. É o que indicamos sobre a verdade contida na resistência. Vê-se, de saída, que temos um objeto que funciona numa dinâmica de velamento, e que demanda parâmetros de verdade ou falsidade recíprocos a esse objeto que se mostra a partir de negativas.

Por outro lado, a questão da resistência consiste num ponto diversas vezes alvo de polêmica, sendo acusado de funcionar como um subterfúgio frente a qualquer possibilidade de fracasso do analista. Freud não deixa de enfrentar essa questão, usando-a de gatilho para iniciar a discussão em “Construções em análise” (1937a/2018). Nesse texto, a relação entre resistência, negação e verdade explicita contornos ainda mais interessantes.

Freud inicia sua discussão a partir de uma acusação de que o conceito de resistência funcionaria como uma garantia de infalibilidade do analista (cara, eu ganho; coroa, você perde). E isso o faz se debruçar sobre o que poderia levar um analisante a recusar a construção oferecida pelo analista. A primeira opção seria o analista, de fato, estar errado. Isso não seria grave, desde que o erro fosse contornado e que esse tipo de situação não fosse recorrente. Em segundo, haveria a resistência propriamente dita: a negação seria uma resposta inconsciente mobilizada por aquilo falado pelo analista. Em terceiro, haveria a possibilidade de uma incompletude da construção, em que haveria uma aceitação parcial, mas com algum tipo de ressalva.

Esses três pontos são bastante claros na indicação de que haveria parâmetros específicos de verdade ou falsidade em operação na clínica psicanalítica. Afinal, uma recusa poderia simplesmente estar “correta” (indicando um erro do analista), ou, ao contrário, ser um sinal do sucesso da intervenção. E a possibilidade de diferenciação entre elas, segundo Freud, é o reconhecimento de uma manifestação espontânea do inconsciente, que aconteceria no segundo caso. O inconsciente fala, e o faz independentemente de qualquer convicção ou intenção consciente do analisante. Isso ganha o nome de “verdade”. A verdade fala na resistência, o que não significa que diga a verdade. Mas é o fato de ela falar que importa. E essa é apenas uma das formas de reação do inconsciente. Temos, portanto, uma verdade que se afere pelos efeitos.

É importante lembrar, contudo, que o próprio modo como a questão da verdade é mobilizada não é sempre o mesmo. Há, por exemplo, a diferenciação de tipos de verdade em *Moisés e o monoteísmo* (1939/2018); há uma relação presente em diversos momentos entre verdade e desejo; e há também a indicação de uma incompletude ligada à questão da verdade, que pode ser depreendida de textos como “Análise terminável e interminável” (1937b/2018) e, especialmente, no supracitado “Construções em análise” (1937a/2018). O que nos leva ao terceiro ponto elencado no parágrafo anterior, o qual, junto com a ideia de incompletude de uma construção em relação à verdade histórica, Freud remete à possibilidade de que construções

tenham efeitos terapêuticos embora não produzam qualquer recordação de que aquilo que foi construído tenha realmente acontecido:

O caminho que parte da construção do analista deveria terminar na recordação do analisando; mas nem sempre chega até lá. Frequentemente não conseguimos levar o paciente à recordação do que foi reprimido. Em vez disso, nele obtemos, se a análise foi corretamente conduzida, uma firme convicção da verdade da construção, que tem o mesmo resultado terapêutico que uma lembrança reconquistada. Em que circunstâncias isso se dá, e como se torna possível que um substituto aparentemente imperfeito alcance total eficácia, tudo isso é matéria para indagação futura. (Freud, 1937a/2018)

Vemos, aí, uma faceta em que a verdade da construção é ligada à capacidade transformativa do enunciado, prescindindo de uma relação de correspondência com a verdade histórica. O efeito da verdade, nesse sentido, não guarda relação direta com as coisas em si, algo bastante próximo do que Lacan trabalhará sob a fórmula “a verdade tem estrutura de ficção” (Lacan, 1953b/2007). Esse movimento é central para nosso argumento por sua assimilação por Lacan. Não é à toa que o psicanalista francês trabalha esse texto juntamente com *A negação* (1925/2014), justamente por indicar que a negação pode constituir não um tipo de resistência, mas uma forma própria do trabalho sobre a verdade. Trata-se de uma das respostas inconscientes apresentadas por Freud em “Construções...”, mas tem grande importância no pensamento lacaniano por sua articulação com a dialética.

Verdade e negação: a negatividade como estilo

Freud inicia o texto com uma ideia aparentemente simples: existe, em certos casos de enunciação da negação, a veiculação de um conteúdo reprimido. Apresenta a fala de um paciente que diz ter sonhado com uma mulher, e faz questão de negar que fosse sua mãe. Vê-se, segundo o autor, uma negação ativa que se antecipa à pergunta com o objetivo de justificar algo sobre o que acabara de se dizer. Segundo Freud, esse tipo de construção muitas vezes mostra, em seu inverso, a verdade. A ideia é suportada intelectualmente pela consciência somente porque teve seu afeto negado, de modo que a repressão continua operando, ainda que parcialmente. Como diz o autor, “a negação é um modo de tomar conhecimento do reprimido; na verdade já é um levantamento da repressão, mas naturalmente não a aceitação do reprimido” (Freud, 1925/2014, p.21).

Essa afirmação parte do pressuposto de que as funções intelectuais do juízo são tributárias do funcionamento pulsional (Silva Junior, 2007), uma vez que o juízo de existência (se o objeto

representado existe na realidade) só pode se constituir a partir da expulsão de um objeto pelo juízo de atribuição (atribuir qualidades ao objeto; nesse caso, não querer o objeto). Desse modo, objetividade e subjetividade apresentariam um ponto de indiferenciação, já que os testes de realidade só se fazem possíveis a partir da negação da presença de um objeto no aparelho psíquico. O que permite, por outro lado, a dissociação entre a negação da expulsão do objeto no aparelho (ele pode existir enquanto representação) e de sua atribuição (ele existe, mas não aceito seu sentido).

O ponto central que nos interessa, entretanto, é o fato de que a enunciação da verdade continua a carregar algo que dificulta sua aceitação enquanto verdade. É, ao menos, a leitura que Lacan propõe em seu comentário sobre o texto:

Que nos diz Freud ali, de fato? Ele nos desvenda um fenômeno estruturante de qualquer revelação da verdade no diálogo. Existe a dificuldade fundamental que o sujeito encontra naquilo que tem a dizer; a mais comum é a que Freud demonstrou no recalque, ou seja, essa espécie de discordância entre o significado e o significante que é determinada por toda censura de origem social. A verdade pode sempre ser comunicada, nesse caso, nas entrelinhas. Ou seja, quem quer dá-la a entender sempre pode recorrer à técnica indicada pela identidade entre a verdade e os símbolos que a revelam, isto é, atingir seus fins introduzindo num texto, deliberadamente, discordâncias que correspondem criptograficamente às impostas pela censura. (Lacan, [1953c]1966/1998, p.373)

Essa colocação, apesar de indicar muito rapidamente de onde viria essa dificuldade da enunciação da verdade (discordância entre significado e significante como um dos casos possíveis), é interessante por indicar os modos possíveis de enunciação. Trata-se, sempre, de uma enunciação cifrada, que carregue as discordâncias impostas. Nesse sentido, a resistência poderia ser vista não enquanto um obstáculo ao tratamento, mas justamente como sua possibilidade de realização. É ao que aponta Hyppolite ([1953]1966/1998, p.895), ao localizar esse movimento dentro da dialética hegeliana. De onde é possível inferir que a negação seria, portanto, um momento da verdade.

Em um comentário sobre o mesmo texto, Vladimir Safatle (2014), já assimilando avanços propostos por Lacan em relação à impossibilidade de realização sem restos do sujeito, indica que essa negação pode ser compreendida com uma dupla inscrição: se ela indica a pertinência do objeto alvo da negação, o qual teria tido, nas palavras de Freud, seu recalque parcialmente levantado; por outro lado, ela carregaria uma afirmação sobre a impossibilidade de adequação do objeto ao desejo. Nesse sentido, a negação da negação apresentaria uma performatividade apenas parcial, pois algo presente nela persistiria para além da interpretação de seu conteúdo

específico. Ou seja, o analista interpretar no sentido de indicar que se trata, sim, da mãe do paciente no sonho não resolveria a questão, pois a negação não se dissiparia totalmente aí — algo compatível com a alusão de Freud, em “Construções em análise” (1937a/2016), sobre a rejeição de uma construção por sua incompletude. A negação aparece aí como um efeito de verdade, uma confirmação da pertinência que só é acessível pelos efeitos, ao mesmo tempo que indica algo que sobra — algo fundante no modo como Lacan trabalha a presença da negação entre saber e verdade. Como comenta Safatle,

Haveria realmente algo de inadequado no objeto percebido, daí por que o sujeito se serve de uma negação. Mas tal inadequação não diz respeito à direção para a qual a representação onírica aponta. De fato, ela se direciona ao objeto proposto por Freud. No entanto, o objeto é apenas uma ocasião para rerepresentar algo que está abaixo dele. É uma ocasião para, através da negação, retornar ao que foi “expulso para fora de si”. Algo, que não é a mãe, retorna sob a figura da mãe. Algo que não é o desejo de agressão contra o analista retorna sob a forma do desejo de agressão contra o analista. Através da negação, o sujeito diz duas coisas. Ele diz qual o objeto imediato de seu desejo; por isso ele afirma algo. Mas ele diz também que tal objeto lhe apareceu como desejante apenas por ter permitido que algo de radicalmente heterogêneo encontrasse uma forma de se manifestar em sua fala; por isso ele nega algo. (Safatle, 2014, p.49)

Esse caráter persistente da negação aponta para um traço forte de negatividade presente na relação recíproca entre objeto e modo de raciocínio sobre ele. Os objetos atuais são formas de estabilização temporária de “algo radicalmente heterogêneo”. Isso indica, por outro lado, o fato de que a própria noção de verdade em Lacan não pode ser reduzida à simples inversão em seu oposto, no sentido de que aquilo então aceito como verdade se manteria enquanto tal. A verdade, dessa maneira, contém esse tensionamento entre a possibilidade de enunciação, de um lado, e o impossível de ser enunciado, do outro. Objeto e racionalidade partilham um traço fundante, que é a negatividade. Algo próximo ao que Safatle define como “ontologia negativa” (Safatle, 2006, 2007), e que apresentamos como constitutivo de um estilo de raciocínio. Uma negatividade que se mostra estruturante dos objetos e dos modos de raciocínio, uma vez que não se trata da simples inversão em oposições, mas de algo que permanece negando qualquer forma de positivação⁴⁰. É justamente em relação a essa impossibilidade de estabilização da negação em um oposto que Lacan tece seu comentário sobre o caso de Ernst Kris,

⁴⁰ Vale notar que se é possível reconhecer algum tipo de negatividade da obra de Hacking, especialmente em sua apresentação sobre a diferença entre verdade e veracidade, é necessário pontuar que a negatividade exerce aí um papel secundário: o pensamento continua tentando buscar a positividade, os objetos são tomados a partir de sua positividade, embora haja uma incompletude incontornável. Em Lacan, isso é não é um contratempo, mas o ponto estruturante.

primeiramente em seu seminário (1953-54/1986) e depois em “A direção do tratamento e os princípios de seu poder” ([1958]1966/1998).

Recuperando rapidamente: Kris fez uma comunicação sobre um paciente cujo sintoma seria uma insistente certeza de ser plagiário (roubar as ideias dos outros). Ele teria uma vez contado ao analista que descobrira que o livro sobre o qual estava trabalhando há tempos já havia sido publicado por outra pessoa. Kris, por sua vez, interpreta a fala do paciente, afirmando que ele não era um plagiador (dizendo conhecer o livro em questão) e, portanto, deveria publicar suas ideias. Esse é um exemplo do que Safatle chama de passagem a oposto. Após isso, o paciente relata sair da sessão para ir em um restaurante comer “miolos frescos” (um prato com cérebro de macaco), o que Kris entende enquanto uma sublimação que confirmaria o sucesso de sua interpretação. Lacan, por sua vez, tece uma crítica bastante feroz, indicando como haveria aí um processo de adequação a um ideal personificado pela figura do analista, que teria instruído o paciente a se comportar de acordo com um padrão socialmente aceito. Para além disso, ele entende o comer miolos frescos como o fracasso da interpretação, consistindo em num *acting-out* que indicaria que algo não estava sendo escutado. Como afirma Safatle,

Que o “não” do paciente, ao dizer “eu não posso publicar, eu não sou alguém que possa publicar suas próprias ideias”, seja invertido pelo analista em uma afirmação do tipo “você pode publicar, nossas ideias sempre vêm de outros”, isso significa uma espécie de bloqueio na escuta mais precisa desse “não”. Não foi possível ouvir como tal negação era mais brutal, pois pedia o desenvolvimento de uma experiência com a linguagem na qual a confusão das relações profundamente orais pudesse vir à tona e encontrar uma forma. [...] O que demonstra como compreender o que se procura produzir, quando se nega, exige mais do que uma escuta de superfície. (Safatle, 2014, p.53)

O que não significa que qualquer negação possa ser tomada nesse sentido. Como indica Safatle, há inúmeras formas da negação dentro do pensamento freudiano, e elas apresentam propósitos diferentes em sua teorização. Essa que está aqui em jogo seria aquela que “parece implicar a posição do analista na fala do paciente ou, se quisermos, daquela negação feita por um paciente cuja fala se deixa abrir às oposições pressupostas pela posição do analista” (*ibidem*, p.38) — algo que vimos, anteriormente, a partir de “Construções em análise” (Freud, 1937a/2018). Isso nos interessa por indicar mais alguns traços sobre a consideração do modo de se reconhecer a verdade na clínica.

A impossibilidade de delimitação da verdade somente como oposição ao saber, indicada anteriormente pela inserção de um caráter temporal a esse processo em que a negação do saber pela verdade implica o estabelecimento de algo mais, de um resto, coloca essa questão. Se, por

um lado, fica claro que a verdade é entendida enquanto um processo, isso agora pode ser desdobrado em dois pontos: primeiramente, o efeito de verdade de uma fala só pode ser aferido de um ponto interno a esse processo, dado que seu valor só existe na relação com outras falas e com o analista (ou seja, na transferência); para além disso, esse outro ponto em que a verdade indica sua impossibilidade de simbolização também é algo que se marca dentro de um processo, que implica a repetição da negação de algo que já se estabeleceu como verdade, indicando a infinitude desse funcionamento.

Vemos, a partir desses elementos, que a questão da verdade apresenta traços particulares na psicanálise. É uma noção que articula a negatividade própria ao tipo de objetos a partir dos quais a psicanálise se constitui à racionalidade que permite algum tipo de tratamento desses objetos. Ela condensa, portanto, a originalidade dos objetos e dos parâmetros de verdade e falsidade introduzidos pela psicanálise. Algo que volta a reforçar a consideração da psicanálise como um estilo de raciocínio, já que congrega novidades solidárias de formas de verdade e falsidade e de objetos, estando em acordo com a definição de Hacking (1982).

A partir dessa exposição já é possível compreender a especificidade da verdade enquanto manifestação de negação e as possibilidades de seu tratamento a partir de um modo específico de se pensar métodos de raciocínio e a delimitação do objeto. Ademais, também foi possível indicar sua ausência de referencial externo e sua forma de negatividade forte⁴¹. Contudo, o que foi até agora apresentado será sustentado melhor a partir da consideração da função da linguagem, como proposta por Lacan. Isso já apareceu anteriormente sob a forma do “desencontro entre significado e significante”, e é central, conjuntamente com o que apresentamos sobre a dialética hegeliana, para a sustentação da verdade enquanto o que escapa ao saber⁴².

Linguagem

Vejamos, então, o modo de tratamento da linguagem e suas consequências em relação à verdade. Particularmente após 1953, a linguagem deixa de ser um recurso para se tornar um

⁴¹ Algo que pode ser articulado, se quisermos, com a fórmula de que “não há verdade da verdade” (Lacan, 1966a/1998)

⁴² Lembremos que esse é, inclusive, o caminho indicado por Lacan em “A ciência e a verdade”, após retomar a prosopopeia do “Eu, a verdade, falo...”: “Isso quer dizer, muito simplesmente, tudo o que há por dizer da verdade — da única —, ou seja: que não existe metalinguagem (afirmação feita para situar todo lógico-positivismo); que nenhuma linguagem pode dizer o verdadeiro sobre o verdadeiro, uma vez que a verdade se funda pelo fato de que fala, e não dispõe de outro meio para fazê-lo. É por isso mesmo que o inconsciente que a diz, o verdadeiro sobre o verdadeiro, é estruturado como uma linguagem, e é por isso que eu, quando ensino isso, digo o verdadeiro sobre Freud que soube deixar, sob o nome de inconsciente, que a verdade falasse” (Lacan, 1966a/1998, p. 882).

traço estruturante, ou seja: aquilo que se conceitualiza sobre a linguagem deve estar sempre presente nas construções teóricas e na clínica psicanalíticas. Em outras palavras, a psicanálise deve, a todo momento, ter em conta que habita, ela mesma, a linguagem, e que isso traz consequências sobre o que pode, ou não, dizer de si. E, nesse sentido, o modo de tratamento da linguagem é radical: essa não é uma função, mas sim estrutura. Trata-se justamente da fórmula do “inconsciente estruturado como uma linguagem”, que será construída no decorrer desses anos.

Desse modo, a linguística estrutural deve ser localizada enquanto uma linha de sustentação da psicanálise; mais especificamente, um modo possível de solidificar a própria ideia de inconsciente. Tal ideia é apresentada em sua forma mais clara em “Função e campo da fala e da linguagem” (Lacan, [1953a]1966/1998). Como aponta Jean-Claude Milner (1992/2010), o interesse residia, no limite, numa possibilidade de afirmar a materialidade do inconsciente, uma “concepção corpuscular”. O que a linguística estrutural fornece, a partir da obra de Saussure e Jakobson, é a possibilidade de uma base material a partir da distintividade, podendo abrir mão de explicações via neurônios e quantum de energia, como havia feito Freud:

Nessa teoria não se diz mais que, em francês, /b/ é sonoro e que, por essa razão, é distinto de /p/; diz-se, inversamente, que /b/ é distinto de /p/ e que, somente por essa razão, ele pode ser dito sonoro. Em poucas palavras, afirma-se que existe uma diferença pura que precede as propriedades. A consequência decisiva pode ser expressa assim: antes de Saussure são as propriedades que fundam as diferenças (e as semelhanças); depois de Saussure é a diferença que funda as propriedades, e não há estatuto possível para a semelhança. Ora, essa teoria da distintividade pode ser generalizada em uma teoria dos corpúsculos, que não deverá nada à substância física. (Milner, 1992/2010)

A linguística estrutural fornece, assim, as bases para se pensar em um “corpúsculo não-físico”: “uma entidade negativa, opositiva e relativa” (*ibidem*). Isso implica, aponta Milner, que Lacan não somente consegue ordenar a teoria do inconsciente a partir de uma unicidade, como também retira da linguística uma mecânica, “tão rigorosa em sua ordem quanto a mecânica física” (*ibidem*). A teoria de Saussure apresentava uma distinção entre o sintagma e o paradigma enquanto formas de relação: na primeira, os corpúsculos se opõem numa sucessão de posições, enquanto na segunda eles se opõem e excluem mutuamente numa posição específica. Jakobson teria ordenado isso a partir da metonímia e da metáfora, ligando o sintagma à primeira e o paradigma à segunda: “Em poucas palavras, nessa teoria corpuscular generalizada as relações entre corpúsculos não-físicos se chamam metáfora e metonímia, e não teria como haver nela outras relações que não essas [...]” (Milner, 1992/2010).

Lacan pode, assim, sustentar que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, partindo do entendimento de que uma linguagem é “um conjunto em que (i) a metáfora e a metonímia são possíveis como leis de composição interna, e (ii) em que apenas a metáfora e a metonímia são possíveis” (*ibidem*). Isso, entretanto, localiza a linguagem como uma das formas particulares de uma noção mais geral de estrutura, algo que não seria suficiente à psicanálise, uma vez que a clínica demandaria também algum tipo de consideração sobre o particular. Pois, mesmo que fosse procedente pensar o inconsciente estruturado como uma linguagem, haveria também a necessidade de explicar a singularidade das formações inconscientes e suas produções em cada caso. Isso se mostra, afirma Milner, como o ponto de distanciamento da psicanálise com a linguística estrutural:

Conhece-se a solução dos estruturalistas: a noção geral se define como estrutura. Lacan jamais admitiu essa solução, que tem o defeito de acentuar as totalidades (nesse sentido, Lacan é certamente um antiestruturalista convicto); o nome que ele propôs para designar o modo de existência específico daquilo que tem as propriedades de uma linguagem (sem depender necessariamente da linguagem) acentua não a totalidade, mas o elemento: é o significante. (Milner, 1992/2010)

Esse distanciamento toca em dois pontos centrais para nossa discussão: a primazia do significante e a causa. Em relação à causa, haveria um problema na conjugação entre psicanálise e estruturalismo no que diz respeito a uma ausência de atividade por parte dos elementos que são parte de uma estrutura, de maneira que essa aludida questão da totalidade se faz um problema. Não se trata de uma questão problemática somente para a psicanálise, mas sim de um problema que o estruturalismo parece ter que responder para além disso⁴³. Especificamente em relação à psicanálise, trata-se de uma impossibilidade de separação realizada pela linguística: “a psicanálise passa pelo exercício da fala; sabe-se, também, que a linguística exclui de seu objeto as marcas da emergência subjetiva, isto é, justamente esse conjunto que, depois de Saussure, se resume sob o nome de fala” (Milner, 1992/2010). Retomaremos isso mais adiante, no momento em que trataremos a questão da causa frontalmente. Por ora, entretanto, podemos afirmar que, embora esse distanciamento em relação à linguística estruturalista deva ser observado, o papel da linguagem continua sendo central. Isso pode ser visto, inclusive, na proposta de Lacan da psicanálise enquanto uma “ciência da linguagem habitada pelo sujeito” (Lacan, 1955-1956/1985).

⁴³ A título de exemplo, pode-se indicar as críticas de Michael Löwy ao marxismo estruturalista de Althusser, nisso em que o último, segundo Löwy, defenderia uma visão mecanicista sem espaço para intervenção do sujeito.

Já a primazia do significante, a qual já foi aludida em momentos anteriores a partir da afirmação da diferença irreduzível entre significante e significado, deve ser trabalhada em mais detalhes. Isso porque ela situa o entendimento de que a linguagem é entendida enquanto a estrutura (com as operações metafóricas e metonímicas), ao mesmo tempo que afirma a ausência de sentido como base da organização dessas operações. Por mais que seja possível estabelecer sentidos provisórios, nenhum deles resiste ao desenrolar da cadeia, uma vez que toda positividade sempre é algo a ser negado. Daí a tomada do significante em seu sentido radical, como aponta Milner (1992/2010): “aquilo que não tem existência e propriedades senão por oposição, relação e negação”. Algo definitivo em relação ao que temos construído sobre a verdade: por trás de suas negações do saber que podem assumir algum tipo de positividade, sempre subsiste uma impossibilidade que não deixa que a negatividade perca seu caráter central. Nesse sentido, a inexistência do verdadeiro do verdadeiro (Lacan, 1966a/1998, p.882) é um desdobramento ligado ao fato de que não há um critério transcendental para definir a verdade de um significante — algo que remete, especificamente, ao que Lacan trabalha em relação à metalinguagem.

Vemos, desse modo, como a assimilação da linguística estrutural — com a particularidade apresentada pela primazia do significante — compõe, junto à dialética, um traço incontornável do que leva o nome de “verdade” na psicanálise lacaniana. Se, como indicado anteriormente, a clínica mostrava desde seus primórdios a impossibilidade de objetificação do sujeito ou de conscientização do inconsciente, a linguística fornecerá elementos para dar materialidade a essa negatividade a partir da ideia de estrutura. Considerando o que foi exposto no item anterior, sobre os modos de reconhecimento dos efeitos do inconsciente enquanto “falas *da* verdade” e as novidades que isso promove em termos de verdade ou falsidade, vemos com esse trabalho sobre a linguística uma proposta de explanação que inclua a negatividade de modo mais específico ao objeto, ao inconsciente. Um traço que estará, sem dúvida, presente em outros conceitos e noções que podem ser tomados enquanto objetos do pensamento psicanalítico — como pulsão, fantasia, transferência, etc.

Deve-se notar também que é o seguimento desse percurso sobre o caráter incontornavelmente negativo do significante, colocado enquanto elemento central para se pensar o inconsciente, que dará sustentação a uma abordagem crítica sobre a linguagem: há, por um lado, a impossibilidade de que uma linguagem seja capaz de assegurar sua própria verdade, assim como a inexistência de uma linguagem que diga a verdade sobre outra, de onde se afirma a inexistência da metalinguagem — algo já presente, ao menos em potência, nos desenvolvimentos que apresentamos anteriormente, e que é desdobrado aos poucos por Lacan

no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. A inexistência de um significado primordial — motivo pelo qual não há uma linguagem que diga a verdade sobre si mesma ou sobre outra — é também vista como o ponto de distanciamento de Lacan em relação a Heidegger (Iannini, 2012); pois, mesmo que seja possível reconhecer certos traços de desvelamento no modo como o psicanalista encaminha a questão da verdade, esse caráter se dissipa conforme um horizonte puramente negativo ganha corpo⁴⁴.

Retomando a proposta inicial deste capítulo — ou seja, situar alguns traços gerais de como a questão da verdade é tratada na psicanálise e, mais importante, fundamentar a proposta de que haveria um estilo de raciocínio próprio à psicanálise, centrado em uma negatividade forte —, podemos apresentar dois pontos: o modo como a negatividade estabelece modos particulares de consideração de verdades ou falsidades, assim como o tipo de objeto que será delineado. Por um lado, vimos como a verdade é tratada enquanto algo disruptivo, entendida dentro de um processo dialético e que condensaria em um polo uma positividade temporária e, em outro, uma heterogeneidade radical. Por outro lado, vimos como o estruturalismo (e mais especificamente a linguística estrutural) fornece elementos para a substancialização dessa negatividade, a partir de sua assimilação marcada pela primazia do significante enquanto algo central e irredutível ao sentido. Temos, então, os dois pontos inicialmente apresentados por Hacking para a constituição de um estilo de raciocínio. Há, entretanto, um terceiro, que diz respeito à estabilidade de um estilo. Vejamos como isso pode ser pensado em relação à psicanálise.

Estabilização e sustentação

Talvez o problema mais imediato que a psicanálise enfrente, por conta das particularidades de seus objetos e de sua racionalidade, seja em relação à sustentação de sua estabilidade. Conforme indicamos, a estabilidade advém da congregação de elementos de diferentes ordens; elementos que, nesse entrecruzamento, tornam-se padrões de objetividade. O que podemos reconhecer, em relação à psicanálise, é que o reconhecimento de suas explanações de estabilidade tem sido problemático, de modo que ela tem sido sistematicamente colocada em questão. Os questionamentos englobam produções de qualidade bastante variada:

⁴⁴ Como observa Iannini: “O que Lacan encontra em Heidegger é muito mais uma crítica da redução da linguagem à sua estrutura proposicional e o afastamento da noção de verdade como adequação do que propriamente uma concepção de verdade como *alétheia*, ainda que fosse pelo simples fato de que o que a clínica psicanalítica nos confronta é com a gênese empírica, melhor, material, da subjetividade, totalmente insensível quanto à diferença ontológica enquanto tal” (Iannini, 2012, p.72).

num extremo, não faltam livros e artigos que acusam Freud de ser charlatão, como o recém-lançado livro de Jacques Van Rillaer (2019), demonstrando enorme capacidade de sustentar uma argumentação incoerente; por outro lado, pontuações como as de Adolf Grünbaum (1984), que ao menos apresentam um trabalho teórico mais consistente. Ataques à psicanálise não são recentes (Freud, 1917a/2010), e a questão da objetividade sempre foi um dos alvos preferidos.

Como indicamos na introdução, essa era, inclusive, uma questão para Freud. Os relatos clínicos causavam certo incômodo por sua forma, aparentemente descontraída com as demandas de cientificidade da época (Breuer & Freud, 1895/2018). Entretanto, o sucesso da psicanálise parece ter ultrapassado esse tipo de questionamento, ao menos inicialmente. A publicação de casos, junto com uma intensa produção teórica e o emprego da psicanálise na reflexão sobre questões não provenientes da clínica parecem ter sido suficientes, ao menos por algumas décadas, para seu estabelecimento enquanto uma práxis valorizada.

Entretanto, a particularidade da psicanálise em relação a seus modos de produzir e comunicar conhecimento, a qual parece ter se isolado com avanços de áreas próximas na direção de padrões de objetividade mais comuns, continuou a suscitar grandes questionamentos. O mais relevante deles, nos parece, é do tipo que é trazido por Grünbaum (1984), sobre a validação conceitual.

Esse tipo de questionamento é de resolução complexa, pois esbarra na dificuldade de publicização do processo de produção de conhecimento. Isso decorre do encontro entre método clínico e método de investigação (Dunker, 2012), em que a investigação teórica é sempre subordinada à clínica. E não parece haver modo eticamente viável de fazer esse método observável, ou mesmo reproduzível (Granger, 1993), impondo uma dificuldade de tornar o processo público.

Isso não significa que não haja experimentação na psicanálise, muito pelo contrário. Inclusive, no modo de compreensão da verdade enquanto algo que pode a qualquer momento refutar o saber estabelecido, reside que a soberania da clínica deve colocar a teoria em questão a todo momento. Como bem indica Rustin (2019), se considerarmos um experimento enquanto um ambiente controlado e que comporta certo grau de indeterminação — de modo que novos fatos podem irromper e colocar problemas para o conhecimento estabelecido —, não há por que descartar a clínica enquanto um procedimento adequado. Trata-se, inclusive, de uma descrição compatível com o que Hacking define (1983/2012) sobre a produção de novos fatos e a importância disruptiva da experimentação. A indeterminação do espaço clínico (Dunker, 2015; Franco, 2018) seria um forte argumento a favor disso. A questão que resta, entretanto, é a da possibilidade de interpelação externa.

Boa parte dessa questão tem sido tradicionalmente endereçada a partir da publicação de casos clínicos. Seria um modo de expor o experimento, sustentando as proposições teóricas. Se tomamos como exemplo os casos publicados por Freud, vemos como eles eram usados, de fato, enquanto apresentação de crises (no sentido kuhniano), uma vez que Freud usualmente apresentava elementos que não funcionaram e demandavam avanços. Deve-se dizer, inclusive, que a publicação de casos não é privilégio da psicanálise, sendo um método aceito em diversas áreas. Algo apontado por John Forrester (1966), ao defender que a psicanálise apresentava uma sustentação científica suficiente e particular, incluída em um estilo de raciocínio baseado no pensamento por casos:

Então o discurso psicanalítico combina duas características improváveis: ele promete um novo modo de contar a vida no século XX, uma nova forma para os fatos específicos e únicos que tornam a vida de uma pessoa a sua vida; e, ao mesmo tempo, ele tenta tornar público esse modo de contar uma vida, de fazê-lo científico. A ponte entre esses dois objetivos é a história dos casos, junto com as curiosas e distintas narrativas do fenômeno da transferência e da contratransferência, que cada vez mais dominaram a “escrita clínica”, como ela é chamada. (Forrester, 1996, p.10)

Como vemos, a proposição de Forrester é bastante compatível com o que defende Hacking; há um modo específico de se pensar sobre novos objetos, que são solidários à possibilidade de se pensar e falar sobre eles. Além disso, essa forma se mantém, ou seja, há algum tipo de autoestabilização presente em sua existência. Nossa discordância em relação a Forrester é que o caso clínico seria, na psicanálise, subordinado a um tipo particular de estilo, e não o estilo em si. O estilo seria marcado pela negatividade, os casos seriam um desdobramento disso. Para dar um exemplo um tanto corriqueiro, quando escutamos a expressão “Freud explica”, não se trata de uma alusão ao caso enquanto racionalidade, mas a uma racionalidade que supõe um tipo de objeto e de explicação marcados pelo inconsciente (em geral ligados à sexualidade). O caso faz parte desse universo, mas não é, a nosso ver, o elemento central. O determinante aí, afirmamos, é a negatividade.

De qualquer maneira, é possível reconhecer diversas técnicas de estabilização por parte da psicanálise. A própria clínica seria a principal, mas a ela se somam os casos, a teoria e sua presença na cultura, bem como as articulações com outras teorias. Os casos não deixam de ser um dispositivo polêmico, que, por um lado, facilitam a presença da psicanálise no imaginário cultural; mas, por outro, apresentam um potencial normativo se tomados enquanto modelos a serem seguidos. Entretanto, deve-se considerar que há um vasto debate sobre essa técnica de estabilização específica, que abrange a discussão sobre se é o analista ou o analisante que devem

ser discutidos no caso (Porge, 2007/2010), o papel da transferência (como aponta Forrester), possibilidades de estabilização metodológica da construção de casos (Dunker & Ravello, 2019), ou até mesmo sobre a pertinência da própria publicação (Porge, 2007/2010). Mais que isso, o próprio fato de que haja um debate sobre a melhor maneira de exposição e alternativas que deem conta de problemas encontrados já constituiria, em si, um exemplo de técnica de estabilização, segundo Hacking (1992a). Isso porque a estabilização também responde à capacidade de lidar com eventuais problemas sem que o estilo seja, como um todo, desconstruído. Os debates indicados apresentam essa dupla função: ao mesmo tempo que propõem alternativas de assimilação de problemas encontrados dentro da própria racionalidade, também contribuem para a permanência do estilo na cultura, reforçando sua pertinência.

Por outro lado, a psicanálise não deixou de lançar mão de outros modos de transmissão, seja na publicação de matemas (Badiou, 2013), seja com figuras topológicas (Nasio, 2011), ou mesmo numa aposta do próprio estilo de Lacan enquanto uma forma de transmissão de sua “clenicidade” (Porge, 2007/2010). A questão do estilo, a qual pode ser inclusive articulada diretamente à questão da verdade (Iannini, 2012), encontra ressonância na própria proposição de uma ausência de critério externo garantidor de Hacking: a escolha do termo introduz, como aponta o próprio autor (2002/2009), a limitação da sustentação de um modo de fazer ciência somente em bases epistemológicas ou ontológicas. Segundo o filósofo, o empréstimo de um termo mais confortável no campo da estética implica isso⁴⁵.

Vale lembrar que estamos, em larga medida, nos atendo ao que seria uma vertente possível dentro do estilo de pensamento. A psicanálise lacaniana seria, assim, uma possibilidade dentro de algo mais amplo. Nesse sentido, a proposição de um estilo de raciocínio particular talvez ajude a organizar alguns debates. Permite, por exemplo, situar algo que contempla a existência de diferentes paradigmas (Andrade, 2016), ainda assim mantendo uma racionalidade minimamente comum. Isso pode dar algum norte para a sempre recorrente pergunta sobre uma ruptura entre Freud e Lacan: pode-se pensar numa mudança de paradigma, ou mesmo na constituição de uma nova ciência, mas que mantém o mesmo estilo de raciocínio.

Permite também dar certa coerência aos diferentes experimentos de transmissão de Lacan: seria algo mais amplo que serviria enquanto um ponto de partida comum a propostas tão diversas como a topologia, o matema, a produção de equívocos etc. Se muitas vezes as

⁴⁵ Para além da simples concordância no emprego do termo “estilo” em Hacking e Iannini (2012), acreditamos que o modo como o psicanalista e filósofo brasileiro encaminha a questão poderia abrir outras possibilidades de discussão, não menos interessantes ou pertinentes. Se pudemos contar com seu trabalho enquanto um guia nesse campo, infelizmente não foi possível, dadas as limitações de nosso projeto, enveredar por essas vias.

discussões epistemológicas do psicanalista são pouco usuais e mostram-se refratárias à composição de uma “epistemologia lacaniana” (ao menos de uma epistemologia normativa), é possível afirmar, entretanto, que elas partilham um estilo de raciocínio comum. Todos esses esforços apresentam uma gravitação em torno da negatividade.

E permite também, não se pode ignorar, a conjugação de diferentes estilos de raciocínio dentro de um mesmo paradigma ou de uma mesma ciência específica. O que não significa que exista uma compatibilidade necessária entre estilos, mas que não haveria, a princípio, qualquer impossibilidade de acumulação ou articulação.

Essa especificidade da diferença entre estilos e paradigmas — ou mesmo de estilos e ciências específicas — é importante, dado que Hacking trata a questão da estabilidade com algumas diferenças sutis entre esses níveis de classificação. Se um estilo é autorreferente, isso não significa que uma ciência específica deva ser: ela se constitui dentro de um (ou mais) estilo(s) e simplesmente assume ou propõe técnicas de estabilidade (da própria ciência específica). Essas técnicas são possibilidades comportadas pelo estilo, mas não são necessariamente autorreferentes, uma vez que elas não respondem somente às determinações internas à própria ciência específica, mas também às determinações constituídas dentro do estilo, que a excede. Por outro lado, a localização (e sucesso) de ciências específicas dentro de um estilo de raciocínio faz com que a estabilidade do estilo se reforce. Ou seja, as ciências específicas, não sendo autorreferentes, reforçam a autoestabilização de um estilo.

Isso implica, por outro lado, que a possibilidade de conjugação com outros estilos também pode ser entendida enquanto uma técnica de estabilização. Um estilo não passa a ser definido por outro (não há critério exterior), mas o fato de que ele, mesmo autônomo, possa ser conjugado com outros estilos em voga, faz com que sua pertinência seja reforçada.

Validação

Dito isso, podemos voltar à questão da validação. Mesmo que um estilo seja autorreferente, a validação de suas ciências específicas é uma técnica de estabilização. Ou seja, ele não depende da validação de todas as suas possibilidades, mas é necessário que haja algum tipo de validade no conjunto de suas expressões particulares para que ele se autossustente. E, em relação à psicanálise, a questão da validação continuou a ser uma questão; ao menos para Grünbaum (1984), que parece cristalizar um incômodo crescente com a diferença no tocante aos padrões aceitos de objetividade, especificamente em relação à teoria freudiana. Embora a crítica sobre a circularidade do pensamento psicanalítico possa ser protestada (vide os inúmeros

exemplos de propostas de comunicação ou transmissão indicados), sua crítica em relação à falta de um ponto de validação externo parece ressoar nas expectativas sociais do que se espera de um saber consistente. Deve-se notar, inclusive, que essas mesmas expectativas se modificam, de maneira que aquilo que era até então aceito pode deixar de ser, conforme as expectativas da sociedade se modificam no curso da história.

A crítica de Grünbaum dirige-se especificamente à validação conceitual, indicando a ausência de um ponto de sustentação extraclínica enquanto uma fragilidade. Segundo ele, não haveria elementos para sustentar que os sintomas do paciente não fossem uma resposta do paciente ao próprio discurso do psicanalista, de modo que a teorização sobre esses fenômenos seria autoconfirmadora. A sustentação extraclínica seria, para o filósofo, uma maneira de contornar a potencial circularidade presente num tipo de produção de conhecimento em que os experimentos não são passíveis de publicização. Isso porque o relato já seria um tratamento do fato por aquele que está produzindo o conhecimento. Entretanto, note-se que a crítica é em relação à validação, e não ao experimento em si⁴⁶: se for possível validar o conhecimento extraclínicamente, o fato de que a experimentação (ou a coleta de dados) ser privada não apresentaria grandes problemas.

Frente a isso, o psicanalista Howard Shevrin assumiu a tarefa de responder às críticas de Grünbaum. Após muitos anos de experimentos e correspondência entre eles⁴⁷, o psicanalista e sua equipe publicaram o estudo “Subliminal unconscious conflict alpha power inhibits supraliminal conscious symptom experience” [Potência alfa de conflito inconsciente subliminar inibe experiência supraliminar de sintoma consciente] (Shevrin et al., 2013), no qual os conceitos de conflito inconsciente e repressão seriam validados extraclínicamente. E, de fato, o grupo conseguiu provar, neurocientificamente, que palavras ligadas a conflitos inconscientes causavam respostas específicas de inibição junto à experiência do sintoma de ansiedade, mas só quando apresentadas subliminarmente. E o próprio Grünbaum teria reconhecido isso (Brakel, 2015, Bazan, 2017). Segundo os autores, trata-se da “primeira evidência psicofisiológica da teoria freudiana da psicopatologia do conflito inconsciente” (Shevrin e al., 2013, p. 8).

Dois pontos nos interessam especialmente nesse estudo. Primeiramente, o fato de ele ser construído de modo indissociável da experiência clínica. Isso pode ser visto, como aponta Winograd (2004), enquanto um modo possível de conjugação entre psicanálise e neurociências que não implica numa submissão da primeira à segunda. As neurociências não funcionam como uma metalinguagem da psicanálise, explicando os fenômenos de modo mais correto. Elas

⁴⁶ O emprego da palavra “experimento” é inspirado na obra de Rustin (2019), como indicado anteriormente..

⁴⁷ Mais detalhes podem ser encontrados em Beer (2015, 2017, 2018), Bazan (2017) e Brakel (2015).

simplesmente conseguem reconhecer um funcionamento neurofisiológico que pode ser articulado à teoria psicanalítica.

Entretanto, e esse é o segundo ponto, isso não implica uma igualdade entre os dois momentos do estudo. Afinal, os fenômenos estudados só são reconhecíveis, no segundo momento, a partir do momento clínico. Sem as entrevistas, não seria possível diferenciar o que estaria ligado a um conflito inconsciente do que não estaria, uma vez que aquilo que é possível reconhecer neurocientificamente (respostas de onda alfa) é algo demasiadamente plástico e amplo. Há respostas de ondas alfa em atividades corriqueiras como dirigir ou escutar música. Elas indicam um processo inibitório, mas a possibilidade de articulação disso com um tipo específico de funcionamento ligado à ansiedade só foi possível a partir da clínica. Ou seja, se não há uma sobreposição de um campo ao outro, há, entretanto, o fato de que os fenômenos em questão só são reconhecíveis e causalmente explicáveis pela psicanálise (no contexto desse estudo). Nisso reside uma diferença recorrentemente apontada em relação aos tratamentos: a psiquiatria biológica pode até agir em uma parte do sintoma, reduzindo a ansiedade com drogas ansiolíticas; mas isso não diz muito em relação à causalidade.

De fato, a psicanálise tem realizado trabalhos clínicos baseados nos conceitos de conflito inconsciente e repressão há mais de 100 anos, sem a necessidade de auxílio das neurociências. É possível que as neurociências auxiliem em algumas questões, assim como a psicanálise pode auxiliá-las (Johnston & Malabou, 2013; Ribeiro, 2019). Nesse caso específico, o único ganho foi de confirmação de uma teoria por outros meios, a partir da conjugação com outras ciências e, portanto, com outro estilo de raciocínio. Isso pode ser considerado uma técnica de estabilização: aumenta a pertinência não só da psicanálise freudiana enquanto uma ciência específica, mas também de seu estilo de raciocínio.

Vemos, a partir dos desenvolvimentos expostos, que é possível considerar a psicanálise enquanto um estilo de raciocínio nos termos de Ian Hacking (1982). Ela apresenta novidades em relação aos tipos de objetos e a parâmetros de verdade e falsidade, e também constitui técnicas variadas de autoestabilização. Esse estilo se estrutura, como vimos até agora, em torno de uma negatividade forte, na qual a verdade pode ser localizada enquanto termo que, ao mesmo tempo que dá certa substância temporária a formas de enunciação, também presentifica a impossibilidade de positivação. Apresentamos como ela se sustenta a partir de uma racionalidade dialética e de uma apropriação do estruturalismo centrado na primazia do significante.

A isso gostaríamos de somar mais dois elementos, que serão apresentados nos capítulos a seguir: o papel da historicidade e a causalidade. O primeiro indica pontos de compatibilidade com a ontologia histórica de Hacking, e pode ser articulado ao que acabamos de apontar sobre a substancialização temporária. Por outro lado, a impossibilidade de positivação, indissociável dessa substancialização temporária, é o ponto em que a psicanálise avança para além de Hacking, o que expõe o papel da causalidade em sua racionalidade.

Antes de seguirmos nesse caminho, iremos retomar rapidamente as questões assinaladas a partir da exposição do argumento de Françoise Balibar (2007/2012) no início deste capítulo. Depreendemos duas questões sobre a consideração da verdade na produção de conhecimento científico: a primeira ligada à pertinência do conhecimento, a segunda sobre os efeitos subjetivos dessa produção. Temos mais elementos para indicar a proximidade entre Lacan e Hacking em relação à primeira questão. Isso porque a própria consideração de que a verdade seria algo que irrompe em oposição ao saber já indica uma recusa a uma ideia de adequação entre os dois.

Apontamos, ainda que rapidamente, os efeitos da inexistência da metalinguagem, algo articulado por Lacan à crítica ao positivismo lógico (Lacan, 1966a/1998). Não desenvolvemos essa questão a fundo por nos parecer algo já contemplado nas proposições de Hacking (1983/2012). Isso somado ao fato de que outros psicanalistas já deram grande importância ao assunto (Dor, 1988a, 1988b) — via que não se mostrou tão efetiva quanto se esperava (Beividas, 2000). Retomaremos isso no próximo capítulo.

Em linhas gerais, depreendemos do texto lacaniano questões que dizem mais respeito à relação específica da psicanálise com as ciências do que das ciências em si. Numa visão ampliada de ciência, o tensionamento entre verdade e saber aproxima, a nosso ver, o psicanalista da posição de Hacking, partilhando uma posição de recusa de projetos normativos, seja epistemológica ou metodologicamente — algo que, entretanto, ganha traços particulares na discussão específica com a psicanálise, a qual inclui a segunda questão que propusemos a partir de Balibar, sobre os efeitos subjetivos desse modo de produção de conhecimento. Essa discussão, entretanto, poderá ser realizada com maior clareza a partir da introdução da historicidade e da causalidade em relação à questão da verdade.

Capítulo 4 - Um sujeito histórico

No capítulo anterior apresentamos alguns traços básicos sobre o modo como a verdade é tratada na psicanálise, articulando as especificidades encontradas em sua racionalidade e no tipo de objeto que ela aborda. A partir disso, pudemos sustentar a consideração de que a psicanálise se localizaria em um estilo de raciocínio específico marcado pela negatividade, ao que articulamos algumas de suas técnicas de estabilização. A partir disso, poderemos indicar, no presente capítulo, o modo como esse estilo inclui um diagnóstico histórico (a ciência rejeitaria a verdade como causa), o qual indica a historicidade das possibilidades de expressão positiva disso que diz respeito à negatividade. Trata-se, assim, de uma forma de compreensão de categorias como sintoma, subjetividade e sofrimento, que as colocaria enquanto expressões de uma causalidade mais ampla, ligada ao modo como certo tipo de questão é reconhecido ou negado na circulação social. No presente capítulo nos ocuparemos desse diagnóstico histórico, privilegiando os pontos de compatibilidade com o pensamento de Ian Hacking. No próximo, trataremos da questão da causalidade, a qual nos colocará também frente às divergências em relação ao filósofo.

4.1 Ciência e sujeito

Começamos indicando a compatibilidade entre a proposição do filósofo canadense e a célebre afirmação de Lacan sobre a solidariedade entre o sujeito da ciência moderna — entendido como sujeito cartesiano — e o sujeito da psicanálise. De fato, Lacan trabalha essa questão de modo intenso entre os anos 1964 e 1968, em que se pode recortar o momento em que afirma, em “A ciência e a verdade” (1966a/1998), que

Assim, não esgotei o que concerne à vocação de ciência da psicanálise. Mas foi possível notar que tomei como fio condutor, no ano passado, um certo momento do sujeito que considero ser um correlato essencial da ciência: um momento historicamente definido, sobre o qual talvez tenhamos de saber se ele é rigorosamente passível de repetição na experiência: o que foi inaugurado por Descartes e que é chamado de *cogito*. (Lacan, 1966a/1998, p.870)

Pode-se reconhecer, nessa passagem, três pontos que devem ser considerados: 1) a relação entre o *cogito* e a ciência moderna; 2) a relação entre a ciência moderna e a psicanálise; e 3) a relação entre o *cogito* e a psicanálise. Esses três desdobramentos, embora aparentemente redundantes, têm importância por localizar certos aspectos que devem ser considerados de

maneira precisa, uma vez que a relação de Lacan com o pensamento cartesiano se mostra bastante ampla.

O primeiro ponto, como indicado no próprio texto, Lacan relaciona diretamente à sua leitura de Koyré, afirmando que aquilo que uniria o pensamento cartesiano e a ciência moderna seria “o desfilamento de um rechaço de todo saber, mas por isso pretende fundar para o sujeito um certo ancoramento no ser, o qual sustentamos constituir o sujeito da ciência em sua definição, devendo este termo ser tomado no sentido de porta estreita” (Lacan, 1966a/1998, p. 870). É importante lembrar que Koyré, em seus estudos sobre história e filosofia da ciência, deu especial importância a três personagens a quem dedicou livros e ensaios: Galileu (Koyré, 1939/1966), Descartes (Koyré, 1962/1991) e Newton (Koyré, 1968/1985). A partir desses estudos, Koyré não somente inaugura um modo particular de fazer história da ciência que seria de especial importância para autores como Thomas Kuhn e Paul Feyerabend (Lacerda Abrahão, 2015), como também defende que a emergência da ciência moderna seria correlata a uma mudança geral na compreensão do universo. Isso traria efeitos para diversos âmbitos da vida das pessoas, como pode ser depreendido do título de um de seus livros: *Do mundo fechado ao universo infinito* (1957/2006).

Vale lembrar que a emergência da ciência moderna está longe de ser um ponto pacificado, constituindo um objeto de diversos — e provavelmente eternos — debates. O mais central na obra de Koyré é com Crombie, com quem disputa a ideia de se houve ou não uma ruptura em relação ao que era considerado como ciência medieval. Segundo diversos autores dos quais Crombie aparece como representante, não haveria um traço fundamental para se pensar a separação entre ciência moderna e medieval, uma vez que haveria semelhanças tanto em discussões metodológicas como epistemológicas nos dois lados da divisão. Esse corte, assim, deveria ser entendido como algo arbitrário, e construiria uma imagem da ciência demasiadamente racionalista. Koyré, opondo-se a essa ideia, não nega as similaridades; ao contrário, utiliza-as a favor de seu argumento. Segundo ele, seria uma sutileza que justificaria esse corte, algo aparentemente igual, mas que, sob um olhar mais detido, exibiria diferenças radicais. Tal diferença pode ser localizada na distinção entre os termos *experiência* e *experimentação*:

a maneira pela qual Galileu concebe um método científico correto implica uma predominância da razão sobre a simples experiência, a substituição de uma realidade empiricamente conhecida por modelos ideais (matemáticos), a primazia da teoria sobre os fatos. (Koyré, 1961/2011, p. 77)

A própria nomeação de *simples* experiência já indica o ponto nevrálgico do pensamento do autor, que entende que duas modificações teriam sido responsáveis pela emergência de um modo novo de fazer ciência. Primeiramente, a anterioridade das hipóteses (e das teorias) aos experimentos, de modo que eles deveriam ser construídos e dirigidos a partir de expectativas e de um trabalho conceitual anterior; junto a isso, o trabalho de formalização da realidade, via matematização ou axiomatização. Esses dois pontos são solidários, uma vez que o lugar concedido à matemática enquanto linguagem com potencial explicativo do mundo é importante para que se justifique também a anterioridade da conceitualização em relação ao experimento. Isso não significa, é claro, que os experimentos sejam desvalorizados, mas que eles deveriam ser tomados em igualdade de valor em relação à teorização. É a essa articulação entre teoria e experimento que Koyré se refere pelo termo “experimentação”. Em relação a Galileu, isso é bem claro, e faz com que o autor afirme que “ não foi a experiência, mas a experimentação que impulsionou seu crescimento (da ciência) e favoreceu a sua vitória. O empirismo da ciência moderna não repousa na experiência, mas na experimentação” (Koyré, 1961/2011, p. 302). É tal modificação que o autor reconhece como ponto distintivo em relação àqueles que defendem a continuidade com a ciência medieval,

Para mim, não creio na interpretação positivista da ciência — nem mesmo na de Newton —, a história brilhante contada por Crombie contém uma lição bem diferente: o empirismo puro — e mesmo a “filosofia experimental” — não conduz a parte alguma. E não é renunciando ao objetivo aparentemente inacessível e inútil do conhecimento do real, mas, pelo contrário, é perseguindo-o com ousadia que a ciência progride na via infinita que leva à verdade. Por conseguinte, a história dessa progressão da ciência moderna deveria ser dedicada a seu aspecto *teórico*, pelo menos tanto quanto a seu aspecto *experimental*. (Koyré, 1961/2011, p. 80)

Essa crítica ao positivismo desvela parte da singularidade do trabalho historiográfico de Koyré, que muitas vezes se debruça sobre questões tidas como laterais ou até mesmo marginais, e é bastante competente em mostrar como as transformações do pensamento científico não se limitam a um progresso linear e previsível, tampouco cumulativo. A própria ideia de corte, embutida na proposição da emergência da ciência moderna em oposição à ciência medieval, indica esse entendimento⁴⁸. E isso diz respeito, em parte, à importância dada à obra de Descartes pelo autor, uma vez que ela teria estabelecido as bases para um pensamento com forte

⁴⁸ Vale clarificar, nesse ponto, que embora a ruptura entre ciência moderna e medieval fosse objeto de debate entre Koyré e Crombie, isso não significa que o último entendia a ciência a partir de um funcionamento linear e cumulativo. A diferença entre os autores reside muito mais no modo de entender as transformações no pensamento científico, mas ambos partilham a ideia de não linearidade.

sustentação no estudo de modos de causalidade que não dependeriam de explicações finais. Essas bases seriam constituídas a partir da construção de um método, o qual influenciará decisivamente o modo de fazer ciência.

Isso não significa que o pensamento de Descartes seria a causa dessa inovação, mas sim que, ao mesmo tempo que um efeito de uma mudança geral em relação ao entendimento do mundo — como indicado, do mundo fechado ao universo infinito — teria também tirado as consequências desse corte para a compreensão do sujeito e sua relação com o conhecimento. Isso deve ser lembrado, inclusive, em relação à articulação entre o sujeito da ciência e o da psicanálise. Como indicam Biazin e Kessler no artigo “Psicanálise e ciência: a equação dos sujeitos”: “Trata-se, antes, de analisar como se estabelece uma zona de compatibilidade entre o sujeito da ciência e o sujeito freudiano, na medida em que o surgimento do *cogito* é originário de um corte maior, tributário da constituição de um universo infinito” (Biazin & Kessler, 2017, p. 417).

O ponto central dessa construção é a dúvida hiperbólica de Descartes, a qual deveria colocar em questão todo e qualquer conhecimento estabelecido para verificar se suas bases de apoio são realmente necessárias. É por esse método que o enunciado primordial seria estabelecido, que constitui justamente o *cogito*: penso, logo sou. Mesmo que haja algum tipo de engano sobre o que se está pensando, ainda assim é possível afirmar a atividade de pensar, e daí a possibilidade de afirmação da existência. Trata-se exatamente do “rechaço de todo saber”, indicado por Lacan (1966a/1998). Não pretendemos aqui nos aprofundar demasiadamente nesse tema que já foi trabalhado por diversos autores⁴⁹, mas somente recortar alguns pontos de interesse. Primeiramente, indicar a relação então aludida entre o *cogito*, o sujeito da ciência moderna e o sujeito da psicanálise. Como indicado, a leitura que Lacan faz de Koyré pode ser entendida da seguinte maneira:

Podemos reiterar com Lacan (1965/1998) que a modernidade do pensamento se inaugura com Descartes e este momento inaugural se correlaciona com a possibilidade de surgimento do sujeito da psicanálise na sua articulação com o advento da ciência a partir da matematização (geometrização) do espaço, como bem assinalamos com Koyré (1973/1991). O que se faz fundamental aqui é aquilo que diz respeito ao advento do *Cogito*, lugar de toda a sustentação do pensamento cartesiano. Milner (1980/1996) preconiza que este *Cogito* é justamente aquilo que se vale de testemunho para o pensamento científico: o edifício cartesiano é o sustentáculo filosófico das descobertas galileanas. (Biazin & Kessler, 2017, p. 417)

⁴⁹ A título de exemplo: Dunker (2008); Biazin & Kessler (2017); Cunha & Silveira (2017).

Entretanto, o papel da obra de Descartes no ensino de Lacan não se limita somente a uma coincidência histórica, tampouco a uma simples alusão. Deve-se entender também essa relação como algo que vai além de uma questão somente epistemológica (Dunker, 2008), evitando que a relação entre esses dois sujeitos (da psicanálise e da ciência moderna) seja resumida ao modo de se pensar sobre o próprio sujeito. Ao contrário, o papel do *cogito* no pensamento psicanalítico é muito mais amplo que isso, não ignorando um modo de encaminhamento epistemológico que se inaugura e que é partilhado pela psicanálise, mas dando enfoque muito mais aos efeitos que ele cristalizaria. Esses efeitos, como indica Dunker (2008), não se limitam somente à constituição de uma teoria do sujeito, mas também têm parte na definição do próprio método clínico, lembrando que este termo, *método*, tão caro a Descartes, é empregado por Freud em sua definição da psicanálise como um método de tratamento e um método de investigação (além de uma doutrina). Em linhas gerais, a psicanálise partilharia com o *cogito* um processo sistemático de questionamento dos saberes estabelecidos que colocaria em questão a relação entre pensar e ser. Entretanto, o ponto de chegada, como veremos, será distinto. Nosso foco será, dentro dessa discussão, nos efeitos ontológicos (nos termos de Hacking) que podem ser reconhecidos como produzidos por essa operação e da resolução apresentada por Descartes.

Encontramos nesse ponto uma dupla aproximação de Lacan com o pensamento de Ian Hacking: tanto por um entendimento histórico da produção de um sujeito específico — o que é chamado pelo filósofo canadense de *ontologia histórica* (e que se refere, em Lacan, ao reconhecimento de que um novo tipo de sujeito emergiria em determinado momento histórico) — quanto sobre a inseparabilidade entre epistemologia e ontologia, indicando que as formas estabelecidas de pensamento modificam as possibilidades de experiência dos indivíduos — uma vez que Lacan reconhece esse novo sujeito enquanto resultado de modos específicos de produção e circulação social do saber⁵⁰. Lembremos que Hacking organiza essa discussão a partir das categorias *conhecimento profundo* e *conhecimento superficial* (Hacking, 1995/2000), de modo que o estabelecimento de um conhecimento profundo definiria possibilidades de subjetivação. Há, portanto, uma proximidade com a ideia de que a emergência da ciência moderna seria articulada a um modo de tratamento da verdade, produzindo efeitos ontológicos.

⁵⁰ Lembremos, conforme apresentado no capítulo anterior, que Hacking apresenta diversas questões com o entendimento de Koyré sobre a definição da ciência moderna. Isso, entretanto, não modifica a possibilidade de produção de efeitos ontológicos, uma vez que mesmo que o filósofo canadense possa discordar daquilo que ele entende enquanto uma compreensão demasiadamente racionalista da prática científica, os efeitos ontológicos não dependem da correção dessas teorias, mas sim de sua circulação e legitimidade. Isso foi exposto no Capítulo 2, quando trabalhamos as críticas que Hacking (1995/2000) faz às tentativas de explicação do transtorno de múltipla personalidade. Embora o autor não reconheça teorias sólidas que sustentem o quadro, não deixa de afirmar a realidade dos efeitos produzidos por tentativas inconsistentes de explicação.

Contudo, essas aproximações não chegam sem pontos de diferença. O primeiro pode ser entendido como uma questão temporal, já que Lacan estaria fazendo referência a um evento do século XVII; enquanto Hacking, à segunda metade do século XIX. A segunda diferença diz respeito à especificidade da mudança: Lacan se refere a um efeito causado por uma modificação geral, por uma afirmação filosófica que indica uma mudança no modo de compreender e experienciar a vida; Hacking aponta efeitos similares, mas causados por um evento mais específico que o *cogito*: a expansão do pensamento científico para questões até então relacionadas à alma e à espiritualidade, via constituição das ciências da memória. Trata-se, em suma, de uma diferença de objeto: Lacan toma a emergência da ciência moderna e o *cogito* enquanto correlatos da produção de um novo tipo de subjetividade. Hacking se debruça sobre uma ciência específica — subordinada à modificação considerada por Lacan —, e os efeitos que seu estabelecimento produziria. Uma primeira resposta, que englobaria essas duas questões, seria que os pontos indicados por Hacking estão contidos nas afirmações de Lacan, e apresentam um exame histórico mais detalhado e preciso. Desse modo, o próprio surgimento das ciências da memória seria uma possibilidade aberta pelas modificações ocorridas séculos antes, que estabeleceram modos específicos de produzir conhecimento. As ciências da memória seriam entendidas como uma das possibilidades abertas pela emergência da ciência moderna, nos termos de Koyré.

A definição de *conhecimento profundo* precisaria de alguma flexibilidade, entretanto, para dar conta desse movimento. Haveria duas operações relativas ao conhecimento profundo: uma primeira, mais geral; e a segunda, mais específica. O modo como Hacking trabalha essa categoria não parece colocar nenhum problema a essa estratificação, muito embora não seja possível afirmar — ao menos a partir da obra dele — quais seriam os efeitos ontológicos produzidos pelas modificações presentes nisso que é apresentado como a emergência da ciência moderna e o *cogito*, e que não dependeriam da cristalização das ciências da memória.

Ademais, essa maior precisão que se ganha com Hacking indica que, para além das afirmações gerais sobre o *cogito*, é também importante considerar os modos de circulação das teorias produzidas a partir daí. Como se o trabalho de Hacking fornecesse algum tipo de ilustração sobre como o *cogito* pode se disseminar socialmente. Como demonstra o filósofo, o modo como as teorias se articulam a questões do dia-a-dia, como são incorporadas por discursos e tratamentos institucionalizados, como se inserem nos debates diagnósticos, tudo isso é indispensável para que o pensamento tenha efeitos nos modos de experiência. Não significa, é evidente, uma crítica ao modo como é mobilizado por Lacan, mas traz elementos interessantes, estabelecendo uma relação de complementariedade. Isso explica, inclusive, o segundo ponto

indicado no início desta seção, sobre a *relação entre psicanálise e ciência moderna*. Para utilizar o termo de Hacking, o *nicho* em que a psicanálise surgiu era profundamente marcado pelo discurso científico, algo necessário à invenção da psicanálise por Freud.

Contudo, embora essas complementariedades possam ser apontadas e algumas diferenças sejam também compreendidas como questões solidárias e não contraditórias entre si, há um ponto de possível distanciamento entre os encaminhamentos de Hacking e de Lacan que deve ser abordado. Trata-se, em última instância, de uma diferença de objeto, uma vez que se Hacking se debruça sobre os efeitos retroativos da discursividade científica sobre a experiência, Lacan tem seu foco justamente em algo que pode ser entendido como valorizar os fracassos desses discursos (ou de qualquer discurso) em definir e estabilizar o sujeito enquanto um objeto de conhecimento. Algo aludido pelo psicanalista na afirmação de que não há homem da ciência, mas sim seu sujeito (Lacan, 1966a/1998). Lembremos, afinal, que aquilo que Lacan afirma ser o traço definitivo do sujeito, a divisão do eu (*Spaltung*), é encaminhada, nesse texto, como a divisão entre verdade e saber. Ademais, a verdade é entendida enquanto causa; causando, inclusive, o sofrimento neurótico (Lacan, 1966a/1998, p.885). Temos aí um avanço para além do que Hacking trabalha, pois justamente coloca a causalidade em questão. Iremos construir essa ideia cuidadosamente, pois ela implica um modo de tratamento da questão que tem como referência a verdade enquanto expressão do inconsciente. Ou seja, o interesse de Lacan está naquilo que resta, que sobra dessa operação de saber, e nisso se marca uma diferença de abordagem em relação a Hacking. Não se trata, necessariamente, de uma incompatibilidade, mas de uma diferença que deve ser examinada em detalhes, e que diz respeito, em larga medida, ao modo como o *cogito* é mobilizado dentro do pensamento lacaniano.

Lacan e Descartes

Em relação ao terceiro ponto indicado — e que será trabalhado com mais detalhes —, deve-se ressaltar que o modo como o *cogito* é tratado dentro da obra de Lacan não é uniforme, modificando-se no decorrer de seu ensino. Há textos em que a diferença com o pensamento cartesiano (ou aqueles por ele influenciados) mostra-se mais explicitamente (Lacan, [1945] 1966/1998)⁵¹, embora em outros momentos a referência assumisse um caráter mais amplo, que reconhecia Descartes como o fundador de algo que seria distinto da psicanálise (Lacan,

⁵¹ Destaca-se, neste texto sobre “O tempo lógico” (Lacan, [1945] 1966/1998), as críticas de Lacan dirigidas a Sartre.

[1949]1966/1998)⁵². Entretanto, o modo mais permanente de recurso ao pensamento cartesiano é muito mais complexo, não se limitando a uma concordância ou rejeição unívoca, mas indicando pontos de aproximação e distanciamento:

[o] sujeito da psicanálise e o sujeito da ciência são compatíveis: ambos são destituídos de qualidades. Eis o motivo de a descoberta freudiana só ter sido possível em um mundo em que o sujeito foi inaugurado pelo *cogito* cartesiano afetado pela atividade científica. É nesse sentido que o estatuto do sujeito se encontrará “no âmago da diferença” (Lacan, 1965/1998, p. 871) (Biazin & Kessler, 2017, p. 421)

Reafirmamos, aqui, a importância de se pensar essa relação para além de uma aproximação epistemológica, considerando-a assim como um movimento que engloba não somente os efeitos ontológicos disso decorrentes, mas também uma similaridade metodológica (o que reforça, inclusive, a importância que a própria palavra “método” ganha com Descartes). Como indica Dunker (2008), a dúvida hiperbólica pode ser reconhecida em certos traços da clínica psicanalítica nisso que ela se aproxima de um questionamento cético, ponto em que se deve também considerar uma influência que também inclui o pensamento de Montaigne:

A psicanálise é uma dialética, no sentido do que Montaigne chamava de “arte de conferir”. Haveria, então, uma espécie de desistência de todo teorizar. O cético não é aquele que derroga a verdade, pois isso seria admitir a existência do falso, mas aquele que continua a procurá-la ao mesmo tempo que afirma sua impossibilidade. O cético deve abandonar toda aspiração a um “eu geral e abstrato”, pois isto pressupõe que seria possível conhecê-lo. (Dunker, 1998, p.171)

Se já indicamos os pontos principais de aproximação, especialmente o processo de recusa de saberes que culminaria em um sujeito esvaziado, há, entretanto, um segundo passo proposto por Descartes que não seria apoiado por Lacan. Isso porque o *cogito* também apresentaria como efeito o estabelecimento desse “ancoramento no ser” baseado, por um lado, numa aposta nesse sujeito que nada mais tem, a não ser sua consciência; e, por outro, no modo como isso que resta, que escapa à consciência, seria então relegado a uma dimensão transcendental. De fato, o ponto de separação entre o pensamento de Descartes e aquilo que pode ser indicado como o pensamento psicanalítico herdeiro do *cogito* diz respeito ao estatuto que a falta de uma base que servisse como garantia para a dupla pensamento/existência opera nos dois casos. Pode-se

⁵² Isso pode ser visto, por exemplo, em sua afirmação inicial presente em “O estádio do espelho como formador da função do eu”, ao defini-la como uma “experiência sobre a qual convém dizer que nos opõe a qualquer filosofia diretamente oriunda do *Cogito*” (Lacan, [1949]1966/1998, p. 96).

afirmar, de modo muito sintético, que falta a Descartes algo que garanta a verdade do saber, de modo que ele relegaria a Deus a garantia sobre o *cogito*. Ou seja, no limite, a verdade do saber seria garantida por Deus. É justamente essa falta que será explorada, enquanto falta, pela psicanálise.

Para o psicanalista, é justamente isso que sobra. Isso que é indicado por Descartes como sendo da ordem da verdade e, portando, da alçada de Deus; é isso que fala na descoberta freudiana. Ganha, assim, consistência a proposição de que a verdade inconsciente fala nos “erros” do pensamento. Contudo, as consequências dessa leitura serão extensas, uma vez que a psicanálise instauraria, então, uma instabilidade naquilo que deveria ser a pedra angular da garantia. Empregando o modo de compreensão que Hacking apresenta para falar de outros momentos, o que se pode reconhecer é que o estabelecimento de um conhecimento profundo — que define as possibilidades daquilo que poderá ser constituído enquanto conhecimentos superficiais — produz um resto, que será justamente o material trabalhado pela psicanálise para a constituição de sua clínica e que será mobilizado em seus constructos teóricos. A psicanálise teria, portanto, uma divergência radical em relação à garantia. O que não significa, como afirmado anteriormente, uma ruptura total com o pensamento cartesiano, mas a recusa daquilo que é afirmado enquanto ponto de estabilidade:

Transparece, assim, como Lacan retém o processo de constituição do sujeito cartesiano separando a primeira evidência (*penso, logo sou*) da segunda evidência (*Deus existe*). Todos os atributos da *quaestio* que levam Descartes à primeira evidência são conservados na acepção que Lacan dá ao sujeito: seu caráter pontual, sua divisão pela dúvida, sua ausência de conteúdo, sua imanência ao ato, seu valor posicional ligado à enunciação. Há, portanto, uma crítica da segunda evidência cartesiana, não da primeira. (Dunker, 2008, p.184)

É interessante notar que o trabalho lacaniano sobre o *cogito* parece localizar, com precisão, algo que pode ser indicado não somente como um modo de produção de conhecimento e seus efeitos ontológicos, mas também como o reconhecimento daquilo que causaria a subjetividade e o tipo de sofrimento que seria tratado pela psicanálise enquanto algo recusado. A própria ideia da verdade como causa refere-se a isso, a algo que seria intrínseco à instauração da linguagem e que seria negado nesse processo de estabelecimento de um saber garantido por Deus. Lacan leva alguns anos para apresentar essa ideia em sua forma mais acabada⁵³;

⁵³ De fato, é em “A ciência e a verdade” (1966/1998) que o psicanalista afirma a articulação entre a divisão do sujeito, a oposição entre verdade e saber — na qual a verdade, em sua articulação com a linguagem seria a causa do sofrimento neurótico —, e o *cogito* como modelo de estabilização desse sujeito.

entretanto, é possível afirmar que esforços similares já vinham sendo feitos por outros autores. Por exemplo no artigo “Revolução científica e condições de possibilidade da psicanálise: sobre a presença de Husserl em ‘a ciência e a verdade’” (2017), Cunha e Silveira apontam como é possível reconhecer, na obra de Koyré, uma forte influência de Husserl⁵⁴.

Isso significa não somente a influência do filósofo alemão sobre o modo como o epistemólogo francês pensa a emergência da ciência moderna — o que, vale ressaltar, é amplamente reconhecido em sua obra —, mas também algo que parece permanecer em potência naquele que é referido por Lacan como seu guia nesse processo, que é justamente o diagnóstico de Husserl sobre a “crise” da Modernidade. Tal crise consistiria, segundo os autores, no efeito da matematização e objetificação da ampliação da ciência galileana para outras dimensões da vida, onde esse tipo de raciocínio não ofereceria possibilidades de produção de sentido para uma “consciência pré-científica”. Residiria, então, em algo bastante próximo daquilo que indicamos como ponto central na obra de Koyré em relação ao papel da inversão da teorização sobre a experiência, indicado pelos autores da seguinte maneira: “em vez de a geometria ser aplicada *a partir* da experiência das formas empíricas, ela passa a ser aplicada *a priori*” (Cunha & Silveira, 2017, p.77). Isso levaria a essa possibilidade de matematização do mundo, que resultaria na perda de um tipo de experiência. De modo geral,

segundo o diagnóstico de Husserl, a “crise” moderna tem muito pouco a ver com a eficácia da ciência, com seus resultados técnicos, mas está relacionada, antes, com a perda de sentido que essa ciência implica. Perda de sentido na medida em que seus resultados não têm mais nada a dizer sobre a experiência cotidiana e pré-científica que temos no “mundo da vida” e que, por assim dizer, instauram um “novo” sujeito. Em outras palavras, o advento da ciência moderna funda uma cisão sub-reptícia (porque não reconhecida imediatamente segundo as “evidências” e “prejuízos” próprios à Modernidade) entre o mundo da vida e a objetividade científica. A ciência moderna produz uma subjetividade concernida com um mundo de “objetividades ideais” que não fazem sentido para sua experiência cotidiana, no “mundo da vida”, no qual as coisas são mais ou menos retas, mais ou menos curvas. (Cunha & Silveira, 2017, p.78)

Vê-se, nesse sentido, uma proximidade inegável do que será parte do trabalho lacaniano sobre o *cogito*, mas também uma compatibilidade com o que foi apresentado a partir de Hacking

⁵⁴ “Todo leitor de ‘A ciência e a verdade’ sabe que, ao remeter a psicanálise à separação entre saber e verdade, Lacan a está remetendo não apenas à estratégia metódica da dúvida que se desvencilha de qualquer saber tético e da qual resultará algo indubitável, mas, crucialmente, à tese de Koyré em torno da natureza da revolução científica do século XVII [...]. O que não se costuma explicitar, por outro lado, quando se trata de compreender o ponto central de ‘A ciência e a verdade’, é que jaz em Husserl (e, por seu intermédio, nas leituras que os neokantianos fizeram de Galileu) a origem da inspiração de Koyré. É nisso que reside, do ponto de vista da discussão ora proposta, a importância da pista” (Cunha & Silveira, 2017, p.72).

sobre os efeitos da ampliação do campo científico — sob o modelo de ciências da memória — em relação aos modos possíveis de experiência. Entretanto, e aqui se deve reconhecer o comprometimento clínico de Lacan na constituição de seu pensamento, isso que é indicado por Hacking enquanto a instauração de modos possíveis de experiência do ser é reconhecido na clínica psicanalítica — e, como acabamos de ver, também em Husserl — a partir de modos de *perda* de experiência (Dunker, 2015). Perda essa que será solidária ao tratamento que Freud e Lacan darão à questão da verdade.

De fato, pode-se afirmar que a própria separação entre verdade e saber seria um modo de encaminhamento desse diagnóstico da crise da Modernidade, especialmente se articulado com outra dupla de oposição com grande centralidade no pensamento de Lacan: a tensão existente entre enunciado e enunciação. Vale lembrar, inclusive, que se a ideia da oposição dialética entre saber e verdade pode ser encontrada no pensamento lacaniano desde um momento muito inicial, indicando uma clara influência da leitura de Hegel proposta por Kojève, tal ideia permanece ativa no pensamento do psicanalista francês em sua totalidade (Safatle, 2006). Disso decorre que, em seu seminário sobre *Os problemas cruciais da psicanálise* (Lacan, 1964-65), ela seja articulada de maneira mais acabada à compreensão do sujeito, esse que é indicado como sendo tanto o da psicanálise como o da ciência moderna, efeito do *cogito*. Isso significa que Lacan, ao retomar esse percurso na primeira sessão do seminário seguinte, publicada como “A ciência e a verdade” (1966a/1998), debruça-se sobre o lugar do saber psicanalítico em relação a outros saberes historicamente relevantes a partir do reconhecimento de que a psicanálise somente pôde se constituir enquanto prática a partir daquilo que resta do projeto moderno, daquilo que parece ser deixado de lado para que esse processo possa ganhar tração, mas que retorna na forma de sintoma e sofrimento.

Não é possível, ao menos nessa passagem do pensamento lacaniano, inferir a existência de categorias correlatas a essas em outros momentos históricos, muito embora seja possível depreender que diferentes tipos de subjetividade seriam produzidos a partir de distintos modos de tratamento (ou refração) da questão da causa articulada à verdade. Segundo Lacan, a negação, em alguma medida, da questão da verdade enquanto causalidade seria um traço comum de diferentes formas de saber (magia e religião, além da ciência), e estaria ligada ao que nomeia enquanto sofrimento neurótico. Entretanto, seu foco é na ciência. Nesse sentido, o caminho percorrido pela psicanálise pode ser entendido como uma resposta àquilo muitas vezes nomeado como crise da Modernidade, localização que para além de reconhecer o lugar que tal empreitada ocupa na história, também reconhece seus pares, seja na filosofia ou na clínica:

A paradoxal *experiência* freudiana irá, como sabemos, digladiar-se com o sintoma, com o sonho, com a loucura; irá enfrentar o registro pulsional do que a constitui. Mas isso não nos impede de perceber a existência de um paralelo muito evidente entre, de um lado, saber e verdade, em Lacan e, por outro, técnica e conhecimento no Husserl da *Krisis*, ou melhor, entre saber e verdade como distinção que institui o “sujeito da ciência moderna” com a oposição entre o “objetivismo” da ciência matemática da natureza e a subjetividade transcendental, na medida em que, em ambos os casos, parece haver a denúncia de um encobrimento da subjetividade que se revela, desde seu nascimento, numa espécie de crise constitutiva da qual a psicologia empírica parece ser o sintoma mais evidente; psicologia que, de um modo ou de outro, deve ser superada em direção a algo distinto daquilo que essa psicofísica poderia revelar. Algo que, para Lacan, acenaria para o lugar da psicanálise enquanto que, para Husserl, indicaria a necessidade da fenomenologia transcendental. (Cunha & Silveira, 2017, p.81)

Isso não significa, é claro, que o modo como os autores darão continuidade a essas respostas à crise da Modernidade sejam parecidas. Inclusive, pode-se reafirmar o cuidado necessário nessa aproximação, que parece indicar com maior segurança aquilo que é partilhado, nos dois casos, como causa dessa crise, mas que não significa que o diagnóstico seja exatamente o mesmo, já que partem de compreensões distintas sobre diversos pontos centrais. Tampouco nos interessa, nesse momento, aprofundar demasiadamente essa discussão, pois consistiria em um desvio desnecessário ao nosso objetivo. A mobilização desse interessante comentário sobre a presença de Husserl no pensamento de Koyré e de sua aproximação com aquilo que é proposto por Lacan nos é cara por reafirmar, a partir de uma referência pouco frequente no pensamento psicanalítico, a historicidade do sujeito. Historicidade essa que estabelece elementos centrais sobre como a questão da verdade pode ser pensada.

A centralidade do recurso ao *Cogito* concomitante à recusa do estabelecimento de algo que garanta a existência traz consigo um entendimento particular não somente da relação entre sujeito e metafísica — no sentido de ser ou não possível sustentar afirmações sobre a essência ou o significado da existência —, mas especialmente sobre o papel que a linguagem assume nessa equação. Podemos entender aquilo que se está descartando da seguinte maneira: “O esquema é relativamente simples: o sujeito garante o saber e Deus garante o sujeito. Se o cogito é a primeira evidência que constitui o sujeito, a prova de existência de Deus é a evidência que constitui o Outro como garantia do saber do sujeito” (Dunker, 2008, p.184). Isso nos serve para estabelecer que a lógica a partir da qual será possível pensar a relação entre saber e existência deverá ser invertida: “Para Lacan, Descartes havia percebido um problema-chave — a implicação do sujeito no saber —, mas desconheceu sua consequência mais imediata, a saber,

que é a estrutura do Outro que precede e constitui o sujeito, e não o contrário” (Dunker, 2008, p.177).

Tal consideração pode ser desdobrada em dois momentos: primeiramente, traz consigo a anterioridade da linguagem em relação ao sujeito. A linguagem entendida como um sistema de diferenças, marcada pela separação radical entre significante e significação, ou seja, pela negação de qualquer tipo de significação transcendental (Lacan, [1953a]1966/1998). Mais que isso, Lacan não deixa de apontar para o próprio significante em sua função de causa: “O efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por esse efeito, ele não é causa dele mesmo, mas traz em si o germe da causa que o cinde. Pois sua causa é o significante sem o qual não haveria nenhum sujeito no real” (Lacan, [1964]1966/1998). A ausência de um significado *a priori* é um elemento central, pois pavimenta o caminho que será amplamente explorado em relação ao estatuto de um conhecimento que somente pode ser pensado a partir de uma falta estrutural. Isso porque a primazia do significante, enquanto separado da significação, indica que a estrutura do Outro é causa do próprio sujeito, mas trata-se de um Outro esvaziado de sua dimensão garantidora⁵⁵.

Nessa esteira, o recurso a Descartes que ganha intensidade a partir do seminário sobre os *Problemas cruciais para a psicanálise* (Lacan, 1964-65) e culmina num trabalho cuidadoso sobre o estatuto do *Ato psicanalítico* (Lacan, 1967-68) — reafirmando a importância de Descartes não somente no estabelecimento dos fundamentos da teoria psicanalítica, mas também de sua dimensão da práxis clínica (Dunker, 2008; Rabinovich, 2000) — não se limita a reconhecer o princípio ético da inexistência de uma garantia moral, mas avança sobre as consequências disso decorrentes, tanto na práxis clínica como em relação ao conhecimento produzido pela psicanálise.

O conhecimento não garantido

Porém, o que se pode dizer sobre os efeitos dessa discussão em relação à produção de conhecimento? Reafirmamos o que foi apresentado ao final do capítulo anterior, de que é

⁵⁵ Como indicado ao final do capítulo anterior, Lacan articula, em “A ciência e a verdade” (1966/1998), o *cogito* à inexistência da metalinguagem — apontada, por sua vez, em relação ao positivismo lógico. Esta entendida na esteira de desenvolvimentos que afirmam a impossibilidade de compreensão total e a decifração da verdade de um código a partir de outro código mais “apropriado”: num primeiro momento, a inexistência do sentido verdadeiro de uma fala que poderia ser compreendido por outro (Lacan, 1955-56/1998), desdobrando-se na impossibilidade de estabelecimento de uma linguagem que possa enunciar a verdade de algo enunciado em outra linguagem (como, por exemplo, no projeto fracassado do positivismo lógico de definição de uma língua comum para as ciências). Essa impossibilidade se desdobraria, no limite, na precariedade de qualquer estabelecimento de uma garantia transcendental, tanto em relação ao sentido de uma fala quanto em relação ao conhecimento.

possível afirmar que o reconhecimento da inexistência de uma instância garantidora da verdade do conhecimento não é uma novidade introduzida por Lacan, tampouco um traço que desestabilize o valor do conhecimento científico. Como vimos, Hacking (1999; 2003) afirma o valor da práxis científica para além de uma pretensão de estabelecimento da verdade última.

Nessa direção, vemos esforços como o de Moustapha Safouan (2017), ao indicar a compatibilidade de uma epistemologia não normativa com produções científicas altamente relevantes. O psicanalista compara avanços científicos que, apesar de trabalharem com entendimentos completamente diferentes do valor de verdade da epistemologia, chegaram a descobertas de similar aceitação. Haveria, por exemplo, uma distância do modo como Einstein entende a relação entre o conhecimento e o mundo, ao passo que, como aponta Safouan, seria possível propor uma semelhança entre o pensamento lacaniano com as ideias de um dos mais célebres cientistas do século XX, Niels Bohr, nisso em que ambos não trabalhavam com a ideia de uma referência externa que garantisse a verdade do conhecimento. Ou seja, parece que o conhecimento produzido pode conviver perfeitamente com uma epistemologia não normativa.

Lembremos que Bruno Latour afirma que a atual crise de credibilidade da ciência não advém de sua contingência, mas é um efeito de um excesso de autoridade que se afirmava pela negação dessa própria contingência. O que indica que os efeitos de uma crítica à normatividade epistemológica excessiva não devem ser buscados necessariamente enquanto negação de conhecimentos que já foram produzidos ou ainda o serão, mas sim no modo como se organiza a própria produção de conhecimento. Isso passa pela consideração de que ela não deve ser tomada somente enquanto um empreendimento epistemológico, mas também a partir de seus efeitos ontológicos e políticos.

Daí se justifica a recuperação da verdade como conceito central nessa discussão, não somente por carregar um efeito de oposição ao saber (ao menos no pensamento psicanalítico), mas também por implicar um ponto de inseparabilidade entre epistemologia e ontologia, de modo que o debate ético se faz incontornável ao se pensar a produção de conhecimento. O modo como essa problemática estrutura o pensamento lacaniano, deve-se lembrar, é o motivo pelo qual entendemos que a psicanálise apresenta um estilo de raciocínio específico, em que a negatividade é um centro gravitacional, e não somente um resto ou um desvio. Algo que sustentamos a partir do que foi apresentado até então, sobre a especificidade como os objetos em psicanálise podem ser constituídos sempre remetendo a uma falta, assim como as possibilidades de consideração de verdade e falsidade.

Isso não significa, entretanto, que esgotamos as questões relativas à especificidade dos objetos e da racionalidade psicanalítica. De fato, o trabalho sobre o *cogito* apresenta alguns

efeitos sobre isso. O que é possível afirmar é que esses efeitos intensificam a modificação no modo de se pensar o objeto, o que não nega ou invalida outros saberes, mas que indica uma especificidade incontornável ao se tratar das questões das quais a psicanálise se ocupa. Algo mobilizado rapidamente por Lacan ao dizer que há algo do objeto da ciência que ainda não foi elucidado (1966/1998, p.877), o que pode ser entendido não como a produção de uma entidade até então não existente, mas pela consideração de que existe uma perda produzida pelo modo de produção de conhecimento da ciência moderna, e que essa própria perda pode ser tomada como motor da produção de saberes. Trata-se, portanto, de uma afirmação que toca a questão da causalidade, pensada a partir da negatividade. Aprofundaremos esse ponto no próximo capítulo; por ora, trataremos, de modo mais geral, o que diz respeito à negatividade como um fator estruturante tanto da experiência como do conhecimento, a qual continua a apresentar pontos de aproximação com o que foi exposto anteriormente sobre o *cogito* e o diagnóstico de crise da Modernidade⁵⁶:

O sujeito, enquanto dividido pela disparidade entre enunciado e enunciação, ocorre como função negativa do pensar: *penso onde não sou, sou onde não penso*. Essa função negativa é demonstrada pela extensa revisão do estatuto de desejo em sua relação com a linguagem e aparece em inúmeras versões ao longo da obra de Lacan: a negatividade das formas estruturais da defesa (recalque, forclusão, recusa), a negatividade dos modos de inscrição do sujeito na linguagem (traço, letra, significante), a negatividade das posições existenciais do sujeito (alienação, separação). Isso não reduz o inconsciente a uma figura da irracionalidade ou ao afeto pré-reflexivo, mas coloca o problema das relações entre o pensamento inconsciente e este ponto no qual parece não existir sujeito que o pense. Ou seja, o *não penso* não é sinônimo de *não há pensamento em meu ser*, mas de que há pensamento que não se pensa com o *si mesmo*. O eu (*moi*, si mesmo) é o *lugar* com qual o sujeito pensa e no qual ele deposita o pensado. O sujeito é uma *posição* que mantém relação negativa (*não penso, não sou*) em face de seus modos de objetificação. (Dunker, 2008, p. 184)

⁵⁶ O que se mantém, inclusive, em relação à aproximação com o pensamento de Husserl, como indicam Cunha e Silveira: “O outro pilar daquilo que é excluído pela ciência moderna é a forma de visar o objeto. O modo de sua consideração não poderá ser desvencilhado de uma experiência de perda no sentido de ser uma perda daquilo que, para a psicanálise, é fundante de qualquer experiência. A ciência moderna, diz Lacan, produz um objeto cujo estatuto ainda não teria sido elucidado (Lacan, 1966a/1998, p. 869). Esse objeto (que Lacan nomeia objeto a) é um objeto de perda; não de uma perda empírica, mas de uma perda desde sempre havida. Para Lacan, a fantasia de se ter perdido um objeto precisa ser reconhecida em seu estatuto de fantasia e, portanto, como algo que já se constitui como defesa. Trata-se de uma defesa contra uma condição mais fundamental de falta – não a falta de um objeto, um objeto que teria sido perdido, mas falta de ser, que antecederia qualquer ideia relacionada a qualquer objeto, seja ele considerado perdido ou não. Quando nos referimos à existência de um corpo, nessa existência, a linguagem já está implicada e a ruptura entre significante e coisa deve contar como prévia àquilo que vai aparecer como existência. Por isso, a condição de perda antecede tanto a noção de objeto quanto o lugar do objeto na fantasia” (Cunha & Silveira, 2017, p.83).

Se isso deve ser reparado em relação ao sujeito, também se deve ter certo cuidado em relação ao objeto. Não entraremos em detalhes sobre a proposição do objeto *a*, porém não podemos nos furtar a fazer alguns apontamentos gerais. Primeiramente, quando nos referimos aos objetos da psicanálise, é preciso clarificar que não estamos nos referindo ao objeto *a*, mas a diversos objetos que são alvos da teoria psicanalítica e que carregam, como defendemos, um traço de negatividade. Entre eles, noções como o inconsciente, sujeito, desejo etc. Para além disso, é importante lembrar que a proposição de um objeto é solidária a sua racionalidade. Assim, não deve ser entendida como um objeto negativo inserido em uma racionalidade que tradicionalmente lida com objetos positivos, como se fosse simplesmente uma especificidade de objeto inserida dentro de uma disciplina estabelecida como a psicologia ou a psiquiatria. Ou mesmo seu contrário, um objeto positivo inserido numa racionalidade marcada pela negatividade. O que também indica que não se deve tomar o objeto *a* como “o” objeto da psicanálise, como se isso resolvesse as tensões em relação a outros campos. Algo que pode ser depreendido da afirmação de que não se trata de produzir saber sobre o objeto *a* (Lacan, 1966a/1998, p.877) — ressalva que indica tanto a peculiaridade de não se tratar de um objeto sem negatividade quanto aquilo que se pode depreender da própria reciprocidade entre a construção desse objeto e a estrutura da racionalidade psicanalítica. Se ao objeto *a* pode ser encarregada a função de resolver certos impasses do pensamento psicanalítico, em geral ligados diretamente à questão da negatividade (Silveira, 2005; Garcia, 2015), isso não significa que a questão se resolva pela produção de um saber sobre o objeto:

Eis o que confere ao objeto a sua centralidade no lacanismo (Lacan o considerou a sua invenção propriamente dita): a possibilidade de garantir uma dimensão — talvez possamos dizê-lo — existencial para a teoria, uma forma de pensar o desejo com a pulsão, com o corpo e com a fantasia. Que poderiam, afinal, num exercício clínico, uma concepção do sujeito como negatividade que só se manifesta no seu desaparecer e uma noção do desejo como puro em essência, sem objeto? (Silveira, 2005, p.119)

Isso indica, em linhas gerais, que o objeto *a* responde a uma necessidade de tratamento da negatividade a partir de um organizador, que não desfaz essa negatividade, mas que permite uma articulação conceitual. É, portanto, um operador que presentifica essa perda, sendo mobilizado em diversos contextos e muitas vezes com sentidos diferentes. Vale notar que, mesmo em sua definição mais popular, ele é indicado numa dupla função que indica algum tipo de perda ou falta: como causa de desejo e como mais-de-gozar. Além disso, também é digno de nota que a proposição conceitual do objeto *a* é bastante posterior à presença da negatividade no

pensamento psicanalítico, reafirmando a ideia de que um estilo de raciocínio é algo que pode se constituir paulatinamente. Mais do que um objeto em si, parece-nos que o objeto é entendido melhor como algo que estabiliza uma característica geral partilhada pelos objetos possíveis dentro do pensamento psicanalítico. Uma negatividade à qual, como tentamos mostrar, a questão da verdade é essencial, justamente por poder estabelecer pontos de enunciação sem perder seu caráter negativo.

Como visto anteriormente, o estilo de raciocínio é responsável pela delimitação das possibilidades de construção de seus objetos, além de estabelecer as bases de definição de parâmetros de veracidade e falsidade. No caso da psicanálise, por não se tratar somente de uma teoria, deve-se considerar também que sua racionalidade clínica em geral é solidária a seu estilo, o que, como indica Iannini (2012), mostra-se em diversos traços constitutivos de seu pensamento. Algo, como vimos, compatível com a redefinição de Hacking de seus “estilos de raciocínio” enquanto “estilos de pensamento e fazer científico” (Hacking, 2012), no tanto que essa ampliação visa dar conta da indissociabilidade entre o pensamento e as práticas. Somando-se ao trabalho de Dunker (2015), pode-se supor que esse estilo abarcaria a etiologia, a diagnóstica e a terapêutica psicanalíticas. Afinal, a negatividade não seria somente um modo de explicação causal dos quadros, mas também a própria definição dos quadros seria atravessada por ela, assim como a terapêutica, no que se deve atentar ao fato de que a psicanálise não define enquanto horizonte uma conscientização do inconsciente, mas a possibilidade de outras maneiras de lidar com a falta. Desse modo, boa parte das particularidades do pensamento psicanalítico pode ser lida nessa chave, de uma racionalidade que se constrói a partir da centralidade das noções de perda e de falta, de equívoco e de impossível. De negatividades.

Foi possível, até aqui, afirmar a compatibilidade entre o modo como a psicanálise compreende a historicidade do sujeito e a ideia mais geral de ontologia histórica defendida por Hacking. Trata-se da articulação entre a ideia de que os discursos produzidos sobre os indivíduos modificam as possibilidades de experiência — defendida por Hacking — e o reconhecimento, por Lacan, da emergência da ciência moderna como correlato da produção de uma modalidade específica de subjetividade. Trata-se, sobretudo, da concordância em relação ao fato de que os discursos produzidos modificam as possibilidades de experiência. Essa possibilidade de conjugação indica a pertinência do conceito de nominalismo dinâmico dentro do campo psicanalítico, fato que mesmo que não constitua uma grande novidade conceitual, indica um caminho de diálogo bem sedimentado entre psicanálise e filosofia da ciência. É claro, o modo dessa articulação não é direto, uma vez que a psicanálise parece se debruçar justamente sobre aquilo que resta na descrição de Hacking. Mais que isso, Hacking desenvolve a questão

de modo muito mais específico: o sofrimento é pensado a partir dos discursos que tomam os indivíduos como seus objetos. Na psicanálise, essa dinâmica é mais ampla, pois não responde somente aos momentos em que os indivíduos são tomados como objetos, mas aos efeitos produzidos pela própria posição do sujeito em relação à linguagem. Trata-se, desse modo, de uma acepção mais geral e mais estável, e que pode, inclusive, englobar a proposta de Hacking.

Nas páginas a seguir, trataremos dessas particularidades, especificamente em relação a como o modo de estruturação do pensamento modifica a compreensão de fenômenos aparentemente similares. Se essa discussão pode parecer somente uma querela teórica, veremos que, por se tratar de um campo clínico, as consequências dessas diferenças são inquestionavelmente relevantes, indicando, inclusive, a não separação — que propomos desde o início deste trabalho — entre epistemologia, ontologia, ética e política. E é justamente por causa dessa inseparabilidade que os efeitos éticos dessa diferença não podem ser negligenciados.

4.2 - O nominalismo dinâmico em outro estilo de raciocínio

O recurso ao conceito de estilos de raciocínio de Hacking, iniciado na primeira parte deste trabalho, pode ser bastante produtivo para explicitar certos pontos de distanciamento de seu nominalismo dinâmico em relação ao pensamento psicanalítico. Trata-se não somente de sustentar a argumentação de que a psicanálise constrói um estilo de raciocínio próprio, mas também de que a diferença entre estilos de raciocínio ajuda a explicar a diferença de compreensão em relação a certos pontos. Em particular, em relação a como são entendidos os transtornos mentais e seus sintomas, ou, de modo mais amplo, o sofrimento psíquico.

Vale repetir que o próprio autor jamais indicou esse caminho para pensar sobre a psicanálise, o que talvez explique, a nosso ver, alguns equívocos em relação a sua leitura de Freud apontados anteriormente⁵⁷. Como vimos em relação à comparação que faz entre Freud e Janet sobre o tema da verdade, Hacking parece não dar importância ao complexo desenvolvimento que Freud faz da questão, comparando, de fato, duas noções de verdade que demandariam um trabalho de comensurabilização para que não fosse equivocada. De qualquer maneira, tratamos a afirmação da psicanálise enquanto um estilo de raciocínio particular a partir

⁵⁷ Para sermos exatos, Hacking (2002/2009) indica a proposição de Forrester (1996) sobre um estilo de raciocínio baseado em casos, como apontado no capítulo anterior. Entretanto, não tece qualquer avaliação sobre o mérito da proposta, limitando-se a indicar a possibilidade de consideração de outros estilos de raciocínio para além daqueles tomados como exemplo por Crombie.

de nossa aplicação do pensamento de Hacking. Como argumentado anteriormente, acreditamos que sua própria apresentação da ideia de estilos de raciocínio permite uma amplitude bastante grande. Ademais, como vimos no primeiro capítulo, ele afirma a possibilidade de consideração de casos muito mais específicos. Independentemente disso, o esforço nos interessa justamente porque nos parece que a questão da negatividade, para além de ser um atributo de alguns objetos, é um traço estruturante do pensamento e da clínica psicanalítica.

De modo específico, resgatar esse conceito de Hacking exerce uma função imediata: indicar a insuficiência do nominalismo dinâmico para pensar os desenvolvimentos psicanalíticos. A ideia é que mesmo que o nominalismo dinâmico fosse adequado para tratar certos pontos de grande importância para a psicanálise, esse desenvolvimento seria apenas uma parte lateral no pensamento psicanalítico, subordinada a uma construção maior. Em outras palavras, é preciso notar que o modo como a plasticidade e a relação dos sintomas com a cultura em que eles existem é tomado como uma questão incontornável para a psicanálise, mas que passa longe de esgotar a problemática expressa por essa plasticidade.

Por outro lado, parece-nos que a ausência do que Hacking define enquanto uma “teoria geral de inventar pessoas” (Hacking, 2002/2009) pode ser apontado como aquilo que deixaria sua teoria apresentação frágil em termos causais. Algo que, como queremos demonstrar, é evitado pela psicanálise. De fato, a importância das formas de expressão do sofrimento e dos sintomas é secundária na medida em que a psicanálise não perde de vista algo que seria mais geral e estável. Isso não somente em termos teóricos, mas em relação à prática clínica. É por essa mesma razão que a intervenção clínica não pode ser reduzida à supressão de sintomas específicos ou a uma ideia de conscientização do inconsciente, tanto pelo fato de esse modo de proceder passar ao largo da causa do sofrimento (indicando a probabilidade de que este retorne com outro formato) como por não compreender o traço mais básico do inconsciente, que é a impossibilidade de conhecimento total. Algo que, como vimos, é largamente mobilizado pela questão da verdade. Desse modo, essa problemática mais geral à qual se subordinariam os sintomas (ao menos em seu sentido clássico) é justamente algo que se liga à dimensão da perda, como apresentamos anteriormente.

Essa diferenciação pode ser nomeada, como faz Dunker (2011; 2015), a partir da distinção entre mal-estar, sofrimento e sintoma. Isso não significa algo a-histórico; afinal, o próprio reconhecimento da importância da emergência da ciência moderna e do *cogito* apontam para o caráter contextual dessa dimensão geral que diz respeito ao modo de consideração dessa perda; trata-se, entretanto, de um traço mais estável do que a nomeação “transiente” comporta — restringindo-se a sintomas que reconhecidamente se modificam em curtos espaços de tempo.

Além disso, a ênfase dada a essa dimensão de perda da experiência não somente faz com que o entendimento do que é sofrimento e sintoma seja modificado, mas produz também uma reorganização da diagnóstica e da etiologia, estabelecendo pontos de tensão permanente em relação a outros modos de entendimento. Retomar o trabalho de Hacking neste ponto cumpre uma dupla função: indicar como o modo que o filósofo trabalha questões ligadas ao sofrimento psíquico apresenta uma limitação, por ter pouca profundidade em explicações causais; assim como indicar como outro modo de pensar sobre essas questões pode ampliar essa discussão de modo consistente, evitando alguns equívocos.

Lembremos, de saída, que há uma diferença marcante sobre o modo como Hacking pensa seu nominalismo dinâmico e a maneira como essa questão é mobilizada na psicanálise. Embora sejam compatíveis, Hacking se debruça sempre sobre as características positivas das patologias, aquilo que é expresso de modo explícito nos sintomas, não se debruçando sobre qualquer tipo de negatividade. O que se encontra é o estabelecimento de uma relação entre as bases de possibilidade daquilo que pode ser produzido enquanto saber (conhecimento profundo), os saberes efetivamente produzidos (conhecimento superficial) e seus efeitos ontológicos medidos a partir do reconhecimento de traços compartilhados entre os dois tipos de conhecimento, o discurso (e as práticas) e o comportamento dos indivíduos. Isso não deve, entretanto, ser tomado como se Hacking entendesse que os diagnósticos e as terapêuticas de fato dessem conta do sofrimento ao qual eles se relacionam. Em nenhum momento ele discute a efetividade dos tratamentos ou afirma que haveria uma relação de suficiência entre as classificações propostas e o sofrimento ao qual elas se referem. Isto é, ele não nega que haja algo que ultrapassa os diagnósticos em termos causais, ao contrário: diversas vezes ele indica a fragilidade das construções etiológicas, dos diagnósticos e das terapêuticas⁵⁸.

O filósofo não dá nenhum passo além disso em direção a qualquer reflexão sobre o que seria a causa do sofrimento. Talvez os únicos momentos em que se posicione são os momentos em que reproduz um entendimento biológico, amplamente difundido na psiquiatria hegemônica contemporânea. Trataremos disso a seguir. Por ora, basta dizer que na maior parte de seus escritos sobre nominalismo dinâmico e ontologia histórica, sobre psicopatologias transientes e sofrimento psíquico, ele se dedica quase que exclusivamente ao modo como as categorias propostas interagem com seus objetos — daí sua caracterização como tipos interativos.

Não há, tampouco nesse sentido, qualquer tentativa de explicação de por que esses elementos interagem dessa maneira; ao menos, não qualquer esforço explícito. Por que certas

⁵⁸ Essa posição crítica pode ser encontrada, de maneira explícita, em suas considerações sobre múltiplas personalidades (Hacking, 1995/2000), como apontado no Capítulo 2.

patologias são transientes? Por que os sintomas assimilam elementos culturais? Em última instância, o que falta é uma explicação etiológica que se debruce sobre a causa do sofrimento, e não simplesmente sobre seus modos de expressão. Isso, evidentemente, não seria um problema na obra de um filósofo da ciência, afinal o ponto central de seu trabalho é discutir a interatividade ou indiferença de certos tipos, e o modo como essas categorias auxiliam diversas discussões. Entretanto, como afirmado, essa questão torna-se problemática nos pontos em que transparece uma certa etiologia biologicista, a qual inclusive parece ser contraditória com boa parte dos argumentos do próprio autor.

Como vemos em *Múltipla personalidade* (Hacking, 1995/2000), há um esforço em caracterizar como saberes frágeis cientificamente podem produzir modos de experiência. Junto disso, há um esforço constante de crítica a um possível questionamento da *realidade* dessas doenças, indicando que a realidade deve ser entendida sempre como uma espécie de acordo, e que o caráter histórico de uma experiência não a faz menos real. Ora, nesse esforço há algo que vai além da mera descrição. Mesmo que Hacking não entre em detalhes sobre como esse processo se daria individualmente, há uma explicação geral que afirma o efeito retroativo da linguagem sobre a experiência. Entretanto, há dois elementos que indicam que existe uma hierarquização inerente e anterior que delimita o papel desse efeito retroativo, como modifica também algumas dessas considerações sobre a realidade. Isso produz uma predeterminação sobre as possibilidades de explicação desse funcionamento e estabelecendo uma diferenciação entre tipos de patologias. Esses dois elementos podem ser reconhecidos como a afirmação 1) de que há doenças mais reais do que outras e 2) de que essa realidade se liga a uma suposta indiferença encontrada em tipos de classificação que incluem substrato biológico. Tal argumentação é explícita em *Mad travelers* [Viajantes loucos] (1998) e *The social construction of what?* [A construção social do quê?] (1999), mas já pode ser reconhecida em passagens anteriores.

Nesses momentos, o autor parece limitar não somente o alcance de seu nominalismo dinâmico, mas também de suas proposições sobre a historicidade da ontologia. Mesmo que ele sustente, como vimos no segundo capítulo, que tipos interativos articulam-se a tipos indiferentes — ou seja, que o modo como se experiencia uma patologia não transiente continua sendo histórico —, há uma predefinição das possibilidades de experiência que responde ao biológico. Nesses casos, o caráter histórico da ontologia seria reduzido. O que nos parece problemático não é a consideração de que existam fatores orgânicos que limitem as possibilidades de experiência, mas o modo e a amplitude como essa limitação é tratada. Nesse sentido, Hacking parece incidir em dois equívocos: primeiramente, numa consideração

demasiadamente ampla de como o substrato biológico restringe as possibilidades, diminuindo a consideração de que o orgânico responde, ele mesmo, ao simbólico. Em segundo lugar, há um problema na consideração das patologias não transientes enquanto “mais reais”. Esse ponto estabelece uma tensão inevitável com a ideia de ontologia histórica, pois hierarquizaria modalidades de experiência, reduzindo o espaço de negociação sempre apontado pelo próprio autor. Isso deve ser examinado em detalhes.

Nosso objetivo, ao retomar criticamente essa parte da obra de Hacking, não é rejeitar o trabalho do autor, mas justamente propor que há um ponto de partida que limita a compreensão de certos casos, e produz equívocos. Desse modo, pretendemos tanto abordar as limitações presentes nesses pontos e indicar um modo mais apropriado de consideração dessas questões quanto defender que, a partir de um estilo de raciocínio diferente — ou na conjugação com outro estilo —, os próprios conceitos do autor ganhariam potência. Trata-se, portanto, de uma reafirmação da pertinência do trabalho de Hacking a partir da ampliação de seu emprego como modo de responder a alguns limites. Para tanto, será realizada 1) uma apresentação de como a psicanálise propõe que essas questões sejam abordadas, em que a o caráter transiente dos sintomas seja subordinado a um entendimento causal mais amplo e estável, para então 2) colocarmos o foco na descrição do modo como alguns limites podem ser encontrados na obra de Hacking (retomando as passagens em que Hacking explicita esse viés biologicista), a fim de 3) retomarmos o centro do argumento de que o modo de pensamento psicanalítico fornece bases mais interessantes para o tratamento dessas questões a partir da centralidade da questão da causa. O primeiro ponto será desenvolvido nas próximas páginas, os outros dois serão tratados no próximo capítulo.

O sentido dos sintomas e os processos analíticos

O primeiro ponto que deve ser abordado, partindo da ideia de falta enquanto algo estrutural no pensamento psicanalítico, diz respeito ao modo de compreensão dos sintomas e do sofrimento. Devemos lembrar que Freud afirmou, em diversos momentos, o caráter contextual dos sintomas, os quais deveriam ser compreendidos tanto em suas relações com a história pessoal de cada paciente como dentro de seu momento histórico. É o que afirma em 1917, em uma de suas novas conferências introdutórias intitulada “O sentido dos sintomas” (Freud, 1917b/2014). Segundo o psicanalista, existem os sintomas “típicos”, que são aqueles que gozam de certa estabilidade: “eles são mais ou menos iguais em todos os casos; neles desaparecem as diferenças individuais, ou pelo menos elas se reduzem de tal maneira que se

torna difícil juntá-las à vivência individual do doente e relacioná-las com situações específicas vividas por ele” (Freud, 1917b/2014, p.361). Por outro lado, há os sintomas que apresentam uma relação específica com as vivências particulares de cada paciente, possibilitando o que o autor chama de “interpretação *histórica*” (*ibidem*, p.361), remontando a história de cada indivíduo. Segundo ele, entretanto, não haveria uma diferença radical entre os dois tipos de sintomas:

Com a seguinte reflexão busco oferecer um consolo aos senhores: não há por que supor a existência de uma diferença fundamental entre um tipo e outro de sintoma. Se os sintomas individuais dependem tão claramente das vivências do doente, resta a possibilidade de que os sintomas típicos remontem a vivências específicas, típicas em si mesmas e comuns a todos. Outros traços recorrentes na neurose podem constituir reações gerais que são impostas aos doentes pela natureza da alteração patológica como as repetições e as dúvidas da neurose obsessiva. (Freud, 1917b/2014, p.363)

É importante notar que Freud não deixa de dar grande importância aos sintomas típicos por sua estabilidade, ao afirmar que esses sintomas “parecem resistir a uma fácil remissão histórica” (*Ibidem*, p.363). Vemos, entretanto, que é possível afirmar uma dupla historicidade em um sintoma: se, por um lado, ele responde — como bem estabelece Hacking (1995/2000; 1998, 1999, 2002/2009) — ao contexto social e cultural no qual se insere, utilizando elementos disponíveis na circulação simbólica para se expressar; por outro, há uma historicidade mais específica, que diz respeito à história de cada um dos indivíduos. Isso é importante uma vez que o caráter mais “geral” dos sintomas típicos não indica uma negação de sua individualidade. O fato de que essas instâncias não sejam excludentes, mas inclusive articuladas, aponta que um sintoma individual sempre se expressa a partir de elementos simbólicos disponíveis, assim como um sintoma típico sempre se entrelaça à história individual de cada um. Esse entrelaçamento de algo reconhecido com maior generalidade com a historicidade da vida individual ganha força justamente a partir do entendimento etiológico do sintoma, em que a palavra *sentido* não é sem consequências.

Esse tipo de articulação se faz presente no pensamento lacaniano em diversos momentos. Se podemos encontrar, em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” (Lacan, 1953/1998, p.322), a afirmação de que o analista deve alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época, o modo de compreensão dos sintomas dentro de um sistema simbólico em que os termos se relacionam a partir de suas diferenças se faz presente de diversas maneiras, como bem exemplificado em *O mito individual do neurótico* (Lacan, 1953b/2007). Entretanto, isso não responde à pergunta sobre a causa. Que os sintomas sejam entendidos como inseparáveis

dos significantes disponibilizados culturalmente não indica qual seria o modelo etiológico de compreensão, nem qual será seu papel dentro de um processo psicanalítico.

Voltemos a Freud. Partamos de uma afirmação precisa, presente em um momento posterior daquela mesma conferência de 1917, em que Freud afirma que “a formação do sintoma é um substituto para alguma coisa que não aconteceu” (Freud, 1917b/2014, p.373). Há aí maior clareza sobre a necessidade de compreensão do sintoma não como algo que deve ser tomado enquanto alvo principal do pensamento clínico, mas como efeito de um processo cuja causa deve ser buscada. Desse modo, a constituição simbólica do sintoma se faz possível a partir da apreensão dos elementos disponíveis, mas a sua inserção se produz a partir de uma espécie de intencionalidade, indicada pela palavra “substituto”.

Isso significa, inclusive, que o sentido que uma palavra contém dentro de uma construção sintomática não corresponde, necessariamente, ao sentido que ela tem socialmente. Isso é muito bem exposto, por exemplo, numa apresentação de Radmila Zygouris, em que uma paciente falava sobre certo medo de ser pedófila em um sentido absolutamente particular (Zygouris, 2015). O caráter individual do sentido do sintoma é sempre central, uma vez que o sintoma não se encerra em si mesmo: “No ‘sentido’ de um sintoma reunimos duas coisas: sua procedência e sua destinação ou motivação, ou seja, as impressões e as vivências que o acarretaram e o propósito a que serve” (Freud, 1917b/2014, p.379). Se um sintoma tem procedência e destinação próprias, se ele é causado por algo específico e serve a um propósito, então o sintoma em si é algo que fala sobre outra coisa, um deslocamento. Um deslocamento que se liga ao recalque, ao trauma, àquilo que não é suportado de forma direta no simbólico.

Poucos anos depois, em “Psicologia das massas e análise do eu” (Freud, 1921/2011), Freud apresenta a relação entre sintoma e identificação. Ele indica não somente a célebre ideia de contágio — em que adolescentes se identificam com uma colega que sofre com uma carta de amor —, mas também traços mais específicos sobre a identificação com sintomas tanto do objeto de desejo (a tosse da filha igual à tosse do pai), como com sintomas do objeto de rivalidade (a filha que se identifica com os sintomas da mãe, por culpa). Desse modo, vê-se como o sentido do sintoma não pode ser depreendido de sua expressão, tornando indispensável uma consideração etiológica que considere sua inserção no discurso para que seja compreendido. Desse modo, como insistirá Lacan a partir de sua assimilação da linguística estrutural, o valor de um sintoma deve ser compreendido a partir da lógica significante, em que não há valor *a priori*, mas sim como resultante de um sistema de diferenças. Um sistema de diferenças que orbita, na psicanálise, em torno de ideias como falta, recalque, verdade. Como aponta Lacan:

Essa reforma do sujeito, que é aqui inauguradora, deve ser relacionada com a que se produz no princípio da ciência, comportando esta última um certo adiamento no que tange às questões ambíguas a que podemos chamar questões da verdade. É difícil não ver introduzida, desde antes da psicanálise, uma dimensão que poderíamos dizer do sintoma, que se articula por representar o retorno da verdade como tal na falha de um saber. Não se trata do problema clássico do erro, mas de uma manifestação concreta a ser “clínicamente” apreciada, onde se revela, não uma falha de representação, mas uma verdade de uma referência diferente daquilo, representação ou não, pelo qual ela vem perturbar a boa ordem [...] (Lacan, 1966b/1998, p.234-35)

Vemos, nesse sentido, como Lacan localiza o sintoma enquanto um retorno da verdade, esta entendida nos moldes como trabalhamos até agora. Ele se mostra, portanto, como sendo algo que articula um elemento presente na cultura a algo proveniente da divisão do sujeito, e que fala. Apresenta-se, como ele mesmo observa, na falha de um saber. É importante lembrar que, apesar de a verdade se apresentar enquanto um sintoma positivo, isso não exclui sua negatividade. Como afirma Dany Nobus,

Embora a verdade de um sintoma, sua emergência de desaparecimento, resida no significante, essa verdade deve ser situada primariamente no nível do inconsciente, isto é, dentro de um discurso do qual o sujeito consciente é barrado. O sujeito do inconsciente ausente não previne o inconsciente de se expressar. Ao contrário, como Lacan ousadamente demonstrou com uma longa figura retórica, a verdade (o fato de que não há sujeito no inconsciente) fala vigorosa e eloquentemente. (Nobus, 2002, p.108-109, tradução nossa)

Nobus inclusive define a verdade enquanto “o fato de que não há sujeito no inconsciente”. É uma fórmula possível, sem dúvida, se considerarmos que a noção de sujeito aí estaria sendo mobilizada enquanto algum tipo de organizador, de maneira que sua ausência remeteria aos diversos elementos que temos nomeado a partir do termo “negatividade”. Mas, para além disso, o autor é bastante claro em sua afirmação de que essa verdade fala, e para isso utiliza as palavras disponíveis. Trata-se, como vimos com Milner (1992/2010), de não tomar o corpo biológico como referência, o que é possível a partir da incidência do significante. A retirada do sintoma de uma racionalidade que o entenda somente como efeito de um processo em que seria possível estabelecer uma causalidade orgânica inequívoca — ainda que carregasse certa plasticidade em relação a suas expressões — nos leva a um tipo de pensamento em que a contingencialidade e a variabilidade presentes nos modos de expressão colocam uma questão sobre a causa. Sintomas fenomenologicamente similares podem ter sentidos muito diferentes para cada um; podem ter procedências, destinações e propósitos variados. Nesse sentido, não é uma racionalidade que

encontraria uma mera dificuldade em estabelecer bases orgânicas que expliquem satisfatoriamente os sintomas, mas em reconhecer um funcionamento cuja busca por processos biológicos que explique sua causalidade se mostraria improdutiva.

Embora Freud indique, em diversos momentos, a hipótese de uma relação direta com processos orgânicos, sua etiologia não deixa de indicar que tais processos não seriam indiferentes, mas também responderiam ao simbólico e ao inconsciente. Essa plasticidade acompanha, pode-se dizer, o reconhecimento de um funcionamento em que não é possível distinguir totalmente nem o patológico do não patológico, tampouco indicativos de avanço ou de estagnação do tratamento. Quer dizer, o próprio funcionamento do processo clínico acontece de maneira particular, já que momentos parecidos podem ter sentidos absolutamente diferentes dependendo daquilo ao qual respondem. Como afirma Freud em “Construções em análise” (1937/2018), são os efeitos que indicam o sucesso. Se é possível afirmar que Freud oscila, em alguns momentos, sobre a causalidade orgânica, Lacan é cristalino em relação à sua ruptura, que não deve ser entendida como a negação de processos orgânicos, mas como a desconsideração de qualquer vantagem que possa ser tirada de explicações etiológicas com base biológica.

Se Lacan afirma essa ruptura em “Formulações sobre a causalidade psíquica” ([1946]1966/1998) e a retoma com grande centralidade em seu seminário sobre *As psicoses* (Lacan, 1955-56/1985), vale lembrar que esse tema não deixa de ser abordado em diversos outros momentos. Isso porque o modo como realiza seu retorno aos conceitos freudianos já carregava os traços centrais disso que temos afirmado constituir uma estruturação particular do pensamento lacaniano baseado na negatividade — os quais, seria possível afirmar, são traços propriamente freudianos.

Sintoma e verdade

Essas considerações são solidárias ao modo de compreensão do sintoma enquanto manifestação da verdade, e incidem diretamente nos modos de condução do tratamento. É o que vimos, por exemplo, nos comentários sobre o caso de Kris (Lacan, 1953-54/1986; [1958] 1966/1998). O percurso sintético que realizamos anteriormente — apresentando como a problemática da resistência carrega consigo várias questões que dizem respeito aos fundamentos da clínica e do pensamento psicanalítico — teve como um de seus objetivos localizar o modo como Lacan busca em Freud elementos para sustentação de um modo de pensamento que tem, como elementos organizadores, noções críticas e negativas (entre elas:

equivoco, impossível etc.). Entre esses elementos, a noção de *verdade* parece se destacar como um operador que transita com diferentes funções: ela é mobilizada em discussões epistemológicas assim como em discussões clínicas e ontológicas, indicando pontos de reciprocidade dessas instâncias. Em relação à questão que temos como foco neste momento — a saber, o modo de compreensão dos sintomas dentro do pensamento psicanalítico —, já indicamos como a verdade apresenta uma relação direta com o sintoma. Essa relação consistia, inclusive, em um ponto de crítica do psicanalista francês em relação à comunidade analítica, especialmente em relação ao modo como a técnica psicanalítica era empregada. Como Lacan afirma, ainda em “Intervenção sobre a transferência” ([1951] 1966/1998),

Se Freud assumiu a responsabilidade — ao contrário de Hesíodo, para quem as doenças enviadas por Zeus avançavam para os homens em silêncio — de nos mostrar que existem doenças que falam, e de nos fazer ouvir a verdade do que elas dizem, parece que essa verdade, à medida que sua relação com um momento da história e com uma crise das instituições nos parece mais claramente, inspira um temor crescente nos praticantes que perpetuam sua técnica. (Lacan, [1951] 1966/1998, p.216)

Portanto, como apontamos rapidamente há pouco, a articulação da verdade com o sintoma pode ser entendida de uma dupla maneira: como a expressão momentânea de um conflito que está ali positivado (o sintoma carrega a verdade de algo que não funciona), mas também como algo que aponta para além dessa positividade, indicando que ademais dessa expressão momentânea há algo que não se esgota nos conteúdos mobilizados. A primeira forma, ligada a um conteúdo específico, também é referida por Lacan como diferentes “desenvolvimentos da verdade” em um processo analítico (que não é a mesma coisa que a verdade no sintoma); momentos em que, a partir de uma interpretação, uma virada dialética inaugura um discurso em que a verdade opõe-se à narrativa (saber) antes estabelecida (*ibidem*). Esses desenvolvimentos da verdade, entretanto, são interpretados, produzindo novas inversões dialéticas e novos desenvolvimentos de verdade.

É solidária a esse funcionamento a ideia de inesgotabilidade dessa dialética, de modo que não haveria uma verdade que se diria por inteiro (Lacan, 1973/2003), e também que a positividade presente na “fala” de uma verdade virará um saber e poderá ser contraposta a uma “nova” verdade. Um funcionamento semelhante àquele indicado, na primeira parte deste trabalho, em relação à negação e sua articulação com o desejo: uma negação que aponta para o caráter ainda conflitivo de representações intelectuais que permanecem recalcadas em relação

ao afeto, mas que também aponta, como indica Safatle (2014), para a impossibilidade contida em qualquer representação em ser adequada à satisfação.

Assim, a verdade do sintoma articularia, de um lado, o caráter disruptivo de algo que emerge enquanto expressão daquilo que não funciona, e de outro, a impossibilidade de funcionamento sem restos ou conflitos. Nesse sentido, a outra ponta dessa articulação do sintoma que aponta para algo mais perene do que expressões pontuais (ou transientes, para empregar o termo de Hacking) demanda uma outra noção; uma noção que dê conta da sustentação de que os conflitos não se resumem à sua expressão positiva, tampouco que resoluções pontuais esgotam os problemas (daí terapêuticas que trabalham somente com remissão sintomática poderem ser consideradas como somente produção de deslocamentos). É necessário, portanto, algo mais amplo e originário. Lembremos, como afirmado há pouco, que Freud afirma que os sintomas carregam procedências e destinações, as quais são, ao mesmo tempo, individuais e coletivas. Assim, para além da consideração do sintoma como algo que ultrapassa o sentido individual, também é possível reconhecer que ele guarda uma articulação com sentidos coletivos, já que se insere no universo simbólico determinado pela cultura. De modo que é possível afirmar que essa instância mais ampla e originária em relação aos sintomas não tenha relevância somente em termos individuais, mas seja reconhecível como um traço geral.

Mal-estar, sofrimento e sintoma como efeitos da negatividade

Talvez a ideia mobilizada com maior popularidade, nesse sentido, seja a de mal-estar, apresentada por Freud em seu célebre *Mal-estar na civilização* (Freud, 1930). Nesse ponto, é interessante notar que há um movimento de localização da produção de uma perda que guarda suas semelhanças com o recurso lacaniano ao *cogito* como fundador de uma subjetividade moderna (o qual, como vimos, pode ser aproximado do diagnóstico da Modernidade de Husserl), e que reforça a ideia de estruturação de um pensamento a partir de uma ideia de negatividade. O mal-estar seria, assim, um dos efeitos possíveis dessa perda. No início de seu texto, Freud levanta hipóteses para compreender a hostilidade em relação à civilização, algo que seria um dos efeitos desse mal-estar. Ao apontar uma hipótese, ele reintroduz a ideia de privação, de maneira extremamente corriqueira:

Descobriu-se que o homem se torna neurótico porque não pode suportar a medida de privação que a sociedade lhe impõe, em prol de seus ideais

culturais, e concluiu-se então que, se estas exigências fossem abolidas ou bem atenuadas, isto significaria um retorno a possibilidades de felicidade. (Freud, 1930/2010, p.45)

Vê-se, portanto, que em Freud não somente a ideia de perda se liga à de civilização, mas que se pode pensar que há uma perda inevitável no processo civilizatório. Uma perda ligada à privação de satisfação pulsional, incontornável na socialização. A clínica psicanalítica, como bem apontado, debruça-se sobre esse tipo de questão. É curioso notar que Freud não se preocupa tanto em definir exatamente o que chama de mal-estar, embora articule diversos termos como infelicidade, insatisfação, indisposição, hostilidade etc. O problema, afirma ele, é que não parece correto afirmar que seria possível extinguir totalmente essa indisposição, numa constatação próxima a outras afirmações de limites do trabalho analítico, como a impossibilidade de análise completa de um sonho sem que reste seu “umbigo”, ou mesmo de que um tratamento analítico esgote os conteúdos a serem analisados (Freud, 1937b/2018). O que indica que, para além de um pressuposto ontológico, o mal-estar liga-se à própria clínica e seus impossíveis.

Mais que isso, interessa especialmente o fato de que o mal-estar em si, que já se mostra como uma noção disforme e um tanto indefinida, tampouco pode ser considerada causa, mas sim efeito de algo que faz parte da constituição da subjetividade em uma sociedade civilizada. Tem-se, portanto, uma ideia originária de perda ligada a algo que a civilização não parece conseguir suprir, algo que se coloca como um impossível produzido por esse processo.

Deve-se considerar que Freud não deixa de diagnosticar impossíveis também fora da clínica, numa linha de pensamento amplamente compatível com a ideia de um diagnóstico de perda relativo à Modernidade, enquanto projeto incapaz de realizar seus anseios de educar, governar e psicanalisar (Freud, 1933/2010). A impossibilidade da realização completa do projeto civilizatório aparece, portanto, como um ponto limite da clínica, o qual, ao mesmo tempo que pode ser entendido como sua causa, também se coloca como algo que não pode jamais ser resolvido — embora não se abandone a ideia de poder lidar de maneiras melhores com isso. Trata-se, nesse sentido, de uma negatividade que, ao mesmo tempo que constitui um limite do tratamento possível, estabelece uma causalidade específica que remete à verdade dessa perda. Como indica Dunker,

Há várias maneiras de ler, com a psicanálise, este duplo diagnóstico histórico da modernidade como perda da experiência e como experiência da perda. A mais simples e amplamente empregada por Freud consiste em sincronizar as experiências particulares de negatividade e de não identidade, que marcam a

constituição do sujeito, com experiências universais, que descrevem a gênese lógica do sujeito, dos grupos, das massas e da civilização. (Dunker, 2011, p.123)

Lacan, por sua vez, retoma os impossíveis freudianos adicionando um quarto, que aprofunda essa relação de perda de experiência: o impossível de desejar (Lacan, 1969-70/1992). Não obstante, pode-se afirmar que o psicanalista francês desdobra o diagnóstico de perda, intensificando-o e propondo diversas outras possibilidades antes não exploradas. Algo compatível com o que foi exposto anteriormente sobre diagnósticos da Modernidade e a estruturação do pensamento psicanalítico. Nesse sentido, a racionalidade clínica presente nesses desenvolvimentos implica a consideração do sintoma e do sofrimento não como expressões de um conflito pontual, mas sim como elementos que devem ser inseridos nessa racionalidade construída em torno de uma negatividade. Ou, se retomarmos as palavras de Lacan citadas alguns parágrafos atrás, que orbita em torno da *verdade*.

Não é por acaso que Dunker (2011) irá propor a tríade mal-estar, sofrimento e sintoma, partido do pressuposto de que essas categorias partilhariam uma homologia, uma origem comum ligada à experiência de perda. Desse modo, o sofrimento seria um tipo de expressão do mal-estar, que demanda algum tipo de reconhecimento social; ele também pode se articular ao sintoma, mas não necessariamente, dado que há sintomas que não causam sofrimento ao sujeito (deve-se considerar também que um sintoma pode causar sofrimento aos outros). Nesse sentido, os sintomas seriam mais bem definidos enquanto aquilo que expressa, a partir de elementos simbólicos, um modo mais determinado da disfuncionalidade inerente à civilização:

Como em toda patologia psíquica, o centro causal é a perda de experiência, aquilo que Freud chamava de trauma, enfatizando as dificuldades de lembrar e subjetivar a experiência, e que Lacan chamava de Real, enfatizando seu caráter repetitivo e refratário a nomeação. Essa experiência impossível, que não cessa de se repetir — sem se inscrever perfeitamente —, que retorna de modo traumático, trágico e falho, representa a figura conceitual da gênese do mal-estar (*Unbehagen*). (Dunker, 2015, p.34)

A principal questão que nos interessa neste momento é o modo como os sintomas podem ser entendidos não como conflitos pontuais e isolados, mas como efeitos ou expressões de algo da ordem dessa referida “perda de experiência” enquanto traço da subjetividade moderna. O sintoma pode ser entendido, assim, como o resultado de uma operação de recorte e definição de parte do mal-estar que, por um lado, passa longe de esgotá-lo; e, por outro, apresenta o risco de normatização a partir da escolha por uma estabilidade discursiva: “O ato de designação do sintoma inscreve o mal-estar e o sofrimento em um novo registro de discurso, em uma nova

ordem de prescrições, interdições, hospitalizações e cuidados” (Dunker, 2015, p.24). Esse tipo de consideração já parte, entretanto, de um tipo de racionalidade que imputa ao sintoma um lugar circunscrito de efeito de algo maior, embora, como temos visto, o modo como essa circunscrição é realizada produz efeitos na própria experiência⁵⁹.

Reafirma-se, portanto, a tese que temos defendido sobre o sintoma enquanto um signo pontual de um funcionamento que remete ao mal-estar enquanto fenômeno mais amplo e disforme: “Mal-estar (*Unbehagen*) não indica algo transitório ou crônico e tratável como sintoma nem uma precariedade moral de circunstâncias como o sofrimento, mas uma condição, um modo de estar no mundo” (Dunker, 2015, p.234). Este, por sua vez, pode ser reconhecido a partir de narrativas que tratam do sofrimento. Portanto, o modo de estabelecimento dessa noção de mal-estar, enquanto algo amplo e reativo a tentativas de reificação, é assimilado em processos de circulação social, em que o sofrimento se mostra um passo na possibilidade de reconhecimento. Como afirma o autor,

o mal-estar se mostra na finitude de nosso corpo, na precariedade de nossos acordos humanos, em nossa disposição à repetição e à angústia, resistindo à vagueza de sua nomeação, o sofrimento determina-se pela narrativa e pelo discurso nos quais se inclui ou dos quais se exclui. Retenhamos que os termos pelos quais a psicanálise fala da passagem do mal-estar ao sofrimento designam, antes de tudo, usos locais da linguagem: *romance* familiar do neurótico, *teorias* sexuais infantis, *mito* individual do neurótico, *ética trágica* da psicanálise. Romance, teoria, mito ou tragédia são categorias formais, gêneros literários ou discursivos que nos mostram como há um trabalho social da linguagem que se cruza na determinação do sofrimento. (Dunker, 2015, p.25)

Para além de todas as possibilidades de discussão abertas por Dunker nessa proposição, que tem como traço inovador a condução da noção de sofrimento como algo que deveria ser abordado frontalmente pelo pensamento psicanalítico, interessa-nos aqui o ponto em que essa construção apresenta aproximações e distanciamentos com o pensamento de Ian Hacking, o que, ressaltamos, pode ser entendido como um efeito da estruturação do pensamento psicanalítico em torno de noções negativas.

Como foi visto, Hacking é preciso ao indicar o modo como a discursividade (que tem sintomas como objetos) produz efeitos nos modos de experiência dos indivíduos — algo, portanto, compatível com o entendimento psicanalítico sobre o que é um sintoma. Entretanto,

⁵⁹ É também por essa função de explicitação da disfuncionalidade que o sintoma, em sua compreensão psicanalítica, é muitas vezes remetido às proposições de Marx sobre a mais-valia enquanto expressão de uma perda inerente ao sistema econômico (Dunker, 2015).

a psicanálise dá um passo a mais nessa compreensão, de modo que não somente o sintoma é entendido como algo que modifica a experiência, mas também algo que responde ao modo como se lida com a perda, essa colocada como elemento central. Não à toa a noção de *verdade* assume uma relação direta com essa perda, apontando tanto a disrupção do sistema a partir da introdução (ou reintrodução) de um elemento que perturba seu funcionamento — afinal, a verdade que se opõe ao saber exige uma reorganização simbólica em sua emergência — quanto a inesgotabilidade desse funcionamento. Indica, assim, que o sistema nunca poderá ser completamente estabilizado. É quando o equívoco (momentâneo) transforma-se em impossível. Isso, como afirma Dunker, pode ser considerado a verdade do sintoma, “o seu mal-estar” (*ibidem*, p.190). Afinal, o próprio sintoma carrega uma dimensão de perda em relação à sua própria função, ele não se encerra em si mesmo.

Essa ideia, como apresentado, já se encontra presente em Freud, mas tomará ares mais dramáticos por ser centralizada por Lacan. Desse modo, se essa negatividade estruturante já poderia ser reconhecida na teoria freudiana (Safatle, 2007), ela será o motor de diversas experiências de teorização, demonstração e formalização em Lacan (Badiou, 2013; Porge, 2007/2010), como apontamos no capítulo anterior. Há aí uma distância considerável entre a psicanálise lacaniana e a psicanálise freudiana, embora seja possível afirmar que ambas partilham o mesmo estilo de raciocínio. Mas o modo como essa negatividade coloniza o questionamento da produção de conhecimento coloca uma diferença que não pode ser ignorada. Isso porque no modo de pensar a clínica, nisso em que ela implica ou produz considerações ontológicas sobre o sujeito — ou mesmo em tentativas de ultrapassamento desse conceito (sujeito) como em noções de falasser (Boní Junior, 2018)—, a centralidade da perda e da negatividade mostra-se inegável, atravessando o ensino do psicanalista em seus diversos momentos.

Embora não tenhamos tratado de cada uma das formas que a falta ou a perda podem assumir no pensamento lacaniano, o que apresentamos no capítulo anterior e neste é suficiente para reforçar o papel constitutivo que essa negatividade apresenta no estabelecimento de um modo de pensar e delinear seus objetos. Algo que pode ser nomeado, inclusive, como consequências de uma *ontologia negativa* (Dunker, 2007; Safatle, 2006, 2007).

Nesse ponto é possível retornar à discussão com Hacking, de modo a considerar os pontos de afastamento entre sua teoria e o pensamento psicanalítico no que diz respeito ao sofrimento psíquico. Essa distância, como tentamos demonstrar, parte da diferença da diagnóstica em que elas se inserem, as quais, por sua vez, distinguem-se pela presença da negatividade como ponto central no estilo de raciocínio sobre o qual a psicanálise se constrói. Vale lembrar que

diagnóstica não deve ser confundida com diagnóstico em seu sentido tradicional de reconhecimento de uma patologia num sentido restrito, mas como “reconstrução de uma forma de vida”, entendida como “refazer os laços entre trabalho, linguagem e desejo, pensando a patologia — que se exprime no sintoma, no mal-estar e no sofrimento — como uma patologia do social” (Dunker, 2015, p.24). Trata-se, portanto, da localização daquilo que perturba, não como mau-funcionamento de uma parte de um sistema que deveria funcionar sem problemas, mas da compreensão das contradições e disrupções enquanto efeitos da própria constituição de formas de viver. Essa diagnóstica psicanalítica é, então, estruturada a partir de uma negatividade, a qual é inseparável do modo como o sintoma é compreendido, articulado ao sofrimento e ao mal-estar.

Relacionando essa passagem com o que foi afirmado sobre a verdade, vê-se o papel central que o termo ocupa na economia conceitual psicanalítica, servindo enquanto uma espécie de termo intermediário entre o impossível e o estável, aparecendo enquanto equívocos e disrupções que escrevem esse impossível. Desse modo, vê-se a sofisticação da construção do pensamento psicanalítico para o estabelecimento de uma diagnóstica que não localize o sintoma como questão em si a ser tratada, mas como deslocamento de algo que não somente ganha outras formas menos normativas, como também é entendido como expressão de algo, no limite, intratável.

Isso não deixa de incluir a historicidade do sofrimento, dos sintomas ou mesmo da subjetividade. Como vimos, a psicanálise trabalha com um diagnóstico histórico num duplo sentido: por um lado, há a historicidade de expressões e reconhecimentos locais de sintomas e sofrimentos, marcada pelos elementos simbólicos disponibilizados pela cultura em voga — nesse ponto, o nominalismo dinâmico de Hacking mostra grande compatibilidade; as formas de sofrer, os sintomas, e as possibilidades de experiência, em geral, são históricas —; por outro, a psicanálise coloca seu foco nisso que ficaria “de fora” dessas expressões positivadas, indicando que os discursos e as práticas atuantes acarretariam, necessariamente, um tipo de perda. Esta consideração também inclui uma historicidade, já que o modo como se lida com essa perda seria contextual. Para Lacan, a emergência do sujeito da ciência inauguraria um modo específico de lidar com a perda; algo contextual, porém com certa estabilidade. Ademais, residiria na consideração dessa dimensão da perda, da negatividade, a possibilidade de explicação causal desse funcionamento. Esse é um ponto central na diferenciação entre formas de lidar e pensar sobre o sofrimento psíquico, que consiste no modo como, nas palavras de Lacan, trata-se a verdade como causa. Veremos isso no próximo capítulo.

Capítulo 5 – Verdade e causa

Como temos defendido no decorrer dos últimos capítulos, as proposições de Hacking sobre nominalismo dinâmico e ontologia histórica apresentam diversos pontos de compatibilidade com o pensamento psicanalítico. A ideia de que os discursos produzidos sobre os indivíduos determinam e modificam possibilidades de experiência é claramente compatível tanto com o entendimento psicanalítico sobre a plasticidade dos sintomas quanto com a proposição de que a Modernidade inaugura um modo particular de subjetividade.

Entretanto, a psicanálise dá um passo a mais, ao propor não somente um reconhecimento de correlação entre conhecimento científico e efeitos ontológicos. Pois, se Hacking afirma que a expansão do pensamento científico para áreas até então ocupadas por outras modalidades de saber — como a mística ou a religião — constitui mudanças nas possibilidades de experiência dos indivíduos (momento localizado, pelo autor, como de emergência das ciências da memória), a psicanálise vai um pouco adiante: além de reconhecer a reciprocidade entre subjetividade e contexto cultural, oferece um diagnóstico mais geral sobre como um modo de pensar, exemplificado pelo *cogito* cartesiano, instauraria uma modalidade específica de subjetividade mais ampla — a qual seria responsável pela repetição de um traço comum à experiência moderna nomeado, por Dunker (2015), como experiência de perda.

Nesse sentido, haveria uma diferença com aquilo que é considerado como conhecimento profundo, nos termos de Hacking. Se, para o filósofo canadense, a modificação responsável pela abertura das possibilidades sobre as quais ele se debruça é a aceitação de que há fatos sobre a memória a serem conhecidos, o ponto de ancoragem a partir do qual a psicanálise pensa o estabelecimento de um modo de subjetividade é mais amplo, algo que engloba as ciências da memória, mas não somente.

Esse passo a mais dado pela psicanálise não significa, de partida, nenhuma exclusão em relação às propostas de Hacking. Tanto a ideia de nominalismo dinâmico como a de ontologia histórica são amplamente compatíveis com esse diagnóstico da Modernidade, especialmente se considerarmos que os trabalhos mais específicos de Hacking constituiriam relatos pormenorizados de fenômenos que não escapam a esse diagnóstico. É coerente, inclusive, considerar que a psicanálise só se constituiu da maneira como aconteceu porque houve essa expansão do pensamento científico para outras áreas, modificando tanto as possibilidades de emergência de novas disciplinas, como também influenciando nos modos de expressão sintomática, de reconhecimento do sofrimento, de consideração do mal-estar. Lembremos, por exemplo, que Dunker (2011, 2015) trabalha constantemente com a categoria de *formas de vida* enquanto o

estabelecimento de possibilidades de entrelaçamento de trabalho, linguagem e desejo. Categoria essa bastante próxima daquilo que Hacking define como *nicho* (Hacking, 1998a). Ambas as proposições são esforços para reconhecer as condições de possibilidade de reconhecimento do sofrimento e de inclusão dos sintomas dentro de um universo simbólico contextual.

Isso permite, como temos afirmado, que os dois caminhos traçados (pela psicanálise lacaniana e pela filosofia da ciência de Hacking) cheguem a posicionamentos similares em diversos momentos. É exemplar, nesse sentido, a constante afirmação de Hacking sobre os riscos de se perguntar sobre a realidade de uma doença. Um dos pontos centrais de *Múltipla personalidade e as ciências da memória* (1995/2000) é a afirmação de que, embora as explicações etiológicas para o transtorno dissociativo fossem extremamente frágeis — de modo que a patologia em si poderia ser considerada como efeito de um processo acima de tudo discursivo —, isso não diminui o sofrimento das pessoas. Ou seja, ele sustenta o reconhecimento do sofrimento de patologias que considera serem efeitos de processos culturais. É, em larga medida, sua posição em relação ao que chama de patologias transientes.

Isso não significa, insistimos, um entendimento construcionista. Como foi apresentado no primeiro capítulo, Hacking apresenta-se de modo crítico ao construcionismo social do conhecimento. Segundo o autor (Hacking, 1999; 2000), que a palavra social deva ser associada à produção de conhecimento, isso é claro. Retomando de forma sintética o que foi trabalhado em mais detalhes anteriormente, ele afirma que há um grau inescapável de contingência e de atravessamentos culturais no estabelecimento das bases do conhecimento, e também em diversos momentos em que é necessário fazer algum tipo de escolha que não consiste somente numa escolha epistemológica ou metodológica. Entretanto, passado esse momento inicial, o grau de contingência diminui drasticamente, de modo que a variabilidade de como esse processo pode se desdobrar é baixa. Sinteticamente, pode-se pensar que as perguntas são contingentes, mas as respostas são necessárias. Nesse sentido, por mais que Hacking sustente uma posição não normativa em relação à epistemologia e à metodologia (há variação e não há nenhum parâmetro que garanta a superioridade de um estilo sobre outro), ele critica a tradição construcionista, o que preserva um importante traço de valoração do conhecimento produzido. Entretanto, como sabemos, isso não deve ser tomado como ignorância sobre a interação entre conhecimento e certos objetos, a partir do que ele define a interatividade dos tipos. A combinação dessas duas posições aparentemente opostas resulta em uma abordagem que não deve ser simplificada:

Escrevo com alguma emoção aqui por causa de meu próprio livro sobre múltipla personalidade. Em um capítulo (Hacking, 1995/2000, cap. 9) eu expliquei como certa hipótese de contínuo sobre comportamento dissociativo foi estabelecida. Virou um dogma que a tendência a dissociar — cuja forma extrema é a múltipla personalidade — forma um contínuo. Descrevi como esse dogma se estabeleceu por testes psicológicos questionáveis e abuso de instrumentos estatísticos. Sim, mostrei como o contínuo da dissociação foi construída na frente de nossos próprios olhos, uma construção microssocial de um suposto fato psicológico, se é que houve um. Mas também mirei em demolir a evidência e as técnicas. Espero ter refutado a alegação ao fato. Por causa do entusiasmo atual com a construção social eu devo dizer, de modo pedante, que o capítulo em questão não era uma peça de construcionismo, mesmo que eu tenha descrito a construção intencional de um “pseudofato” sem garantia, por um grupo social pequeno, mas influente, de psiquiatras e psicólogos. (Hacking, 1999, p.58, tradução nossa)

Esse trecho indica uma questão curiosa, com a qual Hacking inclusive inicia *The social construction o what?* [A construção social do quê?] (1999), ao afirmar que uma de suas motivações para escrever esse livro era justamente combater a ideia de que seu livro sobre as ciências da memória demonstraria um posicionamento construcionista. Nesse sentido, o ponto central na argumentação de Hacking é a resistência dos objetos: o conhecimento não pode ser construído ao bel-prazer daquele que o produz. Há diversos elementos que constroem a “liberdade criativa” de um cientista: seja questões de coerência lógica ou metodológica, seja resistência do próprio objeto, seja a questão da estabilidade da teoria proposta — a qual responde à interação com outras teorias dentro da comunidade científica. É o que pode ser afirmado a partir das três categorias que Hacking (1999; 2000) propõe para abordar a questão da necessidade do pensamento científico: nominalismo, contingência e explicações de necessidade. Retomemos rapidamente esses elementos.

Mesmo assumindo uma posição nominalista, Hacking afirma que não é possível nomear e construir objetos de modo totalmente aleatório; por mais que não exista uma relação direta entre a nomeação e as coisas em si, isso não significa que a atividade de nomeação não seja minimamente regulada a partir de acordos, os quais respondem a diversos elementos (coerência, eficácia, história).

Sobre a contingência, a ideia é que mesmo que os princípios epistemológicos ou metodológicos — os parâmetros de veracidade e falsidade, as possibilidades de construção de objeto etc. — sejam contextuais, ou seja, definidos historicamente, isso tampouco significa que sua definição seja aleatória, nem que, uma vez definidos, essa contingência se mantenha. É claro que pode haver modificações desses parâmetros, mas isso é sempre um processo

conflituoso, de disputa, de debate. Conflito, disputa e debate tanto com a realidade (sempre entendida, por sua vez, como algo que comporta negociação), como com outros cientistas.

O que leva ao terceiro ponto, sobre as explicações de estabilidade: mesmo que seja possível reconhecer que há elementos externos que interferem nas tomadas de decisão sobre questões científicas, Hacking acredita que a estabilidade de uma teoria não pode ser explicada somente por sua adequação ou reciprocidade a estruturas estabelecidas de poder, mas que seu potencial explicativo e a capacidade de assimilar e resolver suas contradições é algo central para que uma teoria continue a ser estável.

É claro que há uma margem de contingência; afinal, esse próprio funcionamento “interno” da comunidade científica não é único. Isso faz com que a proposta ganhe força a partir da reciprocidade dos três pontos, de modo que Hacking pode afirmar que, mesmo numa perspectiva de filosofia da ciência absolutamente solidária à historicidade do conhecimento e à não normatividade, ainda assim o conhecimento científico é estável, suficientemente independente e consistente. Nesse sentido, o autor afirma que sua principal crítica é em relação à linguagem empregada e aos encaminhamentos da “construção social” (*ibidem*, p.122).

Essa recapitulação é importante para situar a relação que Hacking estabelece entre conhecimento (e seus efeitos discursivos e práticos) e possibilidades de experiência. A produção de conhecimento carrega uma carga significativa de contingência, o que não tira o seu valor. Isso não significa, por outro lado, que não seja possível diferenciar e hierarquizar produções de conhecimento. O limite da contingência se dá, entre outros, no ponto em que uma ideia pode ser refutada. Não se trata de algo totalmente arbitrário, mas sim uma possibilidade que envolve uma complexa relação entre nomeação, estilos de raciocínio, atravessamentos não epistemológicos ou metodológicos, constituição da comunidade científica, materialidade dos objetos etc. Como Hacking afirma (2000), pode não haver uma única resposta certa, mas há respostas erradas. Para além disso, a produção de conhecimento tem efeitos ontológicos, ela modifica possibilidades de experiência. Inclusive, há objetos que se modificam a partir do discurso produzido sobre eles, constituindo tipos interativos. Daí não se poder afirmar que exista uma relação entre a retroação e a veracidade do conhecimento: não é somente o conhecimento correto que causa efeito retroativo, tampouco o efeito retroativo pode ser entendido como um sinal de correção do conhecimento. O que é explicitado na citação acima.

Isso significa, portanto, que o reconhecimento do sofrimento (ou da experiência, de modo mais geral) não depende da correção teórica. O fato de que explicações frágeis produzam modos de experiência — ou seja, vivências produzidas a partir de ideias que não se sustentam cientificamente — não significa que essas experiências sejam falsas. Há, portanto, uma

disjunção entre a verdade da experiência e a verdade epistemológica. E, de central importância, há o reconhecimento do sofrimento, mesmo que não se concorde com suas explicações etiológicas ou com sua terapêutica.

Patologias não transientes e estabilidade

Entretanto, essa questão não parece se resolver tão rapidamente. Pois, mesmo que haja o reconhecimento do sofrimento — apesar de certa autonomia em relação à correção das explicações —, o modo como Hacking discorre sobre patologias não transientes parece deixar algumas pontas soltas. Ele fala, por exemplo, sobre certas doenças mentais que apresentam maior presença em diferentes lugares e momentos, como esquizofrenia ou retardo mental (*ibidem*, p.100), as quais não considera transientes. Isso não significa nem que seus diagnósticos e tratamentos não sejam históricos, tampouco que não haja um efeito retroativo da classificação sobre aqueles que são diagnosticados; mas significa que algo nelas seria mais estável do que nas patologias transientes. Inclusive, aponta o autor, o perfil dos sintomas ligados à esquizofrenia tem mudado (*ibidem*, p.113); o que não impede, entretanto, de reconhecer uma maior estabilidade em relação a esse transtorno.

A partir do que foi exposto até agora, é bastante claro que a estabilidade é um elemento de grande importância no pensamento de Hacking. Algo que pode ser visto como uma influência da obra de Kuhn, para quem a estabilidade era algo relacionado à capacidade de lidar com anomalias, evitar ou contornar crises, ou seja, à sobrevivência de um paradigma (Kuhn, 1962/2013). A consideração das “explicações de estabilidade” enquanto uma das categorias para pensar a validade dos resultados do pensamento científico é claramente tributária desse ponto largamente trabalhado por Kuhn. De alguma maneira, a estabilidade é uma medida da pertinência de uma teoria, de sua utilidade e de sua não superação. Na discussão sobre a interatividade ou indiferença de tipos, a estabilidade é ligada à indiferença: um tipo indiferente tem menos variação do que um tipo que é modificado pela própria classificação. Entretanto, em relação a transtornos mentais, a questão da indiferença e da estabilidade se complexifica.

Como indicado há pouco, Hacking reconhece uma maior estabilidade na esquizofrenia do que em neuroses (Hacking, 1998a). A diferença, segundo ele, não estaria na variação sintomática, mas no fato de que, mesmo com sintomas diferentes, a esquizofrenia pode ser reconhecida em mais lugares e momentos distintos. Em relação a mudanças nos sintomas, o autor afirma que o modo como alucinações são descritas (e seus conteúdos) tem mudado, e que até mesmo o papel de alucinações no diagnóstico se modificou no decorrer do tempo (Hacking,

1999, p.114). Pode-se reconhecer, assim, uma relação entre os efeitos da doença e como a pessoa lida com ela, e isso muda constantemente. Em certo momento, aponta o autor, a esquizofrenia era um diagnóstico na moda e não era vergonhoso falar sobre alucinações auditivas. Isso mudou, e as pessoas deixaram de falar sobre suas alucinações: “O esquizofrênico, enquanto um tipo de pessoa, é um alvo em movimento, e a classificação é um tipo interativo” (*ibidem*, p.114).

Contudo, como apontado acima, a questão da maior estabilidade do transtorno — ou seja, o fato de que ele parece ser menos transitório do que outros que Hacking explica por seu nominalismo dinâmico — continua em aberto. Sua resposta é que essa maior estabilidade decorreria do fato de essas doenças terem um substrato biológico ou neurológico — fato que seria sustentado pela maioria dos cientistas, segundo ele — de modo que poderiam também ser consideradas como tipos indiferentes, naturais. Entretanto, como seria possível uma doença ser, ao mesmo tempo, um tipo indiferente e um tipo interativo?

Essa questão já foi parcialmente trabalhada anteriormente, quando nos ocupamos em explicar a própria ideia de tipos interativos e de tipos indiferentes. O exemplo mobilizado naquele momento, o autismo infantil, é considerado pela psiquiatria biológica, assim como a esquizofrenia, uma doença com claro substrato etiológico orgânico, embora os avanços em relação a essa ideia não pareçam ser compatíveis com a certeza que se indica (Rose, 2018). Não entraremos verticalmente em nenhuma dessas duas discussões, pois neste momento nos interessa uma questão muito mais pontual: o recurso ao “orgânico” deve ser visto como argumento a favor da estabilidade? É com isso em mente que retomaremos parte do que já foi exposto, com o intuito de avançar nessa questão.

Hacking afirma que a diferença entre tipos interativos e tipos indiferentes é que os tipos interativos dizem respeito a atores que podem se dar conta de que são um tipo — porque são tratados ou institucionalizados assim, experienciando-se desse modo. Por outro lado, tipos naturais não têm consciência de como são classificados e não interagem com a classificação (Hacking, 1999, p.107). A classificação de tipos naturais, por serem indiferentes, teria mais valor por sua maior estabilidade. Daí o fato, aponta Hacking, de se poder entender certa tendência das ciências psicológicas em tentar produzir tipos naturais (indiferentes), mesmo que isso nem sempre seja possível e acabe se realizando algum tipo de forçagem (*ibidem*, p.104).

Entretanto, deve-se lembrar que, mesmo considerando a maior estabilidade dos tipos naturais e indiferentes, Hacking afirma que psicopatologias podem ser, ao mesmo tempo, interativas e indiferentes. O que ele afirma indicando categorias que apresentam um substrato biológico, mas também determinam possibilidades de experiência — como seria o caso do

autismo, segundo ele. Haveria uma doença orgânica chamada “autismo”, e esta seria indiferente (não mudaria com o discurso produzido sobre ela); e haveria a condição subjetiva classificada como autismo, a qual sofreria modificações. Daí ele afirmar, inclusive, que doenças biológicas podem e devem ser tratadas psicologicamente, uma vez que boa parte do sofrimento causado não diz respeito somente à parte indiferente, mas a como essa parte indiferente se relaciona com a parte interativa.

Objetos, alvos e classificações

No artigo “Hacking on the looping effects of psychiatric classifications: what is an interactive and indifferent kind?” [Hacking sobre os efeitos de looping das classificações psiquiátricas: o que é um tipo interativo e indiferente?] (2007), Jonathan Y. Tsou argumenta que parece haver uma contradição na definição de tipos que seriam, ao mesmo tempo, indiferentes e interativos. Tsou argumenta que Hacking faz uma confusão entre tipos interativos e tipos indiferentes ao não estabelecer a diferença entre classificações e objetos. Sua crítica incide justamente na ideia de Hacking de que doenças como autismo, esquizofrenia e depressão podem ser consideradas como tipos interativos e indiferentes. Isso parte da consideração de como a interatividade estaria ligada à plasticidade sintomática e de expressões possíveis de algo que seria um determinante “originário”. Esse determinante originário, por sua vez, se destacaria pela estabilidade, ao que Hacking argumenta que deveria, portanto, ser entendido como as bases biológicas dessas doenças — as quais não seriam modificadas pela classificação produzida sobre elas. Segundo Tsou, o problema estaria em uma confusão entre tipos de categorias científicas e tipos de objetos de classificação na natureza: “Como sugerido acima, o que Hacking pretende identificar com sua noção de tipos interativos e indiferentes é um certo tipo de objeto de classificação na natureza, mais do que um certo tipo de classificação científica” (Tsou, 2007, p.336, tradução nossa).

Segundo Tsou, o erro de Hacking está em não diferenciar objeto e classificação: o objeto biológico é um objeto natural, o que indicaria a “realidade” da doença (nas palavras de Tsou). Entretanto, a classificação produzida a partir dele resultaria em efeitos de looping, o que faria com que um objeto natural indiferente pudesse ser um tipo interativo, já que produziria esses efeitos. Sinteticamente, Tsou defende que objetos naturais podem ser tipos interativos, e que isso resolveria a ambivalência de Hacking. Nos parece, entretanto, que Tsou faz uma má leitura da proposição de Hacking, pois a ambivalência (reconhecida pelo próprio autor, é bom

ressaltar) articula-se a um problema mais complexo do que a possibilidade de objetos biológicos poderem, ou não, ser tipos interativos. Ela liga-se à questão da estabilidade.

Primeiramente, é necessário insistir no ponto de que o canadense propõe que sua teoria trabalha sobre uma não separação entre objeto e classificação: isso não significa que um objeto não possa produzir efeitos, mas que um “tipo” é uma unidade em que essas duas dimensões não são separáveis, de modo que um tipo interativo é aquele cuja classificação modifica o próprio objeto que está sendo classificado, e portanto, a própria classificação. Hacking não trabalha com a noção de objeto, mas de tipo, pois entende que objetos são indissociáveis de suas classificações — o que pode ser visto em sua defesa de que as possibilidades de apreensão de um objeto são recíprocas à estruturação de um estilo de raciocínio, como vimos no Capítulo 1. Tomar um objeto, e não um tipo, nesse sentido, seria afirmar um realismo ontológico incoerente com o pensamento de Hacking (1983/2012; 1999; 2002/2009). Um objeto só pode ser considerado biológico ou não, natural, indiferente ou interativo, a partir de sua classificação. É, portanto, da classificação que se trata para Hacking, e dos efeitos que ela produz sobre seus alvos e sobre ela mesma. A palavra “alvo”, empregada pelo autor, indica justamente essa não separação da linguagem muitas vezes esquecida no uso da palavra “objeto”.

Mais especificamente, um tipo interativo é aquele cuja classificação modifica o alvo da própria classificação, e não que produz mudanças em alvos de outras classificações. A classificação de uma pessoa como acometida por Parkinson pode produzir efeitos (por exemplo, causar depressão), mas isso não entra na ideia de Hacking de um tipo interativo, pois o efeito não diz respeito à classificação em si: se não muda o estado do transtorno, logo não é uma questão para a própria classificação. Parece, então, que quando Hacking afirma que uma doença pode ser, ao mesmo tempo, um tipo interativo e indiferente, ele está falando de dois tipos (ou de dois alvos) diferentes reunidos sob um mesmo nome, e não sob um efeito contraditório de uma mesma classificação. O problema que parece estar ligado ao equívoco de Tsou, entretanto, é bastante interessante, pois toca num ponto do pensamento de Hacking que merece ser discutido.

Como declara Tsou, “o argumento mais convincente sobre a realidade de certas condições vem de pesquisas sobre vias fisiológicas ou bioquímicas associadas a algumas condições psiquiátricas” (Tsou, 2007, p.336, tradução nossa). Essa passagem indica uma ideia também presente em Hacking, embora, como já apontamos, parece haver um ponto de equívoco na leitura de Tsou. Pois mesmo que Tsou proponha uma diferenciação entre objetos e classificações que não corresponde à de Hacking, a ideia de uma ligação privilegiada entre fatores orgânicos e a realidade de doenças pode, sim, ser encontrada na obra do filósofo

canadense. Isso não acontece do mesmo modo como em Tsou; Hacking apresenta uma abordagem não somente mais cuidadosa, mas também muito mais complexa: “Mas não sou ambivalente, ou pior, só em relação à construção social; também sou ambivalente em relação ao uso de designações rígidas em conexão com doenças e transtornos” (Hacking, 1999, p.122, tradução nossa).

Embora indique sua ambivalência, o autor não deixa de apontar certo privilégio de argumentos biológicos. Parece-nos, em linhas gerais, um erro induzido por um ideal organicista que toma a indiferença do biológico como um dado estável, levando a discussões problemáticas. Pode-se afirmar, por um lado, que o orgânico seria mais estável por ser indiferente à linguagem. Isso não é inteiramente verdadeiro para Hacking, que não deixa de reconhecer efeitos de terapias comportamentais em indicadores orgânicos no caso da depressão, por exemplo. Por outro lado, a relação da estabilidade de certas doenças com uma suposta relação neurológica ou biológica deixa essa via aberta, como se o que estivesse sendo argumentado é que a causalidade da patologia, mesmo que possa sofrer modificações terapêuticas em relação ao sofrimento que causa, é indiferente. Daí a afirmação de que seriam dois tipos em jogo: um interativo (os efeitos da doença em termos de sofrimento e sociabilidade) e a causa doença em si, biológica, que seria indiferente.

Realidade das doenças

Hacking inclusive dá um passo a mais, ao discorrer sobre a questão da realidade das doenças. Como já foi apontado algumas vezes no decorrer deste trabalho, o filósofo canadense insiste no reconhecimento do sofrimento e das doenças transientes enquanto doenças reais. De fato, ele sempre recorre a considerações de Hilary Putnam para afirmar que a própria ideia de realidade deve ser tomada enquanto algo que é fruto de constante renegociação (Hacking, 1999, p.100). Desse modo, afirma Hacking, a pergunta sobre a realidade não seria assim tão importante (para ele), embora ele sempre volte a ela por reconhecer sua importância social.

Retomando a questão sobre a realidade da múltipla personalidade em *Mad Travelers* [Viajantes loucos] (1998a), ele afirma que as pessoas se perguntam isso de um modo em que “realidade” é um termo que serve para definir o “verdadeiro” sobre questões controversas de doenças mentais:

As pessoas não vão parar de usar a palavra *real*, ou suas colegas como *verdadeiro*, em conexão com problemas mentais controversos. As razões para

isso vão desde finanças a responsabilidade, de teoria semântica a metafísica científica. Planos de saúde deveriam pagar somente por doenças mentais reais, certo? Responsabilidade é o ponto crucial. Nós temos uma atitude profundamente moral em relação a doenças. Se alguma coisa é uma doença real, você não é responsável por isso, ou o é somente no tanto em que você se engajou no vício que trouxe a doença. Sexo, bebida e ociosidade são vícios típicos. Mas se você precisa de uma cirurgia cara para colocar uma prótese de quadril porque você continuou praticando jogos de juventude como basquete mesmo depois de estar na meia-idade, você não é culpado ou considerado responsável; porque, em nosso mundo, atividade de juventude continuada é uma virtude. No caso de doenças mentais, a responsabilidade pode ser diminuída ou mesmo removida se a doença é uma doença real. E os nomes para doenças reais têm referentes objetivos e individualizados; metafísica científica e ciência popular demandam igualmente que o referente seja bioquímico, neurológico, orgânico — algo localizado no corpo que poderia ser, por princípio, isolado em laboratório. (Hacking, 1998a, p.11, tradução nossa)

É interessante notar o modo como Hacking delinea a questão moral articulada a doenças e ao sofrimento. A questão da responsabilização se faz central no debate, de modo que o reconhecimento de uma causa “externa” resolveria os problemas morais envolvidos, absolvendo os indivíduos das possíveis acusações. Curiosamente, essa postura crítica parece se dissolver no decorrer de sua exposição. Ao final do livro, ele coloca a questão de duas maneiras diferentes. Primeiramente, pergunta-se se a fuga histórica era real no começo do século XX, ao que responde que sim; em seguida, afirma que ela não é real hoje em dia. Para isso, retorna à ideia de realidade enquanto negociação, mas sempre afirmando a realidade das patologias e do sofrimento por elas causados:

Nós temos a sensação de que existe essa supercoisa fixa sobre doenças mentais, uma realidade que divide as doenças reais das falsas. Acredito que nossas concepções de doenças reais têm a necessidade de serem, como Putnam coloca, renegociadas no presente. Isso por causa das rápidas mudanças na psiquiatria biológica e orgânica. (Hacking, 1998a, p.95, tradução nossa)

Segundo o autor, os avanços na psiquiatria seriam suficientes para produzir uma modificação na concepção do que seriam doenças reais ou verdadeiras. Esses avanços seriam demonstrados, em larga medida, nos efeitos terapêuticos de tratamentos com base biológica. Isso o leva, em determinado momento, a afirmar que há, sim, doenças mais reais do que outras: aquelas que têm uma base fisiológica. Nesse momento, Hacking explicita uma hipótese de relação entre bases biológicas e realidade — a realidade, nesse momento, entendida não somente como algo que demanda constante renegociação, mas também de um modo pragmatista (ou pragmaticista), inspirado em Charles S. Peirce. Assim, ela é afirmada a partir

dos efeitos de tratamentos baseados em estudos e intervenções organicistas. Haveria, portanto, uma renegociação sobre a realidade das psicopatologias em que vertentes organicistas apresentariam certa vantagem por oferecer resultados convincentes. O que o permite afirmar que:

Algumas doenças mentais são, em minha opinião, reais. No caso da esquizofrenia, por exemplo, apesar de alegações conflituosas, espero que nos próximos vinte anos tenhamos em mãos um, dois ou talvez três tipos fundamentais de esquizofrenia. Possivelmente serão entidades completamente diferentes com etiologias distintas. Uma pode ser genética por natureza, outra ambiental. Ou histórias mais complexas podem emergir. O que espero é que a esquizofrenia vá emergir como uma (ou várias) disfunção corpórea, neurológica, bioquímica, tanto faz, as quais seremos capazes de ajudar ou curar de um modo bem entendido quanto à teoria e bem articulado quanto à prática. Essa esperança deve ser partilhada pela maioria dos investigadores desse campo, embora exista uma minoria cujas expectativas correm contra essa tendência geral. Se essa esperança for concretizada, então a esquizofrenia é uma doença real, ou talvez várias doenças reais distintas sejam, até agora, chamadas de esquizofrenia. (Hacking, 1998a, p. 99, tradução nossa)

Retomando o que o autor afirma em seu livro seguinte, *The social construction of what?* (Hacking, 1999), o principal fator diferencial da esquizofrenia (ou do retardo mental) em relação a outros transtornos é seu reconhecimento em diferentes contextos. Isso significa que 1) embora alguns sintomas se modifiquem, há 2) algo que se mantém estável. Assim, é possível falar sobre um tipo indiferente — esse cujo alvo se mantém estável — e um tipo interativo, cujos alvos (sintomas, comportamentos, sofrimento) se modificam. O recurso ao organicismo é realizado como uma tentativa de explicação da estabilidade. Nesse sentido, o que se constrói é a ideia de uma presunção de estabilidade das explicações biológicas como decorrentes de uma indiferença em relação à linguagem, o que as aproximaria da realidade. As doenças reais são aquelas que se mantêm, enquanto as outras desaparecerão: “Minhas expectativas sobre os transtornos dissociativos são de um tipo diferente daqueles sobre esquizofrenia. No caso da dissociação, espero que a história se repita, mas somente uma vez. Espero que isso vá embora, para sempre” (Hacking, 1998a, p.99, tradução nossa).

Pode-se afirmar que a posição do autor é um pouco menos incisiva em *The social construction of what?* (1999), embora não completamente diferente. O que se vê, como apontado anteriormente, é uma ambivalência maior, que tem como centro a consideração do biolooping. Mesmo que Hacking continue a sustentar certo privilégio das explicações orgânicas e neuroquímicas, ele deixa mais em aberto a relação entre a questão orgânica e a indiferença dos tipos. Como ele afirma:

Para um exemplo convincente, olhemos o biolooping. Uma pessoa segue um certo regime de modificação comportamental, com o intuito de diminuir os sintomas e sentimentos de depressão. Inúmeros tipos de comportamento são reforçados, todos se opondo à classificação *deprimido*. O paciente começa a viver nesse novo modo. Se a modificação comportamental funciona, então até o nosso entendimento psiquiátrico da depressão muda. Mas, ao mesmo tempo, ao viver desse jeito, adotando certos tipos de comportamento, uma certa condição química do cérebro, considerada como algo ligado à depressão, é aliviada. Nós temos uma dinâmica funcionando no nível da classificação e no nível do biolooping. (Hacking, 1999, p.123, tradução nossa)

Esse é, surpreendentemente, o penúltimo parágrafo do capítulo sobre “Loucura, biológica ou construída?”. Hacking apresenta essa ideia e não avança, afirmando, na conclusão do capítulo, que, “se começarmos a nos mover entre ciborgues, ou a virar ciborgues, o biolooping virará um fato comum do dia-a-dia. O looping classificatório continuará junto a isso até que, talvez, os dois se tornem um num mundo que ninguém pode prever” (*ibidem*, p.124). Depois desse capítulo, o tema não é retomado. E, mesmo em *Ontologia histórica* (2002/2009), a discussão não se aprofunda nesse sentido, restringindo-se a comentários parecidos com os já apresentados sobre esquizofrenia e autismo. A questão dos ciborgues já havia sido trabalhada em um artigo intitulado “Canguilhem amid the cyborgs” [Canguilhem entre os ciborgues] (1998b), e remete a uma relação entre corpo e linguagem em que o biolooping seria um efeito muito mais amplo do que até então considerado. Entretanto, não apresenta grandes avanços na direção de nossa discussão.

Deve-se lembrar, entretanto, que boa parte do trabalho realizado em *Ontologia histórica* (2002/2009) passa ao largo de reflexões sobre a questão orgânica. Mais que isso, a articulação entre a presumida estabilidade do orgânico e a realidade não é retomada. Ou seja, não é nem aprofundada nem refutada, embora ele continue a trabalhar com a ideia de biolooping de um modo um tanto indefinido. Entretanto, Hacking é bastante claro ao afirmar a realidade da invenção de pessoas, os efeitos do nominalismo dinâmico e os alvos em movimento. Isso reforça algo que foi apontado anteriormente sobre o reconhecimento da importância de experiências que não apresentam, necessariamente, uma explicação causal fisiológica estabelecida. Por outro lado, a questão permanece do modo como havia sido apresentada anteriormente, e, portanto, deve ser retomada.

O ponto principal que merece ser tratado é a relação entre organicismo e estabilidade. Ressaltamos que, seja em relação ao autismo infantil, seja em relação à esquizofrenia, Hacking está fazendo apostas sobre a possibilidade de explicação com argumentos que permitam uma decisão em favor da causalidade orgânica. E, quando aborda a depressão, indica uma

interatividade em relação a processos orgânicos, apontando mudanças na classificação. Ele não indica a amplitude dessa consideração, de modo que pode estar simplesmente de acordo com a ideia, apresentada anteriormente, de que, embora a causalidade seja orgânica, o sofrimento seria um tipo interativo — o que justifica o emprego de terapias psicodinâmicas, por exemplo. A palavra “aliviada” talvez indique essa limitação no alcance da ideia. Nesse sentido, a relação entre organicismo e estabilidade se manteria.

Retomando a linha argumentativa do autor, a questão de a realidade de psicopatologias ser decidida a partir de seu substrato biológico passa por uma renegociação daquilo que é considerado real ou verdadeiro, de modo que o acordo sobre o que é real seria rebalanceado a partir da consideração pragmática dos efeitos terapêuticos produzidos por linhas de pesquisa assim alinhadas. Se ele afirma, em *Múltipla personalidade* (1995/2000), que as ciências da memória estabeleceram a verdade de que há fatos sobre a memória a serem descobertos, parece que a psiquiatria biológica teria estabelecido outra, a de que a causalidade deve ser buscada exclusivamente no orgânico: uma verdade com efeitos epistemológicos (define um modo de conhecer), ontológicos (define possibilidades de experiência) e políticos (se insere numa disputa de poder) — e que, portanto, demanda um posicionamento ético sobre como isso deve ser tratado. Uma verdade que deve ser problematizada.

5.1 - Problemas

Como acabamos de ver, Hacking argumenta que a questão da eficácia dos tratamentos desenvolvidos com base em pesquisas neuroquímicas ou fisiológicas deve impactar o modo de entendimento do sofrimento psíquico (Hacking, 1998a, 1999). Segundo o autor, os avanços realizados nesse campo indicariam que questões ligadas a transtornos mentais deveriam ser pesquisadas nessa chave, inclusive servindo como um argumento na definição daquilo que seria ou não, hoje em dia, considerado um transtorno real. Os transtornos reais (ou, pelo menos, mais reais) seriam aqueles que apresentam maior estabilidade, supostamente articulada a bases fisiológicas e neuroquímicas. Entretanto, essa visão parece ter mudado drasticamente nos últimos anos. Se esse tipo de pensamento era alvo de grandes investimentos por parte da indústria farmacêutica no final do século XX e na primeira década do XXI, isso teria mudado nos últimos dez anos, segundo Nikolas Rose (2018).

O fôlego desse tipo de pensamento, segundo Rose, era majoritariamente advindo da eficácia farmacológica, não somente com os avanços de medicamentos antipsicóticos, mas especialmente com antidepressivos. Essa eficácia norteara grande parte das explicações

etiológicas, de modo que a causalidade dos transtornos era pensada a partir do fato de que as drogas funcionavam. Esse pensamento organicista ganhou um empurrão com a esperança de que exames de imagem levariam a uma melhor compreensão dos transtornos (Rose & Abi-Rached, 2014). Porém, algo parece ter dado errado nessas duas apostas (farmacológica e exames por imagens), o que abre a questão sobre a pertinência da racionalidade organicista em si.

A seguir, abordaremos esse problema iniciando pelo relato de como a indústria farmacêutica agiu ativamente para emplacar a venda de antidepressivos no Japão, indicando a fragilidade do argumento neuroquímico. Em seguida, apresentaremos uma discussão mais ampla sobre a crise da psiquiatria biológica, para então contrapor esse entendimento com o pensamento psicanalítico, em que a localização da verdade como algo refratário ao saber caminha para uma compreensão divergente.

Depressão no Japão

Em seu livro *Crazy like us: the globalization of the American psyche* [Loucos como nós: a globalização da psique norte-americana] (2010), o jornalista Ethan Watters conta um caso que ilustra uma articulação problemática entre problemas de eficácia farmacológica, departamentos de marketing e criação de mercados. No primeiro capítulo de seu livro, apresenta esse momento em que o mercado japonês passou a ser visto como um alvo prioritário por certas empresas farmacêuticas, que viam ali uma situação de grande potencial de crescimento. Isso se dava tanto pelo alto poder aquisitivo da população quanto pelo fato de, até então, a depressão ser um transtorno praticamente ausente da cultura japonesa.

A partir de entrevistas com especialistas sobre expressões locais de depressão e com executivos de farmacêuticas, o autor detalha que a situação era apresentada como uma aparente resistência da cultura japonesa, que simplesmente não parecia ser permeável à introdução de um quadro patológico nesses moldes. As empresas produziram, portanto, um plano de marketing para conseguir emplacar suas vendas naquele país.

De saída, contudo, havia dois problemas: o primeiro era a ausência de qualquer traço de um quadro próximo ao transtorno. Tradicionalmente, o quadro mais próximo de depressão — e que era considerado como algo que deveria sofrer intervenção — era de gravidade extremamente elevada; algo que talvez pudesse ser descrito mais adequadamente, na psiquiatria ocidental, como algum tipo de demência. Um quadro que, inclusive, resultava em internações de longa duração. Por outro lado, tristeza e modificações da volição eram tratadas de maneira

privada, sendo culturalmente inadequado partilhá-las com outras pessoas. Havia, além dessas duas questões, uma alta taxa de suicídios, a qual, entretanto, não parecia estar ligada a transtornos relacionados à depressão, mas sim a uma organização social de extrema coesão, trazendo efeitos intensos de culpa e vergonha frente a frustrações e incapacidade de corresponder às expectativas.

O discurso oficial das farmacêuticas, aponta Watters, era de que havia um subdiagnóstico de depressão no Japão, que era causado por um atraso científico. Em uma entrevista com um diretor de uma empresa, este afirma que a causa do problema seria “*junk science*” [ciência lixo]. O quadro que se pintava era de que, embora a cultura japonesa fosse extremamente desenvolvida em diversas áreas, a psiquiatria e a neurologia se mostrariam ultrapassadas, causando grande prejuízo à população. Haveria, nesse sentido, certa recusa, por parte dos profissionais de saúde, em tratar a questão da maneira mais adequada.

Isso tocava um segundo aspecto da questão, que poderia ser entendido como mais complexo: a eficácia dos medicamentos. O governo japonês exigia que qualquer droga nova que fosse ser vendida no país deveria passar por testes locais para comprovar seu funcionamento. Algo que também era entendido, pelos executivos das farmacêuticas, como um entrave, um sinal de atraso da psiquiatria japonesa. Não confiar nos estudos realizados em outras localidades era não compreender do que se tratava a doença: algo biológico e que acometeria a todos os indivíduos. Se havia alguma variabilidade, seria em relação a formas de expressão e ao reconhecimento, ou não, da patologia em si, mas ela existiria independentemente disso. Entretanto, havia um ponto que complicava esse raciocínio:

Não há dúvida de que esse incômodo em ter de testar de novo as drogas era tão intenso porque alguns estudos recentes de larga escala com seres humanos sobre inibidores seletivos de recaptção de serotonina [SSRI], feitos no Japão, *falharam* em mostrar qualquer efeito positivo. Drogas como Zoloft, da Pfizer, que eram amplamente prescritas nos Estados Unidos, tiveram ao menos um fracasso em estudos de larga escala como seres humanos nos anos 1990 no Japão. (Watters, 2010, p.223-24, tradução nossa; realce do autor)

A crítica à necessidade de testes locais da eficácia dos medicamentos que afirmava que se tratava de má compreensão e entraves da comunidade médica japonesa aos avanços ocidentais só se sustentava, portanto, ao ignorar esses resultados. Isso também significava que, mesmo que as empresas quisessem vender seus medicamentos, não era permitido. Afinal, segundo os testes locais, eles não funcionavam.

O modo de ultrapassar tal problemática foi bastante criativo. Primeiramente, foram feitos diversos convites a especialistas para discutir as expressões culturais de depressão. Esses convites eram feitos como se consistissem em palestras em congressos científicos, mas que se revelavam posteriormente reuniões fechadas acessíveis somente aos funcionários das empresas. Conforme os relatos, esses funcionários eram altamente qualificados; entretanto, não realizavam qualquer tipo de discussão sobre o que era apresentado. Eles somente tomavam notas e faziam perguntas visando fazer os especialistas desenvolverem mais suas ideias. O objetivo, segundo um dos entrevistados por Watters, era claro: pensar um modo de emplacar a depressão como um produto viável no Japão.

Após esse primeiro momento, uma enorme campanha de marketing indireto — já que o marketing direto de produtos farmacêuticos era proibido no Japão — foi realizada. Programas de televisão, celebridades, matérias em jornais e revistas apresentavam a depressão como um problema real e que deveria ser tratado: nada demasiadamente grave; porém, que deveria ser cuidado para não virar um transtorno incontrolável. Nesse ponto, também fez parte dessa campanha um direcionamento da questão do suicídio para o quadro de depressão, sendo apresentado justamente como um possível destino terrível do não tratamento de algo inicialmente simples. Em japonês, a expressão usada era “kokoro no kaze”, que significa algo como “um resfriado da alma”: uma doença real e da qual não é necessário ter vergonha, mas que deve ser tratada para não resultar em complicações desnecessárias. Algo facilmente resolvível com uma ou duas pílulas por dia.

Aparentemente, a campanha foi muito bem-sucedida. Em 2002, após somente dois anos do lançamento do Paxil no mercado japonês, ele já consistia em parte significativa do faturamento internacional da GlaxoSmithKline, de 401 milhões de dólares (no mundo todo, exceto os EUA). Em 2008, apenas seis anos depois, o faturamento com a venda desse mesmo remédio, somente no Japão, ultrapassava 1 bilhão de dólares. Porém, mais expressivo do que o sucesso invejável dessa campanha expresso pelo aumento de número de consumidores, é o fato de que não somente o consumo aumentou, mas também a eficácia medida nos testes. Afinal, se a validação não tivesse sido comprovada, a própria venda não seria permitida. O que aconteceu foi que, após a campanha de marketing, novos testes foram realizados e produziram resultados diferentes dos anteriores, sustentando a eficácia dos medicamentos. O que coloca a questão, de saída, sobre se uma campanha publicitária poderia modificar o resultado de um teste de eficácia de um medicamento.

Se esse caso pode ser considerado um grande sucesso para os departamentos de marketing, pode também ser entendido como um prenúncio de uma crise por vir da psiquiatria

biológica. Afinal, mesmo que a situação tenha sido manipulada com maestria, há uma instabilidade incontornável entre diagnóstico, etiologia e terapêutica que fica marcado na diferença entre o discurso e o próprio proceder das empresas: que o diagnóstico seja fruto de algum tipo de acordo social que atravessa o reconhecimento do sofrimento e define o campo sintomático, isso não é novidade (Dunker, 2015, Silva Junior, 2016). Tampouco a relação íntima entre diagnóstico e terapêutica, uma vez que os avanços nos tratamentos funcionam como balizas — embora não sejam as únicas — na delimitação de uma categoria. Isso pode ser afirmado sobre a etiologia também, já que tanto as categorias diagnósticas quanto as terapêuticas são articuladas às hipóteses sobre causalidade. Porém, no momento em que a eficácia terapêutica pode ser colocada em questão, há um efeito retroativo que coloca em questão a etiologia e a própria diagnóstica — especialmente nesse caso, em que a terapêutica parecia se sobrepor às outras. Isso tudo indica, no mínimo, uma presença muito maior do que a esperada de contingência e possíveis interações sociais num campo que se pretende inscrever o máximo possível do lado do orgânico enquanto sinônimo de estável, exato.

O discurso que pôde ser recolhido sobre a questão gira em torno disso. O suposto atraso da psiquiatria e da neurologia japonesas era entendido como a desconsideração de uma doença com clara causalidade neuroquímica, ou seja, algo que estava lá presente o tempo todo, mas era ignorado. Uma ciência mais avançada provaria isso, e o fez. Exceto pelo detalhe de que os remédios não funcionavam antes de um processo de convencimento. Interessa, nesse sentido, não somente o fato de que os remédios passaram a funcionar, mas também de como isso aconteceu. Pois, considerando os fracassos iniciais, vê-se que não se tratou somente de uma campanha de conscientização, mas da ideia de que se tratava de um transtorno que poderia ser tratado pelas drogas disponíveis. Nesse sentido, a ação das farmacêuticas era contrária a seu discurso: enquanto afirmavam uma causalidade orgânica, agiam na cultura para produzir os resultados esperados. Entretanto, a própria possibilidade de modificação de resultados dos testes com esses medicamentos coloca em xeque a explicação oferecida sobre sua eficácia. Afinal, é uma eficácia absolutamente atravessada por questões não orgânicas.

Retomando o caminho argumentativo de Hacking, que localiza a eficácia da terapêutica farmacológica como sinal de pertinência dos saberes baseados em hipóteses neuroquímicas e fisiológicas, há duas questões que se impõem de maneira irreduzível: primeiramente, o que acontece caso essa eficácia não seja comprovada? Segundo, como pensar o fato de que uma campanha publicitária tenha resultado em mudanças na eficácia, ou seja, um efeito de *biolooping* ligado àquilo que é apontado como causa em um tipo indiferente?

O caso japonês é paradigmático, pois apresenta uma narrativa alternativa àquela do subdiagnóstico: deve-se considerar a possibilidade de que algumas doenças que são, hoje em dia, apresentadas enquanto orgânicas — e, portanto, indiferentes — sejam produzidas. Algo presente em Hacking; porém, nesse caso, que coloca alguns problemas em relação à sua aposta biológica sobre as psicopatologias. Pois isso implica um efeito retroativo de maior amplitude que modifica elementos frequentemente apresentados como indiferentes. Isso não deslegitimaria o sofrimento dos indivíduos, mas apontaria uma direção absolutamente diferente em seu tratamento. Afinal, uma das possibilidades é considerar que a campanha de marketing produziu o sofrimento para o qual a indústria gostaria de vender remédios.

A maior amplitude do efeito retroativo indicaria, desse modo, um questionamento ético e político muito mais intenso desse tipo de discursividade, que contém duas afirmações que abarcam a questão da verdade: primeiramente, há a afirmação da causa orgânica enquanto uma “verdade”, já que é algo que não pode ser colocado em questão; junto a isso há um modo de produção de conhecimento autoconfirmador em relação a essa verdade inicial, porém com o detalhe de que aqueles que o controlam sabem que as coisas não funcionam do modo como afirmam funcionar. A circularidade entre a “boa ciência” (enquanto garantidora da verdade da causalidade orgânica) e os resultados dos testes (enquanto garantidores da verdade da boa ciência) explicita, nesse caso, a sua falha: sabe-se que, sem uma mobilização ativa de elementos simbólicos e culturais, os experimentos não produzem os resultados esperados. Fica claro, desse modo, a necessidade de que a verdade enquanto questão, e não enquanto argumento de autoridade, seja reintroduzida no debate. Isso permitiria não somente um questionamento dos interesses presentes nesse tipo de silenciamento, mas um modo mais franco de pensar a melhor maneira de produzir conhecimento sobre esse tipo de problema.

Isso porque, no limite, está sendo mostrado que a causalidade orgânica não explica totalmente os fenômenos em questão, embora esse engodo seja sustentado por ser necessário à defesa do valor do conhecimento produzido; porque faz parte dessa circularidade a ideia de que alvos biológicos constituem tipos indiferentes, podendo produzir um conhecimento mais confiável. O que esse caso explicita, assim, é como essa discursividade pode se reproduzir, apresentando fatos de modo enviesado para distorcer o que poderia ser conhecido sobre eles.

Isso é algo que, como temos afirmado, está absolutamente previsto dentro do nominalismo dinâmico de Hacking, desde que seu entendimento sobre o alcance do biolooping seja ampliado. Não se trata somente de modificações em marcadores biológicos realizadas a partir de terapêuticas comportamentais, mas de produção de sintomas e de sofrimento a partir da mobilização de elementos culturais.

Entretanto, uma resposta possível a essa crítica seria a deslegitimação do relato de Watters: apresentar o caso japonês como uma exceção, relacionar os fracassos dos testes iniciais a erros pontuais e tentar sustentar a ideia de subdiagnóstico e de atraso científico da comunidade científica japonesa. Tal defesa seria pertinente se esse não fosse apenas um caso que levanta sérias questões sobre a eficácia de medicamentos e sobre a capacidade explicativa de propostas etiológicas organicistas de diversos transtornos mentais. O que parece acontecer é que o caso japonês soma-se a outros debates que vêm ganhando força, e que atingem diretamente esse modo de pensamento propagado pela psiquiatria biológica contemporânea.

A questão do placebo

Considerando a possibilidade de argumentação que apontaria certa singularidade do caso japonês, de modo que ele não poderia ser generalizável para uma discussão mais ampla sobre diagnóstico e tratamento de depressão, há alguns pontos a serem levantados. A primeira questão pode ser colocada enquanto um problema ético. A partir da lei de acesso à informação norte-americana, abriu-se a possibilidade de consultar documentos que, até então, tinham circulação restrita. Com isso, confirmou-se a suspeita — já há muito levantada — de que haveria um controle, por parte da indústria, sobre quais estudos eram, ou não, publicados. A atitude era simples: estudos que se mostravam demasiadamente prejudiciais aos interesses da empresa — seja por indicarem baixa eficácia das drogas, seja por efeitos colaterais etc. — eram deixados de lado⁶⁰. Isso inclui tanto estudos completos não publicados quanto estudos que foram interrompidos por produzirem resultados parciais desfavoráveis aos interesses das empresas. Os dados revelados indicam problemas de diferentes gravidades. Um dos mais impactantes foi o caso da farmacêutica GlaxoSmithKline, que foi investigada pelo senado americano por ter omitido a informação de que o uso de seu antidepressivo, conhecido como Paxil, aumentava significativamente a ideação suicida em adolescentes (Watters, 2010). Entretanto, mesmo os casos a princípio sem muito apelo — de estudos que não foram publicados sem motivo muito aparente, ou somente por alguma variação um pouco secundária em seus resultados — puderam ser mobilizados de modo a colocar importantes questões para as empresas, em especial sobre a eficácia clínica de seus remédios.

⁶⁰ Algo não muito distante, vale dizer, da decisão do governo brasileiro em não publicar o estudo realizado pela Fundação Oswaldo Cruz sobre o uso de drogas no país. A partir de alguns dados acessados e de relatos dos pesquisadores, os resultados obtidos iriam de encontro a um dos pilares das políticas de drogas em âmbito federal, que se baseia na ideia de que haveria uma epidemia de uso de drogas ilícitas no Brasil. As informações até agora divulgadas indicam, ao contrário, que não haveria um aumento no uso de drogas nos últimos seis anos.

O professor de medicina e diretor do Centro de Estudos do Placebo de Harvard, Irving Kirsch, vem contestando a eficácia de remédios psiquiátricos há anos, em especial de antidepressivos. Segundo ele, a teoria do desbalanço químico e da recaptação de serotonina como causa da depressão estaria equivocada, e os antidepressivos não agiriam do modo como usualmente se apresenta o seu funcionamento. Como pode ser visto em seu livro *The emperor's new drugs: exploding the antidepressant myth* [As Novas Drogas do Imperador: explodindo o mito do antidepressivo] (2009), há uma série de fatores a serem considerados.

Num estudo iniciado em parceria com Guy Sapirstein, Kirsch (1998), Kirsch realizou uma meta-análise de testes clínicos sobre a eficácia de medicamentos antidepressivos. Essa meta-análise reuniu 19 testes clínicos duplo-cegos, em que pacientes tinham randomicamente recebido ou medicação antidepressiva ou placebo. Os resultados indicaram uma baixíssima taxa de efeito dos medicamentos: por um lado, a taxa de resposta de medicamentos antidepressivos era igual à de medicamentos não considerados antidepressivos; além disso, os benefícios produzidos pelas substâncias ativas tinham sido alcançados por 75% dos pacientes que receberam placebo. O que leva os autores a afirmarem que “virtualmente toda a variação no tamanho do efeito da droga foi devido a características placebo dos estudos” (Kirsch & Sapirstein, 1998, p.1).

Kirsch (2010) afirma que o fato de haver um efeito placebo significativo não foi uma grande surpresa; afinal, isso não somente já era esperado, como também é algo sempre presente em estudos sobre medicamentos. Entretanto, afirma ele, a relação entre o efeito placebo e a resposta aos medicamentos é que foi um choque⁶¹. Como era de se esperar, essa publicação (Kirsch & Sapirstein, 1998) causou grande impacto na comunidade científica. Em outro estudo, agora submetido à Food and Drug Administration dos Estados Unidos, foi novamente submetida uma meta-análise, chegando a resultados similares. Esse artigo levantou algumas questões sobre a interpretação dos dados coletados:

Nosso primeiro relatório sobre os dados da FDA foi acompanhado por comentários de nove especialistas, alguns deles pesquisadores que tinham conduzido testes clínicos de medicação antidepressiva. Embora houvesse vastas diferenças na interpretação, dessa vez não havia dúvidas sobre a precisão de nossa análise. Alguns comentadores argumentaram que nossa análise tinha, na verdade, *superestimado* o efeito real de antidepressivos.

⁶¹ “Sapirstein e eu não ficamos surpresos em descobrir que havia um efeito placebo poderoso no tratamento de depressão. Na verdade, ficamos bastante satisfeitos. Essa era nossa hipótese e nossa motivação para fazer o estudo. Mas o que nos surpreendeu, contudo, foi quão pequena era a diferença entre a resposta ao medicamento e a resposta ao placebo. Essa diferença é o efeito do medicamento. Embora o efeito do medicamento nos testes clínicos que nós analisamos fosse estatisticamente significativo, era muito menor do que havíamos antecipado. Muito da resposta terapêutica ao medicamento era devida ao efeito placebo” (Kirsch, 2010, p.10-11, tradução nossa).

Outros argumentaram que os testes clínicos patrocinados pela indústria farmacêutica são falhos e que eles podem subestimar o benefício real de antidepressivos. Mas todos concordaram que nossa descrição dos dados era precisa. (Kirsch, 2010, p.37-8, tradução nossa)

Recentemente, uma resposta mais consistente foi apresentada por uma equipe de pesquisadores lideradas por Andrea Cipriani, pesquisador da Universidade de Oxford. A equipe publicou, em fevereiro de 2018, um estudo no periódico *The Lancet* com o intuito de responder à pergunta “antidepressivos funcionam?” (Cipriani et al, 2018). Para tanto, foi realizado um metaestudo que reuniu mais de 500 pesquisas (publicadas ou não) em que testes com 21 drogas diferentes foram conduzidos. Foram considerados somente casos de depressão maior e em adultos, uma vez que os próprios autores fazem a ressalva de que a eficácia encontrada não pode ser considerada a mesma nem para casos de depressão menor, nem para adolescentes e crianças. Entretanto, dentro desses critérios, a resposta é que, sim, antidepressivos funcionam.

Porém, mesmo que a resposta tenha sido positiva, isso parece passar longe de encerrar a questão. O ponto sensível não é se há casos em que as drogas funcionam, mas sim em que medida elas funcionam, em quantos casos elas funcionam e em quantos elas não funcionam etc. Tais perguntas são centrais não somente na avaliação da aplicabilidade dos medicamentos, mas também no tanto que a eficácia das drogas constitui um tipo de prova, de validação das explicações causais que fazem parte tanto do seu desenvolvimento quanto de suas vendas. Nesse sentido, os dados apresentados por Cipriani e seus colegas, de que as drogas apresentam uma eficácia de algo entre 55% e 60%, não deixaria dúvida; afinal, quem não tomaria um remédio para um transtorno grave com quase dois terços de chance de melhora? Contudo, quando os dados sobre placebo são considerados na equação, isso muda de figura. Segundo o meta-estudo, haveria uma prevalência de em torno de 35% de efeito placebo, o que resulta em considerar que a eficácia real dos antidepressivos deveria ser considerada entre 20% e 25%.

Cipriani e seus colegas entendem, entretanto, se tratar de uma diferença estatisticamente significativa da eficácia das drogas em relação a placebos. Afirmam, portanto, que, sim, as drogas funcionam⁶². Kirsch, por sua vez, comenta esse estudo conjuntamente com um colega, Janus Christian Jakobsen (Kirsch, Jakobsen, 2018), e considera esses resultados clinicamente insignificantes. Os autores afirmam que não há comprovação de que o emprego de antidepressivos seja clinicamente benéfico. Afinal, se parece razoável usar um medicamento que tem quase dois terços de eficácia esperada, utilizar um que tenha entre um quinto e um

⁶² É também necessário apontar, em respeito aos pesquisadores, que eles afirmam claramente que as medicações não devem ser empregadas como tratamento único, mas sempre acompanhadas de um tratamento psicoterapêutico.

quarto de chance de funcionar, e com alta taxa de efeitos colaterais, é discutível. Cipriani publica uma tréplica (Cipriani et al, 2018b), afirmando que a significância estatística é relevante e que a questão dos benefícios clínicos é algo a ser avaliado em casos individuais, para cada paciente⁶³. Entretanto, isso não resolve os problemas apontados por Kirsch, que não discute a eficácia clínica dos tratamentos como um todo (incluindo a relação com médicos e outros atravessamentos), mas sim a questão da indiferenciação entre os resultados das substâncias ativas e placebos.

A grande questão então se coloca na explicação de por que havia essa relação tão alta entre a taxa de resposta às substâncias ativas e aos placebos. Voltando ao estudo de 1998, vê-se que suas ideias persistem após a defesa de Cipriani e seus colegas. A interpretação dos autores, depois reforçada pelo livro de Kirsch, foi na direção de estudos já estabelecidos sobre placebo. Segundo o autor, isso deveria ser entendido como a conjunção de uma série de fatores que envolvem o efeito placebo, incluindo principalmente efeitos colaterais e certa expectativa dos pacientes em relação ao tratamento. Isso tudo é sumarizado a partir da ideia de *placebo ativo*, uma substância que é manipulada de maneira particular e que produz outros efeitos (diferentes do efeito terapêutico esperado da substância ativa) — em contraste com um placebo inerte, que não produziria nenhum efeito químico. Isso significa, em linhas gerais, que a expectativa sobre estar tomando a substância ativa seria ampliada por diversos fatores, constituindo a ideia de um placebo ativo.

Kirsch (2009, p.21) constrói sua hipótese afirmando que o fato de que antidepressivos produzam muitos efeitos colaterais coloca um problema para os testes. Por um lado, isso pode ser inferido pelo fato de a taxa de melhora por antidepressivos ser estatisticamente superior à de placebos inativos (o que não significa que seja clinicamente relevante) e, entretanto, não ser significativamente diferente da taxa de melhoras de outras drogas ativas que não são antidepressivas. O fato de que uma substância ativa, independentemente de sua atuação química, produza efeitos tão similares é entendido pelo autor como um traço de efeito placebo.

Junto a isso, quando o teste é realizado com placebos ativos (que produzem efeitos colaterais, embora não tenham a substância supostamente antidepressiva), é muito difícil diferenciar a eficácia. Ademais, duas afirmações completam o quadro: quanto mais efeitos colaterais experienciados pelos pacientes, maior a melhora; e, finalmente, quando os efeitos

⁶³ Nesse ponto, contudo, é possível encontrar um dos problemas sobre o uso de evidências que apontamos na Introdução deste trabalho, enquanto uma autonomização de resultados que devem sempre ser considerados dentro do contexto em que foram produzidos. O grande risco de desconsiderar esse contexto e tomar as evidências enquanto algo que, de fato, fala por si é ignorar os efeitos discursivos que esse tipo de argumentação — que apresenta uma suposta neutralidade da “significância estatística” — pode ter sobre os indivíduos.

colaterais são controlados, a diferença em relação a placebo é estatisticamente insignificante. Ou seja, se os placebos são produzidos de modo a causar os mesmos efeitos colaterais, a eficácia é estatisticamente igual à da substância ativa. Nesse sentido, o autor corrobora argumentos sobre a necessidade de efeitos colaterais para que a eficácia dos medicamentos seja maior que a de placebos (Kramer et al., 1998)⁶⁴.

Entretanto, afirma Kirsch, os efeitos colaterais seriam somente uma das facetas do que produz o efeito placebo. Haveria, segundo ele, um problema metodológico dos testes clínicos, em que os pacientes descobririam se estavam recebendo a substância ativa ou o placebo antes do momento adequado. Isso produziria uma diferenciação artificial entre placebo e não placebo. Junto a isso, outros fatores também devem ser considerados, como cor das pílulas, preço da medicação, ambiente de administração etc. A própria interação com o médico é um fator central nisso, incluindo modificações na dose do medicamento ou mesmo a troca de medicação. Tudo isso aumentaria o efeito placebo. Algo similar pode ser visto, segundo o autor, em estudos como o de Otto Benkert (Benkert et al., 1997), que indicam como a intervenção médica modifica a eficácia da droga. Como conta Kirsch, nesse estudo

Pacientes deprimidos que falharam em responder à medicação antidepressiva tiveram um aumento na dose da droga, seguindo que 72% deles melhoraram significativamente ao mostrar uma redução de pelo menos 50% dos sintomas de depressão. A “pegadinha” é que a dose só havia sido aumentada para metade dos pacientes. Os outros somente achavam que a dose tinha sido aumentada; de fato, não tinha sido. Ainda assim, a taxa de resposta foi os mesmos 72% para os dois grupos. Então um paciente cuja dose do medicamento foi aumentada pode, de fato, exibir maior melhora, mas esse efeito pode ser devido ao conhecimento do paciente de que sua dose foi aumentada, e não ao efeito químico da medicação. Em outras palavras, médicos são aconselhados a aumentar a dose (e a probabilidade de efeitos colaterais problemáticos) como uma maneira de reforçar o efeito placebo. (Kirsch, 2010, p.37, tradução nossa)

⁶⁴ Isso é apresentado pelo autor a partir de um caso curioso: “Em setembro de 1998 a companhia farmacêutica Merck anunciou a descoberta de um novo antidepressivo com um modo de ação completamente diferente de outros medicamentos para depressão. Essa nova droga — a qual mercantilizaram depois, com o nome de “Emend”, para a prevenção de náusea e vômitos causados por quimioterapia — parecia ser uma promessa considerável como um antidepressivo nos testes clínicos iniciais. Quatro meses depois, a companhia anunciou sua decisão de puxar o plugue da droga enquanto um tratamento de depressão. O motivo? Ela não conseguia encontrar um benefício significativo para a substância ativa em relação a placebos em testes subsequentes. Foi uma infelicidade por diversas razões. Uma é que o anúncio causou uma queda de 5% no valor das ações da empresa. Outra é que a droga tinha uma vantagem importante sobre os antidepressivos em voga — ela produzia substancialmente menos efeitos colaterais. A relativa falta de efeitos colaterais havia sido uma das razões para o entusiasmo com o novo antidepressivo da Merck. Contudo, isso também pode ter sido a razão de seu fracasso subsequente em testes clínicos controlados. Parece que efeitos colaterais facilmente notáveis são necessários para mostrar o benefício antidepressivo de uma substância ativa em relação a placebo” (Kirsch, 2010, p.14, tradução nossa).

Como vemos, Kirsch elenca uma série de atravessamentos que atuam no funcionamento terapêutico de drogas antidepressivas. Segundo o autor, a somatória desses fatores coloca em xeque não somente a ideia de que antidepressivos funcionam por causa de seus princípios ativos, mas também boa parte das explicações sobre as causas fisiológicas e neuroquímicas da depressão. O que está em jogo, portanto, não seria o tratamento em seu sentido amplo, mas o modo como se entende a eficácia dos medicamentos. Vale lembrar, inclusive, que Kirsch não rejeita a ideia de “placebos honestos”: oferecer medicamentos sem princípio ativo relacionado à doença, mas que são apresentados como eficazes. Ele considera, inclusive, que deve ser considerado um modo de tratamento possível. Entretanto, no caso dos antidepressivos, o que estaria em jogo não é somente a eficácia e a desonestidade em relação a isso, mas também as explicações etiológicas que se sustentavam amplamente nessa eficácia para sua afirmação — algo que ele reafirma também em estudos posteriores (Kirsch, 2014). Em suas palavras, ainda em seu livro de 2009:

A teoria bioquímica da depressão está num estado de crise. Os dados simplesmente não se adequam à teoria. Os estudos de redução de neurotransmissores que descrevi anteriormente neste capítulo mostram que diminuir os níveis de serotonina ou norepinefrina não faz a maior parte das pessoas ficarem deprimidas. Quando administrados como antidepressivos, drogas que aumentam, diminuem ou não têm nenhum efeito na serotonina, todas elas aliviam a depressão a praticamente o mesmo grau. E o efeito dos antidepressivos, que foi a base para a proposição da teoria do desbalanço químico num primeiro momento, revela ser amplamente um efeito placebo. (Kirsch, 2010, p.98)

Retornando a Hacking, parece-nos que Kirsch indica um caminho que explicita o risco de se tomar os resultados terapêuticos enquanto argumento central da defesa da pertinência de uma teoria. Como vemos, os elementos simbólicos que influenciam a eficácia das drogas são extremamente variados, de modo que depreender explicações etiológicas ou considerações sobre a natureza das classificações a partir somente disso pode ser problemático quando estamos tratando de sofrimento e patologias psíquicas. A interatividade mostra-se muito mais ampla do que as teorias biologicistas tentam argumentar, de modo que tomar o orgânico enquanto justificção de indiferença revela-se um projeto frágil. Novamente, vemos a importância da reintrodução do debate sobre a verdade na produção de conhecimento, não somente enquanto oposição à veracidade da generalização da causalidade orgânica, mas também como uma consideração crítica sobre os modos possíveis e mais pertinentes para se produzir conhecimento. O grande ponto é que, mesmo que se possa produzir saberes que

indiquem um funcionamento orgânico ligado aos problemas estudados, isso não significa que se está abordando a causa de maneira suficiente. Em outras palavras, o orgânico pode ser tomado enquanto um efeito, e não enquanto causa.

Crise da psiquiatria

Entretanto, seria isso algo restrito à depressão? Como afirma Nikolas Rose em seu recente livro *Our psychiatric future* [Nosso futuro psiquiátrico] (2018), não: a psiquiatria biológica, como um todo, estaria passando por uma crise inédita. O impasse enfrentado seria resultado de um esgotamento de modelos diagnósticos, explicativos e terapêuticos. Isso inclui, entre outros, a estagnação da inovação farmacológica, assim como problemas éticos e epistemológicos. O primeiro ponto diz respeito ao fato de que há muito tempo a indústria farmacêutica já não conseguiria oferecer nenhum grande avanço ou novidade em termos de medicações e produtos, trabalhando somente com pequenas novidades e dependendo demasiadamente de seus departamentos de marketing para sua rentabilidade. Como mostra Silva Junior (2016), ao invés de inovações que, de fato, apresentem novas formas de tratar transtornos ou aumentos significativos na eficácia das drogas, os esforços têm sido direcionados para a criação de mercados consumidores — via a proposição de novos transtornos — ou para a rerepresentação intensificada do sofrimento de transtornos tradicionalmente corriqueiros. Tal rerepresentação alçaria esses transtornos ao estatuto de questões urgentes, que deveriam, é claro, ser tratadas com os medicamentos comercializados pelas empresas.

Anteriormente, Rose e Abi-Rached (2013, 2014) já haviam indicado que essa crise da psiquiatria seria multifacetada. A estagnação da farmacologia seria um de seus lados, mas haveria ao menos outros três também relevantes: a decepção com a promessa localizacionista de compreensão de transtornos mentais a partir de imagens cerebrais; a dificuldade de avançar de modo produtivo na direção de componentes genéticos; e o caráter refratário que a ideia de plasticidade cerebral demonstraria em virar tratamentos vendáveis.

Se a estagnação farmacológica já foi explorada mais a fundo em relação à depressão, é importante indicar que o diagnóstico dos autores inclui também outros transtornos, apontando especialmente uma expectativa não satisfeita de inovação em relação a drogas antipsicóticas. Vale também ressaltar o que Rose indica sobre os outros pontos. Em relação a tentativas de localização por imagens o problema seria similar — no tocante ao não cumprimento de uma promessa —, já que os avanços realizados nesse campo teriam contribuído muito pouco com a psiquiatria.

Sobre genética e plasticidade, entretanto, o que se vê é um avanço diferente do esperado. O autor indica que os avanços mais interessantes consistem em estudos sobre epigenética que mostram como não se trata de objetos (ou tipos, para não perder Hacking de vista) tão estáveis como se gostaria, respondendo a questões ambientais e sociais. Isso significa que, em larga medida, expectativas de produção de tratamentos genéticos para transtornos mentais são frustradas, uma vez que não se encontra um campo indiferente.

E, em relação à plasticidade, o grande problema é que os avanços nesse campo produziram mais indeterminação do que determinação em relação ao orgânico, ao indicarem que há plasticidade suficiente para que as causas não sejam tão estáveis em processos neuroquímicos, ao mesmo tempo que a plasticidade não seria tão manipulável a ponto de se produzirem tratamentos que a utilizem a seu favor. Como apontam Davidson & McEwen (2012), por exemplo, “fatores experimentais formatam os circuitos neuronais subjacentes a comportamentos sociais e emocionais desde o período pré-natal até o final da vida” (p.689)⁶⁵.

Nesse sentido, essa problemática não diz respeito somente à clínica, mas também à pesquisa, já que aponta que os métodos até então empregados para a produção de conhecimento — ou mesmo de artefatos técnicos (como remédios) — não se mostram mais eficazes. Não é só a falta de eficácia que tem sido um problema, mas também outros acontecimentos que indicam que o modo como as pesquisas estavam sendo realizadas era problemático.

A questão é que os problemas parecem se acumular: a conjunção de casos de sucesso de marketing (como o do Japão), casos de graves falhas (como da omissão do aumento da probabilidade de suicídio de adolescentes), o questionamento da eficácia das drogas existentes e a dificuldade em descobrir ou inventar uma droga nova que cause um impacto relevante no cenário torna a psiquiatria um mercado demasiadamente arriscado (Rose 2018, p.131).

Segundo o sociólogo inglês, o indicativo mais direto para se constatar o desânimo da indústria farmacêutica em relação à psiquiatria pode ser visto na quantidade de drogas novas que estariam pedindo aprovação para serem testadas. Se em 2008 o número de medicamentos psiquiátricos no *pipeline* era próximo ao de medicamentos oncológicos (perto de 280), em 2013 já era a metade disso. A indústria dirige sua preferência a outros tipos de doenças, ao mesmo tempo que uma crise paradigmática parece se instaurar.

É nesse mesmo ano, 2013, que o então diretor do Instituto Nacional de Saúde Mental estadunidense (NIMH), Thomas Insel, declara a ruptura com o DSM, acusando o manual de ser demasiadamente especulativo e afirmando que os pacientes merecem mais (Insel, 2013). Como

⁶⁵ Para mais detalhes, ver Rose (2016).

indicamos na introdução, Insel afirma que a psiquiatria deveria ter o mesmo embasamento de especialidades médicas como a cardiologia, oferecendo construções etiológicas que permitam o reconhecimento claro e direto das causas orgânicas e fisiológicas dos transtornos. Para tanto, foi fundado um programa que tinha como objetivo uma reestruturação dos critérios de pesquisa, o Research Domain Criteria. Uma proposta que radicaliza a aposta organicista, apoiando-se na crença de que o sofrimento psíquico pode ser tratado a partir de uma pesquisa estruturada a partir de bases fisiobiológicas, às quais as ciências do comportamento deveriam se adequar.

Esse tipo de aposta não se restringe aos Estados Unidos. Em publicações focadas no papel das neurociências na psiquiatria contemporânea, Rose e Abi-Rached (2013; 2014) afirmam que essa mudança teria se iniciado no final do século XX e se consolidado no século XXI como uma nova vertente discursiva da biopolítica. A partir de certos avanços das neurociências — ou talvez mais pretensões do que avanços, como afirma Rose em seu artigo “Neuroscience and the future for mental health?” [Neurociências e o futuro da saúde mental?] (Rose, 2016) —, o cérebro ganha centralidade, tornando-se o referente que se deve ter no horizonte. O “fardo do cérebro” [*the burden of the brain*] — modo como doenças passam a ser pensadas nesse espectro que abarca desde enfermidades neurológicas como Parkinson até quadros psicopatológicos como depressão e esquizofrenia — passa a ser apontado como a grande questão a ser resolvida, organizando então novos programas de pesquisa com recursos altíssimos.

Na União Europeia, o Human Brain Project — projeto que reúne pesquisadores, neurocientistas e cientistas de computação com o intuito de construir uma simulação do cérebro humano — recebeu um orçamento de 1 bilhão de Euros. Nos Estados Unidos, um projeto de mapeamento do cérebro humano foi defendido como prioridade por congressistas, propondo, inclusive, a realocação de 250 milhões de dólares de pesquisas em ciências sociais e políticas para projetos como esse.

Segundo os autores, tais projetos ganham relevância a partir de um entendimento que foi sendo produzido no final do século 20, segundo o qual indivíduos poderiam ser explicados a partir de uma abordagem “neuromolecular” do cérebro. Deve-se notar que não se trata somente de entender os processos neuromoleculares que ocorrem, mas sim de elevar tais processos a um lugar de explicação última. Rose e Abi-Rached, como temos apontado, não partilham do otimismo em relação à possibilidade de realização desse projeto, indicando que provavelmente o que acontecerá é um redimensionamento de expectativas frente ao fato de que o cérebro não funciona exatamente como se espera, ao menos nessa vertente marcadamente organicista:

Esses projetos de “*big science*” querem fazer para o cérebro o que o Projeto Genoma Humano fez para o genoma. Assim como no PGH, o sonho de entender o cérebro é ligado às questões práticas de encontrar novas explicações e terapias para doenças mentais — agora rotineiramente consideradas como acontecendo no ou através do cérebro. Essa é uma comparação interessante, já que o efeito inesperado do PGH foi de transformar radicalmente quase tudo que achávamos que sabíamos sobre genética, enquanto falhando em fornecer os benefícios prometidos em termos de entendimento e de tratamento de doenças humanas. (Rose e Abi-Rached, 2014a, p.5)

Como indicado anteriormente, em seu último livro Rose (2018) indica que esse ceticismo também é encontrado na própria indústria farmacêutica, que consideraria um projeto de tamanha magnitude como demasiadamente arriscado. O posicionamento das empresas aponta que tanto um projeto de reformulação das categorias gerais de pesquisa quanto uma tentativa de mapeamento cerebral seriam mais apropriados àquilo que é usualmente denominado como pesquisa básica; e, portanto, deveria ser financiado pelo governo. Como vemos, se por um lado há, de fato, uma redução nos investimentos (como indicam os supracitados dados da quantidade de drogas esperando aprovação para serem testadas); por outro, os governos parecem tomar para si essa demanda de investimento em pesquisa básica, como mostram os investimentos em projetos como o Human Brain Project.

Rose não poupa críticas à escolha desse caminho, afirmando que não há razão para não acreditar que dobrar a aposta numa estratégia que até então tem se mostrado insuficiente seja uma escolha equivocada. Ele cita, inclusive, uma entrevista recente de Thomas Insel, dada em 2017, na qual o agora ex-diretor do NIMH faz uma espécie de *mea culpa*, ao dizer que, como diretor de institutos de pesquisa, pôde alocar um orçamento de algo em torno de 20 bilhões de dólares, mas não consegue afirmar se avançou sobre qualquer desafio reconhecido no campo da saúde mental (Rogers, 2017).

Retomando o que apresentamos sobre o caso japonês e o trabalho de Kirsch e seus colegas, o argumento de Rose fica bastante claro: parece haver um problema grave na estruturação do argumento em prol da hegemonia da causalidade neuroquímica e fisiológica em relação a transtornos mentais. Por um lado, a contestação da eficácia de antidepressivos — especialmente os inibidores de recaptação de serotonina — coloca em xeque qualquer associação entre a eficácia farmacológica e as explicações causais baseadas nos efeitos terapêuticos dessas drogas. Se a eficácia era o principal argumento, toda a explicação é questionada. Para além disso, o caso japonês apresenta um alcance muito mais amplo sobre a influência de construções simbólicas no funcionamento orgânico, especialmente pela mudança

da eficácia de antidepressivos em testes populacionais de larga escala antes e depois da campanha de marketing.

Isso não significa, evidentemente, que não existam doenças que apresentem uma causalidade claramente neuroquímica. Tampouco que a parte neuroquímica não seja interessante. O problema reside na expansão desavisada desse tipo de entendimento, que força um tipo de racionalidade em casos que não a comportam. Nesse sentido, a ideia de Hacking de uma estabilidade explicativa a partir do reconhecimento de bases biológicas pode ser adequada a doenças como Alzheimer ou Parkinson. Entretanto, não parece ter tanta pertinência para casos como depressão — haja vista a querela sobre a eficácia dos medicamentos — ou mesmo a esquizofrenia, se tomarmos a argumentação de Rose (2018), que afirma que a estagnação das terapêuticas farmacológicas indica a insuficiência desse modelo explicativo. Os medicamentos seriam capazes de tratar alguns sintomas, inibir certas atividades cerebrais, entre outros. Mas seu funcionamento passaria longe de corroborar qualquer tese etiológica sobre o quadro. A questão, assim como aponta Rose (2015; 2018), não deve ser buscada de modo exclusivo no orgânico, mas em algo que articule o social e o cultural. Sua proposta é que a psiquiatria faça uma guinada em direção à sociologia, pautando-se nos elementos sociais que não podem ser ignorados quando se discute saúde mental. Isso representa não somente uma modificação de objeto ou de método, mas de racionalidade:

Há trabalho conceitual a ser feito aqui. Nós precisamos pensar em sequências de genes não como programas herdados que simplesmente se revelam, mas em como eles ativam e desativam, metilam e desmetilam no decorrer do desenvolvimento, e sempre em relação com seu meio. Nós precisamos reconhecer que a hipótese do neurotransmissor para psicopatologia é, no melhor dos casos, parcial, e falha em capturar a natureza complexa e distribuída dos circuitos cerebrais que auxiliam as funções cognitivas em muitas ordens de magnitude. Precisamos rejeitar uma concepção de funcionamentos cerebrais que é baseada na ideia de localizações — elas podem ter suporte das rotinas tecnológicas e metodológicas de imagens por ressonâncias magnéticas funcionais (fMRI), mas as ferramentas de visualização não deveriam moldar nossas teorias. Temos que nos dar conta de que, quando se trata de transtornos mentais, estamos lidando com organismos vivos e que existe um limite real sobre o que podemos aprender sobre estudos com animais em laboratórios onde um organismo vivo é desprovido das capacidades mais básicas que a vida exige — a capacidade de moldar e remoldar seu meio. (Rose, 2015, p.98-99, tradução nossa)

Nesse sentido, Rose também apresenta uma série de estudos que mostram correlações entre prevalência de transtornos como alcoolismo, depressão e esquizofrenia e situações de vulnerabilidade social como desemprego ou insegurança habitacional (Rose, 2015; 2018). O

caminho proposto pelo autor é indiscutivelmente interessante e necessário; entretanto, não é o único possível para deslocar o pensamento sobre a causalidade para fora do reino da psiquiatria biológica. Sua afirmação de que diversos transtornos não serão elucidados somente a partir de marcadores genéticos ou de exames de imagens pode ser sustentada não somente a partir da intersecção da sociologia com as neurociências, como parece ser parte da aposta do autor. O modo como a psicanálise trata a causalidade parece ser compatível com isso, por centralizar, como vimos no capítulo anterior, uma dimensão conflitiva que não permite uma separação entre individual e social.

5.2 - A verdade como causa

Rose (2018) é bastante preciso ao apontar a improdutividade de isolamento da questão orgânica para a compreensão de transtornos mentais e sofrimento psíquico. De fato, a separação entre orgânico e psíquico — assim como seus efeitos na produção de conhecimento sobre as causas — é algo tão antigo quanto amplo. Nosso objetivo é entrar nesse debate a partir de um ponto bem definido, que diz respeito à sustentação de algo como o que Dunker (2015) defende enquanto um “monismo não reducionista”⁶⁶. Isso significa uma não separação completa entre orgânico e psíquico, entendida de uma maneira que nenhum desses termos se sobreponha necessariamente ao outro. Algo que remete ao modo como Isabelle Stengers trabalha o conceito de *irredução* (Stengers, 1993/2000), para falar de uma relação de inseparabilidade que não comporta redundância: nenhum dos elementos articulados pode explicar totalmente ou tornar o outro desnecessário.

Tendo em vista o que apresentamos até agora em relação à produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico, essa posição se justifica, de saída, pelos impasses que um tipo de abordagem organicista tem enfrentado. Eles dizem respeito tanto aos problemas encontrados no desenvolvimento de suas pesquisas quanto à proposição um modo de tratamento que

⁶⁶ Como afirma Dunker, ao apresentar seu livro: “Este livro não defende que os sintomas e suas modalidades de sofrimento sejam psíquicos, culturais ou socialmente causados, no sentido que isso se oporia a uma causa material, cerebral ou orgânica. Essa oposição não pode ser propriamente sancionada pela psicanálise, pois não se trata de dizer, apenas, que a essência das doenças mentais é biológica e que sua expressão patoplástica varia conforme as culturas e as épocas. Nem de afirmar o contrário, qual seja, que nossas formas de vida determinam e produzem socialmente nossos sintomas, que clinicamente permaneceriam iguais, em sua essência, ao longo do tempo. No fundo, não é nesses termos que colocamos o problema, isto é, nos termos de uma ontologia material única (cerebral, corporal ou orgânica) em oposição simples a um mentalismo (mental, ideal ou psíquico). Partilhamos, outrossim, de uma das variadas formas de monismo não reducionista, acrescida de um detalhe metodológica: a irreduzibilidade radical de nossas formas de representar, descrever, nomear ou operacionalizar a coisa natural e a natureza ela mesma. Esse detalhe é o que Lacan chamou de Real” (Dunker, 2015, p.31).

apresenta o sofrimento enquanto destituído de uma dimensão conflitiva: algo cuja explicação goza de autonomia em relação à inserção dos indivíduos na cultura, às renúncias implicadas, aos efeitos de poder e à violência etc. Trata-se da recusa de uma dimensão conflitiva que pode ser reconhecida como efeito de relações sociais — violência e segregação, só para citar alguns casos apontados por Rose (2018) —, mas também de um conflito constitutivo que remete à própria entrada na linguagem e na cultura, implicando diretamente os sujeitos em seu sofrimento.

Essa discussão diz respeito, acima de tudo, à questão da causa. Se esse debate foi inicialmente impulsionado por uma questão diagnóstica que concerne à causalidade do sofrimento psíquico, é porque os problemas que vêm sendo reconhecidos há mais de cem anos indicam que há algo que não funciona do modo como certos setores gostariam — embora, como vimos, haja uma grande insistência em fazer funcionar soluções que já fracassaram. De onde podemos recuperar a pergunta que Hacking deixa em aberto sobre uma teoria geral de construir pessoas: não seria, justamente, a ausência de um tratamento causal de seu nominalismo dinâmico que o faria tão vulnerável a uma compreensão frágil como a oferecida pela psiquiatria biológica? Nesse sentido, a psicanálise pode contribuir com um deslocamento bastante produtivo.

Trata-se, sobretudo, de pensar a causalidade a partir de algo “que não funciona”; entretanto, algo que não funciona constitutivamente. Um impossível inescapável, que localiza uma dimensão conflitiva enquanto elemento central etiológico. Como apresentamos anteriormente, a clínica e o pensamento psicanalíticos irão tratar seus problemas a partir do reconhecimento de uma negatividade constitutiva, que se faria presente nas diferentes formas disruptivas que podemos considerar enquanto falas da verdade. O que Lacan centraliza em “A ciência e a verdade” (1966a/1998) é que a verdade deve ser tomada enquanto ligada à causa.

A primeira questão que deve ser esclarecida é a seguinte: a que Lacan está se referindo quando diz “causa”? Há dois elementos que definem isso no texto: primeiramente, a sua afirmação de que seria “não a categoria da lógica, mas causando todo efeito” (Lacan, 1966a/1998, p.883) — frase que fica mais clara quando o autor recupera as quatro causas aristotélicas para elaborar a questão. O recurso a Aristóteles coloca a causa enquanto um terceiro elemento que explica a diferença reconhecida entre dois outros elementos (Angioni, 2018). Desse modo, a causa se localiza enquanto ligada à transformação de algo em algo diferente. Segundo Lacan, seria possível pensar que diferentes saberes sempre lidam, de alguma maneira, com a verdade como causa, mas de modos distintos. A ciência, em particular, trataria a verdade enquanto causa formal. Isso significa que ela se limitaria a pensar a transformação a

partir do reconhecimento de elementos formais da diferença entre os objetos, estabelecendo teorias sobre o modo como eles se relacionam. A matemática seria, nesse sentido, um modo adequado de tratar esses elementos formais.

Vale dizer, ainda que rapidamente, que Lacan reconhece na religião um tratamento da causa final (a transformação é pensada a partir de sua finalidade), e na magia a consideração da causa eficiente. Por outro lado, a psicanálise trataria da causa enquanto causa material, tratando-se da incidência do significante enquanto correlato a esse “material”. Nessa divisão estaria implícito, entretanto, que haveria, por parte da ciência, da magia e da religião, algum tipo de recusa em tratar a verdade como causa. Segundo Lacan, ao mesmo tempo que elas tratam a verdade como causa de modos distintos — o psicanalista emprega o termo “refração” para indicar isso (refrações da verdade como causa) —, haveria algo que seria deixado de fora. Recusa que não estaria presente na psicanálise, o que indicaria que a verdade como causa material é apresentada enquanto um modo central de tratamento da verdade como causa.

O que apontamos, no início do Capítulo 1, sobre a rejeição da questão da verdade a partir do comentário de Françoise Balibar (2007/2012) articula-se diretamente a essa questão. Como bem indica Balibar, a ciência seria bastante eficaz em produzir axiomas matemáticos, algo adequado ao tratamento da causalidade formal. Entretanto, o ponto que a autora indica ser necessário para que se pense a passagem da matemática ao mundo — aquilo que Helmholtz afirmaria ser uma questão de crença — diria respeito à vertente material. Isso é, inclusive, o que Balibar reconhece enquanto a verdade, a qual seria contornada nas explicações de Helmholtz, mas retornaria inevitavelmente. A causa formal não explicaria por que o saber produzido a partir de uma depuração dos fenômenos em elementos formais teria efetividade em seu “retorno” aos objetos.

Algo que também pode ser reconhecido quando Hacking aponta o problema da verdade como adequação na passagem da teoria para a existência (Hacking, 2002b). Desse modo, há um ponto de proximidade que pode ser reconhecido entre Hacking e Lacan, desde que às diferenças no emprego do termo “verdade”: se Hacking diferencia verdade de veracidade, indicando que a veracidade consistiria nas possibilidades contextuais de enunciação do verdadeiro, Lacan reconhece um funcionamento análogo — entretanto, a verdade seria justamente aquilo que não é comportado na enunciação do verdadeiro e que irromperá colocando problemas ao que fora enunciado.

Se ambos partilham da ausência de garantia do saber produzidos enquanto um ponto central, a própria concepção de verdade em Lacan recoloca, a todo momento, esse problema. Algo que afirmamos anteriormente constituir uma diferença no modo como os autores

trabalham a questão da negatividade, de maneira que essa centralização, no pensamento psicanalítico, consistiria numa negatividade forte. O que se desenha, nesse momento, é o modo como essa negatividade forte relaciona-se à verdade como causa material: se há algum tipo de recusa nos outros modos de tratamento da verdade como causa a partir de suas diferentes refrações (final, eficiente e formal), é porque seria a causa material que conservaria a negatividade forte do modo como a psicanálise compreende a questão da verdade.

Verdade como causa formal e material

Voltado ao “A ciência e a verdade” (Lacan, 1966a/1998), deve-se lembrar que a referência principal de Lacan no presente texto não é o pensamento de Helmholtz, como faz Balibar. Ele deixa claro que seu diálogo seria com o estruturalismo, ciência que lhe teria aberto a possibilidade, inclusive, de elaboração lógica da separação entre verdade e saber (Lacan, 1966a/1998, p.870). Isso é retomado no texto para apontar que a antropologia estrutural realizaria uma operação de separação entre o mitante (enquanto aquele envolvido na mitogênese) e o sujeito que produz o saber da mitogênese, o sujeito da ciência. Essa colocação de Lacan é relevante por ressaltar o fato de que haveria a recusa de uma dimensão da verdade como causa nesse tipo de operação.

Algo correlato ao que vimos com Milner (1992/2010), ao afirmar que a linguística estrutural de Saussure descarta a fala para poder estabelecer as relações formais entre os significantes. Essa separação seria possível apenas parcialmente, e com prejuízos mesmo na linguística. Afinal, alguém só pode ser linguista se for um sujeito falante. Algo que se intensifica em certos casos, como, por exemplo, estudar sua própria língua, o que implica inevitavelmente um movimento de voltar-se para si. Ou então quando alguém se propõe a estudar uma língua que não fala, o que demanda um aprendizado (ainda que mínimo) da língua que é seu objeto. Há um encontro entre observador e observado em momentos como esse, o que cria, segundo o linguista, uma demanda paradoxal: produzir conhecimento retirando o sujeito que dá o suporte necessário ao conhecimento que será produzido. Na linguística, afirma ele, é possível subjugar esse sujeito, mas não na psicanálise: “A linguística tem de suportar esse paradoxo; mas a psicanálise encontra um paradoxo aparentado, visto que apenas um ser afetado por um inconsciente pode ser analista. Porém, diferentemente da linguística, ela não se limita a subjugar-lo: ela o trata empírica e teoricamente” (Milner, 1992/2010).

Essa é uma maneira clara de colocar o problema, haja vista, inclusive, que aquilo que está em jogo na psicanálise não seria somente a produção de um saber, mas também sua clínica.

Não se pode silenciar o sujeito. Se isso constitui, como acabamos de afirmar, um paradoxo no estruturalismo — pelo fato de o próprio sujeito que deve ser retirado ser, ele mesmo, necessário para que o conhecimento seja produzido —, há algo que contornaria esse problema: o sujeito seria retirado no momento da comunicação do saber, de modo que, na leitura de Lacan, a divisão do sujeito seria suturada na comunicação do saber em sua forma lógica (Lacan, 1966a/1998, p.891). Essa sutura pode ser entendida, como vimos, enquanto a recusa da verdade no tratamento da causa. Ao fazer as reduções necessárias para a comunicação da causa formal, sutura-se verdade e saber; e nessa sutura perde-se a verdade como causa material, uma vez que seria ela que indicaria o problema na passagem do conhecimento formalizado para os objetos. Quando a causa material é retirada, resta a causa formal, mas perde-se algo essencial à verdade. O que significa que, por mais que o estruturalismo possibilite a abordagem do significante enquanto objeto, há uma separação entre o significante e o sujeito que é produzido — o que Lacan bem aponta ao afirmar que sujeito e objeto se excluem (*ibidem*, p.875).

O significante, como vimos, indica a possibilidade de uma materialidade corpórea que não responda à biologia (Milner, 1992/2010) — algo indispensável à psicanálise, uma vez que seu sujeito não pode ser reduzido à estrutura. O que se encontra, na leitura de Lacan, é que a verdade enquanto causa só subsiste se é dado um tratamento material, nisso em que ela implica uma relação não unívoca entre significante e significado. Nesse sentido, a afirmação de que a psicanálise trata a verdade como causa material pode ser localizada enquanto fundamento do que temos defendido sobre um estilo de raciocínio específico: a causa material seria o ponto de impossibilidade de definição absoluta do sentido, instaurando a negatividade em torno da qual esse estilo se constitui. É nessa materialidade que não responde ao orgânico, mas sim a uma inadequação incontornável presente na relação do sujeito com a linguagem, que a verdade implica seu caráter de impossível, de heterogeneidade radical.

Não se trata de afirmar uma incompatibilidade entre psicanálise e ciência — nada no texto lacaniano leva a acreditar nisso. Aliás, seria próprio das causas aristotélicas, como afirma Angioni (2018), que elas não sejam excludentes entre si, de modo que causa formal e material poderiam se conjugar. Se há uma sutura da divisão subjetiva que pode ser vista como um modo de recusa da verdade enquanto causa material, isso se deve a modos específicos de constituição, não à incompatibilidade entre as diferentes causas. Lembremos, inclusive, que Lacan imputa à recusa da causa material uma questão de “fecundidade” da ciência, não uma condição de possibilidade. Essa fecundidade diz respeito, retomando o que foi apresentado sobre um diagnóstico da Modernidade presente em Koyré via Husserl, a um modo de lidar com a verdade, excluindo certos tipos de questionamento.

Ao se incluir a verdade como causa material — mesmo que articulada à formal —, a causalidade seria inevitavelmente ligada à negatividade. Como já vimos, o desejo se liga à falta, mas não só ele: o sintoma também. E a verdade exerce essa dupla função: ao mesmo tempo que apresenta novidades positivadas — em oposição ao que estava estabelecido —, tem também o efeito de remeter a essa falta constitutiva. Essa falta que, como vimos, marca-se na divisão do sujeito. Como vimos no capítulo anterior, o significante é apontado enquanto a causa do sujeito, pois sem ele não haveria sujeito no Real (Lacan, [1964] 1966/1998, p.849). Ou seja, a causa liga-se à ausência de sentido (Real); a causa em sua dimensão mais ampla: essa ausência de sentido que é inseparável da produção do sujeito, e também do desejo, dos sintomas etc. Desse modo, o sofrimento psíquico seria causado por algo em parte inevitável, pois trata da impossibilidade de definição de sentido a algo que simplesmente não o tem⁶⁷.

Tomar o sofrimento psíquico enquanto objeto de conhecimento instaura, assim, a necessidade de consideração de uma causalidade que aborde a negatividade em seu sentido forte, enquanto traço constitutivo que inclui a impossibilidade enquanto tensionador de qualquer saber que possa se produzir. Algo que, como tentamos demonstrar, pode ser realizado pela introdução da questão da verdade na produção de conhecimento.

Verdade, causa e ética

Esse modo de pensar a causalidade, além de ser compatível com o modo de estabelecer os objetos e a racionalidade clínica, também apresenta uma dimensão de implicação do sujeito: como vemos, não se trata de assumir sua própria causalidade; entretanto, tampouco de agir como se essa causalidade que não lhe dissesse respeito. Nesse ponto, deve-se considerar a acumulação dos desenvolvimentos sobre a verdade que foram apresentados nos últimos capítulos: há a oposição entre verdade e saber, com a particularidade de que não haveria um final possível a esse processo dialético; há a incompatibilidade entre significado e significante,

⁶⁷ A partir dos anos 1970, Lacan se debruçará com maior intensidade em tentativas de tratamento dessa ausência de sentido constitutiva, muitas vezes nomeada como “não relação sexual” (Lacan, 1972-73/1985, 1972/2003), seja pela via de uma aproximação com a sofística (Cassin, 2013, Silva Junior, 2019), seja pela formalização matemática (Badiou, 2013). São desenvolvimentos de grande importância, que produziram avanços relacionados a questões colocadas pela comunidade psicanalítica. Entretanto, como bem aponta Dolar (2019), nenhuma das vertentes resolve completamente a questão, que gira em torno da possibilidade de comunicação desse impossível. Como afirmado, trata-se de uma discussão de grande valor, embora acreditemos que, no escopo deste trabalho, a comunicação desse impossível seja secundária. Acreditamos ser mais importante nos debruçar sobre o tensionamento entre os conhecimentos positivados que são produzidos e a negatividade que deve ser considerada, do que aprofundar na questão da transmissibilidade dessa negatividade, como afirma Badiou (2013). Desse modo, não aprofundaremos essa discussão por se tratar de um esforço que não cabe nesta tese, mas deixamos as bibliografias aqui indicadas como sugestão.

colocando a negatividade enquanto motor causal; há a inexistência de uma instância garantidora da verdade do saber, como vimos na abordagem crítica de Lacan ao *cogito*. A recuperação da questão da causalidade, nessa esteira — reconhecendo o imperativo de Lacan, segundo o que os psicanalistas deveriam “assumir” a verdade como causa enquanto elemento central da psicanálise (Lacan, 1966a/1998) —, estabelece uma relação direta entre o modo de compreensão da causalidade e a implicação do sujeito em seu sofrimento.

Tal posicionamento fica mais claro se confrontado ao modo como seu oposto consistiria não somente numa crença em uma instância garantidora, mas que além disso produziria como efeito o não reconhecimento dessa negatividade constitutiva, o que permitiria a desimplicação do sofrimento: a crença na verdade da verdade — ou na existência de um discurso que garanta e demonstre a verdade de outro (metalinguagem) — poderá então ser entendida como uma instância de alienação, que desimplica o sujeito do conhecimento produzido a partir de um terceiro que garantiria sua verdade. Desse modo, trata-se não somente da ausência de uma linguagem que possa definir a verdade de outra linguagem, mas de um movimento interno à uma mesma linguagem nisso em que não haveria um ponto estável de averiguação de sua verdade.

Nesse sentido, a construção de uma noção de verdade que se organiza a partir da negação de uma instância que garanta sua veracidade carrega implicações éticas. Do outro lado, o recurso à metalinguagem pode ser apontado enquanto alienação, uma vez que a impossibilidade de dizer a verdade estaria ligada ao recalçamento originário: recalca-se essa impossibilidade, não somente do sujeito, mas desse Outro que garantiria a verdade — recalçamento que, a partir da assimilação da linguística estrutural, diz respeito à negação da própria disjunção entre significado e significante enquanto traço constitutivo. O recalçado seria, nesse sentido, a ausência de sentido *a priori*, o que situaria qualquer significado enquanto apenas um momento de um processo de significação infinito.

Assim, o recurso à metalinguagem, ou à verdade da verdade, seria um modo de negar essa opacidade do recalque, a opacidade da ausência de um sentido original, de uma essência. Por isso, diz Iannini (2012), o analista não deve ocupar esse lugar de Outro do Outro, pois tal atitude teria como resultado o silenciamento do sujeito, o apagamento do desejo, disso que se constitui como pura falta — o que nos faz retornar, se quisermos, ao que foi apresentado anteriormente sobre verdade, resistência e negação, tendo como exemplo o comentário de Lacan sobre o caso de Kris.

Assim, carrega-se junto com essas considerações acerca da inexistência de uma instância garantidora a possibilidade do estabelecimento de uma garantia moral para o sujeito. Algo que

toca diretamente a inexistência da verdade da verdade, nisso em que ela pode ser articulada à inexistência do Outro do Outro: uma vez que não há um ponto estável que possa garantir ou clarificar a verdade de um discurso, tampouco existe uma instância que garanta a correção de nossos atos — algo que há havia sido amplamente trabalhado por Lacan em seu seminário sobre *A ética da psicanálise* (Lacan, 1959-60/1988) e em “Kant com sade” (Lacan, [1963] 1966/1998).

Nesse desenvolvimento, haveria uma articulação entre a impossibilidade de estabelecimento de uma garantia transcendental e a localização do ato enquanto possibilidade de delineamento de uma ética que não demande uma sustentação moral externa. Ressalta-se que o termo “ato” diz respeito a um modo de ação marcado pela falta de controle sobre seus efeitos, em que haveria um tipo de suspensão da possibilidade de adequação a padrões normativos. Trata-se de um desenvolvimento central à clínica, uma vez que possibilitará algum tipo de horizonte terapêutico que estabeleça, a todo momento, tensionamentos com o potencial normativo que a própria palavra “terapêutico” coloca em questão. Não se trataria, desse modo, de um horizonte de adequação normativa a certos ideais, mas de um processo que visaria à transformação do modo de lidar com horizontes morais de modo geral.

O ato, nesse sentido, não se configura nos termos de adequação ou inadequação à Lei (enquanto código instituído), mas justamente na possibilidade de experiência para além disso: “o ato moral é aquele que *deve ser assumido* como falível, como se racional fosse saber agir sem garantias. *Como se só houvesse ato moral lá onde o sujeito é chamado a agir sem garantias*” (Safatle, 2006, p.169, realce do autor). O ato, assim entendido por Lacan, carrega sempre algum tipo de fracasso, um fracasso em sua relação com a Lei. Ele não funciona nem como adequação nem como negação opositora, mas como a possibilidade de atuação para além da adequação, conservando sua dimensão conflitiva.

Como se pode constatar, essa discussão consiste num ponto central para a clínica, mas podemos recuperar alguns efeitos em relação à produção de conhecimento. Isso porque ela interdita uma relação ingênua com o conhecimento, uma vez que está posto que não se trata somente de uma descrição ou representação, mas sim da constituição de uma atividade moldada por elementos exteriores ao “conhecimento em si”, e que também produz efeitos em seus objetos (como vemos com Hacking). A interdição da verdade enquanto uma categoria que apresentaria algum tipo de garantia para o conhecimento produzido, junto a sua caracterização enquanto justamente aquilo que escapa ao saber, produzem a necessidade de posicionamento em relação a essa falta de garantia. Mais que isso, a verdade enquanto algo que se opõe ao saber implica um tensionamento constante em relação ao conhecimento produzido.

Nesse sentido, a posição do sujeito frente a essa recusa, essa falta, mostra-se enquanto um posicionamento ético do sujeito frente à inconsistência do Outro. A consideração do debate sobre a verdade acarreta, portanto, além de suas dimensões epistemológica e ontológica, um efeito de implicação ética, no tanto que o conhecimento produzido não responde por si mesmo, nem a qualquer instância garantidora. Isso não implica, entretanto, uma redução do conhecimento à ética, tampouco uma posição melancólica de negação do valor do conhecimento por sua falta de garantia transcendental — algo em que temos insistido desde o início deste trabalho, ao pautar nossa discussão em torno de uma crítica ao modo como se entende a produção de conhecimento científico que não produza um tipo de relativismo radical.

Verdade, negatividade e estabilidade

E especificamente sobre a verdade como causa material, o que isso implica em relação ao saber sobre sofrimento psíquico? Primeiramente, que há uma estabilidade naquilo que se pode reconhecer como causa, e que ela está ligada ao fato de que o sujeito habita a linguagem. A incidência do significante causa o sujeito enquanto dividido; logo, também seu desejo, seus sintomas etc. Os sintomas, portanto, remontam a uma falta estrutural, algo que nos aproxima da concepção que apresentamos de Freud sobre a falta de verdade enquanto um núcleo patogênico (Silva Junior, 2017) — a verdade aqui já não restrita a uma concepção de verdade histórica, mas enquanto algo que foi rejeitado no modo de estruturação do sujeito da ciência. A terapêutica, a partir dos desenvolvimentos de Lacan, não pode funcionar a partir de uma ideia de restituição da verdade, mas na direção da abertura de possibilidades de outros modos de lidar com a falta. Desse modo, não é possível alienar-se na garantia de um saber; afinal, esse próprio funcionamento é refratário à tomada do sujeito enquanto um objeto. Tampouco há uma garantia do saber.

Se tomarmos a obra de Hacking, vemos que sua justificação da estabilidade do conhecimento científico não lança mão de qualquer tipo de garantia: ele reputa a estabilidade à efetividade, algo fruto de renegociações constantes a partir daquilo que o conhecimento produzido oferece. A ausência de garantia fica clara na própria ideia de autoestabilização de um estilo de raciocínio; por outro lado, sua diferença com a psicanálise explicita-se em alguns momentos de seu trabalho sobre as patologias transientes. A diferença se marca, desse modo, na falta de articulação, em Hacking, disso que ficaria de fora da veracidade com a questão da causa. Se a veracidade é um efeito da impossibilidade de enunciação da verdade sobre as coisas — algo que pode ser visto na separação radical entre significante e significado —, falta

reconhecer os efeitos que os modos de lidar com essa impossibilidade causa. E é disso, segundo Lacan, que a psicanálise não pode abrir mão; algo que implica uma intensificação dessa impossibilidade, o que pode ser reconhecido pelo caráter ativo de sua oposição ao saber.

Desse modo, pode-se afirmar que Lacan desloca a questão da estabilidade para a incidência significativa. Haveria um efeito causado pelo fato de que o sujeito habita a linguagem, o que implica uma divisão: por um lado, há os saberes possíveis (inclusive sobre si mesmo); por outro, há algo que não se reduz a esses saberes e que se manifesta enquanto uma verdade que afirma a ausência de um sentido original. O modo como a relação entre o saber e a verdade se estabelece é histórico, produzindo modos distintos de subjetividade. Mesmo em nosso contexto, marcado por aquilo que é nomeado enquanto “sujeito da ciência”, há diferentes modos de estabelecer essa divisão, que respondem a modos distintos de negação. Mais especificamente, de modos de negação da castração. É, em linhas gerais, o que Lacan tenta estabilizar com seu recurso às estruturas clínicas, de maneira que uma estrutura comporta uma ampla variabilidade de expressões, embora a estrutura em si demonstre maior estabilidade.

Vê-se, então, diferentes graus de estabilidade, algo análogo ao que Hacking argumenta para diferenciar patologias transientes e não transientes: seu reconhecimento em diferentes tempos e lugares. Se tomamos as estruturas clínicas, é possível afirmar essa presença mais ampla, de modo que muito do que Hacking trata enquanto “patologias transientes” seria considerado enquanto sintomas, numa leitura estrutural. A depressão seria, acima de tudo, um sintoma. Assim como a fuga, um conjunto de expressões possíveis dos impasses contidos em uma estrutura clínica. Algo, por um lado, compatível com o argumento do filósofo de que os sintomas das patologias não transientes modificam-se com o tempo, mas de que há algo que se mantém constante. A psicanálise oferece uma possibilidade de pensar a constância sem ter de recorrer ao biológico: tratando a causalidade a partir da relação do sujeito com a linguagem e em seus efeitos. A estabilidade dos tipos, retomando o vocabulário de Hacking, residiria na causa material — ligada à questão da verdade e à negatividade.

O deslocamento realizado leva a outro modo de consideração da relação entre tipos interativos e indiferentes. O sujeito da ciência não deixa de ser o alvo de um tipo interativo de classificação, mas isso não significa que não se possam produzir saberes estáveis sobre ele. Entretanto, o curioso é que aquilo que haveria de mais estável entre os saberes produzidos é o fato de que esses saberes sempre serão, de alguma maneira, rejeitáveis. Não importa o que se diga sobre eles. Não é uma estabilidade que se dá a partir da indiferença, mas sim a partir do reconhecimento de algo que estruturaria a interatividade. Isto é, se existe algum tipo de indiferença — no sentido de algo que não se modifica com o discurso produzido —, seria em

relação à impossibilidade⁶⁸. Impossibilidade essa tomada justamente enquanto elemento central da causalidade. A estabilidade está na causa, mas na causa enquanto algo que desmente o saber e que se interrompe na produção de um saber estanque. A estabilidade pode ser encontrada, ainda que de maneira contraintuitiva, na consideração da causa material e de sua relação com a negatividade — de onde é possível perguntar sobre os efeitos que isso tem na produção de conhecimento.

A verdade no conhecimento

Após o que foi apresentado até agora, temos elementos para fazer uma avaliação circunstanciada do que apresentamos enquanto objetivo inicial de nossa pesquisa, a saber: reafirmar a necessidade de discussão sobre a questão da verdade na produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico. Entendemos que introduzir a questão da verdade é de central importância por ser ela um termo que mobiliza questões epistemológicas, ontológicas, éticas e políticas. Ao longo do texto, apresentamos diversos pontos, alguns mais amplos, outros específicos, alguns compatíveis entre si, outros não. Vejamos isso de maneira organizada.

A primeira questão levantada foi sobre o valor de verdade do conhecimento. Com Hacking (1983/2012), foi possível estabelecer um entendimento do valor do conhecimento científico a partir de uma filosofia da ciência não normativa, com um entendimento que não se adequa nem a realistas teóricos nem a antirrealistas radicais. Junto a isso, seu projeto de *estilos* (Hacking, 2012) apresenta as bases para pensar a relação entre contingência e necessidade do conhecimento considerando-se uma dimensão de negociação que envolve o mundo (indiferente) e o social — não caindo, entretanto, em um tipo de relativismo radical (Hacking, 1999, 2000).

Essa leitura mais geral sobre o funcionamento das ciências pôde ser localizada dentro de uma compreensão da verdade crítica à teoria da verdade por adequação (Hacking, 2002b). A crítica não se limita, entretanto, à verdade como adequação, de maneira que o autor indica a fragilidade de tentativas de leitura da prática científica a partir de uma teoria da verdade estabelecida. Por outro lado, sua definição da *veracidade* enquanto possibilidades de

⁶⁸ É o que pode ser visto nas tentativas de formalização realizadas por Lacan nos anos 1970, em que o matema é colocado enquanto possibilidade de comunicação dessa impossibilidade (Badiou, 2013). Ele é positivado, nesse sentido, mas uma positividade que só é possível a partir de uma depuração da verdade ao seu mínimo, nisso em que ela se reduz à letra em seu emprego lógico. Como aponta Badiou, o que se tem aí é a apresentação de um saber enquanto função do real (ausência de sentido), o qual não deixa de implicar uma verdade: a verdade da impossibilidade de sentido que não deixa de irromper.

enunciação do verdadeiro serviu para organizar os elementos trabalhados, reafirmando-se, inclusive, a ausência de garantia da verdade da veracidade. Desse modo, a crítica à verdade como adequação e o estabelecimento do valor do conhecimento como separado de sua consideração enquanto verdade absoluta já indicavam a necessidade de consideração da verdade (ou da veracidade) como a reunião de questões epistemológicas (as possibilidades de verdade ou falsidade desenham-se dentro do estilo de raciocínio), ontológicas (as possibilidades de consideração dos objetos são recíprocas à definição de verdade e falsidade; logo, também se inserem no estilo de raciocínio) e éticas e políticas (um estilo de raciocínio se autoestabiliza, de modo que não há critério exterior de sustentação).

Nesse ponto, realizamos uma incursão sobre o que o autor denomina *Ontologia histórica* (2002/2009), abordando em detalhes tanto sua teoria baseada no nominalismo dinâmico quanto seu trabalho sobre sofrimento psíquico (Hacking, 1995/2002, 1998a). Se uma apreciação crítica sobre a questão da verdade já se havia feito presente, a proposição de Hacking sobre tipos interativos aprofundou drasticamente essa necessidade: uma vez que o conhecimento produz efeitos retroativos em certos tipos de classificação, em geral ligadas ao sofrimento psíquico, então a questão da verdade se desdobra. Não somente não há a ilusão de estabelecimento de uma verdade absoluta, como há um potencial ontológico específico, dado que há a produção de possibilidades de experiência. Nesse sentido, não somente a relação entre epistemologia e ontologia se intensifica, mas a ética se faz incontornável.

A partir disso, foi possível estabelecer alguns pontos de diálogo com a psicanálise lacaniana, atentando-se ao fato de que há uma diferença naquilo que é chamado de *verdade*. Na psicanálise, a verdade se liga ao inconsciente, ou seja, trata-se de uma noção calcada na negatividade e que comporta um potencial de ruptura em relação ao saber (Lacan, 1966a/1998). Pudemos apresentar como isso se desenvolve a partir da clínica e algumas influências teóricas, de modo a indicar tanto a compatibilidade com Hacking em relação ao reconhecimento da historicidade das formas de sofrimento quanto indicar alguns pontos de distanciamento. Ademais, foi possível também sustentar que a psicanálise constitui uma forma específica de definição de verdades e falsidades, é recíproca a seus objetos, e também apresenta técnicas de estabilização — três elementos sempre marcados pela negatividade. Nesse sentido, indicamos que a psicanálise pode ser considerada pertencente a um estilo de raciocínio específico.

Essa consideração nos fez apresentar uma crítica e uma possível contribuição em relação à ontologia histórica de Hacking, que diz respeito justamente à ausência de uma teoria causal que dê conta de explicar os fenômenos concernidos. Essa ausência se faz notar em um recurso

à efetividade da psiquiatria biológica enquanto diferenciação de tipos interativos e indiferentes, apresentando uma relação entre biologia e indiferença. Pudemos, em relação a isso, apresentar motivos que indicam a insuficiência — ou mesmo a inadequação — de uma abordagem biológica de certas questões. A inadequação diz respeito aos efeitos que o discurso da psiquiatria biológica pode produzir, o que foi mostrado na discussão sobre a depressão. Já a insuficiência, pode ser reconhecida a partir dos apontamentos de Nikolas Rose sobre a crise da psiquiatria.

Em seguida, apresentamos o modo como a psicanálise trata a questão da causalidade, indicando sua pertinência para abordar o sofrimento psíquico. Apresentou-se, assim, uma racionalidade clínica que propõe objetos e modos de pensamento atravessados por uma negatividade forte, dando centralidade à articulação entre a causalidade e a questão da verdade.

Essa maneira de tratamento (teórico) do sofrimento psíquico apresenta a possibilidade de um questionamento permanente dos efeitos do conhecimento. O entendimento da causa enquanto algo que implica o sujeito é recíproco a um tratamento crítico do saber, reconhecendo seus efeitos ontológicos e a ausência de uma instância garantidora. Trata-se, como indicado no início, da verdade enquanto um termo que carrega a indissociabilidade entre epistemologia, ontologia e ética, sem, entretanto, que um possa se sobrepor ao outro. Contudo, falta ainda uma parte da sustentação dessa proposta, que diz respeito à própria aceitação da necessidade do questionamento da verdade dentro da produção de conhecimento.

Afinal, se Hacking apresenta seu recurso à psiquiatria biológica, ele o apresenta a partir de uma justificativa de efetividade: o sucesso dos tratamentos deveria reorganizar a produção de conhecimento e também renegociar os parâmetros de realidade das patologias. Não se trata de um argumento positivista, no sentido de que é o correto porque assim demonstra a observação. A aceitação dessa racionalidade é secundária, e, de fato, o autor não entra nesse mérito. Ou seja, há uma distância entre o que o discurso biológico afirma (como indicado por Watters, Kirsch e Rose) e aquilo que Hacking reconhece. O posicionamento do filósofo baseia-se, como indicamos, mais na questão da estabilidade do que na da correção das teorias; isso indica que o seu argumento se sustenta no terceiro ponto relacionado a um estilo de raciocínio, que consiste em técnicas de autoestabilização: “modos como os estilos de raciocínio proporcionam conhecimento estável e tornam-se não os descobridores de verdade objetiva, mas sim padrões de objetividade” (Hacking, 2002/2009, p.219). A psiquiatria biológica insere-se, assim, em um estilo cuja estabilidade viria, em parte, de sua efetividade clínica: a eficácia da terapêutica sustentaria padrões de objetividade. Com Watters, Kirsch e Rose pudemos ver que essa relação é frágil.

Apontamos, no Capítulo 3, algumas possibilidades de consideração tanto da estabilidade do estilo de raciocínio marcado pela negatividade que a psicanálise habita, como de afirmação da validade conceitual e, portanto, de estabilidade da psicanálise como ciência específica. Em relação a isso, o debate Shevrin/Grünbaum apresenta um interesse duplo: por um lado, ele demonstra a possibilidade de validação conceitual extraclínica da psicanálise, respondendo a críticas de longa data. A aceitação dessa resposta foi dada pelo próprio Grünbaum (Brakel, 2015), algo que deveria, portanto, modificar o cenário dos questionamentos. Curiosamente — e isso nos leva ao segundo ponto de interesse nesse debate —, isso tudo parece ser simplesmente ignorado por críticos da psicanálise e no debate sobre sofrimento psíquico. Esse caso (Shevrin/Grünbaum) é somente um entre outros que poderiam ser assimilados em discussões sobre pesquisa em saúde mental, mas a psicanálise continua em uma posição marginalizada (Rose, 2018).

Indicamos, neste capítulo, como a psicanálise oferece outra possibilidade de pensar a causalidade do sofrimento psíquico. Trata-se de um modo que conserva a dimensão conflitiva inerente à própria constituição da vida social e da produção de sujeitos. Apresenta, ademais, uma possibilidade de pensamento causal cuja estabilidade se dá na consideração da relação entre sujeito e linguagem. É uma racionalidade que gravita em torno da negatividade, na qual a questão da verdade faz com que a relação entre o conhecimento produzido, seus efeitos ontológicos e as questões éticas implicadas sejam constantemente colocadas em cena.

Nesse caso, afirmamos que o saber assim produzido é mais apto a lidar com esse tipo de problema, por oferecer um modo de tratar o sofrimento psíquico a partir de um pensamento causal que não se limita à redução de sintomas. Por que isso não ganharia relevância no debate? No limite, a pergunta pode ser feita sobre a relevância de se tratar esse tipo de sofrimento psíquico, que é inseparável de uma gênese conflitiva que inclui os sujeitos. Afinal, com vimos, a resposta da psiquiatria biológica vai no sentido de uma causalidade que não produz uma implicação de seus sujeitos, já que a causa é o mau funcionamento de algo indiferente à discursividade. Isso aponta não somente para a valência política do sofrimento (Dunker, 2017), mas para a valência política dos modos de fazer perguntas, ou então, da valência política dos modos de consideração da verdade e da produção de conhecimento. Abordaremos essa questão com o intuito de concluir nosso trabalho.

Conclusão – Políticas do conhecimento

Para concluir nosso trabalho, propomos uma discussão sobre a dimensão política presente na consideração da verdade na produção de conhecimento. Essa discussão, que fará uso do percurso que foi até aqui realizado, tem como horizonte a proposição da política enquanto campo necessário à possibilidade de decidibilidade em relação ao valor de um saber. Desse modo, encerrar o trabalho com essa discussão consiste numa maneira de afirmar que, mais do que a defesa de uma maneira ou outra de se tratar a questão da verdade, o que tentamos ressaltar é a importância de que a questão da verdade possa constantemente ser colocada em xeque, tendo sempre um efeito de abertura do debate.

Lembremos que partimos, com Hacking, da consideração de uma lacuna entre a verdade (enquanto algo absoluto e atemporal) e a veracidade (enquanto possibilidades contextuais de enunciação do verdadeiro). Seu modo de articulação dessa ideia à noção de estilos de raciocínio indica não somente a historicização dos modos de enunciação, mas também a inexistência de um elemento externo que garanta a veracidade, de modo que os estilos seriam autossustentados (sem garantia lógica ou empírica, embora definam seus fundamentos de modo autorreferencial). A ausência de uma referência externa instaura uma contingencialidade em relação ao valor do conhecimento, o qual seria estabelecido a partir da conjunção de diferentes elementos, que envolvem a efetividade do conhecimento em relação aos problemas que tenta resolver, assim como uma dimensão de negociação presente na própria definição dos problemas e no reconhecimento dos modos mais adequados a suas resoluções. Nesse sentido, a ausência de uma referência externa do valor do conhecimento demanda uma dimensão de implicação de seus atores, a qual ainda que seja uma implicação coletiva, consiste num posicionamento ético.

Considerando o que foi trabalhado no segundo capítulo, a consideração dos efeitos ontológicos do conhecimento intensifica essa dimensão: não somente o conhecimento determina possibilidades de experiência e de sofrimento, como também essa determinação não guarda uma relação direta com a veracidade das teorias — como pudemos ver com Hacking (1995/2000), a partir da crítica às teorias sobre o transtorno de múltipla personalidade, que, embora frágeis, não deixam de produzir modos de experiência. Reconhecemos, assim, a presença de um tipo de negatividade presente no modo de consideração da verdade por Hacking, no que diz respeito a essa ausência de garantia externa e da incompletude do conhecimento. Não se trata, entretanto, de algo que estruture o pensamento do autor: essa negatividade aparece enquanto um efeito da impossibilidade de estabelecimento de um conhecimento absoluto, ligando-se ao que o autor trabalha enquanto contingência e

variabilidade dos saberes. Isso faz com que ele apresente um recurso à historicidade para sustentação do valor das ciências, mas não há a localização da negatividade enquanto um elemento estruturante, como é no pensamento de Lacan. Isso foi organizado, em momentos anteriores, pela nomeação de uma negatividade fraca (em Hacking) e uma negatividade forte (em Lacan). Embora sua noção de estilos de raciocínio se mostre receptiva à negatividade enquanto elemento central, isso não é desenvolvido pelo autor em nenhum momento.

A partir da psicanálise, especialmente com Lacan, foi possível determinar como a centralidade da negatividade leva a ausência de uma instância garantidora às últimas consequências. Não somente em relação à impossibilidade de garantia, mas inclusive pela localização da negatividade enquanto elemento central na causalidade, a dimensão ética se faz presente tanto pela impossibilidade de desresponsabilização pelo conhecimento produzido quanto pela incontornabilidade da implicação no modo como esse conhecimento é assimilado. Como vimos no capítulo anterior, a ética imposta pela psicanálise localiza a inexistência de garantia enquanto um elemento inescapável, cuja recusa é articulada à causa do sofrimento; há, desse modo, uma implicação na causalidade do sofrimento, a qual indica que a dimensão ética não subsiste somente do lado daquele que produz saber, mas do modo como o saber é recebido e utilizado. Trata-se, como argumentamos, de um modo de tratamento do sofrimento psíquico que oferece uma possibilidade de estabilidade conceitual sem recorrer a uma argumentação biológica.

A questão que colocamos agora é sobre como essa dimensão ética se efetiva na produção de saber. Seja em posições compatíveis com as que apresentamos, seja em posicionamentos contrários, não é comum encontrar disputas sobre o valor do conhecimento que se encerrem em discussões éticas. Elas variam, de modo geral, em torno de questões epistemológicas e metodológicas, mobilizadas a partir do reconhecimento de que certos argumentos carregam mais credibilidade do que outros. Isso não significa que a dimensão ética seja completamente apagada, mas que ela acaba sendo subordinada ao conjunto dos elementos mobilizados nos debates. Nesse sentido, é preciso considerar que essa própria organização dos debates não apresenta um tipo específico de elemento enquanto ponto decisivo inquestionável: argumentos metodológicos e epistemológicos podem ser decisivos em alguns, mas não em todos — o mesmo com questões éticas, questões econômicas etc.

Como apontamos ao final do capítulo anterior, o debate entre Shevrin e Grünbaum, embora tenha resultado numa modificação importante por parte de uma das críticas epistemológicas da psicanálise mais respeitadas, não parece ter surtido grandes efeitos no campo: a psicanálise continua numa posição lateral em discussões sobre sofrimento psíquico,

muitas vezes por sua “falta” de cientificidade (Rose, 2018). O que se depreende disso é que a dimensão da disputa apresenta certa autonomia em relação aos elementos nela mobilizados, o que a inscreve enquanto uma dimensão política.

De modo mais geral, a questão se formula nos termos de como é possível pensar a decidibilidade entre modos concorrentes de produção de conhecimento. Tocamos aí em um ponto que foi contornado pelo pensamento de Hacking diversas vezes, mas nunca propriamente aprofundado: afinal, faz parte da própria definição de técnicas de autoestabilização de um estilo de raciocínio — e da contingência presente (ainda que em pequeno grau) nas explicações de estabilidade de ciências específicas — que o conhecimento seja avaliado também a partir de sua empregabilidade política.

Propor essa passagem da ética para a política não diz respeito somente ao reconhecimento de que o conhecimento se torna, inevitavelmente, um instrumento de poder. Trata-se, sobretudo, de dar um destino a esse imperativo ético sem que isso resulte numa apatia em relação à produção de conhecimento: como afirma Iain Mackenzie (2018), essa apatia pode resultar, por um lado, numa desistência em relação à proposição de novos saberes, uma vez que sempre há o risco de que esses saberes sejam assimilados com traços absolutos e contrários ao posicionamento ético; por outro lado, pode levar a uma hiperinflação da dimensão ética, como se ela fosse capaz de responder a demandas que não lhe dizem respeito⁶⁹. Ambas as alternativas desembocam em uma redução de outros campos à ética, especialmente a epistemologia (Dunker, 2007). Acreditamos que recuperar a política enquanto campo de possibilidade de efetivação da ética é um modo de enfrentar esse risco, contribuindo também para o não abandono das disputas existentes no campo da produção de saber — abandono, esse, que já trouxe muitos prejuízos à psicanálise e às pessoas que poderiam usufruir dela em políticas públicas de saúde mental (Beer, 2015, 2017).

Não se deve perder de vista que essa abordagem da política se dá a partir da centralização da verdade enquanto questão. Isso porque, como temos argumentado, a questão da verdade presentifica a reciprocidade entre epistemologia, ontologia e ética, calcada nos efeitos da consideração de três elementos trabalhados: 1) a ausência de uma instância garantidora do valor do conhecimento, 2) os efeitos ontológicos produzidos pelos discursos e práticas do saber científico e 3) a causalidade enquanto consideração de uma dimensão negativa que inclui o caráter conflitivo do sofrimento e a implicação do sujeito. A tomada dessas três dimensões

⁶⁹ Em pesquisas anteriores (Beer, 2015, 2017), pudemos abordar essa vertente no caso da validação conceitual da psicanálise: muitas respostas a críticas sobre a validação lançavam mão de um argumento de que não se deveria responder às críticas porque não haveria uma garantia para o conhecimento produzido.

enquanto recíprocas insere a política como quarto termo inseparável, uma vez que nenhum deles parece esgotar os processos que determinam a escolha por formas determinadas de produção de saber. Nesse sentido, a dimensão política deve ser tomada em duas vertentes diferentes. Trata-se, de um lado, da potência crítica do saber, nisso em que ele pode se contrapor e resistir a normas e padrões estabelecidos; por outro lado, tem-se o próprio potencial normativo do conhecimento — potencial de estabelecer novos padrões não somente de normalidade, mas também de legitimidade em relação àquilo que merece e deve ser pesquisado.

Retomando a noção de estilo de raciocínio de Hacking, são suas considerações sobre as autoestabilização de um estilo que abrem a discussão para a dimensão política, embora isso não seja aprofundado pelo autor. Pois, se há uma questão que diz respeito a um encaixe mínimo necessário entre o saber produzido e o mundo sobre o qual ele precisa ter algum tipo de efetividade, o próprio autor não deixa de reconhecer uma dimensão de negociação da definição desse mundo: lembremos que ele sempre recorre à ideia de que a realidade seria algo em constante renegociação. Desse modo, se é possível reconhecer que a dimensão da negociação não se opõe à ideia de objetividade, ela tampouco esgota o que pode ser pensado sobre os atravessamentos políticos: se o estilo define modalidades de experimentação, de validação e de comunicação, padrões de objetividade etc., pode-se afirmar que essa própria definição se inclui num campo político, no tanto que ela mesma confere poder.

O conhecimento e a política

É isso que vemos em lugar privilegiado no livro *As políticas da razão*, de Isabelle Stengers (1993/2000). A autora apresenta uma compreensão absolutamente compatível com a de Hacking sobre a produção de conhecimento, partindo de uma recusa a projetos epistemológicos e metodológicos normativos. Entretanto, dentre os diversos elementos que Hacking aponta enquanto relevantes nas explicações sobre estabilidade (seja de um estilo ou de uma ciência específica), Stengers se concentra sobre a política enquanto elemento último que poderia decidir sobre o valor de um conhecimento. Não se trata de reduzir a epistemologia à política, ponto em que a autora é bastante clara ao recuperar o conceito de *irredução*, de Bruno Latour: são dimensões indissociáveis, mas uma não se sobrepõe à outra. A afirmação da dimensão política enquanto incontornável, entretanto, dá importância à ausência de critério externo que sirva de referência ao conhecimento, conferindo peso à questão da negatividade.

Seu argumento nesse livro toma a ciência moderna, num sentido amplo, como objeto de estudo. Segundo a autora, isso que conhecemos como ciência moderna seria algo que não pode

ser apartado de sua dimensão política por responder, em larga medida, a uma disputa em relação à enunciação da verdade: a ciência determinaria aquele que pode dizer o verdadeiro. Nesse sentido, seria central para a constituição da ciência moderna a separação (e sua justificação) entre o saber científico e outros modos de saber, que seriam considerados de menor valor. A esse processo, nomeado como *demarcação*, Stengers articula os projetos de normatização epistemológica e metodológica da ciência. Contudo, a química e filósofa insiste no fato de que nenhum desses projetos teve sucesso em encontrar uma ancoragem suficiente que sustentasse a separação entre o conhecimento científico e conhecimentos considerados não científicos.

Segundo a autora, a maneira principal de estabelecer essa separação seria através de uma diferenciação entre ficções e não ficções. Trata-se de uma tática retórica empregada já por Galileu, ao afirmar que a matemática faria coisas falarem por si mesmas. A questão da ficção é central uma vez que não somente o conhecimento científico não seria ficcional, mas também porque a ciência passaria a ser algo capaz de silenciar as ideias concorrentes que “não passam de ficção” (Stengers, 1993/2000, p.93). A caracterização do científico mostra-se, portanto, a partir não de um direito epistemológico, mas de uma disputa de poder que reside na capacidade de enunciação do verdadeiro e silenciamento dos concorrentes. Para tanto, como afirma a autora, o procedimento científico consistiria num modo de construção da apresentação dos fatos que seria adequado somente a uma narrativa. Há escolhas que são feitas para que a matemática possa se adequar aos objetos empíricos; entretanto, não são apresentadas enquanto escolhas, mas como se fossem o estado natural das coisas:

O mundo fictício criado por Galileu não é apenas o mundo que Galileu sabe como interrogar: é um mundo que ninguém pode interrogar diferentemente dele. É um mundo cujas categorias são práticas, porque são as do dispositivo experimental que ele inventou. É, na realidade, um mundo concreto, a saber, um mundo que permite acolher a multidão das ficções rivais concernentes aos movimentos que o acompanham e estabelecer a diferença entre eles, designar aquela que o representa de modo legítimo. (Stengers, 1993/2000, p.99)

Nesse sentido, o modo como se pode representar e demonstrar um fato não deixa de ser uma ficção, o que não significa, entretanto, que todas as ficções devam ser tomadas como se tivessem igual valor. Essa retórica, a qual ela reconhece enquanto um traço da ciência moderna, seria não somente dispensável, mas inclusive contraproducente, pois limitaria as possibilidades de descobertas. Nesse ponto, a dimensão política explicitaria sua potência opressiva: nisso em que o valor do conhecimento científico consistiria no poder de dizer “o verdadeiro” e silenciar os concorrentes. Tal posicionamento provém de um duplo atravessamento político: 1)

primeiramente, apresentar-se como não ficção seria um modo de estabelecer, de saída, um nível hierárquico superior, pois indicaria uma relação direta com a verdade (político, portanto, por se tratar de uma disputa de poder); 2) tal hierarquização depende da defesa de um caráter necessário proveniente de uma diferenciação epistemológica, o que instauraria a autonomia da ciência em relação não somente a disputas estranhas a ela (a política enquanto campo geral de negociação e poder), mas também retirando a política de seu funcionamento “essencial”, uma vez que seus avanços poderiam ser medidos em referências puramente epistemológicas.

A reintrodução da política proposta por Stengers recoloca a política como ponto fundamental da prática, uma vez que priva a epistemologia normativa de um real poder decisório, demandando que a escolha dos vencedores responda também a outras disputas. Não se trata de um ataque ao valor do conhecimento científico, mas à fantasia, muitas vezes presente, de que essa necessidade também implica algum tipo de unicidade, de que não seria possível outra explicação necessária. Stengers afirma, assim, que a ciência é um modo de valoração de diferentes ficções, e não do estabelecimento de não ficções. Ela seria um ótimo procedimento para avaliar as qualidades das ficções apresentadas, mas mesmo as vencedoras continuam a ser ficções.

Vê-se, portanto, que a política é apresentada, de maneira consistente, não enquanto um atravessamento ocasional do fazer científico, mas como parte necessária, sem a qual não se faz ciência. Política aqui definida como espaço de produção e disputa de interesses; momento inicial para que um enunciado possa se estabilizar enquanto autoridade suficiente para a determinação de um programa de investigação. Isso implica que não somente a decisão sobre a qualidade de uma teoria apresenta uma dimensão política, mas também a própria aceitação de perguntas e temas enquanto pertinentes também não é totalmente explicável somente pela epistemologia. A dimensão política também é constituinte do modo como um problema será abordado, de quais serão seus critérios de veracidade, dos métodos aceitos etc. Isso não significa, como temos afirmado, o apagamento da importância da epistemologia ou de outros procedimentos que tentam neutralizar os atravessamentos externos no fazer científico, mas sobretudo a afirmação de que esses atravessamentos são inevitáveis, e que devem ser considerados a todo momento. Algo que só é possível, como coloca Stengers, com um olhar atendo ao poder (Stengers, 1993/2000, p.87).

Isso significa, em linhas gerais, que uma discussão sobre o conhecimento científico que não leva em consideração a questão do poder é uma discussão limitada, pois deixa de fora um elemento indispensável à decidibilidade do valor do saber produzido. E isso é apontado enquanto elemento essencial ao que Stengers entende como ciência, não pela operatividade ou

consistência do conhecimento, mas justamente por sua abertura à crítica: “se já não se trata de eliminar o poder da ficção, trata-se, porém, de o pôr à prova, de sujeitar as razões que inventamos a um terceiro capaz de as pôr em risco” (Stengers, 1993/2000, p.154). A ciência apresentaria esse potencial de um conhecimento criticável, acima de tudo. Essa crítica deve carregar a marca de sua inscrição política, uma vez que tanto sua constituição como seus efeitos são inseparáveis de disputas de poder.

Voltando à obra de Hacking, vemos que há uma grande compatibilidade entre os dois autores, embora o filósofo canadense não trabalhe a questão política a fundo. Ele não deixa de fazer algumas pontuações, uma delas abordada em nosso Capítulo 2: Hacking (1995/2000) reconhece os efeitos políticos da constituição das ciências da memória, e propõe a consideração de uma “memoropolítica” junto à biopolítica e à anatomopolítica foucaultianas. Trata-se da afirmação da relação entre conhecimento e poder, tanto no sentido de que as formas estabelecidas de poder influem nas possibilidades de produção de conhecimento quanto no fato de que o conhecimento produzido é assimilado pelo poder. Nessa relação mais superficial entre conhecimento e poder pode-se somar a consideração de que o conhecimento pode fazer oposição ao poder, como Stengers aponta ser o caso de Galileu, por exemplo.

Hacking não deixa de reconhecer essa dimensão. Ele reconhece, especialmente em *The social construction of what?* [A construção social do quê?] (1999), o poder disruptivo do conhecimento, o qual ele liga à questão da verdade. Ele o faz, entretanto, de modo bastante apático, comentando uma divisão recorrente entre posturas supostamente “de direita” e “de esquerda”: segundo o filósofo, havia uma tradição de consideração da verdade enquanto um elemento revolucionário — encampado por pessoas “de esquerda” —, nisso em que a verdade conteria o potencial de crítica e resistência ao poder estabelecido, explicitando suas contradições e possibilitando a emergência de outras formas; por outro lado, ele relata sua percepção de que, com o decorrer dos anos, a questão da verdade teria passado a ser vista como um instrumento de opressão utilizado por conservadores (“de direita”), nisso que a afirmação do verdadeiro consistiria numa forma de opressão e dominação. Embora demonstre sua simpatia com a compreensão mais “à esquerda”, sua posição final é apática, quase melancólica: o autor afirma estar velho demais para essa discussão (Hacking, 1999, p.95-96).

A verdade e o político

Esse tipo de posicionamento apático não parece ser incomum, sendo apontado por Iain Mackenzie como um problema recorrente em relação à consideração da verdade na política.

Em seu *Resistance and the politics of truth* [Resistência e as políticas da verdade] (2018), o autor afirma a necessidade de que o debate sobre a verdade ultrapasse esse limite da opressão, buscando maneiras de lidar com a questão da verdade sem que elas resultem em mecanismos de opressão e dominação.

De fato, se a dimensão política da verdade é tomada somente enquanto um movimento de substituição de diferentes formas de saber que impõem suas regras sobre os outros, há sempre um horizonte opressivo que dificilmente será evitado. Entretanto, a limitação da questão a esse processo de substituições por opostos é uma compreensão parcial do que está em jogo ao se tratar da dimensão política da verdade. Essa limitação consiste no que nomeamos anteriormente enquanto uma *negatividade fraca*, a qual se limita ao fato de que pode haver uma nova verdade, uma vez que a verdade absoluta seria inalcançável, mas não considera os efeitos disso sobre o próprio valor que a “verdade” assume nesse processo.

Como vimos no Capítulo 3, a consideração desses efeitos resulta no reconhecimento de que o processo de substituição de verdades não se limita à simples passagem ao oposto, mas no estabelecimento de uma impossibilidade originária de adequação. Dentro disso que nomeamos como *negatividade forte*, a verdade carrega esse duplo funcionamento: de um lado, nega a adequação de um enunciado positivo pela oposição de outro enunciado positivo; por outro, aponta para a infinitude do potencial negativo, estabelecendo um horizonte de diferença radical.

Como afirma Mackenzie (2018), essa acepção pode ser bastante útil na efetivação de uma política que assimile a questão da verdade. Nesse sentido, o autor reconhece em Alain Badiou um trabalho consistente: para Badiou (1994), a verdade seria um efeito de um evento disruptivo⁷⁰, que comportaria não somente a instauração de uma nova forma de organização simbólica, mas também a possibilidade de disrupção de qualquer forma estabelecida, instaurando a falta enquanto ponto estruturante. Deve-se considerar que Badiou toma a categoria de evento enquanto algo raro, que teria como resultado o estabelecimento de uma novidade não prevista e inegável. A instauração dessa novidade sem precedentes demandaria uma reorganização dos saberes, uma vez que a introdução de um novo elemento levaria a uma reestruturação da dimensão simbólica. Ao mesmo tempo, haveria também o reconhecimento de que essa nova (ou qualquer) organização simbólica pode ser alvo de um evento disruptivo, indicando que sempre há um elemento deixado de fora na constituição de formas de explicar o

⁷⁰ “Para que se inicie o processo de uma verdade, é preciso que algo aconteça. Pois, o que existe, a situação do saber tal como está, dá-nos apenas a repetição. Para que uma verdade afirme sua novidade, tem de haver um suplemento, o qual está entregue ao acaso. Ele é imprevisível, incalculável. Situa-se para além daquilo que existe, chamo-o evento” (Badiou, 1994, p.178).

mundo. Esse elemento é ligado, por Badiou, à ideia de falta, uma vez que se refere à impossibilidade de recobrimento completo do simbólico, indicando que há sempre uma diferença possível: há sempre algo que falta nas explicações produzidas.

Essa falta, que remete ao fato de que um novo elemento pode sempre irromper e explicitar a não necessidade da forma estabelecida, será localizada, segundo Mackenzie (2018), enquanto fundamento do *político*: trata-se de um campo de disputa e negociação que se constitui a partir da impossibilidade de determinação única da normatividade. O político seria, portanto, o campo inaugurado pela negatividade em seu sentido forte, uma vez que seria o reconhecimento de que o único traço que poderia ser generalizado enquanto característico do ser seria a multiplicidade: aquilo que pode ser afirmado é que sempre é possível ser diferente do que se acha que é. Voltamos, portanto, à ideia da diferença ou da heterogeneidade radical.

O que não significa que o estabelecido deva ser deslegitimado. Mackenzie indica que a forma positivada desse efeito de verdade produzido pelo evento não deve ser desconsiderado, ao contrário: o novo elemento introduzido deve ser considerado enquanto verdadeiro, e nortear, assim, a reconstrução do sistema simbólico. Por outro lado, o efeito de diferença radical que também o marca deve se fazer presente a todo momento. Trata-se, portanto, de uma verdade que, ao mesmo tempo que apresenta possibilidades de construção, também carrega a marca de sua negação sempre em potência. Algo que pode ser construído, mas sem perder o horizonte de sua possível liquidação, o que faz com que a diferença radical seja colocada em cena o tempo todo.

Essa apresentação sintética da articulação entre a verdade e o político é suficiente para amarrar os desenvolvimentos propostos ao longo desta tese. Ela não deixa de reconhecer a pertinência de afirmações positivadas, ao mesmo tempo que as coloca em constante tensionamento com a negatividade em seu sentido forte, apontando para um horizonte de diferença radical. Considerando que estamos defendendo a importância da questão da verdade para a produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico, a delimitação da dimensão política da verdade mostra-se capaz de estabelecer um campo de debate crítico, que possa conter proposições positivadas junto a um horizonte negativo, que produziria a inserção da negatividade enquanto elemento necessariamente presente nas possibilidades de produção de saber.

Isso indica, como propomos no início do trabalho, uma reciprocidade entre as dimensões epistemológica, ontológica, ética e política presentes na consideração da verdade enquanto questão. Trata-se de um questionamento das formas de conhecer, de seus efeitos nas

possibilidades de experiência dos sujeitos, na implicação ética que isso demanda e no reconhecimento de um campo de disputa e negociação fundamentado na existência de uma negatividade originária e intransponível. Se foi possível indicar como uma negatividade fraca pode ser reconhecida em processos de produção de conhecimento de forma geral, afirmamos que o conhecimento que diz respeito diretamente aos indivíduos e seu sofrimento não pode prescindir da consideração de uma negatividade forte, que localize a irreduzibilidade do sujeito à objetificação enquanto elemento central. O sofrimento psíquico demanda, assim, a consideração de uma causalidade que seja capaz de reconhecer a incontornabilidade do caráter conflitivo próprio à subjetivação, e permita que esse conflito seja nomeado enquanto tal. Por outro lado, vimos como tentativas de localização do sofrimento enquanto resultante de processos que não implicam o sujeito não somente silenciam essa dimensão conflitiva, mas também fingem não ver os efeitos ontológicos produzidos por sua discursividade — efeitos esses que, ao mesmo tempo que invalidam suas propostas, são necessários ao engodo por elas reproduzido.

A psicanálise sustenta, dessa maneira, um duplo posicionamento político: por um lado, em acordo com a obra de Hacking, indica a necessidade de consideração da contingencialidade do conhecimento, a qual já considera os efeitos ontológicos, éticos e políticos da produção de saber; por outro, ao levar a seus limites a negatividade imposta pelo modo como a causalidade pode ser tratada na clínica, sustenta a alteridade enquanto único horizonte terapêutico possível. Trata-se de uma inserção política que é efeito da ética clínica (Frosh, 1999/2020), e que não pode se dar ao luxo de desconsiderar seus efeitos de poder (Lacan, [1958] 1966/1998; Checchia, 2015).

A verdade seria, nesse aspecto, uma noção privilegiada para a inserção dessas questões em relação à produção de conhecimento. Se ela já cumpriria uma função parcial de consideração da variabilidade a partir da maneira como Hacking (2005) a trabalha, o sentido centralizado por Lacan — de oposição ao saber dentro de um processo dialético — produz uma radicalização de implicação no conhecimento produzido. A reciprocidade entre as quatro dimensões em que temos insistido indica, nesse aspecto, que a positividade do saber deve ser sustentada a partir do reconhecimento e da explicitação dos acordos e negociações relativos a suas diretrizes epistemológicas, seus efeitos ontológicos, suas implicações éticas e sua localização política, tanto enquanto disputa de poder quanto em consideração à diferença radical que é o fundamento desse próprio campo de acordos e negociações⁷¹.

⁷¹ Algo que foi feito, por exemplo, na pesquisa que resultou no livro *Patologias do social* (Safatle, Dunker, Silva Junior, 2018).

É claro que a consideração dessas dimensões, a todo tempo, seria algo praticamente impossível. Por outro lado, a desconsideração pode produzir efeitos nefastos. Lembrando a reclamação de Hacking (1999), a questão da verdade desdobra-se entre algo que deveria ter um efeito libertador e a reprodução de procedimentos de opressão e dominação.

Fazendo uma pequena inversão com o título do livro de Iain Mackenzie (2018), propomos que a verdade, enquanto questão, possa ser compreendida como uma forma de resistência. Por um lado, a resistência enquanto aquilo que deve ser atravessado na produção de um saber: aqui temos a ideia de Hacking de que a produção de conhecimento é restringida tanto por sua relação com seus objetos, assim como pelos acordos sociais da comunidade em que se insere — o que implica que o conhecimento existe por estar a serviço de algo, indicando que a verdade diz respeito a algum tipo de efetividade, assim como essa efetividade é, ela mesma, fruto de aspirações e negociações coletivas. Por outro lado, o questionamento sobre a verdade funciona enquanto resistência no sentido de oposição ao poder: a verdade presentifica a potência da negatividade, a diferença radical que deve ser tomada como fundamento e horizonte da função do conhecimento, a abertura constante à crítica. Retomando o que trabalhamos no Capítulo 3, em especial ao caso apresentado por Kris, pode-se afirmar que a verdade resiste ao saber que tenta silenciá-la. Uma verdade que é, nas palavras de Adrian Johnston (2017), irreprimível.

Se a verdade se articula à liberdade, isso só é verdadeiro se carrega, junto ao que se apresenta como libertador, a possibilidade de destituição de qualquer forma que venha a se estabelecer. Trata-se de uma noção que só é operativa, portanto, na conjunção de positivities temporárias e de uma negatividade que não deixa de se produzir, existindo na tensão entre esses dois polos. Isso não significa que as positivities não tenham legitimidade, mas justamente que essa legitimidade lhe é conferida pela abertura à negatividade, à possibilidade de ser diferente. A verdade consiste, assim, num processo que depende de categorias como transformação e alteridade — algo que não deve ser esquecido quando tratamos da produção de conhecimento, e mais ainda da produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico.

Referências bibliográficas

- Ambra, P., & Paulon, C. (2018). O analista é o historiador. *Psicologia USP*, 29(3), 412-417. <https://doi.org/10.1590/0103-656420180012>
- Andrade, L.F.G. (2016) *Lacan. Um Novo Freud? O Paradigma Lacaniano e Seu Alcance Clínico*. São Paulo: Annablume.
- Angioni, L. (2018). As quatro causas na filosofia da natureza de Aristóteles. *Anais de Filosofia Clássica*, 5(10), 1-19. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/FilosofiaClassica/article/view/16447>
- American Psychiatric Association (1980) *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. 3. ed.
- American Psychiatric Association (2013) *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. 5. ed.
- Askofaré, S. (2013) *D'un discours l'autre : la science à l'épreuve de la psychanalyse*. Toulouse : Presses Universitaires du Mirail.
- Assoun, P. L. (1983) *Introdução à epistemologia freudiana*. Rio de Janeiro: Imago.
- Badiou, A. (1994). Verdade e sujeito . *Estudos Avançados*, 8(21), 177-184. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9668>
- Badiou, A. (2013). As fórmulas de “O Aturdido”. In Badiou, A.; Cassin, B. *não há relação sexual: duas lições sobre “O Aturdido” de Lacan*.
- Balibar, F. (2007) La vérité, toute la vérité, rien que la vérité. In : *La vérité : entre psychanalyse et philosophie*. Toulouse : Ed. Érès, 2012.
- Bazan, A. (2017), Alpha synchronization as a brain model for unconscious defense: An overview of the work of Howard Shevrin and his team. *Int J Psychoanal*, 98: 1443-1473. doi:10.1111/1745-8315.12629
- Beer, P. A. C. (2015). *Questões e tensões entre psicanálise e ciência: considerações sobre validação*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 2016-05-09, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-04042016-122531/>
- Beer, P. *Psicanálise e ciência: um debate necessário*. São Paulo : Ed. Blucher, 2017.
- Beer, P. Validação em psicanálise e causalidade em psicopatologia: efeitos de um debate. In: *ACTA PSICOSSOMÁTICA*, São Paulo, n. 1, p. 47-55, Jul/Dez 2018.
- Beividas, W. (2000) *Inconsciente et verbum: psicanálise, semiótica, ciência, estrutura*. São Paulo: Humanitas.
- Benacerraf, P. (1973) Mathematical Truth. In: *The Journal of Philosophy*, Vol. 70, No. 19, Seventieth Annual Meeting of the American Philosophical Association Eastern Division. (Nov. 8, 1973), pp. 661-679. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0022-362X%2819731108%2970%3A19%3C661%3AMT%3E2.0.CO%3B2-V>

Benkert O, Szegedi A, Wetzel H, Staab HJ, Meister W, Philipp M. (1997) Dose escalation vs. continued doses of paroxetine and maprotiline: a prospective study in depressed out-patients with inadequate treatment response. *Acta Psychiatr Scand.* 1997 Apr;95(4):288-96. PubMed PMID: 9150822.

Bhaskar, R. (1975) *A Realist Theory of Science*. London: Verso, 2008.

Biazin, R., & Kessler, C. (2017). Psicanálise e ciência: a equação dos sujeitos. *Psicologia USP*, 28(3), 414-423. <https://doi.org/10.1590/0103-656420160184>

Boni Junior, J. O. (2018). As estruturas clínicas na obra de Jacques Lacan: enodamentos do real, simbólico e imaginário?. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. doi:10.11606/T.59.2019.tde-29032019-165701. Recuperado em 2020-01-21, de www.teses.usp.br

Brakel, L. (2015). Critique of Grünbaum's "Critique of psychoanalysis". In S. Boag, L. Brakel & V. Talvitie (Org.). *Philosophy, science, and psychoanalysis: a critical meeting* (pp.59-72). London, England: Karnak Books.

Breuer, J.; Freud, S. (1895) Estudos sobre a histeria. In: Freud, S. *Obras Completas*, volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Cassin, B. (2013) O ab-senso ou Lacan de A a D. In Badiou, A.; Cassin, B. *não há relação sexual: duas lições sobre "O Aturdido" de Lacan*.

Castro, E. (2004) *Vocabulário de Foucault — um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. [Trad. Ingrid Xavier]. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Checchia, M. (2015) *Poder e Política na Clínica Psicanalítica*. São Paulo: Ed. Annablume.

Chertok, L.; Stengers, I. (1990) *O coração e a razão: a hipnose de Lavoisier a Lacan*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

Cipriani, A.; Furukawa, T. A.; Salanti, G.; Chaimani, A.; Atkinson, L. Z.; Ogawa, Y.; Leucht, S.; Ruhe, H. G.; Turner, E. H.; Higgins, J. P. T.; Egger, M.; Takeshima, T.; Hayasaka, Y.; Imai, H.; Shinohara, K.; Tajika, A.; Ioannidis, J. P. A.; Geddes, J. R. (2018) Comparative efficacy and acceptability of 21 antidepressant drugs for the acute treatment of adults with major depressive disorder: a systematic review and network meta-analysis. In: *The Lancet*, VOLUME 391, ISSUE 10128, P1357-1366, APRIL 07, 2018. Disponível em [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(17\)32802-7/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(17)32802-7/fulltext) . DOI:[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(17\)32802-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(17)32802-7)

Cipriani, A.; Furukawa, T. A.; Salanti, G.; Turner, E. H.; Ioannidis, J. P. A.; Geddes, J. R. (2018b) Network meta-analysis of antidepressants – Authors' reply. In: *The Lancet*, VOLUME 392, ISSUE 10152, P1012-1013, SEPTEMBER 22, 2018(b). DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)31780-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)31780-X)

Côrtes, M. (2017) *Diabo e fluoxetina: pentecostalismo e psiquiatria na gestão da diferença*. Curitiba: Ed. Appris.

Costa Pereira, M. E. (1996) Questões preliminares para um debate entre psicanálise e psiquiatria no campo da psicopatologia. *Pesquisa em Psicanálise - Coletâneas da ANPEPP (Associação Nacional Pesquisa e Pós- Graduação em Psicologia)*, v. 1, p. 43-53, 1996.

Costa Pereira, M.E. (2000).A paixão nos tempos do DSM: sobre o recorte operacional do campo da psicopatologia. In: Pacheco Filho, R. et al. *Ciência, Pesquisa, Representação em Psicanálise*. São Paulo: Educ/Casa do Psicólogo, 2000. p. 119-152.

Crombie, A. C. (1994) *Styles of Scientific Thinking in the European Tradition: The History of Argument and Explanation Especially in the Mathematical and Biomedical Sciences and Arts*. London: Duckbacks.

Cunha, J., Silveira, L. (2017) Revolução científica e condições de possibilidade da psicanálise: sobre a presença de Husserl em “a ciência e a verdade”. In: *Revista Ética e Filosofia Política*. Número XX – Volume I, pp. 69-87.

Davidson, R. J., & McEwen, B. S. (2012). Social influences on neuroplasticity: stress and interventions to promote well-being. *Nature neuroscience*, 15(5), 689–695. doi:10.1038/nn.3093

Dolar, M. (2019) The sophist’s choice. In *Crisis and critique*. Volume 6, issue 1, 02-04-2019. Disponível em <https://crisiscritique.org/april2019/dolar.pdf>

Donavan, D. & McIntyre, D. (1990) *Healing the Hurt Child: A Development-Contextual Approach*. Nova York: Norton.

Dor, J. (1988a) *L’a-scientificité de la psychanalyse :l’alienation de la psychanalyse*. Paris : Editions Universitaires.

Dor, J. (1988b) *L’a-scientificité de la psychanalyse: la parodaxalité instauratrice*. Paris: Editions Universitaires.

Dunker, C. (2007). Ontologia negativa em psicanálise: entre ética e epistemologia. *Discurso*, (36), 217-242. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2007.38078>

Dunker, C. I. (2008) Descartes e o Método Psicanalítico. *Estudos Lacanianos*, v.1, p.169 - 191, 2008.

Dunker, C. (2011). Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista. *Tempo Social*, 23(1), 115-136. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702011000100006>

Dunker, C. (2012) *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica*. São Paulo: Annablume.

DUNKER, C. (2015) *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Dunker, C. (2017). Teoria da transformação em psicanálise: da clínica a política. *Revista Psicologia Política*, 17(40), 569-588. Recuperado em 23 de janeiro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000300010&lng=pt&tlng=pt.

Dunker, C., Kyrillos Neto, F. (2011) A crítica psicanalítica do DSM-IV – breve história do casamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 14, n. 4. São Paulo, dezembro 2011, p. 611-626.

Dunker, C. & Ravanello, T. (2019). A garrafa de klein como método para construção de casos clínicos em psicanálise. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 22(1), 99-110. <https://dx.doi.org/10.1590/s1516-14982019001010>

Erwin, E. (2015) *Psychoanalysis and philosophy of science: basic evidence*. In: Boag, S.; Brakel, L.; Talvitie, V. *Philosophy, Science, and Psychoanalysis: A Critical Meeting*. Londres: Karnak Books.

Fernandez, B. P. M. (2000) Popper, Hayek e a (im)possibilidade de predições específicas em Ciências Sociais. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 1, n. 5, p. 1-18, jan. 2000. ISSN 1984-8951. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/892>>. Acesso em: 08 ago. 2019. doi:<https://doi.org/10.5007/892>.

Feyerabend, P. (1975) *Contra o método*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

Fleck, L. (1935) *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Trad., Georg Otte, Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum. 1.ed., 1935. 2010.

Figueiredo, L.C., Loureiro, I. (2018) *Os saberes psi em questão: sobre o conhecimento em psicanálise e psicologia*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.

Forrester, J. (1996). If p, then what? Thinking in cases. *History of the Human Sciences*, 9(3), 1–25. <https://doi.org/10.1177/095269519600900301>

Foucault, M. (1966) *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

Fox-Keller, E. (1985) *Reflections on Gender and Science*. New Haven and London, Yale Univ. Press.

Franco, W. A. C. (2018). Os lugares da psicanálise: a inscrição clínica e cultural do pensamento psicanalítico. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.47.2019.tde-19122018-095103. Recuperado em 2020-01-19, de www.teses.usp.br

Freire, A. B. A verdade como causa. In: FREIRE, A. B.; FERNANDES, F.L.; SOUZA, N.S. *A ciência e a verdade: um comentário*. Ed. Revinter, Rio de Janeiro: 1996.

Freud, S. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Obras completas, volume 6*. [Trad. Paulo César de Souza] São Paulo: Cia das Letras, 2016.

Freud, S. (1914) Recordar, repetir, elaborar. In: *Obras completas, volume 10*. [Trad. Paulo César de Souza] São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Freud, S. (1917a) Uma dificuldade da psicanálise. In: *Obras Completas, volume 14*. [Trad. Paulo César de Souza] São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Freud, S. (1917b). O sentido dos sintomas. In: *Obras Completas, volume 13*. Tradução: Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Freud, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: *Obras Completas, volume 15*. Tradução: Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Freud, S. (1925) *A negação*. [Trad. Marilene Carone] São Paulo: Cosac Naif, 2014

Freud, S. (1930) Mal-estar na civilização. In *Obras completas, volume 18*. [Trad. Paulo César de Souza] São Paulo: Cia das Letras, 2010.

Freud, S. (1933) A questão de uma Weltanschauung. In *Obras completas, volume 18*. [Trad. Paulo César de Souza] São Paulo: Cia das Letras, 2010.

Freud, S. (1937a) Construções em análise. In: *Obras Completas, volume 19*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. pp. 327-344.

Freud, S. (1937b) Análise terminável e interminável. In: *Obras Completas*, volume 19. [Trad. Paulo César de Souza]. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. pp. 274-326.

Freud, S. (1939) Moisés e o monoteísmo. In: *Obras Completas*, volume 19. [Trad. Paulo César de Souza]. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. pp. 13-188.

Frosh, S. (1999) As políticas da psicanálise. [Trad. Cristiane Nakagawa]. São Paulo: Benjamin Editorial.

Fulford K. W. (2008). Values-based practice: a new partner to evidence-based practice and a first for psychiatry?. *Mens sana monographs*, 6(1), 10–21. doi:10.4103/0973-1229.40565

Furlaneto, A. (2019) Ministro ataca Fiocruz e diz que 'não confia' em estudo sobre drogas, engavetado pelo governo. *O Globo*, 29 de maio de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ministro-ataca-fiocruz-diz-que-nao-confia-em-estudo-sobre-drogas-engavetado-pelo-governo-23696922>

Garcia, L. F. B. (2015). Despertar do real: a invenção do objeto a. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.8.2016.tde-22082016-111115. Recuperado em 2020-01-20, de www.teses.usp.br

Goodman, A. (1954) *Fact, fiction and forecast*. London: Athlone.

Granger, G.G. (1960) *Pensée formelle et sciences de l'homme*. Paris : Harmattan, 1967.

Granger, G.G. (1993) *A ciência e as ciências*. São Paulo: Editora Unesp.

Grünbaum, A. (1984) *The Foundations of Psychoanalysis: a philosophical critique*. Oakland: University of California Press.

Hacking, I. (1965) *Logic of Statistical Inference*. Cambridge: Cambridge U.P.

Hacking, I. (1975a) *The emergence of probability*. Cambridge University Press, Cambridge, 2006.

Hacking, Ian. (1975b) *Por que a linguagem interessa à filosofia?*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

Hacking, Ian. (1982) Language, truth and reason. In *Rationality and Relativism*, ed. M. Hollis and S. Lukes. Oxford: Blackwell.

Hacking, I. (1983) *Representar e intervir: tópicos introdutórios de filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

Hacking, I. (1990) *The Taming of Chance*. Cambridge: Cambridge U.P.

Hacking, I. (1992a) The self-Vindication of the Laboratory Sciences, in Pickering, A., Ed., *Science as practice and culture*, Chicago: University of Chicago Press, 1992, 29-64.

Hacking, I. (1992b) Statistical language, statistical truth and statistical reason: The self-authentication of a style of reasoning. In *Social Dimensions of Science*, edited by Ernan McMullin. Notre Dame, Ind.: Notre Dame U.P., 130-157.

Hacking, I. (1992c) 'Style' for historians and philosophers. In: *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, Volume 23, Issue 1, 1992, Pages 1-20, ISSN 0039- 681, [https://doi.org/10.1016/0039-3681\(92\)90024-Z](https://doi.org/10.1016/0039-3681(92)90024-Z).

- Hacking, I. (1993) On Kripke's and Goodman's use of 'grue'. In: *Philosophy* 68: pp. 269-295.
- Hacking, I. (1995) *Múltipla personalidade e as ciências da memória*. São Paulo: José Olympio, 2000.
- Hacking, I. (1998a) *Mad travelers: reflections on the reality of transient mental illness*. London: University Press of Virginia.
- Hacking, I. (1998b) Canguilhem amid the cyborgs, *Economy and Society*, 27:2-3, 202-216, DOI: 10.1080/03085149800000014
- Hacking, I. (1999) *Social construction of what?* Cambridge: Harvard University Press.
- Hacking, I. (2000) How Inevitable Are the Results of Successful Science?, In: *Philosophy of Science*, 67, no. (Sep., 2000b): S58-S71.
- Hacking, I. (2002a) *Ontologia histórica*. Porto Alegre: Ed. Unisinos, 2009.
- Hacking, I. (2002b). « Vrai », les valeurs et les sciences. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 141-142(1), 13-20. doi:10.3917/arss.141.0013.
- Hacking, Ian (2005). Truthfulness. *Common Knowledge* 11 (1):160-172.
- Hacking, I. (2006a) *Véracité*. Aula dada no Collège de France no dia 31 de janeiro de 2006. Disponível em <https://www.college-de-france.fr/site/ian-hacking/course-2006-01-31.htm>
- Hacking, I. (2006b) *Objets*. Aula dada no Collège de France no dia 07 de fevereiro de 2006. Disponível em <https://www.college-de-france.fr/site/ian-hacking/course-2006-02-07.htm>
- Hacking, I. (2006c) *Méthodes de raisonnement*. Aula dada no Collège de France no dia 14 de fevereiro de 2006. Disponível em <https://www.college-de-france.fr/site/ian-hacking/course-2006-02-14.htm>
- Hacking, I. (2006d) *Démonstration*. Aula dada no Collège de France no dia 21 de fevereiro de 2006. Disponível em <https://www.college-de-france.fr/site/ian-hacking/course-2006-02-21.htm>
- Hacking, I. (2012a) Introdução à edição brasileira. In: _____. *Representar e intervir: tópicos introdutórios de filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Hacking, I. (2012b) Language, truth and reason 30 years later. In: *Studies in History and Philosophy of Science* 43 (2012) 599–609.
- Hacking, I. (2014) *Why is there a philosophy of mathematics at all?* Cambridge: Cambridge U. P.
- Henry, C. (1995). *O problema da verdade na psicanálise aplicada*. São Paulo: Ed. Imago.
- Hayek, F. (1942): "Scientism and the Study of Society" – Part I, *Economica*, N.S., 1942, pp. 267-291
- HAYEK, F. (1952) *The sensory order: an inquiry into the foundations of theoretical psychology*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Hyppolite, J. [1953] Comentário falado sobre a "Verneinung" de Freud. In: Lacan, J. (1966) *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Hollis, M. & Lukes, S. (eds.) (1982). *Rationality and Relativism*. MIT Press.
- Iannini, G. (2012) *Estilo e verdade em Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Ed. Autêntica.

Insel, T. (2013) *Director's blog: Transforming diagnosis*. Disponível em <http://www.nimh.nih.gov/about/director/2013/transforming-diagnosis.shtml>

Johnston, A. (2017) *Irrepressible Truth: On Lacan's 'The Freudian Thing'*. London: Palgrave Macmillan.

Johnston, A.; Malabou, C. (2019) *Self and Emotional Life: Philosophy, Psychoanalysis, and Neuroscience*. New York: Columbia University Press.

Kirkham, R. L. (1992). *Theories of Truth: A Critical Introduction*. Cambridge, MA: MIT Press.

Kirsch, I. (2009) *The emperor's new drugs: exploding the antidepressant myth*. Philadelphia: Basic Books.

Kirsch I. (2014). Antidepressants and the Placebo Effect. *Zeitschrift fur Psychologie*, 222(3), 128–134. doi:10.1027/2151-2604/a000176

Kirsch I., Deacon B. J., Huedo-Medina T. B., Scoboria A., Moore T. J., & Johnson B. T. (2008). Initial severity and antidepressant benefits: A meta-analysis of data submitted to the Food and Drug Administration. *PLoS Medicine*, 5, e45 doi: 10.1371/journal.pmed.0050045

Kirsch, I.; Jakobson, J. (2018) Network meta-analysis of antidepressants. In: *The Lancet* CORRESPONDENCE| VOLUME 392, ISSUE 10152, P1010, SEPTEMBER 22, 2018. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)31799-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)31799-9)

Kirsch, I., & Sapirstein, G. (1998). Listening to Prozac but hearing placebo: A meta-analysis of antidepressant medication. *Prevention & Treatment*, 1(2). Article 2a. <https://doi.org/10.1037/1522-3736.1.1.12a>

Kluft, R. (1984). An introduction to Multiple Personality Disorder. *Psychiatric Annals*, 14(1), 19-24.

Kofman, A. (2018, 21 de outubro) Bruno Latour, the Post-Truth Philosopher, Mounts a Defense of Science. *The New York Times Magazine*: 21/10/2018.

Kohut, H. (1979). The Two Analyses of Mr Z. *Int. J. Psycho-Anal.*, 60:3-27

Koyré, A. (1939) *Études galiléennes*. Paris : Hermann, 1966.

Koyré, A. (1957) *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

Koyré, A. (1961) *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

Koyré, A. (1962) *Introduction à la lecture de Platon suivi d' Entretien sur Descartes*. Paris : Gallimard, 1991)

Koyré, A. (1968) *Études newtoniennes*. Paris: Gallimard, 1985.

Kramer M.S., Cutler N., Feighner J, Shrivastava R, Carman J, Sramek JJ, Reines SA, Liu G, Snavely D, Wyatt-Knowles E, Hale JJ, Mills SG, MacCoss M, Swain CJ, Harrison T, Hill RG, Hefti F, Scolnick EM, Cascieri MA, Chicchi GG, Sadowski S, Williams AR, Hewson L, Smith D, Carlson EJ, Hargreaves RJ, Rupniak NM. Distinct mechanism for antidepressant activity by blockade of central substance P receptors. *Science*. 1998 Sep 11;281(5383):1640-5. PubMed PMID: 9733503.

Kuhn, T. (1962) *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

- Kuhn, T. (1977) *A tensão essencial*. Trad. Marcelo Amaral Penna-Forte. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- Kupfer, C. (2013) Prefácio. In: Dunker, C. *A psicose na criança: tempo, linguagem e sujeito*. São Paulo: Zagodoni.
- Lacan, J. (1945). O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: *Escritos* (pp. 197-213). São Paulo: Jorge Zahar Editora, 1998.
- Lacan, J. [1946] (1966) Formulações sobre a causalidade psíquica. In: *Escritos*. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 1998.
- Lacan, J. [1949] (1966). O estádio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos* (pp. 96-103). São Paulo: Jorge Zahar Editora, 1998.
- Lacan, J. [1951] (1966) Intervenção sobre a transferência. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. pp. 214-225.
- Lacan, J. [1953a] (1966) Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 1998. pp.238-324.
- Lacan, J. (1953b). *O Mito Individual do Neurótico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.
- Lacan, J. [1953c] (1966) Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a "Verneinung" de Freud. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Lacan, J. [1955](1966) A coisa freudiana. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Lacan, J. (1953-54) *O Seminário I: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1986.
- Lacan, J. (1955-56) *O Seminário III: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.
- Lacan, J. [1957] De uma questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Lacan, J. [1958] (1966) Direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Lacan, J. (1960-61) *Seminário VIII: A transferência*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- Lacan, J. (1960-61) *Seminário VII: A ética da psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- Lacan, J. [1963] (1966) Kant com Sade. In: *Escritos*. [Trad. Vera Ribeiro] Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- Lacan, J. [1964] (1966) Posição do Inconsciente. In: *Escritos*. [Trad. Vera Ribeiro] Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- Lacan, J. (1965) Os quatro conceitos fundamentais de psicanálise. In: *Outros escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Lacan, J. (1964-65) Séminaire 12 : Les problèmes cruciaux de la psychanalyse. Disponível em <http://staferla.free.fr/S12/S12.htm>

Lacan, J. (1965-66) *Séminaire 13: L'Objet*. Disponível em <http://staferla.free.fr/S13/S13.htm>

Lacan, J. (1966a) A Ciência e a Verdade. In: Escritos. [Trad. Vera Ribeiro] Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

Lacan, J. (1966b) Do sujeito enfim em questão. In: *Escritos*. [Trad. Vera Ribeiro] Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

Lacan, J. (1967-68) *Séminaire 15: L'acte psychanalytique*. Disponível em <http://staferla.free.fr/S15/S15.htm>

Lacan, J. (1969-1970) *O Seminário XVII: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

Lacan, J. (1971-72) *O Seminário 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Lacan, J. (1972) O aturdido. In: *Outros escritos* [Trad. Vera Ribeiro]. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Lacan, J. (1973) Televisão. In: *Outros escritos* [Trad. Vera Ribeiro]. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Lacerda Abrahão, L. H. (2015) Koyré e a “epistemologia histórica de Kuhn e Feyerabend”. In: Leitão Condé, M. L. & Salomon, M. (2015) *Alexandre Koyré: história e filosofia das ciências*. Belo Horizonte: Traço Fino.

Lakatos, Imre (1970) Falsification and the Methodology of Scientific Research Programmes. in I. Lakatos and A. Musgrave (eds.) *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 91-196.

Latour, B. (1991) *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Ed. 34, 2007.

Latour, B. (1999a) *A esperança de Pandora: Ensaio Sobre a Realidade dos Estudos Científicos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

Latour, B. (1999b) *Políticas da natureza: como associar as ciências à democracia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

Latour, B. (2015) *Face à Gaïa. Huit conférences sur le nouveau régime climatique*. Paris : La Découverte.

Latour, B.; Woolgar, S. (1979) *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. (Trad. Angela R. Vianna) Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

Loewenstein, R. (1990) The Clinical Psychology of Males with Multiple Personality Disorder: A Report of Twenty-one Cases, *Dissociation* 3: 135-143.: 135-143.

Mendonça, J. (2012) Apresentação. In: Hacking, I. *Representar e intervir: tópicos introdutórios de filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

Milner, J.-C. (1992). Linguística e Psicanálise. *Revista Estudos Lacanianos*, 3(4), 2010. Recuperado em 14 de fevereiro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-07692010000100002&lng=pt&tlng=pt.

Montgomery, K. (2005) *How doctors think: clinical judgment and the practice of medicine*. Oxford: OUP.

Nasio, J.D. (2011) *Introdução à topologia de Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.

Nobus, D. (2002) A matter of cause: reflections on Lacan's "Science and Truth". In: Glynos, J.; Stavrakakis, Y. *Lacan and Science*. London: Karnak Books.

Pickering, A. (1984) *Constructing Quarks: A Sociological History of Particle Physics*. Chicago: University of Chicago Press.

Popper, K. (1934) *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2013.

Popper, K. (1963) *Conjecturas e Refutações*. Ed. Universidade de Brasília: Brasília, 1994.

Porge, E. (2007) A ronda dos semi-ditos claros. In: *Literal 13 – A psicanálise e outros saberes*. Trad. Paulo Sérgio de Souza Junior. Campinas, 2010.

Putnam, F. (1989) *Diagnosis and Treatment of Multiple Personality Disorder and Other State-Change Disorders*. Nova York: The Guilford Press.

Putnam, H. (1979) The meaning of meaning. In: *Philosophical papers, mind, language and reality*. Cambridge: Cambridge University Press.

PUTNAM, Hilary (1982) *Reason, Truth and History*. Cambridge: Cambridge University Press.

Rabinovich, D. (2000). O desejo do psicanalista. São Paulo: Cia de Freud.

Rancière, J. (2001) *O inconsciente estético*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

Reiner, R., & Pierson, R. (1995). Hacking's Experimental Realism: An Untenable Middle Ground. *Philosophy of Science*, 62(1), 60-69. Retrieved from www.jstor.org/stable/188035

Resnik, D. (1994). Hacking's Experimental Realism. *Canadian Journal of Philosophy*, 24(3), 395-411. Retrieved from www.jstor.org/stable/40231874

Ribot, T.-A. (1881) *Les maladies de la mémoire*. Paris : Baillière.

Ribeiro, S. (2019) *O oráculo da noite: a história e a ciência do sonho*. São Paulo: Cia das Letras.

Rogers, A. (2017) 'Star Neuroscientist Tom Insel Leaves the Google-Spawned Verily For ... A Startup?', *Wired*. At <https://www.wired.com/2017/10/star-newscientist-tom-insel-leaves-google-spawned-verily-startup/>.

Rose, N. (2016) Neuroscience and the future for mental health? *Epidemiol Psychiatr Sci*. 2016 Apr;25(2):95-100. doi: 10.1017/S2045796015000621. Epub 2015 Aug 3. PubMed PMID: 26234570

ROSE, N. (2018) *Our psychiatric future. The politics of Mental Health*. Cambridge, UK: Polity Press.

Rose N., Abi-Rached J.M. (2013) *Neuro: the new brain sciences and the management of the mind*. Princeton: Princeton University Press.

ROSE, N. & ABI-RACHED, J. (2014) Governing through the Brain: Neuropolitics, Neuroscience and Subjectivity. *Cambridge Anthropology* 32(1), Spring 2014: 3–23 © Cambridge Anthropology. doi:10.3167/ca.2014.320102

Roustant, F. (1978) Sugestão a longo prazo [Trad. P. Beer]. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, n. -4, p. 1, 2017. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2017/11/20/n4-01/>.

Rustin, M. (2019) *Researching the Unconscious: Principles of Psychoanalytic Method*. London: Routledge.

Safatle, V. (2006) *A paixão do negativo: Lacan e a dialética*. São Paulo: Ed. Unesp.

Safatle, V. (2007). A teoria das pulsões como ontologia negativa. *Discurso*, (36), 151-192. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2007.38076>

Safatle, V. (2014) Aquele que diz “não”: sobre um modo peculiar de falar de si. In: Freud, S. *A negação*. São Paulo: Cosac Naif.

Safatle, V.; Dunker, C.; Da Silva Junior, N. (2018) *Patologias do Social: arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica.

Safouan, M. (2014) *La psychanalyse : Science, thérapie - et cause*. Paris : Thierry Marchaisse Editions, 2014.

Safouan, M. (2017) *Les puits de la vérité: la psychanalyse et la science*. Paris : Hermann Éditeurs.

Shevrin, H. Snodgrass, M. ; Brakel, L. ; Kushwaha, R. ; Kalaida, N. Bazan, A. (2013) Subliminal unconscious conflict alpha power inhibits supraliminal conscious symptom experience. In: *Frontiers in Human Neuroscience*. 7:544, 2013. Disponível em <http://journal.frontiersin.org/Journal/10.3389/fnhum.2013.00544/full>.

Silva Junior, N. (2007). *Linguagens e pensamento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Silva Junior, N. (2017) O sofrimento como hífen na teoria social freudiana e sua atualidade. O exemplo das modificações corporais. In: Silva Junior, N.; Zangari, W. (orgs) (2017) *A psicologia social e a questão do hífen*. São Paulo: Ed. Blucher.

Silva Junior, N. Epistemologia psiquiátrica e marketing farmacêutico: novos modos de subjetivação. *Stylus* (Rio J.), Rio de Janeiro , n. 33, p. 227-239, nov. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2016000200018&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 ago. 2019.

Silva Junior, N. (2019) *Fernando Pessoa e Freud: diálogos inquietantes*. São Paulo: Ed. Blucher.

Silveira Sales, L. (2005) “Ainda o sujeito - Nota sobre o conflito determinação versus subjetividade em Jacques Lacan”. *Revista de Filosofia*, vol. 18, n. 20. Curitiba: PUC-PR, p. 99-124.

Silveira Sales, L. (2007). Passagem da compreensão à verdade: contribuição do estruturalismo à teoria lacaniana da psicose. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 10(2), 211-227. <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982007000200005>

Simanke, R. (2002) *Metapsicologia lacaniana: os anos de formação*. São Paulo: Discurso. Editorial; Curitiba: UFPR.

Stengers, I. (1993) *As políticas da razão*. Lisboa: Edições 70.

Suárez, M. (2006) *Experimental realism defended: how inference to the most likely cause might be sound*. Technical Report (01/06). Contingency And Dissent in Science Project, CPNSS, London School of Economics and Political Science, London, UK.

Tsou, J. T. (2007) Hacking on the Looping Effects of Psychiatric Classifications: What Is an Interactive and Indifferent Kind?, *International Studies in the Philosophy of Science*, 21:3, 329-344, DOI: 10.1080/02698590701589601

Turriani, A., Dunker, C., Kyrrillos Neto, F., Lana, H., Reis, M.L., Beer, P., Alves Lima, R., Bertanha, V. Caso clínico como caso social. In: Safatle, V., Dunker, C., Silva Jr., N. (2018) *Patologias do Social: arqueologias do sofrimento psíquico*. São Paulo: Ed. Autêntica.

Van Rillaer, J. (2019) *Freud & Lacan Des charlatans ? : Faits et légendes de la psychanalyse*. Bruxelles : Editions Mardaga.

Watters, E. (2010) *Crazy Like Us: the globalization of American psyche*. New York: Free Press.

Williams, B. (2002) *Truth and Truthfulness: An Essay in Genealogy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Winograd, M. (2004) Matéria pensante - a fertilidade do encontro entre psicanálise e neurociência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 56, n. 1, p. 20-33.

Retirado do World Wide Web <http://www.psicologia.ufrj.br/abp/> 27

Young, A. (1997) *The harmony of illusions: inventing the post-traumatic disorder*. New Jersey: Princeton University Press.

Zygouris, R. (2011) *Psicanálise e psicoterapia*. São Paulo: Via Lettera.

Zygouris, R. (2015) A gata de Schrödinger [Trad. P. Beer]. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, n. 0, p. 3, 2015. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2015/09/29/a-gata-de-schrodinger/>>.